Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ
Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde

ÉRICO SILVA ALVES MUNIZ

COMIDA, TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL:
A ALIMENTAÇÃO NA AGENDA POLÍTICA BRASILEIRA (1939-1947).

Rio de Janeiro

2014

ÉRICO SILVA ALVES MUNIZ

COMIDA, TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL: A ALIMENTAÇÃO NA AGENDA POLÍTICA BRASILEIRA (1939-1947).

Tese de doutorado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz - Fiocruz, como requisito parcial para obtenção do Grau de Doutor. Área de Concentração: História das Ciências.

Orientador: Prof. Dr. Gilberto Hochman

Rio de Janeiro

2014

ÉRICO SILVA ALVES MUNIZ

COMIDA, TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL: A ALIMENTAÇÃO NA AGENDA POLÍTICA BRASILEIRA (1939-1947).

Tese de doutorado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz - Fiocruz, como requisito parcial para obtenção do Grau de Doutor. Área de Concentração: História das Ciências.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Gilberto Hochman (Orientador)
Casa de Oswaldo Cruz - Fiocruz

Prof. Dr. Francisco de Assis Guedes de Vasconcelos (Membro)
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. André Luiz Vieira de Campos (Membro)
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Marcos Cueto (Membro)
Casa de Oswaldo Cruz - Fiocruz

Profª. Dra. Nísia Trindade Lima (Membro)
Casa de Oswaldo Cruz - Fiocruz

Prof. Dr. Carlos Henrique Assunção Paiva (Suplente)
Observatório História e Saúde - Fiocruz

Profª. Dra. Cristina Maria Oliveira Fonseca (Suplente)
Casa de Oswaldo Cruz - Fiocruz

2014

Ficha Catalográfica

M966c Muniz, Érico Silva Alves

Comida, trabalho e assistência social: a alimentação na agenda política brasileira (1939-1947) / Érico Silva Alves Muniz. – Rio de Janeiro: s.n., 2014.
222 f.

Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2014.

Bibliografia: f. 197-211

1. Alimentação. 2. Política Nutricional. 3. Assistência Social. 4. Nutrição em Saúde Pública. 5. Brasil.

CDD 363.8

Para Maria Rita, minha mãe, com amor e gratidão.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de abrir este trabalho manifestando meu agradecimento ao Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde (PPGHCS) da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz (COC), local onde de fato me formei historiador. Apesar de ter iniciado meus estudos em História das Ciências como bolsista de iniciação científica do professor André Campos na Universidade Federal Fluminense, a quem também sou muito agradecido, minha chegada à COC em 2007 foi fundamental para minha identidade como pesquisador em formação. No PGGHCS Gilberto Hochman sempre foi o orientador presente, editor implacável e conselheiro dos melhores. Muito obrigado, Gilberto.

À Capes agradeço pela bolsa de doutorado durante 4 anos de pesquisa com período sanduíche no exterior.

À generosidade dos mestres para empréstimos de livros, conversas, eventos e incentivos sempre me deixaram muito à vontade. Minha gratidão aos ensinamentos dos professores, especialmente de Jaime Benchimol, Lorelai Kury, Kaori Kodama, Marcos Chor Maio, Robert Wegner, Flávio Edler, Luiz Antonio Teixeira, Luiz Otávio Ferreira, Magali Romero Sá, Nara Azevedo, Simone Kropf e Cristina Fonseca. Marcos Cueto foi desde o mestrado um importante interlocutor. Nísia Trindade Lima e Dominichi Miranda de Sá têm sido grandes incentivadoras de minha trajetória até aqui e são para mim exemplos de atuação profissional comprometida sem perder a ternura.

Agradeço aos professores que aceitaram participar da banca examinadora desta tese: Francisco de Assis Guedes de Vasconcelos, André Luiz Vieira de Campos, Marcos Cueto e Nísia Trindade Lima, e aos suplentes Carlos Henrique Assunção Paiva e Cristina Maria Oliveira Fonseca.

Ao longo dos últimos anos importantes contatos realizados em viagens para divulgar o trabalho e pesquisar auxiliaram muito o desenvolvimento desta tese. Agradeço a Anne-Emanuelle Birn, coorientadora do estágio-sanduíche na University of Toronto por ter sido sempre atenciosa e disponível me instigando na reflexão crítica. Lucia Dacome, do Institute for the History and Philosophy of Science da mesma universidade por me aceitar como aluno especial em seu brilhante curso sobre História do corpo. Elas, assim como Gillian

McGillivray da University of York foram importantes em minha passagem pelo Norte. Os amigos Quentin DeBecker, Emma De Bonno e Frederico Misiki foram mais que uma família torontiana, me aqueceram no inverno e me fustigaram com inteligentes intervenções sociológicas e históricas.

Agradeço aos diálogos travados em 2010 no Irmgard Berlim Institute, especialmente na figura de Raul Necochea, então coordenador do grupo de estudos de localidade pela receptividade do trabalho ainda em seus primórdios. Aos participantes da conferência do Tepoztlán Institute, no México, melhor combinação de evento acadêmico e ativismo que conheci até hoje.

Agradeço ao Rockefeller Archive Center (RAC) por auxílio de pesquisa concedido para trabalhar em Nova York com os acervos do American International Association for Economic and Social Development (AIA), especialmente na figura Bethany J. Antos. Aos arquivistas e bibliotecários do CPDOC/FGV, da Biblioteca Nacional, do Arquivo Nacional, do Museu de Arte da Universidade Federal do Ceará (MUAC), do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), da Biblioteca do Ministério da Saúde, da Biblioteca de Manguinhos, da Biblioteca da Casa de Oswaldo Cruz, da Biblioteca do Ministério do Trabalho no Rio de Janeiro (especialmente Maria Helena Grinbaum) que me auxiliaram nas buscas deixo os meus mais profundos agradecimentos. Nos EUA agradeço ainda aos arquivistas do National Archives and Records Administration (NARA) em Maryland que viabilizaram a pesquisa mesmo com estadia bastante curta. No Canadá, agradeço também ao pessoal do City of Toronto Archives (CTA) e da Library and Archives Canada (LAC) em Ottawa, pelas cortesias de imagens e presteza no atendimento. A equipe da Secretaria Acadêmica também deu sempre um ótimo suporte, minha gratidão ao trabalho de Paulo Chagas, Maria Cláudia Santos e Sandro Hilário.

Agradeço aos entrevistados ao longo desta pesquisa pela disponibilidade para conversas e acesso aos acervos familiares, ricas fontes para este trabalho.

Adam Warren (University of Washington), Gabriela Laveaga (University of California Santa Barbara) e Diego Armus (Swarthmore College) também deram valiosas contribuições para a tese em encontros em Tepoztlán, em Nova York e no Rio de Janeiro. Meus amigos uruguaios Diego Speranza e Fabian Martinez ajudaram a pesquisa e o autor. Alfonso

Salvatierra revisou meus manuscritos em espanhol. Humberto Torres e Vinício Brígido foram os melhores anfitriões no Ceará. As pesquisas em Fortaleza e o capítulo 4 da tese não existiram sem a preciosa ajuda deles e de Reverson de Paula (Universidade Estadual do Ceará), Marlene Cidrack e José Arimatea Bezarra (Universidade Federal do Ceará); eles disponibilizaram suas redes de contatos, compartilharam fontes e referências bibliográficas com enorme gentileza. Em Brasília, o carinho de Rodolfo Reis, Rafael Reis, Ana Carolina Queiroz e Leonardo Giraldo foi minha solidez entre blocos e quadras da Asa Norte.

Aos colegas discentes do PPGHCS faltam palavras para agradecer a companhia em meio à solidão das pesquisas, leituras e escritas de textos. André Felipe Silva, Vanderlei Souza, Lia Sousa, Maria Letícia Bizzo, Rômulo Andrade, Jacqueline Cabral, Danielle Barreto, Mônica Caminha, Tiago Jaques, Gabriela Miranda, Renilson Beraldo, Rodrigo Ramos, Cristina Acosta e Luiz Alves foram amigas e amigos para debates intelectuais e conversas fiadas. Miriam Junghans e Letícia Pumar foram meus dois presentes, amigas-irmãs para o resto da vida.

À minha família, agradeço o apoio e a torcida dos tios Adênia Bairral, Adeilton Bairral e Neuza Quieto. Meus irmãos Fábio Muniz e Tiago Muniz, cada qual à sua maneira ajudaram a construir este trabalho. Minhas queridas Marianna Mugnaini, Amanda (Mandinha) Rodrigues, Lorena Morais e Ana Paula Penna foram as melhores companheiras de moradia que alguém pode ter, mesmo quando eu não pude corresponder à altura. Daniel Mançur, Rafael Saar, Pedro Metri, Patrícia Santos, Eliane Alves e Eliane Rejane são fiéis escudeiros e ouvintes das minhas histórias.

Ao meu querido Diêgo Deleon, por me aturar sempre mesmo viajando, escrevendo, estressado ou insone. Muito, muito obrigado.

Por fim, digo que essa tese é sobretudo um agradecimento à minha mãe, às liberdades que ela me incentivou a ter e aos apoios incondicionais. Obrigado, Maria Rita, mulher que mesmo em meio às muitas adversidades da vida nunca impediu a si e aos seus filhos de terem o orgulho como possibilidade e a vontade de brilhar como sonho.

“Gente é pra brilhar, não pra morrer de fome”.

Caetano Veloso.

SUMÁRIO

Resumo p. 13

Abstract p. 14

Lista de Siglas p. 15

Lista de imagens p. 19

Introdução p. 21

Capítulo 1) Alimentação, Ciência e Poder:
O ingresso da nutrição na agenda da saúde internacional p. 37

1.1) O internacionalismo e os debates na Liga das Nações p. 39

1.2) O papel dos Estados Nacionais:
Assistência social e alimentação na América Latina p. 47

1.3) Alimentação na proteção social híbrida da América do Norte p. 52

1.4) Helping people to help themselves?
A filantropia Americana e a ênfase nas técnicas p. 61

1.5) Considerações Finais p. 70

Capítulo 2) Coma com leite e sem farinha:
Saber científico e debates sobre o trabalhador brasileiro p. 74

2.1) Entre proibições e prescrições p. 76

2.2) Homens de ciência em ação: perfis de uma geração de nutrólogos p. 87

2.2.1) Helion Póvoa: Médico e cristão p. 95

2.2.2) Umberto Peregrino: Um militar no SAPS p. 98

2.2.3) Dante Costa: Médico, educador e nutrólogo p. 101

2.3) Considerações finais p. 106

Capítulo 3) Educar no restaurante: p. 108
Nutrição e assistência social no Serviço de Alimentação da Previdência Social

3.1) Vargas e a inflação dos alimentos p. 114

3.2) O papel das agências públicas p. 121

3.3) Uma visita à Praça da Bandeira: por dentro do SAPS p. 123

3.4) Transformando uma cultura política p. 136

3.5) O SAPS como política de assistência social p. 140

3.6) Ação de cursos e escolas p. 144

3.7) Considerações Finais p. 147

Capítulo 4) Seus estômagos não recebiam comidas quentes:
Um encontro de agendas e projetos modernizadores em Fortaleza p. 149

4.1) Acordos internacionais, forças locais: O SESP e o Ceará p. 154

4.2) Migrações e seleção dos Soldados da Borracha p. 158

4.3) Uma conquista feminina:
O trabalho de mulheres e a profissionalização da nutrição p. 162

4.4) Escola, restaurante, creche e clubes: Um SAPS para o Ceará p. 168

4.4.1) Quem vai nomear, gerir e demitir? A criação da EVAAJL p. 169

4.4.2) Visitando o sentido local p. 175

4.5) Entre saudosismos e ambiguidades:
Memórias de trabalhadores do SAPS-CE p. 183

4.6) Considerações finais p. 187

Conclusão p. 189

Referências Bibliográficas p. 197

Anexos p. 212

Anexo I p. 212

Anexo II p. 215

Anexo III p. 218

RESUMO

A presente tese analisa ideias e políticas públicas para a alimentação de trabalhadores desenvolvidas por médicos nutrólogos, técnicos e visitadoras de alimentação nas instituições governamentais brasileiras no período de 1939 a 1947. Com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, intensificou-se o desenvolvimento dos saberes científicos sobre os alimentos como uma medida de defesa nacional, salvaguardando as nações de crises de abastecimento, fomes coletivas e revoltas urbanas. No Brasil, ao mesmo tempo em que tradições científicas eram fundadas em Institutos e Universidades, estudos técnicos em nutrição embasavam projetos de mudança social programada e planos de desenvolvimento nacionais e locais em diferentes regiões. A partir da criação do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS), o governo de Getúlio Vargas deu maior ênfase à industrialização, ao incremento agrícola e à modernização. Simultaneamente, organismos internacionais, médicos nutrólogos e governos locais focavam nas condições de vida, trabalho e alimentação das populações de operários urbanos. Sob a influência desses atores, formou-se uma concepção de intervenção na sociedade via alimentação que se estruturou gradualmente, a partir da compreensão da importância de eventos como as Guerras e o impacto da interação entre a cooperação internacional, a filantropia e a sociedade civil para projetos e ideias em alimentação. Os problemas alimentares dos brasileiros passaram a ser considerados empecilhos à modernização e à industrialização do país, o que possibilitou que políticas públicas para o controle do fenômeno da fome e da desnutrição fossem criadas no âmbito da assistência social varguista. No plano local muitas das vezes o encontro de agendas internacionais e nacionais produziu um rearranjo de forças alterando fluxos migratórios internos e transformando a geopolítica brasileira na década de 1940.

ABSTRACT

This thesis examines ideas and public policies for workers related to food supply developed by doctors (nutrologists), technicians and home visitors from 1939 to 1947. With the outbreak of World War II, the development of scientific knowledge related to food as a measure of national defence, safeguarding the nations of supply crises, famines and urban riots. In Brazil, at the same time that scientific traditions were founded in Institutes and Universities; technical studies in nutrition prepared social changes and national and local development plans in different regions. The creation of Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS), during Getúlio Vargas' government gave a greater emphasis to industrialization, agricultural development and modernization. Simultaneously, international organizations, and local governments focused on living conditions and the economic potential of urban populations. Under the influence of these actors an structured intervention plan was prepared to the society through an understanding of the importance of events such as wars and the impact of the interaction between international cooperation, philanthropy and civil society to projects and ideas related to food. The food problems of Brazilians were considered impediments to the modernization and industrialization of the country what allowed public policies to control the phenomenon of hunger and malnutrition under the Vargas' welfare system. At a local level, the encounter of international and national agendas produced a rearrangement of forces changing internal migration and transforming Brazilian geopolitics in the 1940s.

LISTA DE SIGLAS

ABN - Arquivos Brasileiros de Nutrição

ACAR - Associação de Crédito e Assistência Rural

AIA - American International Association for Economic and Social Development

ANRJ – Arquivo Nacional do Rio de Janeiro

BMTRAB/RJ - Biblioteca do Ministério do Trabalho Surcursal Rio de Janeiro

BNRJ – Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

BPGMP - Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel - Fortaleza/CE

CAETA – Comissão Administrativa de Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia

CAPs - Caixas de Aposentadorias e Pensões

CBA - Comissão Brasileira-Americana da Produção de Gêneros Alimentícios

COBAL - Companhia Brasileira de Alimentação

COFAP - Comissão Federal de Abastecimento e Preços

CPDOC/FGV - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil/Fundação Getúlio Vargas

CME - Coordenação da Mobilização Econômica

CNA - Comissão Nacional de Alimentação

CTA – City of Toronto Archives

DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda

DNI - Departamento Nacional de Imigração

DNS – Departamento Nacional de Saúde

EVAAJL - Escola de Visitadoras de Alimentação Agnes June Leith

FAO - Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura

FEB - Força Expedicionária Brasileira

IAIA - Instituto de Assuntos Interamericanos

IAPs - Institutos de Aposentadorias e Pensões

IAPC - Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciários

IAPI - Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários

IAPTC - Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas

IBEC - International Economic Basic Corporation

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IHGB - Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

IIA - Instituto Internacional de Agricultura

INAN - Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição

INCAP - Instituto de Nutrição da América Central e do Panamá

INJC - Instituto de Nutrição Josué de Castro

INPS - Instituto Nacional de Previdência Social

INUB - Instituto de Nutrição da Universidade do Brasil

IRB - Instituto de Resseguros do Brasil

INCAP - Instituto de Nutrição da América Central e do Panamá

ITA - Instituto Técnico de Alimentação

LAC – Library and Archives Canada

LBA - Legião Brasileira de Assistência

MES - Ministério da Educação e Saúde

MESP - Ministério da Educação e Saúde Pública

MTIC - Ministério do Trabalho, da Indústria e Comércio

MUAC – Museu de Arte da Universidade Federal do Ceará

NARA – National Archives and Records Adminis

OIT - Organização Internacional do Trabalho

OMS - Organização Mundial da Saúde

ONU – Organização das Nações Unidas

OPAS - Organização Panamericana da Saúde

OSLN – Organização de Saúde da Liga das Nações

PJBD - Permanent Joint Board of Defence

PRONAN - Programa de Alimentação Nacional

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro

RAC – Rockefeller Archive Center

RDC – Rubber Development Coorporation

SAPS - Serviço de Alimentação da Previdência Social

SAM - Serviço de Assistência a Menores

SAVA - Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico

SEMTA - Serviço de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia

SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SESP - Serviço Especial de Saúde Pública

SVA - Serviço de Visitação Alimentar

STAN - Serviço Técnico de Alimentação Nacional

UDF - Universidade do Distrito Federal

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

USAID - United States Agency for International Development

USP - Universidade de São Paulo

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Hélion Póvoa (à esquerda, de branco) nas dependências do SAPS.

Imagem 2 – Capa da Revista do SAPS em Homenagem a Hélion Póvoa.

Imagem 3 – Capa da publicação “Cálcio, leite e alimentação humana”.

Imagem 4 – Getúlio Vargas no bandejão do SAPS.

Imagem 5 – Visita de Darcy Vargas ao SAPS.

Imagem 6 – Alexandre Marcondes Filho, Getúlio Vargas e Edison Cavalcanti.

Imagem 7 – Linha de bonde da Praça da Bandeira.

Imagem 8 – Cozinha do SAPS.

Imagem 9 – Flagrante do restaurante central do SAPS na Praça da Bandeira em hora de refeição.

Imagem 10 – Usuários do SAPS secam as mãos.

Imagem 11 – Usuário durante almoço no restaurante central.

Imagem 12 – Funcionárias do SAPS em atividadena cozinha.

Imagem 13 – Modelo de ficha com o cálculo individual de alimentos diários do SEMTA produzido pelo SAPS.

Imagem 14 – Gravura oficial dos biótipos nordestinos produzido para seleção do SEMTA.

Imagem 15 – Página da coluna “Para a mulher no lar”, do Boletim do SAPS.

Imagem 16 – Louise Stanley e Josué de Castro durante visita ao Rio de Janeiro.

Imagem 17 – As formandas da turma de 1946 nas páginas da Gazeta de Notícias.

Imagem 18 – Almoco na creche de Fortaleza.

Imagem 19 – Encontro do clube de meninas de Fortaleza.

INTRODUÇÃO

"Na sociedade em geral, os vários ideais de classe dos segmentos industriais misturaram-se e interpenetraram-se cada vez mais com ideais nacionais".

Norbert Elias[1]

Neste ano de 2014, o Brasil saiu oficialmente do "Mapa da Fome", um relatório sobre o estado de insegurança alimentar no mundo realizado pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO). Este levantamento avalia o desempenho dos países quanto às metas do Milênio e da Conferência Mundial de Alimentação, no que diz respeito ao Indicador de Prevalência de Subalimentação[2]. A condição inédita para o Brasil, resultado de uma complexa combinação entre políticas públicas e empoderamento popular, faz do presente um momento bastante oportuno para nos perguntarmos em uma perspectiva histórica como a fome e a desnutrição ingressaram na agenda do Estado brasileiro.

Para obter esta e outras respostas, a pesquisa desta tese teve como ponto de partida uma pergunta central: por que a partir de um determinado momento na Era Vargas os problemas alimentares dos brasileiros passaram a ser considerados empecilhos ao desenvolvimento e à industrialização do país? Esta questão foi desdobrada em outras ao longo da pesquisa: qual contexto social possibilitou que políticas públicas para o controle do fenômeno da fome e da desnutrição fossem criadas no âmbito da assistência social varguista? Que novo arranjo de forças e ideias permitiu que uma já existente comunidade científica de médicos nutrólogos, conhecidos especialistas nas questões alimentares e em estudos do conteúdo dos alimentos, fosse capaz de dirigir um denso aparato de instituições públicas nas

---

[1] Elias, Norbert. *O processo civilizador:* Uma história dos Costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994. vol.1. p. 230.

[2] Ver : Food and Agriculture Organization of the United Nations. *The State of Food Insecurity in the World 2014* : Strengthening the enabling environment to improve food security and nutrition. Disponível em: http://www.fao.org/publications/sofi/en/. Último acesso em 03 de novembro de 2014.

grandes cidades? Ou seja, quais fatores alçaram os problemas alimentares dos trabalhadores do país a um novo patamar da agenda pública?

Uma complexa rede formada por médicos, cientistas, químicos, políticos e visitadoras de alimentação compõe parte das respostas para essas indagações. No início do primeiro governo Vargas (1930-1945), medidas relativas à alimentação e ao que contemporaneamente convencionou-se chamar de determinantes sociais da saúde estavam muito distantes das políticas públicas. As ênfases da saúde pública no início dos anos 1930 recaíam essencialmente sobre concepções médicas que tinham no controle de doenças sua principal forma de atuação, especialmente no combate àquelas que afetavam o interior, as endemias rurais[3]. Não havia nas políticas do Ministério da Educação e Saúde (MES), especialmente na gestão de Gustavo Capanema (1934-1945), a relação entre saúde e alimentação; eram tempos da primazia do controle das endemias rurais[4]. Através de atividades administradas no MES, sobretudo pelos Serviços Nacionais de Malária, Peste e Febre Amarela, um certo otimismo sanitário, decorrente do relativo sucesso que determinados métodos profiláticos obtinham no controle e na erradicação de algumas doenças, minimizava o peso da medicina social e de condições pré-existentes do organismo relacionadas à imunidade, ao adoecimento e ao quadro nutricional[5]. A saúde no governo Vargas assumia, por um lado, um papel crescente no que se refere ao alcance das políticas públicas, mas, por outro lado, punha em prática uma concepção sanitária que não incorporava alimentação, abastecimento de água e condições habitação em suas frentes de trabalho cotidianas.

---

[3] Fonseca, Cristina M. Oliveira. *Saúde no Governo Vargas (1930-1945):* dualidade institucional de um bem público. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.

[4] O Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP) foi criado em 1930. Com a Reforma Capanema aprovada em 1937 a pasta passou a se chamar apenas Ministério da Educação e Saúde (MES). Cf. Hochman, Gilberto. "Reformas, instituições e políticas de saúde no Brasil (1930-1945)". In: *Educar*. Curitiba, n. 25, p. 127-141, 2005. Editora UFPR.

[5] Sobre a criação dos programas de controle e erradicação de endemias rurais e as atribuições da saúde pública entre as década de 1930 e 1960 ver: Hochman, Gilberto; Fonseca, Cristina M. O. "A I Conferência Nacional de Saúde: Reformas, Políticas e Saúde Pública em debate no Estado Novo." In: Gomes, Ângela de Castro. (org.). Capanema: o Ministro e seu Ministério. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000. p. 173-193; Campos, André Luiz V. de. *Políticas internacionais de saúde na Era Vargas:* o Serviço Especial de Saúde Pública, 1942-1960. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006; Muniz, Érico Silva. *Basta aplicar uma injeção?* Desafios e contradições da saúde pública nos tempos de JK (1956-1961). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Fino Traço Editora/EDUEPB, 2013.

À época, as responsabilidades pelos serviços de saúde estavam divididas institucionalmente, entre MES e o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC)[6]. Além de uma concepção curativa que privilegiava as grandes endemias, essa divisão demonstrava ainda a segmentação da cidadania vigente entre trabalhadores urbanos e populações rurais nos anos 1940.

O debate sobre a dimensão do problema da fome e da subnutrição no país não era recente entre a *intelligentsia* brasileira. Entre literatos, artistas e intelectuais, a dicotomia entre litoral e sertão, os problemas alimentares, de moradia e escassez de água caracterizavam uma realidade social vastamente lembrada por romances, poemas, crônicas e artigos de jornais[7]. Além dos clássicos da literatura e do esforço dos intelectuais em compreender esse panorama, parte da elite médica e dos cientistas igualmente reconhecia, desde fins do século XIX, a gravidade dos quadros de pobreza, miséria e fome encontrados pelo país. No entanto, apenas em um dado contexto político de ênfase, na modernização, na industrialização e na urbanização, associado a uma conjuntura internacional favorável, ocorreu a articulação de ideias científicas e práticas políticas, a transposição de projetos e execução de paradigmas da ciência como ação pública.

Apesar do debate e da mobilização de intelectuais, as primeiras iniciativas do Estado nacional brasileiro para aplicar os conhecimentos da nutrição nas políticas públicas teviram em si um caráter utilitário. Através de práticas de assistência social e da construção de uma cidadania urbana para trabalhadores, os conhecimentos do campo científico formado por médicos nutrólogos foram chamados a cooperar com o governo[8]. Precisamente, a criação do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS) é um importante marco institucional dessa história, quando, em 1940, foi dado início ao processo de construção de redes de restaurantes para operários e de armazéns, realizando comércio de alimentos em preço reduzido, elevando os saberes da nutrição a um alto patamar de relevância social. Essa mesma agência, anos mais tarde, organizaria visitação domiciliar de lares proletários em grandes

---

[6] Fonseca, Cristina M. Oliveira. *Saúde no Governo Vargas*. op. cit.

[7] Para os debates sobre litoral e sertão no pensamento social brasileiro ver: Lima, Nísia Trindade. *Um Sertão chamado Brasil*. Rio de Janeiro: IUPERJ/REVAN, 1999.

[8] Santos, Wanderley Guilherme. *Cidadania e justiça:* a política social na ordem brasileira. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

centros urbanos com finalidade de instruir, a luz dos saberes científicos da nutrição, as famílias sobre como deveriam se alimentar[9].

Beneficiando-se da valorização do tema da alimentação e da ameaça de uma carestia de alimentos com a conjuntura internacional da Segunda Guerra Mundial e, posteriormente, com o novo concerto entre as nações no período da Guerra Fria, as políticas de alimentação e os debates internos da área de nutrição no Brasil desenvolveram-se especialmente nas estruturas da assistência social de Vargas com seu foco voltado para trabalhadores urbanos. À época foram também iniciados projetos sobre desjejum e merenda para estudantes das escolas públicas em caráter experimental.

Para interpretarmos o ingresso dessas preocupações na agenda pública, assumimos Norbert Elias como inspiração teórica a partir de sua reflexão sobre a questão da transposição dos temores socialmente compartilhados na formação do Estado moderno. Os chamados medos sociogênicos gerados pela interdependência de indivíduos são sentimentos formados na longa duração e que produzem, como demonstrou Elias, hábitos e costumes específicos na existência social. A coexistência ocorre na formação dos grupos sociais, na hora de comer, nas noções de intimidade e de privacidade, na escolha das vestimentas e nos arranjos matrimoniais de uma dada cultura. Ao longo dos séculos, esses fatores produziram distinção social, o chamado "processo civilizatório". No estudo de Elias, os povos do Ocidente passaram por uma profunda transformação desses caracteres, com alterações comportamentais significativas. Ou seja, mudanças culturais, morais e psíquicas que podem parecer de menor importância foram fatores responsáveis por transformações teóricas, políticas e de formação dos Estados modernos[10].

Elias verificou que nas sociedades aristocráticas, de corte e, posteriormente, nas sociedades burguesas, as "classes superiores" desempenhavam a função de "mola propulsora

---

[9] Entres os estudos que analisam a ação do SAPS como parte da política Varguista estão: Evangelista, Ana Maria da Costa. "Prato do dia no SAPS: arroz, feijão, discos e livros.". In: Ferreira, Jorge. *O Rio de Janeiro nos jornais*: ideologias, culturas políticas e conflitos sociais (1946-1964). Rio de Janeiro: 7 Letras, 2011. pp. 122-135; Fogagnoli, Marcela Martins. *Almoçar bem é no SAPS! Os trabalhadores e o Serviço de Alimentação da Previdência Social (1940-1950)*. Dissertação (Mestrado em História Social – Universidade Federal Fluminense). Rio de Janeiro, 2011.

[10] Elias, Norbert. *O processo civilizador*... v.1. op. cit.

da civilização”[11]. Determinados pelo desenvolvimento da burguesia e seus mecanismos de distinção social, a noção de processo civilizador desenvolveu-se na França ou nos Estados alemães por meio de ideias que datam de fim do século XVIII e que foram desenvolvidas ao longo da Renascença, momento da tomada de consciência da própria ideia de civilização, uma espécie de noção coletiva de superioridade. Historiando livros de etiqueta, códigos de comportamentos e maneiras, Elias observa que transformações à mesa, no ato de comer e mesmo alterações do que se come não se deram inicialmente sob a égide de um discurso higienista ou científico, mas por mudanças nos padrões de relação entre as pessoas, por motivação moral e distinção social. Dessa maneira, os modos, o surgimento e a utilização de utensílios como garfo, faca, louças e tigelas individuais, o hábito e a forma de comer carnes são exemplos da secularização de um mundo de corte à mesa, da formação de comportamentos[12].

Ao lado de novas noções de intimidade e privacidade essas mudanças foram determinantes para a formação dos Estados nacionais e, por conseguinte, das políticas públicas e da coletivização do que se mais tarde chamaria de bem-estar social. O conjunto de razões que determinam a moderação na hora de comer ou mesmo a regulação da frequência de ingestão de determinado alimento, seja por motivação higiênica ou imposição científica, teve em outros tempos, outras culturas, justificativas baseadas meramente em uma moralidade burguesa. Essa perspectiva ajuda a dimensionar o padrão social das alterações orientadas pela ciência criada para quantificar e qualificar o conteúdo dos alimentos. Para Elias, sociedades industrializadas tiveram os comportamentos cotidianos cercados de tabus por todos os lados[13]. Em nosso objeto de estudo não é diferente, a intervenção do Estado na alimentação de populações urbanas pobres em tempos de crescimento industrial teve essa dimensão de aplicação social de ideais higiênicas e valores da ciência simultaneamente ao processo de distinção social.

Podemos afirmar que a ciência da nutrição nos anos 1940 passava por um estágio de padronização de seus paradigmas, de discussões em nível nacional e internacional do papel da nova ciência, definindo parâmetros de estudos e intervenção pública nas questões alimentares.

[11] Ibidem. p. 155.

[12] Idem.

[13] Idem.

A essa dinâmica interna de funcionamento e reprodução de ideias científicas, acrescemos o plano da história política, que, no caso do Brasil, é o contexto do reconhecimento social do problema da fome como mazela e de criação das primeiras políticas efetivas para lidarem com os problemas alimentares dos brasileiros atrelando-os em um primeiro momento aos rendimentos da força de trabalho. As providências para a alimentação dos brasileiros haviam sido restritas até 1939, quando se deu o advento do Restaurante Central do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI) e depois, com o SAPS. Essas medidas traduziram-se em realização de inquéritos e pesquisas sobre conteúdo dos alimentos, na formação de médicos nutrólogos, técnicos e visitadoras alimentares e na gerência de restaurantes populares urbanos. Juntamente à instalação, na então capital federal, do Instituto Nacional de Nutrição[14], que também corresponde a uma das primeiras medidas realizadas a partir da ideia de que práticas alimentares eram fatores de adoecimento derivados da pobreza. Assim, o governo Vargas alçava as ideias sobre mudança social via alimentação a outro patamar institucional.

Esse movimento se dá ainda pelas características do tipo de trabalhismo brasileiro em execução no Estado Novo. Para Ângela de Castro Gomes, os trabalhadores foram importantes atores sociais à época. Nessa perspectiva, Vargas utilizou-se da política social e da concessão de benefícios aos trabalhadores também como uma dimensão simbólica, parte da construção da imagem de nação e do trabalhador nacional. O Estado pós-1930 aumentava sua intervenção na economia, criando leis e um novo pacto social entre governo e trabalhadores[15]. Assim, entendemos a criação do SAPS, agência dedicada à gestão da política social para alimentação de trabalhadores, como uma medida que estava ligada aesse projeto em curso, já que essa instituição deveria gerir restaurantes populares com refeições baratas e regular o modelo alimentar dos refeitórios nas grandes fábricas.

A consolidação de uma comunidade científica, a dos médicos nutrólogos, acompanhou esse adensamento de preocupações do estado varguista com a alimentação operária. Nesse ponto, destacamos o protagonismo de Josué de Castro (1908-1973). Membro do Instituto Nacional de Nutrição, além de sua influência política, Castro escreveu estudos sobre fome e subnutrição no Brasil que logo se tornaram clássicos sobre o tema. Tratando a fome e as

[14] Atual Instituto de Nutrição Josué de Castro (INJC) ligado a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

[15] Gomes, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. 3.ed.

carências alimentares de forma prioritariamente política, Castro e seus associados incluíram o pressuposto da resistência e da dificuldade de recuperação de algumas doenças nas concepções sobre saúde de seu tempo relacionando-as com a alimentação[16]. Castro considerava em seus trabalhos que as carências nutricionais e diferentes quadros de fome encontrados na região do sertão nordestino – que era uma área considerada de fome epidêmica – interferiam diretamente na vida e no metabolismo dos sertanejos debilitando-os para o trabalho.

Conhecido por seus estudos que se tornaram posteriormente referência sobre o fenômeno da fome, Josué de Castro foi o mais importante nome dessa geração, atuando em espaços universitários de produção de conhecimento, instituições de cooperação internacional, e no Congresso Nacional. Castro realizou uma série de inventários sobre o problema da fome e da desnutrição no Brasil e em outras regiões, incluindo a questão alimentar no grupo de variáveis que interferem na saúde e nas condições de vida das populações mais pobres. Atuando em escolas de ciências sociais, na Universidade do Recife, na Universidade do Brasil e em instituições europeias, participou de importantes debates das ciências humanas, preocupando-se com os temas relacionados ao desenvolvimento, à fome e à questão das identidades regionais. Em sua obra-prima, o livro *Geografia da Fome*, trava um diálogo com expoentes das ciências sociais brasileiras[17].

Castro expõe os quadros de desnutrição encontrados pelo Brasil e dialoga com pesquisas médicas e autores ícones do pensamento social brasileiro como Euclides da Cunha, Gilberto Freyre, Caio Prado Junior e Sérgio Buarque de Hollanda. Dessa maneira, a produção do médico e sociólogo pernambucano inscreve-se também nessa linhagem ao interpretar a civilização do país através da análise das carências nutricionais de seu povo, diagnosticando suas doenças e conhecendo sua biologia também pela contribuição das ciências sociais.

---

[16] Referimo-nos especialmente ao grupo que publicava no periódico *Arquivos Brasileiros de Nutrição*, publicação que desde 1944 era mantido pelo Instituto Nacional de Nutrição. Ver: Batista, Everaldo de Lima. "Alimentação e hábitos alimentares do sertão alagoano". In: *Revista Brasileira de Medicina.* set. 1958. In: *Arquivos Brasileiros de Nutrição.* v. 15. n.1. 1959. jan-jun. p. 80-90; "Editorial: O problema alimentar e o subdesenvolvimento do nordeste brasileiro". In*: Arquivos Brasileiros de Nutrição*. v. 14. n.2. 1958. jul-dez. p.5-8; "Editorial: Fome – dura realidade." In: *Arquivos Brasileiros de Nutrição.* v. 13. n.2. 1957. jul-dez. p.5-8; Resenha ao artigo de Barreto, João de Barros. & Borges, Pedro. "A alimentação racional do nordeste brasileiro". In: *Arquivos Brasileiros de Nutrição*. v. 12. n.2. 1956.

[17] Castro, Josué de. *Geografia da Fome*: o dilema brasileiro: pão ou aço. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984. 10.ed.

Considerando hábitos e costumes, economia e sociedade, medicina e sociologia, o fenômeno da fome estudado por Castro sugere uma chave explicativa inovadora para pensar ainda a história do Brasil contemporâneo[18].

Um novo momento do campo da nutrição e o arranjo institucional trazido pela política trabalhista de Vargas nos permitem identificar e discutir o legado de Castro e de outros atores. Além de médicos nutrólogos envolvidos nesses debates a partir de 1940, as ciências sociais contribuíram para a orientação social da nutrição, participando da formação da mesma como disciplina e das diretrizes da política estatal em curso[19]. Tal colaboração entre nutrição e ciências sociais é importante para entendermos as etapas de desenvolvimento do capitalismo urbano-industrial. Historicamente, o interesse pelo ato de comer definiu objetos de estudos culturais e da Antropologia. A interdependência ou globalidade ligada à ideia de comer como identidade social dos indivíduos, como atividade ou impulso humano central foi fundamental em clássicos fundadores das ciências sociais como os trabalhos de Malinowski e de Lévi-Strauss e também para o desenvolvimento do campo da Antropologia da Alimentação[20].

A Sociologia e a Antropologia da Alimentação veem a comida como fator organizador da vida social que interfere em fenômenos relacionados ao poder e à cultura. Segundo Sidney Mintz, os laços de parentesco matrilineares envolvidos no processo de cozinhar alimentos em algumas sociedades, as decorrentes questões de gênero ligadas à cozinha, os aspectos da produção e da circulação dos alimentos e o prestígio social que os mesmo podem assegurar a um dado grupo foram temas de clássicos das ciências sociais desde os anos 1920 e 1930. As funções sociais da comida reenquadraram-se com o advento de um mercado mundial de alimentos, momento em que os antropólogos passaram a focar também na produção, distribuição e consumo de gêneros alimentícios. Os estudos sobre a difusão das culturas do milho, da mandioca, do tomate e da batata são exemplos de como esses rituais alimentares de

---

[18] Castro, Josué de. *Geografia da Fome*. op. cit

[19] Cf. L'Abbate, Solange. "As políticas de Alimentação e Nutrição no Brasil". In: *R. Nutr. PUCCAMP*, Campinas, 1(2):87 - 138, jul/dez., 1988

[20] Mintz, Sidney W. "Comida e antropologia: uma breve revisão". In: *Rev. Bras. Ci. Soc.* 2001, vol.16, n.47, pp. 31-42.

sociedades ocidentais industrializadas viraram alvo dos estudos culturais, a partir da ideia de que a comida a constituiu-se como "um capítulo vital na história do capitalismo" [21].

Mary Douglas demonstrou que, para a Antropologia, "decifrar" uma refeição é entender a comida como código moral. Esse processo que pode ser evidenciado nas distinções entre o ato de comer e suas particularidades assumidas em dias de semana, festividades, fins de semana, celebrações como aniversários, casamento ou mesmo o Natal adquire sentidos específicos e variantes entre grupos sociais distintos. Douglas argumenta que, desde a influência de Lévi-Strauss e sua tentativa de traçar uma linguagem da comida inerente aos seres humanos, esquemas e gráficos explicativos da antropologia passaram a desvendar o ato de comer. Em distintas sociedades a questão cultural referente à alimentação sempre se destacou como, por exemplo, na estratificação social do complexo modelo hierárquico de castas indianas, na prática de nomear e designar um horário para cada refeição (como café da manhã, almoço e jantar) ou mesmo nos utensílios utilizados por cada civilização para cozinhar e comer[22].

Dessa perspectiva, podemos apreender que diversas são as variáveis que compõem a história de uma política social estatal para a alimentação. A relação entre os programas nacionais que surgiam à época e a cooperação internacional na área de políticas de educação alimentar, contra desnutrição e fome são uma das maneiras de entendermos as práticas e os hábitos relativos ao consumo alimentar de trabalhadores. Por isso, pretendemos estudar a experiência do Brasil, considerando a atuação na capital federal e o processo de interiorização, observando os médicos nutrólogos em ação ao participarem ativamente das tomadas de decisões das autarquias e serviços na área de assistência social. Dessa forma, procuramos compreender como os mesmos foram importantes atores na história das políticas sociais para a alimentação no Brasil. Ao lado da tradição de pesquisas na área de nutrição praticada desde o início do século XX, a conjuntura internacional da Segunda Guerra Mundial viabilizou a implantação de políticas públicas, tais como a criação das primeiras escolas de nutrição e de uma rede de restaurantes operários.

---

[21] Ibidem. p. 33.

[22] Douglas, Mary. "Deciphering a Meal". In*: Daedalus*, Vol. 101, No. 1, Myth, Symbol, and Culture (Winter, 1972), pp. 61-81.

Os estudos sobre história das relações sociais e da política social no Brasil destacam o advento de uma rede de proteção social gradativa ao desenvolvimento do capitalismo nacional e internacionalmente. A política social brasileira deve ser compreendida entre as orientações macro-econômicas de um período histórico e as alternativas sociais possíveis nos limites de uma sociedade capitalista. Externamente, o *welfare* desenvolve-se em um ambiente de predomínio do liberalismo e da negação da política social, porém com intensa formação da classe operária. Seguindo um padrão interventor internacional, o incremento da ação estatal brasileira em políticas sociais data dos anos 1930 como desdobramento da crise de 1929, porém em uma sociedade ainda pouco industrializada. Além dos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs) e das Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAPs) que surgem a partir de 1933, um sistema previdenciário se desenvolve paralelamente à promulgação de alguns direitos trabalhistas como auxílios doença, maternidade, família e seguro-desemprego, configurando assim as primeiras medidas de serviço social[23].

A prática profissional da assistência social ganha força a partir de 1937 com as políticas trabalhistas implementadas pelo Estado Novo. A ação da política social desde seus primeiros anos foi de mediação entre interesses do governo, do empresariado industrial em expansão e de trabalhadores. A realização de política social através da prática de inquéritos e pesquisas sociais atuou ativamente no processo de readaptação às necessidades do capitalismo industrial. Dessa forma, a legislação sindical, as primeiras escolas de serviço social e a atuação da Legião Brasileira de Assistência (LBA) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), este último criado em 1942, intensificam-se durante a Segunda Guerra Mundial reforçando um sistema de adequação da força de trabalho e atrelando cidadania e direitos sociais à profissão[24].

O desenvolvimento de novas políticas públicas, sobretudo a criação do SAPS, contribuiu para esse novo contrato social entre trabalhadores e Estado. Cabe ressaltar que nesse momento estariam cobertos por essa cidadania apenas os trabalhadores urbanos, os direitos dos trabalhadores do campo ficaram excluídos desse processo até a criação de um

---

[23] Malloy, James M. *A política da Previdência Social no Brasil.* Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986.

[24] Santos, Wanderley Guilherme. *Cidadania e justiça. op. cit.*

programa de previdência para a área rural em 1970[25]. O conceito de "cidadania regulada", de Wanderley Guilherme dos Santos, irá nos auxiliar na interpretação da mudança pretendida no cotidiano alimentar de trabalhadores formalizados nas grandes cidades, sobretudo os industriários[26]. Entre os novos benefícios, um deles compunha uma área de ação inédita, a chamada assistência alimentar ou assistência social em alimentação que geria ou outorgava concessões de direitos a partir de demandas cotidianas de movimentos de trabalhadores, por vezes concedidos a partir de reivindicações e de organização de movimentos sociais, outras vezes a partir do tipo de proteção que vinha sendo criada externamente. Investigar as relações entre a modernização agrícola e a indústria, a produção de alimentos associada aos projetos de desenvolvimento também é parte da tarefa de interpretar as novas instituições que observaremos ao longo desta tese.

O debate acerca do valor nutritivo dos "alimentos nacionais" e da modernização das indústrias alimentícia e agrícola foi parte da consolidação da alimentação como importante canal de intervenção estatal. As ideias relacionadas aos temas da fome e da desnutrição que envolveram também os campos do movimento sanitarista, Igreja, filantropia e cooperação internacional contribuíram ainda para interpretar as medidas e conceitos adotados pela saúde pública, observando sua relação com a história social do Brasil. O debate sobre a necessidade de mudança de hábitos alimentares dos brasileiros evidencia os valores que nortearam a construção de políticas da saúde e da educação públicas da época.

Os investigadores do tema no Brasil têm com frequência chamado a atenção para diversas formas de se interpretar as medidas para minimizar o problema alimentar no Brasil sendo, o Estado um destacado protagonista dessa história[27]. A primazia dos interesses

---

[25] Ver Garcia, Nicole Régine. *PRORURAL*: uma política previdenciária para o campo no Governo Medici (1969-1973). Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2010.

[26] Santos, Wanderley Guilherme. *Cidadania e justiça.* op. cit.

[27] Lima, Eronides da Silva. *Mal de fome e não de Raça:* Gênese, constituição e ação política da educação alimentar: Brasil – 1934-1946. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000; Acuña, Kátia; Cruz, Thomaz. "Surgimento da ciência da nutriçäo e breve histórico das políticas de alimentaçäo no Brasil". In: *Revista Baiana de Saúde Pública* 27(1/2)(1/2): 114-123, jan.-jul. 2003; Arruda, Bertoldo Kruse Grande de; Arruda, Ilma Kruze Grande de "Marcos referenciais da trajetória das políticas de alimentação e nutrição no Brasil". In:*Rev. Bras. Saude Mater. Infant.*7(3): 319-326,2007. Sep.; Barros, Maria Sylvia & Tartaglia, José Carlos. "A Política de Alimentação e Nutrição no Brasil: Breve histórico, avaliação e perspectivas." In: *Alimentos e nutrição.* Ano: 2009 Vol:14 n.1

econômicos, a construção da assistência social dos anos Getúlio Vargas, o papel de agências e organismos internacionais, o relativo esvaziamento das discussões na década de 1950 e a nova apropriação da assistência social nos anos do regime militar foram características que nortearam alguns dos principais estudos da história da alimentação e da nutrição no Brasil [28].

Para esses trabalhos, deve-se analisar o debate político sobre a composição química dos alimentos, a dimensão do problema da fome e do adoecimento no país e como esses temas relacionaram-se com os programas verticais de saúde concebidos em modelo de campanha. Na então capital federal, também partia da ideia de que a alimentação era fator de adoecimento derivado da pobreza. Anos mais tarde, em 1952, o mesmo grupo de médicos nutrólogos em ação na década de 1940 promoveria um censo entre escolares e a divulgaria um Plano Nacional de Alimentação e Nutrição chamado "*Conjuntura Alimentar e o Problema da Nutrição no Brasil*". Esse plano serviria de base para outro importante debate no plano simbólico que culminaria na criação da Campanha da Merenda Escolar, em 1955[29]. Assim, surgiam políticas que estruturaram gradualmente um programa de intervenção estatal na alimentação de amplitude nacional.

Os temas relacionados à fome, à desnutrição e à alimentação dos trabalhadores, considerando também suas relações com o adoecimento, predominaram na década de 1940. Dessa forma, analisamos os debates travados e o papel dos periódicos como veículos das comunidades científicas e de divulgação de suas ideias para sociedade. Para realizarmos uma história social das políticas para alimentação de trabalhadores urbanos, reconstruiremos debates acadêmicos históricos e observaremos redes de homens e mulheres no tempo, recorrendo a variadas fontes históricas.

O trabalho em arquivos e bibliotecas que preservam material referente à história da nutrição e da saúde pública brasileira visou reconstituir atividades e reorientações oficiais dos programas de saúde, educação e assistência social. Dessa forma, atos oficiais, leis, relatórios

---

[28] Bezerra, José Arimatea B. "Do Programa Nacional de Merenda Escolar (1954) ao Programa Fome Zero (2003): rastros do itinerário da política de alimentação escolar no Brasil". In: José Arimatea Barros Bezerra; Maria Juraci Maia Cavalcante. (Org.). *Biografias, instituições, idéias, experiências e políticas educacionais.* Fortaleza: Editora UFC, 2003, v. 1, p. 449-467; Freitas, Maria do Carmo Soares de. *Agonia da Fome.* Salvador: EDUFBA/Editora Fiocruz, 2003; Madeley, John. *O comércio da fome.* Petrópolis: Vozes. 2003; Minayo, Maria Cecilia de Souza & Silva, Alberto Carvalho (orgs.). *Raízes da fome.* Petrópolis: Vozes, 1987.

[29] Cf. Decreto nº 37.106, de 31 de março de 1955.

técnicos, regimentos e cartas pessoais compõem a maior parte da tipologia das fontes consultadas. Imagens e fontes orais completam o escopo documental analisado. As entrevistas com sanitaristas e membros de equipes do SAPS, que realizaram atividades de assistência social em alimentação, dimensionam aspectos do problema da fome no cotidiano de trabalhadores urbanos e migrantes.

A ação da cooperação internacional em saúde pública envolvendo a criação de parâmetros internacionais para a nutrição e os esforços de reconstrução da Segunda Guerra Mundial confirmam o apoio de organismos internacionais e da filantropia aos programas de mecanização agrícola e de erradicação de doenças carenciais e ao processo de inclusão do papel da nutrição na agenda de agências recém-criadas. Destacamos ainda a importância de dois periódicos: o Boletim do MTIC e Arquivos Brasileiros de Nutrição (ABN), este último o primeiro do Brasil dedicado exclusivamente à nascente disciplina da nutrição. Os dois boletins foram responsáveis por polarizarem o debate sobre suplementação alimentar, valores nutritivos dos alimentos relacionando-os com os problemas da fome e da desnutrição no país. Editado inicialmente pelo Instituto de Nutrição da Universidade do Brasil (INUB), entre 1944 e 1968, os ABN contarou com constante colaboração de Josué de Castro e outro nomes importantes envolvidos com o processo de institucionalização da nutrição no país. Nesse fórum, esses atores debateram questões relacionadas à pobreza e ao atraso do país[30].

A presença da história oral nesta pesquisa (depoimentos de usuários dos restaurantes, ex-funcionários, ex-visitadoras de alimentação do SAPS no Rio de Janeiro, em São Paulo e Fortaleza) pretende dimensionar ruídos, problemas e ajustes de serviços e campanhas, questões para além daquela apresentada pelos relatórios e boletins. Apesar dessas memórias serem uma releitura do passado repleta de saudosismos e esperanças, elas efetivamente situam a ação de um grupo de pessoas que acreditava nas intervenções da nutrição como ciência aplicada[31]. Por meio das entrevistas pudemos observar, para além das pretensões oficiais das

---

[30] Cf. Vasconcelos, Francisco de Assis G. "Os Arquivos Brasileiros de Nutrição: uma revisão sobre produção científica em nutrição no Brasil (1944 a 1968)". In: *Cad. Saúde Pública.* Rio de Janeiro: 15 (2): 303-16, abr-jun, 1999.

[31] Sobre os limites e especificidades da história oral e dos estudos biográficos ver: Amado, Janaína & Ferreira, Marieta de Moraes (coords.*). Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. pp. 183-191; Le Goff, Jacques. "Introdução" e "Nota da introdução". In: *São Luís*: biografia. Rio de Janeiro, São Paulo:

políticas públicas em formação e dos conhecimentos científicos do período, a realidade de migrantes, de trabalhadores, homens, mulheres e crianças que sobreviviam com as possibilidades do que viesse à mesa nas horas de comer.

Esta tese tem seus marcos cronológicos definidos por 2 momentos simbólicos na conformação da política social para alimentação nacional; analisaremos projetos, debates e ideias situados entre 1939 e 1947. Consideramos que a criação do Restaurante Central do IAPI (Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários) em 1939 inaugura um novo momento na preocupação com a alimentação operária das grandes cidades. Essa experiência, que serviria de referência para o lançamento do SAPS no ano seguinte, é emblemática na implementação do caráter utilitário entre trabalho e alimentação. A consolidação de comunidades científicas e a intensa publicação de estudos e pesquisas sobre alimentos vivem novo momento ao longo dos anos 1940. Fortalecidos pelo contexto político, os debates sobre as questões alimentares ganham importância em projetos nas áreas de saúde, educação e assistência social, inclusive ultrapassando os limites da capital da República. O ano de 1947, ocasião da formatura da primeira turma de alunas do curso de visitadoras de alimentação do SAPS no Ceará, é o ponto final de nossa cronologia da expansão e do fortalecimento das instituições públicas na área de política alimentar.

Os resultados desta tese estão divididos em quatro capítulos. No primeiro capítulo veremos a história da construção dos padrões científicos do campo da nutrição. A formação de tradições internacionais, o peso das principais ideias e a atuação de uma geração de nutrólogos serão elementos para depois compreendermos o quadro que se forma a partir de 1939. Destacamos as discussões travadas na Organização de Saúde da Liga das Nações (OSLN) ao longo da década de 1930, para formação profissional de médicos nutrólogos. A dimensão internacional e o decorrente rearranjo interno de forças com a deflagração de Segunda Guerra Mundial e as hesitações de alinhamento político no Brasil produziram um bom momento para barganhas no campo das políticas de assistência social, muitas delas, antigos anseios de ocupação territorial e dos planos de interiorização do regime de Vargas. A ampliação da escala para além do caso nacional mostrará que a entrada das questões alimentares no estado de bem-estar social era uma realidade compartilhada em diversos

---

Record, 2007. pp. 19-30, 31-32. Loriga, Sabina. “A biografia como problema”. In: Revel, Jacques (orgs.). *Jogos de escala*: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998. pp.225-249.

contextos, notadamente a América do Norte e os estados nacionais latino-americanos que viviam o fortalecimento das intervenções na alimentação com mais força paralelamente aos seus processos de urbanização e industrialização.

No capítulo dois analisamos ideias, experimentos, estudos e conceitos dos médicos nutrólogos, sobretudo daqueles que trabalharam no SAPS do Rio de Janeiro e na Escola de Recife. Através da análise de periódicos e publicações diversas veremos o caráter pedagógico, prescritivo e proibitivo do trabalho realizado. Partindo da alegoria do caso da mandioca e seus derivados, nossa análise discutirá como a condenação da farinha de mandioca na dieta das famílias pobres é em si uma representação de concepções autoritárias e verticais do saber médico e da nutrologia. Histórica conhecida das mesas operárias, a farinha e outros alimentos capitanearam o discurso do atraso e da baixa produtividade sinalizando para os desejos de mudanças de hábitos por parte dos médicos nutrólogos.

A experiência do SAPS no Rio de Janeiro e seus desdobramentos serão estudados no terceiro capítulo. Por meio de uma espécie de visita ao refeitório, à cozinha e ao prédio instalado na zona norte da cidade, observamos como ideias ali gestadas, na esfera micro perspectiva característica de laboratórios e ambientes acadêmicos, transformaram-se, além de paradigmas científicos, em milhares de almoços servidos por dia para trabalhadores das grandes cidades. Veremos como pratos balanceados com objetivo de corrigir as discrepâncias alimentares das famílias brasileiras na visão dos médicos nutrólogos tinham em si um caráter mais abrangente, de mudança de hábitos e não, meramente, de suplementação alimentar. Analisaremos como o projeto do SAPS ia além do espaço do refeitório em meio ao desenvolvimento dos planos de assistência e mudança social em curso.

Por fim, o capítulo quatro, toma o caso da cidade de Fortaleza como síntese do projeto de modernização via alimentação em curso no país. A capital do Ceará vivia fortes transformações urbanas e uma profunda reorientação na sua importância política em âmbito nacional. As bases militares norte-americanas recebidas durante a Segunda Guerra Mundial, o Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), a migração dos “retirantes” da seca de 1941-1942 para os seringais amazônicos – evento que ficou conhecido como Batalha da Borracha – a instalação de um restaurante operário e uma escola de visitadoras de alimentação do SAPS, Fortaleza ganhasse um outro espaço na política e economia nacional. O fluxo interno de migrantes, a presença de cônsules e autoridades internacionais em paralelo ao crescimento

urbano reenquadraram Fortaleza nacional e internacionalmente. As intervenções alimentares foram partícipes do processo de mudança social em curso na capital cearense, formando técnicas em nutrição, fundando instituições duradouras e temporárias do esforço de Guerra e fazendo com que o Estado brasileiro incluísse a cidade no mapa, garantindo esse legado para a disciplina da nutrição e para as tradições de assistência social brasileiras no que se refere às possíveis associações entre desenvolvimento, pobreza e alimentação popular.

Espera-se ao fim desta tese que se entenda a Era Vargas como marco fundador da ciência e da política social para alimentação no país. Revestida de filiações institucionais centralizadas, e por vezes autoritárias, a política alimentar inaugurada por Vargas é um interessante encontro de agendas, entre discursos modernizadores e políticas de controle social; entre homens médicos e mulheres técnicas; entre planos civilizadores e o empobrecido do operariado urbano; entre agenda nacional e o concerto internacional; entre conhecimentos científicos e saberes populares; entre o local, o nacional e o internacional. A possibilidade de observarmos quando debates sobre vitaminas e desnutrição saem de laboratórios e ganham forma na materialidade institucional do país. Um momento privilegiado para estudarmos quando a fome deixa de ser o estado individual de querer comer e passa a efetivamente representar uma mazela da nação. Aspectos de uma história de milhões de pessoas para quem fome não significava um breve intervalo de tempo entre o almoço e o jantar.

CAPÍTULO 1

ALIMENTAÇÃO, CIÊNCIA E PODER:
O INGRESSO DA NUTRIÇÃO NA AGENDA DA SAÚDE INTERNACIONAL

> *"Para extirpar a fome da superfície da Terra é necessário, pois, levantar os níveis de produtividade dos povos ou grupos marginais, integrando-os, através do progresso econômico, na comunidade econômica mundial".*
>
> Josué de Castro[32]

A entrada da alimentação na agenda do campo da saúde pública deu-se um contexto de reenquadramento das preocupações sociais do entre-guerras com a criação de instituições internacionais. Beneficiando-se das transformações econômicas conhecidas ao longo das décadas de 1920 e 1930 e agravadas com a Segunda Guerra Mundial, os saberes científicos sobre nutrição e sua relevância social foram chamados para a tarefa de "racionalizar" os conhecimentos sobre os alimentos. Tal movimento ocorreu paralelamente à crescente industrialização, com altos índices de desemprego, alcoolismo, violência, migrações para as cidades e crises de abastecimento de alimentos.

A apropriação desse novo movimento que associava fome à mendicância e a outras mazelas sociais possibilitava o encaminhamento de novas políticas sociais. Sob a justificativa de que somente o crescimento econômico auxiliaria e incorporaria multidões na comunidade econômica global surgiam as primeiras políticas de assistência coordenadas pelos países e por organismos internacionais[33]. Dessa maneira, a história da assistência social promovida pelos

---

[32]Castro, Josué de. *Geopolítica da Fome*: Ensaio sobre os problemas de alimentação e de população no mundo. Rio de Janeiro: Editora da Casa do Estudante do Brasil, 1955. 3.ed. p. 338.

[33] Sobre a primazia do desenvolvimento como solução dos problemas econômicos e sociais em escala internacional, ver: Staples, Amy L. S. *The Birth of Development*: How the World Bank, Food and Agriculture Organization, and the World Health Organization Changed the World, 1945–1965. Kent, OH: Kent State University Press, 2006.

Estados nacionais e pela Liga das Nações é entendida também como parte de uma fase de institucionalização científica e política da nutrição, momento de definição de parâmetro de uma ciência e de uma ação social.

Estudar as mudanças nos padrões alimentares das populações ao longo do tempo é uma das maneiras de fazermos a análise dos avanços (e recuos) da intervenção do Estado e das ciências no processo de definição de padrões alimentares cientificamente aceitos e referendados. O poder dos médicos nutrólogos de barganha por investimentos em pesquisa foi aumentado em função da alimentação ter se tornado alvo das preocupações e tensões populares não só na Europa mas também em variados outros contextos urbanos. Para Vernon, a existência de normatização dos conhecimentos científicos, a entrada das políticas de alimentação na pauta governamental e o protagonismo de determinados movimentos sociais e políticos foram determinantes para a criação uma rede de assistência iniciada por restaurantes populares ou refeições escolares em diversos países. Na Europa dos anos 1930 e 1940 os saberes da ciência da nutrição associados às diretrizes para as políticas públicas tornaram-se centrais também para o desafio da reconstrução social, especialmente durante e após a carestia da Segunda Guerra Mundial[34].

A valorização da alimentação como fator responsável por elevar os padrões de vida das populações e como método preventivo de doenças ganhava força durante o surgimento das agências internacionais, sobretudo após 1921 com a criação da Organização de Saúde da Liga das Nações (OSLN). Os trabalhos para a definição de padrões de nutrição e pobreza marcaram a saúde internacional, após a crise de 1929[35]. A Liga das Nações (1919-1946) que pouco produziu efetivamente do ponto de vista de políticas públicas em seus estados-membros, por outro lado, teve um destacado papel nas discussões sobre padrões de vida globais.

Com destaque ao protagonismo dos médicos nutrólogos, medidas e programas globais de assistência técnica foram lançados com fins de minimizar o problema da fome global ou ao menos a ameaça causada por ela. Ainda que o sucesso de algumas dessas medidas tenha sido

[34] Cf. Vernon, James. *Hunger*: A Modern History. Cambridge, Massachusetts, London: The Belknap Press of Harvard University Press, 2007. p. 134.

[35] Barros, Maria Sylvia & Tartaglia, José Carlos. "A Política de Alimentação e Nutrição no Brasil." op. cit.

extremamente limitado, especialmente no imediato pós-guerra, a ênfase em auxílio a programas para suplementação alimentar coordenados em escala nacional em detrimento dos ambiciosos planos de erradicação global de doenças representam a entrada definitiva da alimentação na pauta dos principais organismos internacionais[36].

Neste capítulo discutiremos aspectos da gênese dos saberes em alimentação nas recém-criadas instituições internacionais nas décadas de 1920, 1930 e 1940. Veremos como as possibilidades da época produziram um novo momento nos determinantes do adoecimento e da saúde e como os estudos de uma geração de cientistas pôde fundar escolas, comunidades científicas e instituições públicas para viabilizar projetos de intervenção alimentar, processo que ocorreu simultaneamente ao movimento de modernização e urbanização dos países da Europa e das Américas.

1.1) O internacionalismo e os debates na Liga das Nações

O período de crise internacional entre 1919 e 1939 foi marcado por tensões sociais, econômicas e instabilidade política. Na Europa do entre guerras, um novo concerto das nações se esboçava em meio ao crescimento de regimes totalitários. Esse contexto de abalo social colaborou para o desenvolvimento de ações com fins de intervir na alimentação das populações, incentivando debates que se deram nas instituições internacionais que eram criadas à época. Para Barona, trata-se de um momento onde novas possibilidades de ação social traziam a nutrição para o dia a dia da cultura de uma sociedade, para a economia, com reflexos nos serviços de saúde pública. É nesse período que surgem a Liga das Nações e da Organização Internacional do Trabalho (OIT), em 1919. Assim como o Instituto Internacional de Agricultura (IIA), criado em 1905, essas instituições internacionais contribuíram para a inclusão das preocupações com alimentação na agenda estatal, especialmente após a crise de 1929. Essas agências trabalharam principalmente na elaboração das diretrizes de ação

[36] Ruxin, Joshua Nalibow. *Hunger, science and politics*: FAO, WHO and Unicef nutrition policies, 1945-1978. Tese de doutorado: University of London. London, 1996.

científica da nutrição, na busca de dietas balanceadas e na definição de padrões e paradigmas para o campo[37].

Antes de prosseguirmos na análise sobre o papel da cooperação internacional em saúde e os desdobramentos institucionais para a alimentação das populações cabe mencionarmos as distinções entre dois importantes conceitos: saúde internacional e saúde global. Theodore Brown, Marcos Cueto e Elizabeth Fee definiram que os primeiros movimentos para articular diferentes países em ações de saúde datam do século XIX e estavam essencialmente preocupados com o controle de epidemias nas fronteiras entre as nações com as ameaças trazidas pela maior circulação de pessoas e mercadorias geradas pelo novo momento do capitalismo. Contemporaneamente tem se convencionado definir "saúde internacional" como um conjunto de ações definidas e coordenadas entre governos, enquanto "saúde global" é o processo de definição de parâmetros mínimos, da difusão de tecnologias e ideias sobre direitos humanos que deveriam ser aplicados. A criação da Organização Mundial da Saúde (OMS), em 1948, é um importante marco institucional nesse processo[38].

A primeira fase das ações da cooperação internacional em saúde que vai de 1851 a 1912 foi marcada por medidas que estiveram restritas à ameaça à circulação de pessoas e à implantação de cordões sanitários. A realização de encontros intergovernamentais esporádicos - foram apenas 11 entre 1851 e 1913 - foi marcada por debates e conferências sanitárias que contribuiriam para a aproximação entre política sanitária e ciência debatendo a influência das doenças como a cólera, a febre amarela e a peste bubônica na agenda internacional, delimitando quando deveriam acontecer as quarentenas e isolamentos de doentes, sobretudo nas regiões portuárias[39].

Nosso recorte de estudo corresponde à segunda fase da cooperação internacional em saúde, momento em que os encontros das nações se institucionalizavam. A Oficina Sanitária Panamericana, atualmente a Organização Panamericana da Saúde (OPAS), foi criada em 1902

---

[37] Barona, Josep L. "Nutrition and Health. The International Context During the Inter-war Crisis." In: *Social History of Medicine*. Vol. 21, n, 1 pp. 87–105.

[38] Brown, Theodore, Cueto, Marcos e Fee, Elizabeth. "The World Health Organization and the Transition from 'International' to 'Global' Public Health". In: *American Journal of Public Health*, 96, 1, 2006. pp. 62-72.

[39] Howard-Jones, Norman. *The scientific background of the International Sanitary Conferences*, 1851-1938. Genebra: World Health Organization, 1975.

firmando-se como primeira organização intergovernamental para debater saúde pública no novo momento da expansão do capitalismo industrial vivido após intensificação dos mercados na segunda metade do século XIX. Ainda mantendo o foco nas epidemias e no combate às endemias e aplicando medidas de vigilância sanitária, a Oficina foi uma das principais organizações com esse perfil. Cinco anos depois, em 1907, foi a vez da criação em Paris do *Office International d'Hygiene Publique*, com a função de realizar inventários sobre a situação das doenças; pretensões de lançamento de uma agência de saúde internacional na Europa[40].

Somente com a criação da OSLN, em 1921 que uma organização de saúde internacional passou a contribuir para a formação de uma nova ordem política mundial de maneira mais significativa. Novas concepções de saúde e bem-estar social ganharam função pacificadora agindo na contenção de conflitos internos e guerras internacionais. Assim, ganhava força a visão de que o controle da circulação de epidemias não era suficiente para a saúde internacional; faziam-se necessários novos sistemas sociais com maior destaque para a formação de especialistas, sanitaristas e cientistas de laboratório, entre eles estavam os médicos nutrólogos. Os variados debates internos travados pela OSLN incluíam além das taxas de mortalidade, questões até então inéditas nos debate em saúde, tais como desnutrição, estudos sobre as causas das doenças e carência social.[41] Dessa forma, a ação da OSLN culminou na entrada das ideias sobre nutrição nas concepções de cidadania, como direito básico:

> O conhecimento sobre nutrição viria a ser legitimado pela ciência e pela especialização, para ser difundido do laboratório para a escola e para a casa, a influência da produção de alimentos, a melhoraria e racionalização da economia, a forma de conhecimento científico tornava-se uma ferramenta técnica para as gerações futuras. Como instrumento material da arte de governar, os alimentos eram uma ferramenta de poder. Eles tinham que se tornar quantificáveis de forma política e científica[42].

---

[40] Idem.

[41] Weindling, Paul. "As origens da participação da América Latina na Organização de Saúde da Liga das Nações, 1920 a 1940.". In: *Hist. cienc. saude-Manguinhos*. 2006, vol.13, n.3, pp. 555-570.

[42] Tradução nossa. Citação original: "Knowledge on nutrition was to become legitimated by science and expertise, to be spread from the laboratory to the school and the home, to influence food production, improve and rationalise the economy, shape scientific knowledge and become a technical tool for future generations. As a material instrument of statecraft, food was a tool of power. It had to become quantifiable so that political and scientific." In: Barona, Josep L. "Nutrition and Health" op. cit. p. 90.

A busca por padronizar internacionalmente conhecimentos científicos incentivando pesquisas e definindo parâmetros biológicos de especialidades médicas marcou a ação da OSLN. Segundo Iris Borowy, a OSLN usou a crise como oportunidade, atuando como órgão técnico da Liga das Nações, realizando levantamento estatístico em saúde pública, padronizando conhecimentos biológicos e definindo reformas de sistemas de saúde dos países membros. Superando o antigo controle de epidemias da saúde internacional, a crise econômica reforçava a intervenção via medicina social, a definição de padrões mínimos de alimentação e habitação[43]. Aqui reside uma mudança de paradigma histórica, pois tradicionalmente a saúde era medida em funções de índices mortalidade.

As ênfases da OSLN em padronizar dados de mortalidade e valorizar levantamento estatístico marcaram o período. Em 1935 construiu-se um consenso em um tratado sobre os índices de proteínas, vitaminas, gorduras e calorias necessárias para uma dieta balanceada e definição da desnutrição. Em 1937, uma Comissão Mista para Nutrição, Saúde, Agricultura e Política Econômica consolidou o movimento de entrada da nutrição na área de saúde pública na OSLN[44].

A influência das questões alimentares no quadro geral da saúde das populações foi estudado por Thomas McKeown, professor de Medicina Social na Universidade de Birmingham. Ao tentar compreender a redução da mortalidade, o sanitarista notou que desde o século XVIII até 1971 na Inglaterra e no país de Gales a disponibilidade de alimentos para as populações, os progressos na higiene (principalmente na distribuição d'água e na disseminação da pasteurização do leite) e a relativa redução da velocidade de crescimento populacional formam o que posteriormente se convencionaria chamar de determinantes da saúde. Seguindo esse princípio, a queda global da mortalidade e da prevalência de algumas doenças infecciosas não se deu em função da descoberta de terapêuticas e práticas de

---

[43] Borowy, Iris. *Coming to Terms with World Health*: The League of Nations Health Organization 1921-1946. Frankfurt am Main: Peter Lang, 2009.

[44] Ver Andrade, Rômulo de Paula. *A Amazônia na era do desenvolvimento*: saúde, alimentação e meio ambiente (1946-1966). Rio de Janeiro: Tese de Doutorado em História das Ciências e da Saúde – Casa de Oswaldo Cruz/Fundação Oswaldo Cruz, 2012. p. 153.

imunização, mas na melhoria das condições de vida da população de maneira geral. Nessa perspectiva, os avanços da ciência e da medicina são fatores secundários na redução de doenças infecciosas, uma vez que essas práticas foram introduzidas em larga escala no século XX, momento em que a incidência dessas doenças já havia sofrido expressiva queda. Podemos considerar, portanto, que para o autor a melhoria nos quadros de saúde devia-se mais às mudanças sociais e econômicas da modernidade como a maior capacidade de fixação do homem no espaço e aumento de produção agrícola regular[45].

McKeown confere especial função à alimentação, considerada a principal variável dos padrões de saúde. Para o autor as condições alimentares interferem de diversas maneiras: afetam aos organismos das populações mais pobres que por estarem mal alimentadas, facilitam a invasão inicial por agentes infecciosos e o estabelecimento de agentes invasores nos tecidos, deixam o corpo mais vulnerável às infecções secundárias; e, retardam a convalescença após a infecção inicial[46].

Essa realidade também orientou os trabalhos da OSLN. Dirigida pelo bacteriologista polonês Ludwik Rajchman entre 1921 e 1939, a organização coordenou, sobretudo ao longo da década de 1930, diversas iniciativas na área de nutrição. Como aponta Borowy, os resultados foram limitados, os estudos estatísticos sobre a Grande Depressão e seus impactos na nutrição e na mortalidade produziram ganhos mais importantes no campo político do que na assistência realizada no primeiro momento. As recomendações sobre a necessidade de sistemas de tratamento de água, rede de esgotos, limpeza urbana e recolhimento de lixo eram elencadas ao lado das prescrições diversas. Borowy resume essa relutância da seguinte maneira:

> A Nutrição tinha desfrutado de uma presença tangível, mas um tanto amorfa na cena da saúde internacional, nunca havia decolado, apesar de sua proeminência como questão social, como tema de pesquisa científica e como uma questão de saúde evidente. Ela certamente tinha sido um tema de crescente interesse por algum tempo[47].

---

[45] McKeown, Thomas. *The Modern Rise of Population*. New York, NY: Academic Press, 1976.

[46] Ibidem.

[47] Tradução nossa. Citação original: "Nutrition had enjoyed a tangible but somewhat amorphous presence on the international health scene but never quite got off the ground, despite its prominence as social issue, as scientific

A observação de Borowy certifica que a nutrição havia se firmado nos debates da OSLN para além de sua posição inicial de subdisciplina da química, desenvolvida desde o final do século XVIII. A complexidade da nutrição que combinava saberes da química, da clínica médica e de ordem cultural e econômica dificultava a definição de quais intervenções deveriam ser administradas. Os principais estudos financiados entre 1930 e 1932 versaram sobre a definição de esquemas nutricionais a serem aplicados em escala global. Um encontro interdisciplinar em Roma ocorrido em outubro de 1932 com presença de pesquisadores de diversos países buscou identificar os coeficientes de consumo individuais e não logrou muito êxito conseguindo deliberar apenas "uma escala arbitrária"[48].

Esse e outros encontros embasaram medidas postas em prática em países da Europa e da América do Norte, tais como Áustria, Bélgica, Alemanha, Hungria, Países Baixos, Polônia, Iugoslávia e Estados Unidos. Essas experiências seriam fundamentais para os programas de auxílio a orientações dietéticas com famílias com orçamento reduzido lançados a partir de 1933. Monica Garcia observou que as preocupações com o impacto do desemprego para saúde pública, sobretudo nos EUA, compunham uma preocupação dos cálculos sobre nutrição e adoecimento durante a Grande Depressão[49].

Ainda que essas iniciativas permanecessem, apenas com a definição da Segunda Guerra Mundial elas ganhariam mais vulto. Ou seja, a contribuição da OSLN é mais simbólica à medida em que altera as concepções de saúde, garantindo destacado papel da nutrição nesse novo entendimento, nessa fase da saúde internacional. No entanto, produz ganhos limitados quanto a implementação de projetos, fundação de centros de pesquisa e consensos científicos[50].

---

research topic and as a self-evident health issue. It had certainly been a topic of rising interest for some time". Borowy, Iris. *Coming to Terms with World Health*. op.cit. p. 379.

[48] Ibidem. p. 383.

[49] Garcia, Monica. "Mortality rates or sociomedical indicators? The work of the League of Nations on standardizing the effects of the Great Depression on health". In: *Health Policy and Planning* 2014; 29. pp. 1–11.

[50] Ibidem. p. 384-388, 393.

Na análise de Esteban Rodríguez-Ocaña e Patrick Zylberman, a OSLN inaugurou junto às crises do entre guerras um movimento inédito de padronização como maneira de alcançar a "objetividade científica", na prática e no discurso. Entre 1934 e 1937, a formação de sub-comitês na Liga das Nações, a realização de encontros de especialistas com levantamento de dados estatísticos e assinatura de novos acordos internacionais pavimentaram o caminho para ação pública dos Estados nacionais na área de saúde. Como consequência, novas profissões em saúde emergiram na maioria dos países europeus[51].

O movimento de padronização das novas ciências ocorre, sobretudo por dentro da agências internacionais, sendo a Liga das Nações o principal palco desse debate, ao mesmo tempo político e científico. Alguns dos desdobramentos dos estudos e discussões travados na OSLN seriam debatidos, entre maio e junho de 1943, na Conferência das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura ocorrida na cidade de Hot Springs, na Virginia. Esse encontro relacionou os níveis de consumo de alimentos com a prevalência da desnutrição como uma questão a ser resolvida pela política econômica, pela agricultura e administração em saúde das nações presentes[52].

Segundo Amy Staples, a participação prévia dos enviados a Hot Springs em debates da OSLN possibilitaram o caráter específico dos debates na área de nutrição. Tanto a conferência quanto os primeiros anos da FAO colocavam em dúvida os limites da atuação de uma agência internacional para a alimentação das populações e para agricultura, o que fazia com que as ações hesitassem entre um caráter mais intervencionista contra a fome e a desnutrição e uma política de estímulos para produção de alimentos através de uma agência mais técnica[53].

O primeiro diretor da FAO, o médico escocês John Boyd Orr, especialista em nutrição da OSLN, associava depressão econômica, produção agrícola insuficiente e subnutrição urbana na mesma chave explicativa. Em uma outra instância ao convocar Hot Springs, Franklin Delano Roosevelt definia a ação da política externa estadunidense a uma atualização dos parâmetros para a nutrição em escala internacional. Como destacou Maria Letícia Bizzo,

---

[51] Rodríguez-Ocaña, Esteban & Zylberman, Patrick."Improving public health amidst crises. Introduction". In: *Dynamis.* 2008; 28. pp. 23.

[52] The Food Conference at Hot Springs. In: Nutrition Reviews. V. I. n. 11. Sep. 1943.

[53] Staples, Amy. The birth of development. op. cit.

houve a emergência de uma corrente que entendia a nutrição como um fenômeno biológico-econômico-social[54].

Esses caminhos da cooperação internacional e dos debates entre comunidades científicas evidenciam a formação de uma complexa rede de saberes e poderes em alimentação. O internacionalismo dos debates, no entanto, seria apenas umas das forças que explicariam os projetos e políticas criados por nutrólogos, agências internacionais e governos. Em uma dinâmica similar à observada por Marcos Cueto na campanha para a erradicação da malária no México entre 1956 e 1971, vemos que respostas locais à assistência estrangeira obedecem a uma lógica onde imperialismo e planos de desenvolvimento nacionais atuavam em permanente disputa[55].

Preocupado com o sentido local de políticas internacionais, Marcos Cueto observou que o processo de modernização mexicana após a Segunda Guerra Mundial que incluía políticas de incentivo industrial e incremento da agricultura comercial tinha na eliminação das endemias rurais uma das etapas de sua consolidação. Ou seja, a recepção de demandas da saúde internacional especialmente no que se refere à erradicação da malária demonstrou que existiam tramas metropolitanas e nacionais que receberam distintas respostas locais. O papel do governo nacional e das elites médicas locais associadas ao crescimento econômico são elementos centrais para compreensão do uso do DDT no México pós-1945[56].

As oscilações de posições políticas e ideológicas e o acirramento da Guerra Fria que se avizinhava concluíram o sentido utilitário conferido a algumas das políticas de alimentação em debate. O legado da saúde internacional para as intervenções em alimentação contou com maciço engajamento das comunidades científicas e contribuição dos estados nacionais

---

[54] Cf. Bizzo, Maria Letícia Galluzzi. *Agências internacionais e agenda local*: atores e idéias na interlocução entre nutrição e país (1932-1964). Rio de Janeiro: Tese de Doutorado em História das Ciências e da Saúde – Casa de Oswaldo Cruz/Fundação Oswaldo Cruz, 2012. p. 91.

[55] Cueto, Marcos. *La salud internacional y la Guerra Fria*: Erradicación de la malaria en México, 1956-1971. México, DF: UNAM, Instituto de Investigaciones Históricas, 2013.

[56] Ibidem. p. 32.

participando do chamado processo de "nascimento do desenvolvimento"[57]. A partir de 1945 vivemos a consolidação do processo de institucionalização de agências internacionais. Medidas em coleta de dados, pesquisa epidemiológica e formação de pesquisadores foram organizadas em meio à maior politização das agências com a instauração definitiva da Guerra Fria a partir de 1948.

1.2) O papel dos Estados Nacionais: Assistência social e alimentação na América Latina

Em paralelo ao processo de formação de instituições internacionais, a noção de que era necessário melhor nutrir os trabalhadores para aumento produtivo surge nos países europeus industrializados em fins do século XIX. À época, o acesso aos alimentos era limitado especialmente nos grandes centros urbanos, onde eram comuns dietas a base de um alimento específico e com diversos registros de fomes coletivas agravadas na Primeira Guerra Mundial. A ação da filantropia e de grupos religiosos marcou as primeiras décadas de intervenções via refeitórios comunais que foram criados inicialmente na França e na Inglaterra; o modelo francês da *soupe populaire*, ganharia repercussão e medidas semelhantes seriam organizadas pela sociedade civil e pelos Estados nacionais nas duas primeiras décadas do século XX também nos Estados Unidos, no Canadá e na América Latina[58].

Refeições, sopas populares e a distribuição de alimentos para os mais pobres intensificaram-se nos períodos de guerras, o que indicou a necessidade de formação de um campo para gerir estudos e políticas afins[59]. Os refeitórios populares seguiram cumprindo uma tarefa de minimizar o problema alimentar a que operários, desempregados e miseráveis estavam sujeitos especialmente após a crise de 1929. Uma série de programas foi criada funcionando de maneira diferenciada conforme o contexto em que se organizavam em seus

---

[57] Staples, Amy. *The birth of development. op. cit.*

[58] Ver Hurbituse, R. "Aide alimentaire et pauvreté : vers de nouvelles formes de priorisation des clientèles et des interventions". In: Laberge, D. (Dir.), *L'errance urbaine*, Sainte-Foy: Les Éditions MultiMondes, 2000; p. 347-359.

[59] Castro, Josué. *Geografia da Fome.* op. cit.

países. De caráter religioso, caritativo, público ou corporativo podiam estar inicialmente mais ou menos associados a serviços de combate à pobreza, de recolocação profissional, assistência médica ou psicológica de seus usuários. Como Hurbutise indica, restaurantes, bancos de distribuição de alimentos e cupons (*food stamps*) para serem trocados por comida são exemplos de medidas que foram a base da construção do estado de bem-estar social de países europeus, Estados Unidos, Canadá e América Latina na década de 1930[60].

Estudos recentes no âmbito de história da saúde pública e da alimentação têm focado nas relações entre assistência social e construção do Estado Nacional moderno na América Latina, com destaque para criação de restaurantes populares e refeitórios fabris. A alta cozinha dos *restaurants* liderados por *chefs* franceses havia abandonado a corte desde fins do século XIX e sua versão estatal para política social multiplicou-se pelos países latino-americanos. O requinte das tradições francesas cedia lugar aos restaurantes populares sem, no entanto, abrirem mão de um aspecto central, o caráter higiênico desses espaços[61].

As políticas criadas na América Latina mostram que a história do combate contra a desnutrição e a fome das populações rurais e urbanas contribui ainda para a compreensão da produção do conhecimento científico em contextos considerados periféricos. Por um lado, consideramos que a interação entre as políticas regionais, nacionais e internacionais de saúde e bem-estar na América do Sul funcionou como uma forma de regular os hábitos da vida cotidiana. Por outro, podemos identificar nas políticas nutricionais parte do processo de formação do Estado em tempos de desenvolvimento. Dessa forma, analisarmos os projetos de restaurantes para trabalhadores, programas de alimentação escolar e a criação de escolas de nutrição nos ajudam a compreender a materialidade das questões nutricionais nos anos 1940.

Especialmente após a Segunda Guerra Mundial, tais questões nutricionais tornaram-se fundamentais nas agendas nacionais, permitindo a criação de um aparato estatal específico para lidar com essas questões[62]. O papel histórico da OSLN e da cooperação internacional em

---

[60] Hurbutise, R. Aide alimentaire et pauvreté. op. cit.

[61] Flandrin, Jean Louis; Montanari, Massimo. *História da alimentação.* São Paulo : Estação Liberdade, 1998. p. 762.

[62] Birn, Anne-Emanuelle & Hochman, Gilberto. "Communication, Control, and Co-operation: (Latin) American Interchanges in the History of International Health." In: *Canadian Bulletin of Medical History*. 25(1). 2008. pp. 7-16;

saúde; a importância das tradições nacionais em nutrição e a proteção social nos contextos latino-americanos de políticas e legislação para o bem-estar e nutrição infantil na primeira metade do século XX colocaram questões científicas e políticas para os estados nacionais. Como Weindling argumenta, a forte presença da sociedade civil engajada via filantropia e os debates da nutrição e do serviço social fazem com que essas políticas sociais não se deem exclusivamente na esfera estatal pública[63].

Uma análise comparada sugere que podemos ainda observar a forma como o conhecimento científico é produzido em países em desenvolvimento. Os estudos sobre a importância das periferias e centros na História e Sociologia das Ciências vêm sinalizando para o papel desempenhado pelas tradições científicas da América Latina. Na sequência dos trabalhos desenvolvidos nas duas últimas décadas que tem Marcos Cueto, Juan Jose Saldaña e Antonio LaFuente como principais referências, as ideias sobre nutrição e políticas sociais para a alimentação na região são entendidas como parte de uma interação das tradições científicas nacionais lidando com assuntos internacionais em um contexto da Segunda Guerra Mundial e, posteriormente, da Guerra Fria[64].

Em alguns casos, como no Uruguai, a assistência social para a alimentação surgiu atrelada à atenção materno-infantil. Em 1910 a assistência social uruguaia havia sido centralizada pela criação da agência *Asistencia Pública Nacional*, órgão conservador com ampla participação de mulheres católicas, liberais e feministas[65]. Segundo Birn, essa e outras agências do Uruguai na área de puericultura – com destacado perfil de caridade destinada aos pobres, mulheres e crianças – atingiram ampla cobertura na capital Montevidéu. Financiadas

---

[63]Weindling, Paul. "The Role of International Organizations in Setting Nutritional Standards in the 1920s and 1930s." In: *The Science and Culture of Nutrition, 1840-1940*, edited by Harmke Kaamminga and Andrew Cunningham. Clio Medica, The Wellcome Institute Series in the History of Medicine. Amsterdam; Atlanta: Editions Rodopi B.V, 1995. pp. 319-332.

[64] Sobre o debate acerca dos centros e periferias e o desenvolvimento da ciência na América Latina ver: Cueto, Marcos. *Excelencia científica en la periferia: actividades científicas e investigación biomédica en el Perú – 1890-1950*. Lima: GRADE,Concytec, 1989; Saldaña, Juan José. "Ciência e identidade cultural: a história da ciência na América Latina". In: Figuerôa, Silvia (org.). *Um olhar sobre o passado: história das ciências na América Latina*. Campinas: UNICAMP, 2000; Lafuente, Antonio. "La ciencia periférica y su especialidad historiográfica". In: Saldanã, J.J. (ed.). *El perfil de la ciencia en América*. Ciudad de México: Sociedad Latinoamericana de Historia de las Ciencias y la Tecnología, 1986.

[65] Sobre a história da assistência materno-infantil no Uruguai ver Birn, Anne-Emanuelle. "O nexo nacional-internacional na saúde pública: o Uruguai e a circulação das políticas e ideologias de saúde infantil, 1890-1940." In: *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 13, n. 3, p. 675-708, jul.-set. 2006.

em parte por doações privadas, a expansão da assistência social no Uruguai com a nacionalização das instituições de caridade consolidou-se nos anos 1920, quando a *Asociación Uruguaya de Protección a La Infancia*, passou a se beneficiar também da cooperação internacional através da parceria com o movimento de caridade conhecido como "*Save the Children",* baseado em Genebra[66]. A nova agência uruguaia rapidamente organizou uma série de serviços para assistência alimentar, tais como merenda escolar e jantares em um refeitório na capital do país. Coordenado por médicos e com presença de mulheres da elite montevideana, os restaurantes populares chegaram a servir refeições para escolares no ano de 1930, configurando-se como uma experiência pioneira na América Latina[67].

No Peru, uma rede de restaurantes populares foi criada na década de 1930 como parte das ações na reconstrução do Estado nacional. Paulo Drinot considera essa experiência como parte da reorganização das forças políticas nacionais da esquerda, uma solução material e moral para as demandas urbanas dos tempos da Grande Depressão[68]. Os refeitórios instalados na cidade de Lima, para além de alimentarem tinham função de conter insurreições e protestos. Eram uma experiência que dava resposta às greves e manifestações contra a escassez de alimentos. À medida que colocava em prática conceitos de higiene, organização e definição de padrões alimentares, esses refeitórios eram concebidos pelo governo também como uma "missão civilizatória"[69].

No caso mexicano, protestos populares urbanos provocados pela vulnerabilidade, pelo pânico e pelo aumento do preço de alimentos básicos também foram problemas enfrentados sobretudo durante a Segunda Guerra Mundial[70]. Em movimento semelhante ao realizado por outros estados nacionais, o governo organizou uma agência para gestão alimentar que passou a ser a principal unidade de serviço social do país. Os acordos firmados com os Estados

---

[66] Outros movimentos mobilizavam a cooperação em alimentação, muitos deles organizadas pela sociedade civil. O movimento "Save the Children" foi criado na Inglaterra em 1919 e promovia auxílio alimentar para crianças na Europa e Rússia do pós-guerra.

[67] Birn, Anne-Emanuelle. "O nexo nacional-internacional na saúde pública...". op. cit. pp. 687, 689.

[68] Drinot, Paulo. "*Food, Race, and Working-Class Identity*: Populism and Restaurantes Populares in Peru". In: *The Americas* 62:2 October, pp. 245-270.

[69] Ibidem. p. 263.

[70] Ochoa, Enrique C. *Feeding Mexico*: the political uses of food since 1910. Wilmington, Del.: Scholarly Resources, 2000.

Unidos em 1942 com ênfases nos processos de industrialização do país geraram forte crescimento urbano, especialmente na região da cidade do México. Em seu estudo sobre política e alimentação no México, Enrique Ochoa sugere que a partir de 1942 os meios de intervenção estatal na área de alimentação foram reconfigurados no governo do presidente Manuel Ávila Camacho. Na gestão de Ávila Camacho, marcada pela cidadania outorgada aos trabalhadores, uma rede de armazéns vendendo gêneros alimentícios com subsídio foi organizada a partir de 1943, inicialmente vendendo trigo, milho, arroz e feijões com subsídio estatal. Eram iniciativas temporárias no sentido de controlar o tamanho dos protestos e medir a demanda de alimentos que precisariam ser importados em tempos de crise sem alterações mais relevantes no modo de produção dos alimentos do país[71].

Situação semelhante era encontrada na Argentina, onde a política alimentar teve importante uso na propaganda governamental. Segundo Natalia Milanesio, o consumo de alimentos foi fundamental para a administração Peronista com extensivo uso dos programas de alimentação na propaganda oficial[72]. Reunindo especialistas nacionais nos campos de nutrição, agricultura e saúde pública o governo elaborou planos que articulavam o acesso à comida com a nova noção de justiça social implementada pelo governo de Juan Domingo Perón. Com metas alheias a alguns debates internacionais sobre nutrição como, por exemplo, a de que cada argentino deveria poder comer 150 quilos de carne por ano, as políticas de alimentação deixaram como legado um efetivo barateamento dos alimentos e uma tradição de subsídios governamentais aos itens da cesta básica[73].

As experiências de casos nacionais latino-americanos e a decorrente formação de mão de obra especializada foram dos fatores que viabilizaram a fundação do Instituto de Nutrição da América Central e do Panamá (INCAP), em 1949. Associado à emergência da reconstrução do pós Segunda Guerra e do papel da nutrição nas agendas nacionais e nas agências internacionais, O INCAP tinha parte do seu financiamento oriundo dos governos nacionais da América Central e fundos OPAS voltados para a pesquisa científica e assessoria

---

[71] Ibidem. p. 75-6.

[72] Milanesio, Natalia. "Food Politics and Consumption in Peronist Argentina". In: *Hispanic American Historical Review*. February 2010 90(1): 75-108.

[73] Ibidem.

técnica a projetos de nutrição e saúde pública de seus países membros. Sediado na Guatemala e seguindo experiências prévias realizadas sobretudo no México, em Cuba e na Colômbia, entidades como a Fundação Rockefeller e a Fundação Kellogg desempenharam um papel central no financiamento de projetos dessa agência. Guatemala, El Salvador, Honduras, Nicarágua, Costa Rica e Panamá desenvolveram variadas pesquisas laboratoriais e administraram bolsas de estudos para enviarem pesquisadores para cursarem especialização em nutrição nos EUA[74]. Enfatizando principalmente medidas de distribuição de gêneros alimentícios e a criação de campanhas no combate à desnutrição, o INCAP já representa um outro estágio da agenda pública para a nutrição, parte do desdobramento dos debates sobre direitos humanos adotados pela Organização das Nações Unidas (ONU) a partir de 1948.

Assim, o INCAP materializa a importância da alimentação para assistência social na América Latina. As ações públicas nacionais desenvolvidas na América Latina e no Caribe somadas às novas agências internacionais ganhariam força no fim dos anos 1940. Nesse momento de institucionalização da nutrição, os projetos de grandes refeitórios públicos e de venda de alimentos pagos pelo Estado cederam gradativamente lugar a projetos de intervenção química na composição dos alimentos com adição de vitaminas e minerais ao alimentos e fortificação de farinhas de trigo e de milho. Medidas de ampliação do acesso à água potável, esgoto e iodetação do sal de cozinha eram implementadas em diversos países da região[75].

1.3) Alimentação na proteção social híbrida da América do Norte

A filantropia por meio dos incentivos às pesquisas científicas no campo da agronomia, criação de escolas de nutrição e serviços de alimentação foi também responsável pelos avanços que ficaram conhecidos ao longo da história do desenvolvimento de medidas de coletivização do bem-estar social. Não se pode, portanto, compreender a história das ideias

---

[74] Para uma cronologia dos primeiros anos do INCAP ver Scrimshaw, Nevin S. "History and early development of INCAP". In: *The Journal of Nutrition*, v. 140 (2), 02/2010, pp. 394-6.

[75] Cf. Howard, Leathers & Foster, Phillips. *The World Food Problem*: Tackling the Causes of Undernutrition in the Third World. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 2004. p. 280.

sobre assistência alimentar mirando exclusivamente nas ações governamentais, é necessário interpretar uma proteção social híbrida público e privada para a análise do ingresso das ideias de nutrólogos na sociedade. Isso se dá especialmente no contexto interno dos EUA e suas relações com o Canadá.

Na história das relações entre Estados Unidos e Canadá a definição da Segunda Guerra Mundial selou a cooperação entre políticas de defesa e economia entre os dois países. O primeiro ministro canadense William Lyon Mackenzie King e o presidente dos EUA, Franklin Roosevelt mostraram sobretudo após encontros da *Permanent Joint Board of Defence* (PJBD), criada em agosto de 1940, que a parceria ia além da questão territorial e da ameaça de ataques por parte das potências do Eixo.[76]

No que diz respeito à política social e à entrada da alimentação dos povos na agenda pública, eram comuns consultas de industriários e também do empresariado aos serviços de nutrição e de saúde das províncias estadunidenses. Na visitação domiciliar preparando as mães, na escola nutrindo crianças, nas fábricas, presídios ou em exército a técnica de alimentação científica se fazia presente. As solicitações, diversas em seus perfis, reforçavam a importância da relevância social que as técnicas para a boa alimentação garantiriam ao trabalho no fim dos anos 1940[77]. Pedidos de pôsteres, informes sobre a existência de cantinas e solicitações de plantas para instalações de refeitórios eram solicitações recorrentes de indústrias e associações na América do Norte.

Preocupações semelhantes vinham de autarquias públicas. As cozinhas de penitenciárias e os refeitórios dos exércitos estadunidense e canadense frequentemente solicitavam cardápios e obtinham como resposta complexos planos alimentares geralmente ricos em ovos, carne, batatas e cereais, pães e doces[78]. A importância de manter uma dieta com alimentos de baixo custo e o sobreuso de alguns itens dos cardápios eram observados pelos chamados dietistas em visitas aos presídios preservando os índices calóricos julgados

---

[76] Cf. Jensen, Richard. "Nationalism and Civic Duty in Wartime: Comparing World War in Canada and America". In: Canadian Issues. December 2004. pp. 9-10

[77] Letter from W. Burton Ayre to Dr. L. B. Pett (Chief if the Nutrition Division/Department of National Health and Welfare). Toronto. December 5, 1952. RG 29 vol. 967. Library and Archives Canada – Ottawa. (LAC).

[78] Letter from L. B. Pett (Chief if the Nutrition Division/Department of National Health and Welfare) to G. L. Sauvant (Superintendent of Penitentiares). Ottawa. June 20, 1946. RG 29 vol. 967. LAC .

necessários[79]. Os dados sobre consumo de ovos, aliás, são pouco precisos ao longo da história dado o caráter doméstico que envolvia esse habito alimentar. É justamente após a Segunda Guerra Mundial que se multiplicou a prática das granjas fazendo com que o consumo de ovos de galinha se incorporasse às tradições alimentares de diversos países e às recomendações científicas para uma alimentação balanceada[80].

O intercâmbio entre instituições públicas, universidades e centros de pesquisa também chama atenção e é comprovado pela circulação dos periódicos. O *National Research Council* principal conselho de pesquisa dos EUA financiava já na década de 1940 variadas pesquisas em alimentação desenvolvidas no *Food and Nutrition Board* subordinado à *Division of Biology and Agriculture*. Em 1947, foram financiadas publicações variadas sobre doenças em industriários e sobre a importância da luz solar para operários. O papel da alimentação junto à saúde dos operários ganhava ares de investimento econômico citado como "único caminho possível", pois garantiria aumento da produção e redução de faltas por motivo de doença[81].

A retórica era que a ciência e a tecnologia deveriam ser aplicadas aos problemas da nações, desde o esforço de guerra que à época era a grande prioridade dos países envolvidos no conflito. Para garantir um melhor rendimento de operários e soldados, técnicos em nutrição eram comumente chamados para dar respostas científicas à escassez[82]. Essa cooperação também se deu país a país, em um intercâmbio entre cientistas, universidades e agências de bem-estar social. Além de intensa troca entre Canadá e EUA, os nutricionistas canadenses estiverem em troca de correspondência com Índia e Holanda. Mostrando ênfase na técnica, americanos e canadenses foram chamados a prestar consultorias para órgãos governamentais, associações, empresas, indústrias e hospitais e forneceram cópias de materiais diversos como panfletos e propaganda e informações sobre pesquisas realizadas.

---

[79] Anna Y. Burns. Recommendations of Dietitian. May, 12, 1945. RG 29 vol. 967. LAC.

[80] Flandrin, Jean Louis; Montanari, Massimo. *História da alimentação.* op.cit. p. 721.

[81] Letter to all members of the Committee on the Nutrition of industrial workers and sub-committees. Washington, DC. December 19, 1947. RG 29 Vol. 967. LAC.

[82] Nutrólogos avaliavam as condições nutricionais de fábricas como boa, fraca ou pobre, trabalhadores de empresas de material bélico recebiam especial atenção com visitas técnicas, envio de recomendações e cardápios diários a um custo de US$ 0,25 centavos. Cf. Letter from Aluminum Company of Canada to Miss Margaret Lock (Department of National Health and Welfare). Kingston, November 3, 1944. RG 29 vol. 978. LAC.

Associações internacionais, voluntarismo e filantropia figuraram entre atores que criaram e mantiveram pesquisas, publicações e projetos pilotos em nutrição e agricultura na década de 1940. O papel de associações e conselhos ganha especial relevância na tentativa de popularizar alguns hábitos alimentares. Os comitês de nutrição comunitária, a participação da Cruz Vermelha na aplicação de questionários para projetos de alimentação escolar foram práticas recorrentes ao longo do ano de 1943 como parte das recomendações do Instituto Internacional de Agricultura da Liga das Nações (instituição que tinha por finalidade organizar dados sobre a produção agrícola internacional). Entrevistas, exames médicos e dentários das crianças, testes bioquímicos de alimentos eram algumas das atividades administradas. Esses procedimentos por vezes envolviam complexos processos demandando técnicos especializados em laboratório, uso de raio-x, contando com participação de psicólogos e biólogos. A Cruz Vermelha colaborou também na definição das quantidades mínimas semanais da alimentação adequada ajudando a compor a lista de alimentos básicos para a boa alimentação[83].

As listas também eram utilizadas para o cálculo dos preços dos alimentos que eram definidos como básicos. Essa lista de valores era pesquisada mensalmente nas grandes cidades para então definir dos preços dos alimentos. Para compor essa lista de itens básicos os nutricionistas canadenses e estadunidenses cotavam preços de leite, queijo, ovos, frutas cítricas, tomate enlatado, batatas, vegetais e verduras, raízes, cereais, pães, carne, peixe, fígado, manteiga, açucares, doces, óleo de fígado de bacalhau e outras gorduras como determinantes da dieta mínima balanceada[84]. Assim, leite, ovos, carnes, pães, frutas, vegetais, cereais, e peixe tornavam-se as regras da alimentação balanceada. A incorporação das gorduras nesses cálculos não surpreendeu costumes dado que o consumo de gorduras animais e vegetais nos países industrializados havia sofrido grande aumento ao longo dos século XIX e XX. Na França, por exemplo, nota-se que o consumo de gorduras multiplicou-se em quase 8 vezes entre os anos 1781 e 1964[85].

---

[83] Minimum adequate Weekly food lists. Letter from Helen C. Sackville and G. L Duggan to Lawrence Coke (Family Bureau). Ottawa. June 24, 1946. RG 29 vol. 929. LAC.

[84] Weekly Food list and cost for family of Five. Ottawa. May, 1946. RG 29. Vol. 942. LAC.

[85] Flandrin, Jean Louis; Montanari, Massimo. *História da alimentação.* op.cit. p. 722.

Essa dieta era considerada para medidas de auxílio financeiro para desempregados e famílias pobres, forte tradição na América do Norte desde 1929, quando os governos provinciais iniciaram programas ou campanhas para prover comida barata em anos de crise. Esses auxílios consistiam programas de bolsas para complementar o orçamento das famílias, devendo ser o valor gasto principalmente na compra de alimentos. Eram tempos da chamada "racionalização" dos conhecimentos sobre alimentos. A crescente participação de nutricionistas a partir da década de 1940 foi responsável pela incorporação das questões relacionadas à alimentação das famílias atendidas pelos programas de *Cash Relief*. A prática de auxílio financeiro destinado para compra de alimentos também ficou conhecida como *food allowance* e consistia em repasses mensais cotados pelos técnicos da área de bem-estar social buscando aproximar-se do auxílio mínimo segundo a comunidade de nutricionistas e gestores do programa. Em uma ocasião, a senhora M. Prentiss, da cidade canadense de Oakville reivindicava o aumento de seu auxílio, queixando-se dos insuficientes $8.00 dólares recebidos mensalmente. No pedido, a mulher solteira obteve o aumento solicitado, passando a receber $10.00 dólares por mês[86].

Assim como o pedido de Oakville, outras solicitações por carta eram feitas pedindo revisão das pensões e auxílios alegando que os valores seriam insuficientes para atender às necessidades, especialmente nos anos de Guerra com o aumento de preços de alguns produtos. Os pedidos eram diversos, vinham de mulheres solteiras, idosos, famílias com muitos ou poucos filhos e, apesar das inúmeras solicitações, o valor do auxílio não era aumentado na maioria dos casos[87].

As famílias enquadradas como pobres tinham auxílio governamental calculado por número de filhos. Uma família com 2 adultos e 12 filhos em novembro de 1942 ganhou $53.40 dólares naquele mês para auxiliar nas despesas com alimentação doméstica[88]. Cabe observar, porém, que os auxílios para compra de alimentos poderiam somar-se às *mother's*

---

[86] Cf. Letter to Alderman L. H. Saunders Chairman and Members of Committe on Public Welfare. Mar 5, 1943. 2 Fonds 0220, Series 0100, File 00722. City of Toronto Archives (CTA).

[87] Cf. Letter # 2 to Alderman L. H. Saunders Chairman and Members of Committe on Public Welfare. Mar 5, 1943. 2 Fonds 0220, Series 0100, File 00722. CTA; Letter to The Comissioner. Jan 21, 1943. Cf. Letter to Alderman L. H. Saunders Chairman and Members of Committe on Public Welfare. Mar 5, 1943. 2 Fonds 0220, Series 0100, File 00722. CTA.

[88] Cf. Letter to the Comissioner. Nov 22, 1942. 2 Fonds 0220, Series 0100, File 00722. CTA.

allowance ou *baby bonus* que variavam de $35.00 doláres para 1 filho chegando até $65.00 para mães que pudessem ter 7 crianças na faixa até 15 anos[89]. Apesar das queixas que davam conta do limite do poder de compra dessas bolsas, a vigilância sobre a finalidade que as famílias davam a esses recursos era intensa chegando a ser mensal em alguns casos.

Assim como observou Jaime Rodrigues em seu estudo sobre pesquisas de padrão de vida na cidade de São Paulo, em meio a esse tipo de fiscalização podem ter sido comuns recusas, esquecimentos e "erros" na cooperação com as pesquisas[90]. Apesar do caráter oficial das fontes consultadas, é possível em alguns casos imaginar as estratégias de resistência utilizadas junto aos assistentes sociais canadenses e americanos que visitavam periodicamente as famílias participantes de projetos para averiguar evidências de que o dinheiro havia sido usado apenas para compra de alimentos e não para outros fins, devendo qualquer irregularidade ser relatada[91].

As visitas mesclavam o caráter fiscalizador com uma pretensão educativa. No acompanhamento das famílias eram elaborados menus individuais, listas de compras com artigos definidos como essenciais e lições gerais de economia doméstica. A rede de assistidos pelos projetos sociais crescia. O *Department of Public Health* da cidade de Toronto definia as atividades de suas nutricionistas valorizando especialmente a prevenção de doenças e a possibilidade de mudança dos hábitos alimentares.

Tais agências e departamentos descentralizavam as ações públicas de auxílio nutricional dando ênfase à importância da educação alimentar e a alta cooperação com outras instituições podendo ser observadas como características comuns da ação social em alimentação na década de 1940. O foco de atuação eram as crianças que foram definidas como alvo de programas específicos, geralmente contando com materiais educativos ilustrados e com histórias em quadrinhos; sem muitos detalhes sobre como viabilizar a dieta

---

[89] Letter to The Comissioner. Inadequacy of Mother's Allowance. Dec 11, 1941. Letter to Alderman L. H. Saunders Chairman and Members of Committe on Public Welfare. Mar 5, 1943. 2 Fonds 0220, Series 0100, File 00722. CTA.

[90] Rodrigues, Jaime. *Alimentação, vida material e privacidade*: Uma história social de trabalhadores em São Paulo nas décadas de 1920 a 1960. São Paulo: Alameda, 2011.

[91] Letter to all division Heads, all District Relief Officers, All Family Welfare Supervisors. "Expenditure of Cash Relief." May, 4, 1942. Cf. Letter to Alderman L. H. Saunders Chairman and Members of Committe on Public Welfare. Mar 5, 1943. 2 Fonds 0220, Series 0100, File 00722. CTA.

ideal. A função da nutricionista em seu trabalho social era fundamentada em educar as populações pobres para os hábitos alimentares considerados saudáveis a despeito de problemas econômicos e irregularidades na distribuição de alimentos.

Segundo o Chefe da *Nutrition Division*, Sr. L. B. Pett, a nutricionista devia ser definida para atuar na sua vizinhança para que essa interação fosse mais convincente e que as técnicas da nutrição fossem mais facilmente assimiladas. Segundo Pett, a nutricionista deveria ser:

> pessoa que tenha conhecimento científico sobre alimentos e assuntos correlatos e que, através do ensino e outros métodos tenha como objetivo melhorar os padrões nutricionais de todos em sua comunidade[92].

Nota-se aqui a influência de ideias dos chamados estudos de comunidade. Como destacam Nemuel Oliveira e Marcos Chor Maio, esses estudos caracterizaram-se por uma derivação do método antropológico para estudo de "sociedade primitivas" posteriormente deslocado como referencial também para "sociedades complexas" e eram muito comuns no campo da saúde pública e das ciências sociais nos EUA desde os anos 1920[93]. Na atuação desse tipo de visitação domiciliar, os hábitos alimentares começavam em casa, e justamente lá deveriam ser modificados. Através dos periódicos de províncias e trabalhos em universidades práticas como superação de tabus alimentares, substituição de alimentos usados em excesso e identificação das principais dificuldades eram debatidas pela comunidade de médicos e nutricionistas.

Os escolares, aliás, foram considerados público alvo de diversas outras ações educativas e atuaram como personagens de experimentos científicos à época. Estudos verificando as taxas de hemoglobina dos estudantes, suas principais deficiências alimentares, prescrevendo suplementos em casos de carências vitamínicas foram recorrentes ao longo da década de 1940. Essas ações eram travadas em diálogo acadêmico entre pares canadenses e

---

[92] Tradução nossa. Citação original: "person having scientific knowledge of food and related subjects and who through teaching and other methods aim to improve the nutritional Standards of all in her community". Ver The Nutritionist and The Social Worker. Dec, 1948. Fonds 0220, Series 0100, File 00722. CTA.

[93] Oliveira, Nemuel da Silva; Maio, Marcos Chor. "Estudos de Comunidade e ciências sociais no Brasil". In: *Soc. estado.* 2011, vol.26, n.3, p. 522.

estadunidenses que consideravam enfrentar realidades parecidas quanto à desnutrição dos estudantes[94].

Buscando legitimidade e autoridade científica das ações em curso, governos, universidades realizavam conjuntamente o treinamento de pessoal responsável para visitação domiciliar[95]. A ação prescritiva do serviço social e da nutrição foi a principal forma de ação governamental contra os problemas alimentares da população. Os métodos não foram definidos apenas para a visitação domiciliar, medidas relacionadas a restaurantes operários e estabelecimentos comerciais também tiveram um aspecto regulador em geral criando regras e orientações de higiene[96]. A definição dos menus para instituições ou famílias assistidas era uma prática comum que, na justificativa dos governos, buscava aperfeiçoar o uso dos alimentos disponíveis[97].

A interação entre universidades e burocracia estatal para gestão dos programas e campanhas de auxílio alimentar foi determinante na formação de pessoal e divulgação das ideias em nutrição nos anos 1940. A educação alimentar e as políticas de alimentação promovidas pelo estado de bem-estar social estavam em amplo diálogo entre departamentos e a par dos debates de ideias nas universidades. Algumas das medidas instauradas localmente sinalizavam para um trânsito acadêmico em âmbito nacional e internacional. Essas trocas ocorreram especialmente com os vizinhos do sul e podem ter sido experiências decisivas para compreensão das ideias e políticas em alimentação à época, assim como para intercâmbio de cientistas e técnicos em alimentação.

Os periódicos sobre nutrição criados a partir da década de 1940 tiveram importante papel na divulgação de ideias e conceitos. Assim, temas relacionados ao papel da alimentação na saúde pública, pesquisas de padrões alimentares e os problemas relacionados à desnutrição

---

[94] Englar, Thomas S. et al. Hemoglobin Studies On Albermarle County School Children. In: Virginia Medical Monthly. Vol. 75. May, 1948. P. 236-40**.** Florida Health Notes. Fonds 200, Series 451, Sub-Series 1, File 49. CTA.

[95] University of Toronto. Institute of Child Study. Office of the Director. Jul, 31, 1950. Fonds 0220, Series 0100, File 722. CTA. Letter to Miss Dorothy A. Millichamp. Jul, 5, 1950. Fonds 0220, Series 0100, File 722. CTA.

[96] Regulations under The Public Health Act C.R.O. 332. – Eating Establishments Oct, 1947. Series 1220, Subseries 3, File 56. CTA.

[97] Comissioner of Public Health. Letter to Mrs. Mary R. Hancock. Fonds 0220 Series 100, File 724. CTA.

eram debatidos e comentados em meio à valorização das ações educativas como possibilidade de mudança de hábitos alimentares[98]. Como destacou Luiz Otavio Ferreira, historicamente os periódicos e o jornalismo médicos cumpriram uma função de legitimação social da ciência, além de serem responsáveis pela divulgação e por notabilizarem disputas científicas entre paradigmas de sociedades e academias médicas[99]. As comunidades científicas e profissionais da saúde pública, estavam em trânsito e em sintonia com os debates acadêmicos, sendo comum inclusive publicações e referências às experiências canadenses em periódicos médicos estadunidenses[100].

Essa cooperação acontecia não só com universidades e instituições de pesquisa, mas também com divisões e departamentos de Estado. As ideias em voga no Canadá e Estados Unidos ressoavam também em âmbito internacional, havendo referências e convites para a equipe do Canadá participar de eventos sobre nutrição em diversas localidades. A Universidade de Calcutá, A Cruz Vermelha e o governo inglês figuram entre algumas das instituições que se informaram ou cooperaram ideias e cardápios dos trabalhos desenvolvidos na América do Norte. Alguns alimentos desses planos já em execução estavam pela primeira vez tendo seus valores aferidos pelas comunidades de cientistas. Calorias, proteínas, gorduras, carboidratos, cálcio, ferro, vitamina A, riboflavinas, ácido arcórbico e vitamina D dos alimentos eram mensurados buscando um equilíbrio para definição da dieta ideal.

O próprio debate sobre o padrão nutricional calórico em detrimento do proteico não era um pleno consenso entre as comunidades científicas de nutricionistas da época. Os níveis calóricos historicamente haviam crescido amplamente e as diferenças entre os níveis entre

---

[98] Pett, L. B. & Hanley, F. W. "A Nutrition Survey among school children in British Columbia and Saskatchewan". In: *The Canadian Medical Association Journal* 56, 1945. p. 187-192; Moyle, Ruth. "Coordination in Nutrition Education". In: *Canadian Journal of Public Health*. 42. Mar, 1951. p. 95-99.

[99] Cf. Ferreira, Luiz Otávio. "Negócio, política, ciência e vice-versa: uma história institucional do jornalismo médico brasileiro entre 1827 e 1843."In: *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, vol. 11 (suplemento 1): 93-107, 2004.p. 94.

[100] Parran, Thomas. "Malnutrition, A Major Public Health Problem". In: Florida Health Notes; Milam, D. F. & Wilkins, Walter. "Vitamin C in Normal Nutrition". In*: Southern Medicine & Surgery*. Charlotte. Vol. 14, n. 4, Apr, 1942; Wilkins, Walter. "New types of activity ofr nutrition services in public health". In: *The Milbank Memorial Fund Quarterly,* Vol. XXV, n. 3, jul 1947; Abbott, O. D. et al. "Effectiveness of The Scholl Lunch in improving the nutritional status of school children". In: University of Florida. Agricultural Experiment Station. *Bulletin* 426. Nov. 1946.

trabalhadores e a elite havia diminuído sobretudo nas nações europeias[101]. Na FAO sob a gestão de Norris Dodd tais informações de pesquisas laboratoriais compunham complexas estatísticas e debates científicos. Em 1949, em função de desdobramentos de debates internos, Dodd convocou uma reunião de um comitê de especialistas criado para debaterem os padrões calóricos humanos. Josué de Castro compôs esse comitê o que, de acordo com Maria Leticia Bizzo, foi o ingresso definitivo de Castro na FAO, definindo a circulação dele em importantes esferas científico e políticas de tomadas decisão da agência[102].

1.4) Helping people to help themselves? A filantropia Americana e a ênfase nas técnicas

Fonte: Publicação da The Health Foundation (2011)

A publicação em 2011 da entidade filantrópica britânica *The Health Foundation* que baseia sua ação na ajuda humanitária ou suporte e treinamento de técnicos na área de saúde global aponta para uma antiga questão da operação da filantropia. Curiosamente a máxima que norteou o encontro dessa instituição em 2011 é a mesma proclamada pelo alto escalão de

[101] Flandrin, Jean Louis; Montanari, Massimo. *História da alimentação*. op.cit. P. 727.

[102] Norris Nodd assumiu a direção-geral da FAO entre os anos de 1948 e 1953. Norte-americano, Dodd já frequentava a agência e vinha da gestão de regulação do setor agrícola dos EUA. Ver Bizzo, Maria Letícia Galluzzi. *Agências internacionais e agenda local.* op.cit. pp. 117, 268.

técnicos e filantropos da Fundação Rockefeller na década de 1940: a necessidade de empoderar populações pobres para que as mesmas encontrem via educação sanitária a solução para seus problemas de saúde. Nessa linhagem, o debate sobre filantropia e financiamento de projetos por fundações privadas vem acompanhado da discussão sobre auto-ajuda, auto-gestão e colaboração; bastaria "ajudar as pessoas a se ajudarem" e parte dos problemas sociais, de saúde e de alimentação se resolveriam pela transferência de *know-how*, pelo uso da técnica moderna.

Quase um século depois do início das atividades da filantropia da família Rockefeller pela América Latina, a defesa da autoeficácia, dos estudos de grupos, de estímulo à tomada de decisões com permanente monitoramento parece confirmar os impactos econômicos e culturais da ação da filantropia em políticas de saúde e de assistência social na formação de tradições de pesquisa. No caso da produção de conhecimento nutricional a partir da Segunda Guerra Mundial, as interações entre as agências governamentais e privadas, nacionais e internacionais também desempenharam um papel importante na definição de prioridades. Os debates no âmbito de filantropia e da saúde internacional relacionadas com a oferta de alimentos e alcances da nutrição ressoaram com força entre as tradições nacionais brasileiras e latino-americanas durante os anos 1940. Novas instituições surgiam com a responsabilidade de organizar cursos, treinamento de pessoal técnico e regulamentar as diretrizes nacionais para a aplicação social da nutrição.

A existência prévia de algumas agências brasileiras nacionais para organizar a oferta de alimentos é fator crucial para a compreensão da forma que a filantropia pôde participar das políticas públicas nutricionais. Após a Segunda Guerra Mundial, os médicos que compunham a tradição científica brasileira de nutrição tornam-se atores importantes na criação de políticas sociais para alimentar populações urbanas. As redes de trabalhadores, restaurantes, refeições escolares e escolas de nutrição inaugurados com o SAPS, alçaram a preocupação com a técnica de processamento de alimentos e da escassez de comida, reformulando o pacto social vigente. A desnutrição passou a ser encarada como a principal razão para o subdesenvolvimento do país baseado na ideia de que a melhoria da nutrição geral da população também traria crescimento econômico.

As ideias de civilização e desenvolvimento foram incorporadas também no debate acadêmico, destacando especificamente a importância do conteúdo nutricional dos alimentos

nacionais e regionais. E nesse processo, a filantropia americana teve um papel importante na definição dos parâmetros locais da nova ciência. Em novembro de 1946, Nelson Rockefeller assinou um acordo de cooperação entre o Brasil e uma nova agência, a American International Association for Economic and Social Development (AIA). A parceria tinha entre os principais objetivos "ajudar" na modernização e apoio à agricultura e abastecimento alimentar. Através deste acordo, o SAPS e o AIA desenvolveriam projetos nas áreas de pesquisa em nutrição e agricultura[103].

De particular interesse foi organizar frentes de educação alimentar através da criação de serviço de visitas domiciliares. A agência brasileira realizaria suas primeiras visitas domiciliares anos mais tarde na cidade de Fortaleza, experiência que será analisada no capítulo 4. O modo de operação para a AIA e sua subsidiária *International Economic Basic Corporation* (IBEC) – esta última criada em 1947, com ênfase em projetos na área de modernização da agricultura - era muito semelhante: firmavam-se parcerias com os governos locais e nacionais para incrementar a modernização agrícola e para ensinar técnicas para determinadas profissões como visitadoras sanitárias, agrônomos, educadores domésticos e visitadoras alimentares. Por esse modelo de convênio, a equipe dos EUA levava sempre os papéis principais no quadro diretor e nas propostas pedagógicas a serem implementados pelas agências criadas[104].

Martha Dalrymple, consultora do AIA e do IBEC desde sua fundação, definiu os objetivos das instituições evocando uma máxima de longa data da filantropia americana. Para ela, a AIA surgia para realizar "as coisas que precisavam ser feitas, mas ninguém no mundo estava fazendo"[105], ou seja, a agência filantrópica agiria nas áreas em que o governo estadunidense seria politicamente relutante a agir em 1946. No final dos anos 1940, fatores classificados como "de emergência" ajudaram o AIA a organizar esforços públicos e

---

[103] Memorandum: Activities of American International Association in Brazil. January 5,1960. Rockefeller Family Papers. Record Group 4, Series B, Box 1, Folder 7. Rockefeller Archive Center (RAC).

[104] Sobre a atuação do IBEC e a modernização agrícola ver Silva, Claiton Marcio da. "Nelson Rockefeller e a atuação da American International Association for Economic and Social Development: debates sobre missão e imperialismo no Brasil, 1946-1961". In: *História, Ciências, Saúde –Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.20, n.4, out.-dez. 2013, p.1695-1711

[105] Cf. Dalrymple, Martha. *The AIA Story*: Two Decades of International Cooperation. American International Association for Economic and Social Development, 1968. RAC. p. 1. Tradução nossa.

privados, moldando diferentes significados e metas dos processos de modernização na América Latina:

> Para o agrônomo tem sido o aumento da produção de milho; para a economista doméstica tem sido o número de mulheres que aprenderam a cozinhar legumes; para o criador de gado, o número de fêmeas que foram inoculados.[106]

Dalrymple reproduz a mensagem de Nelson Rockefeller, ex-presidente da AIA e de Wallace K. Harrison, vice-presidente executivo, e John R. Camp. Todos afirmavam em repetidas ocasiões para a equipe brasileira quando se referia ao trabalho a ser feito: o capital privado norte-americano deveria participar de planos de desenvolvimento econômico nacionais da América Latina. Por esse ponto de vista, se projetos de desenvolvimento fossem bem-sucedidos, as populações locais teriam uma melhoria no seu padrão de vida e a indústria e o comércio norte-americanos também se beneficiariam, pois eles seriam identificados com as melhorias[107].

Nick Cullather destaca que esse seria um novo estilo de diplomacia que não atendia necessariamente à agenda de governantes baseados em Washington. A difusão de práticas de ajuda internacional e assistência humanitária amplamente desenvolvida na década de 1940 situa a filantropia do AIA e das fundações privadas como a Rockefeller como guardiãs coorporativas de investimentos dos negócios da propaganda capitalista. Por outro lado, agem também na dimensão cultural da propaganda do modo de vida americano, como parte da organização do fomento das atividades científicas, das soluções para o campo e para os lares[108].

O AIA foi concebido no início dos anos 1940 justamente como uma iniciativa para trabalhar nas cercanias da subsidiária venezuelana da *Standard Oil of New Jersey*, negócio

---

[106] Tradução nossa. Citação original: "To the agronomist it has been the increase in corn production; to the home economist it has been the number of women have learned how to cook vegetables; to the cattleman the number of heifers that have been inoculated." Cf. Dalrymple, Martha. *The AIA Story*. op. cit**.** p. 1

[107] Ibidem. p. 4

[108] Cullather, Nick. *The Hungry World*: America's Cold War Battle against poverty in Asia. Cambridge; London: Harvard University Press, 2010.

tradicional da família Rockefeller. A relação entre esses programas sociais e outros agentes econômicos dentro AIA pareciam bem delineados. A ideia das responsabilidades do capital começou a organizar a intervenção social após a Segunda Guerra Mundial primeiro na iniciativa privada, fato que foi evidenciado no esforço para apoiar projetos ambiciosos em repúblicas latino-americanas. O debate sobre o próprio nome da nova agência revela que a AIA foi codificada com este sentido aplicado do capital social, da propaganda associada com a integração regional. Segundo Dalrymple, entre os nomes listados para a nova agência estiveram Fundação Simón Bolívar, Fundação para o Desenvolvimento Internacional e Fundação dos Povos. Finalmente, foi decidido que o nome vencedor deviria conter os princípios de "desenvolvimento econômico" ou transmitir a ideia de "economia básica" em seu título[109].

Essa agência reconheceu formalmente que, apesar dos discursos sobre a urgência da intervenção, os primeiros acordos produziram pequenos ganhos. Mais tarde, um novo acordo em outubro de 1947, definiu como um dos deveres do AIA "ajudar as escolas e programas de nutrição no Brasil"[110]. A administração dinâmica desta política teria efeitos drásticos sobre algumas das iniciativas. Outras atividades conduzidas conjuntamente com o Departamento de Estado Americano e com a Fundação Rockefeller, deram uma compreensão complexa para o papel das relações internacionais que se delineavam após a Segunda Guerra Mundial.

Outro marco institucional desse tipo de ação social é a Comissão de Saúde da Fundação Rockefeller criada em 1940 como subdivisão focada em projetos contra a febre amarela, febre tifóide, escarlatina, doenças respiratórias e infecciosas e projetos de nutrição. Além de fornecer assistência para a Cruz Vermelha Americana, a Comissão simbolizou um momento inaugural da fase considerada de "ajuda de emergência" da Rockefeller. A agenda das agências filantrópicas parecia expandir a importância do conhecimento aplicado e seus objetivos de longo prazo que deveriam abrir-se às demandas momentâneas da guerra, ou como definiu o emissário Raymond Fosdick, era inevitável a relação dos projetos financiados

[109] Cf. Dalrymple, Martha. *The AIA Story* . *op cit.* p. 10.

[110] "Home Demonstration Service". Project no. AIA – 3 – Brazil. October 15, 1947. RAC. Rockefeller Family Papers. RG NAR Personal Series B AIA/IBEC Box 13 Folder 35. RAC.

e seu caráter utilitário. Para Fosdick, “uma proporção substancial das dotações da Fundação Rockefeller deve ter alguma relação com o presente de emergência”.[111]

Esta nova era durou mais do que os anos do imediato pós-guerra. No Brasil, quando as políticas nacionais e locais como a Escola de Visitadoras de Alimentação Agnes June Leith (EVAAJL) ganharam uma posição internacional, novas iniciativas foram conduzidas pelo Estado e pela filantropia e seguiu-se a abordagem marcada por este novo momento. No final de 1946, o diretor brasileiro do SAPS, Major Pelegrino, juntou-se à demanda dos EUA para criação de escolas de nutrição. Fontes indicam que as atividades da EVAAJL em Fortaleza, e do SAPS em São Paulo e no Rio de Janeiro (Distrito Federal) para "demonstração doméstica direta" foram planejadas para vários bairros e escolas que apoiariam agências na organização de serviços similares e campanhas de educação em saúde, conforme sugestão do AIA.[112] Cabe destacar, no entanto, que tais cursos e instituições só teriam sobrevida para além dos convênios de 2 ou 3 anos quando fizessem parte também de planos de desenvolvimento dos governos brasileiros e regionais como analisaremos a partir do próximo capítulo no caso dos acordos e experiências executadas pelo SAPS em diversas cidades no país.

A EVAAJL destacou-se em garantir acordos de intercâmbio detalhados com o AIA. A Escola organizou cursos para as visitadoras domiciliares, e foi a principal unidade educacional para a nutrição no país fora do Rio de Janeiro. Apesar de trabalhar para fornecer algum trabalho social limitado em restaurantes e escolas, a educação nutricional e o treinamento de pessoal foram entendidos como a maneira de resolver um problema social histórico da sociedade brasileira. Ideias como clubes de saúde, hortas escolares, bem como a criação de regras de alimentos pareciam ser importadas (e adaptadas) a partir do *Home Economic Extension Service* (agência estadunidense) popularizaram-se junto às universidades e serviços de bem-estar.

A cooperação da sociedade civil e do governo norte-americano, juntamente com cuidados de saúde e agricultura de modernização, ganhou destaque nesta nova agenda global. Sob a gestão de Nelson Rockefeller, o AIA desenvolveu iniciativas em um modelo de

[111] Letter from Raymond Fosdick to Karl T. Compton. December 7, 1943. RAC. RF. RG 3 Series 900 Box 26 Folder 217.

[112] American International Association for Economic & Social Development. Project no. Brazil 1 – Revised (Home Demonstration Service). Rockefeller Family Papers. Record Group 4, Series B, Box 13, Folder 35. RAC.

programas similar aos que seriam financiados posteriormente pela política externa dos EUA para a América Latina, começando com o apoio de projetos no Brasil e na Venezuela[113]. O principal fator de orientação era trazer os Estados Unidos e a América Latina mais unidos ideologicamente, através da AIA, e para ajudar a difundir a ciência criando uma experiência regional. Nesse sentido, a nutrição a modernização agrícola tornaram-se pautas prioritárias.

A modernização agrícola era tratada de maneira similar à alimentação. Em meados da década de 1940 o valor de mercado das fazendas aumentava, a produção de alimentos pela lavoura industrializada crescia. Houve um fenômeno de mecanização agrícola acompanhado por vários países, início do processo que ficaria posteriormente conhecido como Revolução Verde. O total rearranjo na tecnologia e na maneira de produzir alimentos aumentava o rendimento e, sobretudo os lucros das lavouras. Agrônomos financiados por governos, pelo IBEC ou pela Fundação Rockefeller testavam variedades de grãos e sementes no processo de modernização agrícola[114].

Um caráter utilitário das ciências agrárias era reivindicado, ou seja, as pesquisas deveriam dedicar-se a temas importantes que garantissem incremento agrícola. Em sua defesa da ciência e da modernização agrícola aos longos dos anos 1940 e 1950, a agronomia adotou sementes modificadas e financiamento de pesquisas que não eram apontadas como as únicas medidas responsáveis pela Revolução Verde, a mudança de mentalidade da forma de produzir dos fazendeiros seria a principal razão da mudança[115]. No período em que se celebrava Revolução Verde, a América Latina via crescer vertiginosamente índices de desigualdades sociais, fome, movimentos de luta por posse de terras e reforma agrária.

O AIA e o IBEC investiam desde 1947 em projetos de difusão de modernas técnicas agrícolas. No Brasil, experimentos com fertilizantes, pesquisa agrícola e desenvolvimento de serviços comunitários foram organizados através dessa cooperação. Modelo de cooperação

---

[113] Miller Jr, Edward G. "Economic Aspects of Inter-American Relations". December 25, 1950. p. 1011. Nelson Rockefeller Papers. RG 4-Personal. Series O-Washington, DC Files. Box 39 Folder 356. RAC.

[114] Apesar dessa preocupação com o campo ganhar força na década de 1940, o experimento clássico da revolução agrícola que batiza o movimento, veio do México quando no ano de 1966 foi lançado o *Puebla Plan*, que triplicou a produção de fazendeiros de milho na região de Puebla com trabalhos sediados no *International Maize and Wheat Improvement Center*. Cf. "Man-made grain blooming again." In: The Vancouver Sun. September 11, 1974. R11247-0-3-E, volume 13. LAC.

[115] "India's Green Revolution". In: The News. New Mexico, July, 18, 1970. R11247-0-3-E, volume 13. LAC.

que ajudaram a estruturar a fundação de novas tradições científicas em agronomia, nutrição e agricultura e que, aliás, seguiam um modelo que havia sido consagrado por missões de saúde na década de 1920 em São Paulo. É importante notar que muitos projetos filantrópicos financiaram atividades nacionais brasileiras que já existem há anos. A grande variedade de projetos modernizadores para a nutrição e a agronomia permite-nos compreender aspectos significativos dos princípios da nutrição durante os tempos de desenvolvimento e observar as principais filiações de estudiosos nacionais e de funcionários técnicos.

Experimentos com fertilizantes nas cidades do estado de São Paulo e Paraná, declarações e pesquisas sobre técnicas de pecuária de controle do parasita e testes diversos em Pinheiral, inseticidas em Santa Monica (São Paulo e Minas Gerais, respectivamente), e a criação da Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR), em Belo Horizonte e Santa Rita do Passo Quatro marcavam esta nova onda de ajuda internacional modernizadora[116]. Todos os programas foram planejados inicialmente para durar apenas três anos. Em nome de garantir a autossuficiência e independência dos indivíduos, Nelson Rockefeller defendeu assistência por curto prazo, para que os custos e responsabilidades pudessem, então, ser transferidos para o controle local ou nacional o mais rápido possível.

Para efeito de comparação, atividades similares foram realizadas na Venezuela. O foco mais uma vez caiu em treinamento de pessoal, programas de informação sobre nutrição, e incentivo à formação de comunidades e serviços de modernização agrícola. Na Venezuela, a parceria foi com a Pro-Instituto da Alimentación. O acordo com a AIA criou nova burocracia estatal que também trabalhou com as agências filantrópicas e estatais. Sob acordos previstos originalmente para durar três anos, as parcerias foram estabelecidas em 1948. Essas atividades ganhariam significado explícito para a propaganda capitalista como um relatório que, em 1962, avalia os serviços desenvolvidos desde 1947 e afirma que em "um mundo de ideologias concorrentes" o homem atormentado tende a ceder à promessa democrática contra a promessa comunista de oportunidade rápida através da revolução[117].

---

[116] ACAR: Dez anos a serviço do povo rural de Minas Gerais (1949-1959). AIA. RG IV3B2 Series 13 Box 45 Folder 326. RAC.

[117] Agriculture in Brazil. A Report by the American International Association for Economic and Social Development. March, 1961. AIA, RG IV3B2, Series 12, Box 43, Folder 311. RAC.

É importante notar que à despeito da ideologia geral em questão afinada com a luta contra o comunismo nem sempre as medidas foram traduzidas como políticas liberais em uníssono. Em um memorando de 18 de agosto de 1953, Walter L. Crawford avaliou o desenvolvimento do programa no Brasil e na Venezuela e observou a importância do trabalho realizado por pequenos agricultores. Sob o título de "reforma agrária", Crawford diz que historicamente a produção de grandes agricultores não é maior do que os pequenos agricultores e que ele tinha "forte suspeita" de que o mesmo seria verdadeiro na maioria dos outros países. A produção agrícola incentivada pela AIA vinha da aplicação de noções trazidas pela agronomia e horticultura, que iria anunciar anos de desenvolvimento da cultura voltada para o agronegócio, uso de fertilizantes e modernização agrícola.

Crawford trabalhou muitos anos no escritório do Rio de Janeiro da AIA e ao longo dos anos, ele acreditava que suas ideias iniciais pareciam já não representar mais a missão AIA. Em um relatório sobre a produção agrícola de 1940 a 1960, Crawford sublinhou que as atividades de pequenos produtores, anos depois, seria vista como possuindo um baixo rendimento médio por hectare, digno de ser "uma das mais baixas do hemisfério"[118].

Em 1961, o AIA terminou todos os seus projetos no Brasil; mais tarde, em 1968, acabaria com todas as suas atividades e deixaria de existir. No entanto, a cooperação já havia sido delimitada, a tarefa seria desdobrada em uma nova agência, a United States Agency for International Development (USAID). Os contextos políticos locais, no entanto, indicam para um sentido contrário a uma interpretação que poderia entender esses programas como o “braço do imperialismo” dos EUA, ou seja, essas forças imperialistas que têm de fato poderes assimétricos frente aos governos da América Latina apenas puderam agir sem grandes conflitos a partir de apoios e apropriações regionais e locais.

Neste contexto, os interesses dos cientistas, governos e agricultores latino-americanos e norte-americanos convergiram. Estes projetos de modernização estavam sob forte debate na época no México, na Venezuela e no Brasil e com o financiamento de vários projetos sobre agricultura, laboratórios de universidades agrárias e programas de alimentação escolar em diferentes localidades. Muitos desses financiamentos em agricultura, indústria de alimentos e distribuição de alimentos mostram processos que introduziram alimentos industrializados em

[118] Ibidem.

países latino-americanos, a exportação de alimentos e incremento da produção para os mercados nacionais (tais como leite, milho, sal e borracha)[119].

A forma adquirida pela cooperação e pelas políticas nutricionais e de modernização agrícola criadas à época mostram que a história da modernização que chegava ao campo e às mesas rurais e urbanas contribui para a compreensão da produção e circulação do conhecimento científico. A interação entre as políticas de saúde e bem-estar bem como a influência de forças nacionais e internacionais no Brasil também funcionou como uma forma de regular os hábitos da vida cotidiana. Podemos ainda identificar essas políticas nutricionais, como parte do processo de formação do Estado em tempos de desenvolvimento. Essa atmosfera otimista em relação aos alcances do internacionalismo e da cooperação entre países, cientistas e sociedade civil financiou uma série de experiências em alimentação entre 1940 e 1950. O adensamento urbano, as demandas locais e os quadros de fome e desnutrição originaram uma série de projetos específicos na Era do desenvolvimento e a América Latina foi terreno privilegiado de ação desses novos tempos.

1.5) Considerações Finais

O advento do campo de saber da nutrição a e busca para solução dos problemas alimentares passaram a ser tecnicamente mensuráveis e possíveis de serem enfrentados, especialmente a partir da criação das agências internacionais do entre guerras. A alimentação tornou-se fundamental nas agendas dos Estados nacionais, permitindo a criação de aparelhos de Estado para lidar com a ameaça trazida pela inchaço urbano, ondas de greves, protestos e desemprego. As tradições de nutrição forjadas no início do século passado viraram elementos importantes da saúde internacional. O debate sobre a importância do desenvolvimento

[119] Em vários países latino-americanos os investimentos do AIA e do IBEC nos permite medir o impacto da dimensão econômica e os possíveis intercâmbios e termos de apoio financeiro entre outros aspectos relacionados. Projetos disponíveis em IBEC Records e IBEC Photograph Collection - IBEC Records (3B 02). RAC.

nacional foi feito ao lado da forte presença da filantropia estrangeira, com a sociedade civil engajada em fazer da moderna nutrição parte da nova assistência social[120].

É importante notar que ainda que os ganhos materiais dos encontros da OSLN tenham sido limitados, foi no interior dessa agência, na década de 1930, que se processou uma significativa mudança de paradigma sobre saúde e adoecimento. A inclusão dos temas da habitação e da alimentação como determinante da saúde e, portanto, alvo da ação dos Estados nacionais e da saúde internacional consolidou a nutrição como ciência aplicada capaz de dar respostas eficientes à fome e à desnutrição realizando intervenção via saberes da química, de estudos sobre cultura e economia.

Esse novo estatuto social da ciência da nutrição permitiu que médicos nutrólogos fossem importantes partícipes da rede de assistência social construída nas Américas. Vimos em exemplos de projetos desenvolvidos no México, na Argentina, no Uruguai e no Peru que países da América Latina associaram as intervenções alimentares com o desenvolvimento urbano, sobretudo no período da Segunda Guerra Mundial. Medidas de subsídios a gêneros alimentícios, projetos de merenda para estudantes e refeitórios urbanos para operários e desempregados marcaram a ação social desse período. Nos Estados Unidos e no Canadá sobressai-se a relevância social de nutricionistas que elaboravam planos alimentícios e cardápios para instituições públicas e privadas além de terem mantidos intenso trânsito de pesquisadores entre departamentos públicos de assistência social e intercâmbio entre universidades.

Muitos projetos implementados à época tiveram na filantropia sua principal fonte de financiamento. No Brasil, filantropos financiaram atividades que já existiam antes da chegada de forças internacionais. Convênios binacionais, cooperação com organismos internacionais, intercâmbio acadêmico entre universidades e a participação da sociedade civil, especialmente via filantropia, desempenharam um papel fundamental para compreensão das novas funções assumidas pela ciência da nutrição a partir da Segunda Guerra Mundial. A variedade de fontes sobre projetos específicos nos permite compreender aspectos significativos dos princípios de nutrição e pensar ainda as principais filiações de estudiosos nacionais e funcionários técnicos. Tais ligações ficariam mais claras no contexto de Guerra Fria e da política externa americana

[120] Weindling, Paul. "The Role of International Organizations in Setting Nutritional Standards in the 1920s and 1930s." op.cit.

do pós-guerra a partir de 1948 revelando aspectos das experiências dos cientistas em seus laboratórios e como se construiu a interação com experiências locais destacando os valores e conceitos de uma geração.

O protagonismo de determinados movimentos sociais – notadamente de trabalhadores urbanos – é significativo para entendermos a formação dessa nova assistência social no entre guerras. Na Europa da década de 1940, por exemplo, orientações nutricionais tornaram-se vitais ao desafio da reconstrução social, ainda durante a Segunda Guerra Mundial e nos anos seguintes[121]. Ao tentar elucidar o sentido atribuído a esse novo internacionalismo e o papel de nutricionistas e funcionários da cooperação internacional em saúde temos um quadro complexo. Ao mesmo tempo em que temos um inegável fracasso dos esforços para reduzir a fome e a desnutrição no mundo, vemos uma geração de mulheres e homens de ciência comprometidos com a missão humanitária de redução das desigualdades. Médicos e técnicos identificados com a esquerda, simpatizantes da ideologia do desenvolvimento como forma de melhorar as condições de vida, solidariedade religiosa, idealismo humanitário, espírito de comunidade e a ação de entidades filantrópicas visitavam com intensidade o tema da desnutrição e da fome como mazelas que grassavam sobretudo no hemisfério sul nas décadas de 1930 e 1940.

A partir de 1945, vive-se outro momento de institucionalização da alimentação como problema social com a criação das agências especializadas, programas e fundos criados à época, especialmente a FAO, a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). Pesquisas, definições sobre os parâmetros nutricionais gerais da disciplina e programas globais foram lançados ao longo dos anos 1950 especialmente com fins de minimizar o problema da fome via assistência técnica a projetos específicos. Os programas criados pela cooperação internacional na área de alimentação tiveram na avaliação dos próprios gestores envolvidos um sucesso limitado no pós Segunda Guerra Mundial. Como desdobramento, ao longo dos anos 1950 a ênfase na nutrição social foi a de técnica capaz apenas de auxiliar programas para suplementação alimentar em escala

[121] Cf. Vernon, James. *Hunger*: A Modern History. op.cit. p. 134.

nacional, diminuindo as expectativas e ambições em relação aos limites da cooperação internacional para alimentação das populações[122].

Os estudos, as experiências nacionais, as tradições acadêmicas em nutrição e os contextos locais viabilizaram a mudança das relações das sociedades com as políticas sociais de alimentação. No período entre 1939 e 1947, as metas desenvolvimentistas incluíam uma maior ênfase na industrialização, no incremento agrícola e na modernização dos estados buscando atingir melhorias nas condições de vida das populações nas regiões pobres.

A seguir analisaremos como ideias, projetos, concepções de saúde e saberes sobre alimentação se processavam no dia a dia dos médicos nutrólogos brasileiros. Veremos que o contexto histórico social da Era Vargas aponta para uma série de elementos que permitem a compreensão da entrada da alimentação na agenda da assistência social prestada pelo Estado. Para a história das ações públicas de controle da fome e da subnutrição, as principais referências indicam para um caso onde política pública, pesquisa acadêmica e crítica social atuaram juntas como identidade profissional e gestão pública. Por fim, veremos que a história social indica que os saberes científicos e as políticas de alimentação inauguradas em 1940 fizeram parte de uma expansão da atenção pública aos cidadãos e da incorporação da classe trabalhadora na política na História do Brasil Republicano.

[122] Ver a associação entre fome, desenvolvimento científico e política em Ruxin, Joshua Nalibow. *Hunger, science and politics*. op.cit.

CAPÍTULO 2

COMA COM LEITE E SEM FARINHA:
SABER CIENTÍFICO E DEBATES SOBRE O TRABALHADOR BRASILEIRO

"Se farinha fosse americana, mandioca importada, banquete de bacana era farinhada".

Juraildes Cruz[123].

A música "Nóis é Jeca mais é Jóia" do compositor tocantinense Juraildes da Cruz, conhecida também pela interpretação de Genézio Tocantins é um clamor ao modo de vida do campo, uma crítica à supremacia das cidades e à desvalorização científica dos alimentos regionais brasileiros. Com diversas versões desde o lançamento da original em 1994, a canção composta por Cruz é também uma exaltação à cultura sertaneja, ao cultivo e ao consumo da mandioca, uma resposta ao histórico desprezo de cientistas, nutricionistas e médicos sobre a pobreza de nutrientes do tubérculo nativo das regiões norte e nordeste do Brasil. Na canção, o motivo pelo qual a mandioca é condenada é a supervalorização dos hábitos alimentares "importados" como aqueles que costumam marcar distinção social. Por essa visão crítica, a dicotomia sertão-litoral é revisitada. As elites urbanas acumulariam uma série de hábitos e costumes considerados civilizados, com destaque para a fala gramaticalmente diferenciada, com o respaldo científico que define a boa e a má dieta que se consagra no interior país.

A percepção de que a farinha e os produtos derivados da mandioca não tem no Brasil valor de um alimento nacional nobre ou iguaria digna de estar presente em banquetes refinados é parcialmente explicada pelo perfil social dos consumidores do produto. À mandioca, de fato, cabe historicamente um papel marginal na gastronomia; mesmo sendo sabido desde estudos conduzidos por Josué de Castro ao longo dos anos 1940 dos altos índices de consumo da mesma, ao ponto de Castro considerá-la como o "pão do nordestino". Acontece que a alimentação saudável não é, na maioria das vezes, aquela rica em alimentos

[123] Trecho da música "Nóis é Jeca mais é Jóia" de Juraildes da Cruz (1994). Ver música completa no anexo I.

típicos ou nativos do interior do Brasil. Apesar de sua comprovada importância e prevalência na dieta do Brasil profundo, a farinha foi vista na construção de comunidades científicas de médicos nutrólogos como um alimento pobre e, portanto, desaconselhado para ser consumido com frequência e em grandes quantidades. Antes e depois de Castro, influentes homens de ciência, nutrólogos e visitadoras alimentares trabalharam pela condenação da mandioca, chegando em determinados momentos a culpá-la até mesmo pela pobreza e subdesenvolvimento do país.

Era início dos anos 1940, tempos de definição dos padrões da ciência da nutrição. Experimentações laboratoriais sobre a composição química dos alimentos, o conteúdo de vitaminas e o quadro nutricional alternavam-se com reuniões de especialistas nacionais e internacionais simultaneamente à fundação de instituições científicas no Brasil e no exterior. Ao longo desse processo, a nutrição erguia seus paradigmas – muitos deles vigentes até hoje – e, assim, as comunidades científicas relegaram determinados alimentos ao obscurantismo. Os tabus alimentares, os hábitos e costumes do interior e de trabalhadores urbanos eram analisados pelas suas composições e a partir de uma concepção que atrelava ignorância à pobreza e reforçava decisões em universidades e em instituições de pesquisa como o SAPS com fins de criação de políticas públicas ao mesmo tempo de caráter educativo e coercitivo.

Neste capítulo, veremos a materialização de alguns debates entre médicos nutrólogos brasileiros e como algumas dessas propostas de auxiliar a civilização e desenvolvimento se processaram entre laboratórios e o projeto de assistência social de Getúlio Vargas. Para mapear o contexto desses estudos discutiremos que a difusão dos conceitos de um campo científico em formação garantiu a introdução dos tais “hábitos importados” através das primeiras políticas públicas para combate à desnutrição nas grandes cidades. Estudaremos como uma geração de cientistas formou suas ideias e valores em paralelo à atuação de variados outros perfis profissionais que surgiam à época. Veremos também como nutrólogos, técnicos, e visitadoras trabalharam para criar ou reforçar concepções sobre a reputação de determinados alimentos condenando ou absolvendo costumes seculares nas refeições das famílias brasileiras.

2.1) Entre proibições e prescrições

Comer é um ato cultural e a procura pelos sentidos do ato de comer tem atraído a atenção de diversos estudiosos. A Antropologia da Alimentação, na busca pelos sentidos para além da função orgânica envolvida, estuda como o homem atribui culturalmente esses impulsos, como se dá o caráter social da alimentação. Maria Eunice Maciel cita que desde o período considerado "Pré-culinária" lavar e salgar alimentos foram comportamentos incorporados por grupos e transmitidos entre gerações. Ou seja, historicamente em diversas civilizações as mudanças no consumo de alimentos interferem na organização social dos grupos[124].

A variedade de sistemas culturais é o que delimita amplamente o que se come e não exatamente as habilidades do organismo para digerir os alimentos. Maciel dá como exemplo as poções das bruxas que permeavam o imaginário medieval, onde os ingredientes das receitas eram considerados repugnantes. O exótico e o estranho também estariam associados ao perigo social dos alimentos como o Fugu no Japão, um peixe fortemente venenoso, os cogumelos dos bosques europeus, que exigem um conhecimento para sua colheita, ou a mandioca brava do Brasil, que exige uma técnica para extrair seu veneno. Esse exotismo reforça um papel de alimentos "mágicos" ou temidos em diferentes tempos e lugares. O ser humano se alimenta conforme o meio a que pertence, escolhendo o que se come, de que maneira e qual técnica de preservação utiliza. Todos esses aspectos relacionados constituem determinados sistemas alimentares conhecidos em alguns casos como "cozinhas", onde há também uma ideia de territorialidade. Surgem ideias de "pratos típicos" atrelados a uma determinada região, que nem sempre está associada ao prato de uso mais cotidiano daquele território, mas sim pelo modo que as pessoas querem ser vistas e reconhecidas[125].

Mesmo hoje, quando há uma variedade maior de alimentos à disposição dos trabalhadores urbanos, simultaneamente ao processo de globalização de hábitos alimentares, o ato de comer continua ganhando especificidades locais, pois comer não é apenas uma função biológica, da nutrição, mas é também entretenimento e indicador social. Marina de Camargo

---

[124] Maciel, Maria Eunice. "Cultura e Alimentação ou o que tem a ver os Macaquinhos de Koshima com Brillat-Savarin?". In: *Horizontes antropológicos.* Porto Alegre, ano 7, n.16, p. 146-156, Dezembro de 2001.

[125] Idem.

Heck considera que há aspectos lúdicos envolvidos no hábito de comer. Refeições compradas prontas ou realizadas fora do local das cozinhas dos lares, de residências e ideias contemporâneas como grifes em alimentação, estrelas classificatórias atribuídas a restaurantes e cozinheiros transformados em celebridades fortalecem a ideia de entretenimento ligado à refeição. Atividades de lazer cotidianas como sair do lar para comer em restaurantes ou lanchonetes ou mesmo o convite a amigos e familiares para almoços e jantares estão entre as atividades de lazer mais populares na atualidade. O aumento do número de mulheres trabalhando fora de casa e a maior qualidade dos produtos industrializados como justificativa para as mudanças no padrão alimentar contemporâneos, são confrontados com dados como a grande frequência nos restaurantes aos finais de semana. Segundo Heck, tentativas de explicar esse processo apontam para a busca pelo requinte e sofisticação, mas pode-se até mesmo contrapor esta ideia com a enorme popularidade que as comidas de rua ou pouco nobres têm historicamente[126].

O caminho percorrido entre a adesão a um modo de comer higiênicos e o planejamento científico para interferir em hábitos alimentares populares foi longo. Nas medidas de assistência social pensadas pelos médicos nutrólogos a partir de 1939, o aspecto educacional era a principal motivação das ações. Mais do que extinguir a fome como problema social ou fenômeno histórico, prestar socorro a trabalhadores, crianças ou famílias simbolizava na visão dos médicos nutrólogos uma ação da nutrição que deveria ter por finalidade corrigir desajustes, educar pelo exemplo. A chamada deseducação alimentar era alçada ao topo das determinantes da desnutrição e da fome no país, através da premissa que não bastaria meramente possuir o acesso aos gêneros alimentícios ou dinheiro para comprá-los, mas que seria necessário saber escolhê-los corretamente conforme orientações técnicas e científicas.

No Rio de Janeiro essa visão foi aplicada em variados estudos de técnicos laboratoriais e trabalhos de campo das visitadoras de alimentação do SAPS. As pesquisas junto às imediações do restaurante central no bairro operário de São Cristóvão, na zona norte da cidade, concluíram que famílias de operários brasileiros apresentavam condições nutricionais muito inferiores à realidade de famílias de operários portugueses vivendo no mesmo bairro

[126] Heck, Marina de Camargo. "Comer como Atividade de Lazer ". In: *Estudos Históricos*. nº. 33, 2004. pp. 136-146.

sob as mesmas condições de trabalho e renda. Para Dante Costa, à época responsável pelo setor de visitação domiciliar do SAPS no Rio de Janeiro, a monotonia da dieta dos pobres no Brasil gerava uma alimentação muito precária privada do consumo de verduras, carne e ovos, alimentos que vinham sendo definidos ao longo do desenvolvimento da ciência da nutrição como "restauradores" e "construtores". Essa nomenclatura justificava-se devido às funções de auxílio ao crescimento na infância e da "reparação" que ofereceriam aos organismos maduros[127].

Segundo relatórios de estudos liderados por Costa e publicações do SAPS, enquanto os estrangeiros prepararíam sua alimentação com esmero e cuidado, para as famílias de operários brasileiros, o ato de cozinhar era "a simples ação de atirar coisas dentro da panela". Esse cenário justificaria para Costa e companhia a atividades dos restaurantes populares que surgiam no Brasil cujo objetivo era suprir o "desajustamento econômico e a deseducação alimentar"[128]. A iniciativa dos refeitórios organizados pelo SAPS, visava eminentemente atender ao segmento de trabalhadores formalizados, aos operários da capital federal. Ainda que com o passar dos anos o serviço foi sendo ampliado, tendo sua rede chegado a algumas outras grandes cidades brasileiras; o projeto em curso possuía nítida relação com a ideia de proteção da força de trabalho para o desenvolvimento do Brasil urbano.

Por essa visão dos fatos entendemos que era essa a linhagem da assistência social no contexto da ampliação dos direitos dos trabalhadores. O SAPS surgiu junto da expansão de uma política de previdência social, uma cidadania regulada pelo Estado, como política social compensatória sem alterar as estruturas econômicas políticas vigentes.[129]. No caso dos restaurantes, na prática, era o crescimento da contribuição sindical que possibilitaria a gradativa intervenção estatal em questões consideradas à época como urgentes ou infraestruturais para o desenvolvimento.

A atividade industrial seria justamente a principal financiadora do projeto ainda em seus primeiros anos. A contribuição sindical oriunda dos IAPs e CAPs financiaram a

---

[127] Costa, Dante. "Alimentação e a raça". In: Boletim do MTIC. n. 118. jun 1944. Ano X . p. 221. Biblioteca do Ministério do Trabalho Surcursal Rio de Janeiro (BMTrab/RJ).

[128] Idem.

[129] Santos, Wanderley Guilherme. *Cidadania e justiça.* op.cit.

construção e aquisição de material para instalação e funcionamento do primeiro restaurante, na região da Praça da Bandeira. Proporcionalmente IAPs e CAPs deveriam contribuir segundo uma estimativa de beneficiários realizada pelo Conselho Atuarial do MTIC. Em 1940, os principais contribuintes foram justamente o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciários (IAPC), com 47,1% dos custos; Industriários (IAPI), 20,8%; e Empregados em Transportes e Cargas (IAPTC), 12,8%[130].

Configurava-se a intervenção na alimentação de trabalhadores como direito restrito e previsto para dar condições necessárias para operação eficaz da indústria nacional. Além desse sentido, os refeitórios também mantinha um sentido de "medida de emergência", um restaurante público fora do espaço da fábrica que se firmava em duas frentes: uma primeira por assistir aos trabalhadores mais pobres na área de alimentação garantindo a boa alimentação para o trabalho e, uma segunda, amparando desempregados para recolocação profissional. Além disso, segundo a concepção de educação alimentar proposta pelo conhecimento de técnicos, nutrólogos e visitadoras, a importância de se comer refeições cientificamente balanceadas foi assim defendida por Dante Costa:

> Os Restaurantes Populares, contudo, valem menos pela possibilidade de assistência alimentar que pelas oportunidades de educação alimentar que oferecem[131].

O perfil assistencial do SAPS recebeu diversas críticas. Já à época de seu lançamento falava-se das limitações do projeto e da incapacidade de instalação de restaurantes populares em quantidade suficiente para suprir o mal da desnutrição do país. Dessa forma, o Serviço beneficiaria somente frações da população urbana, empregada e sindicalizada ou em busca de emprego, sem a capacidade de impactar a realidade brasileira da desnutrição e da fome. A grande defesa dos cientistas-gestores do SAPS era ressaltar o caráter pedagógico de suas unidades, a importância da educação alimentar como ação multiplicadora por ensinar a "boa

---

[130] Cf. Portaria Ministerial N. Scm-557. 30 nov. 1940. "Aprova a estimativa para o Estado do Rio de Janeiro, dos segurados ou associados dos Institutos e Caixas de Aposentadorias e Pensões que devem ser beneficiados pelo Serviço de Alimentação da Previdência Social e determina o modo de distribuição do respectivo financiamento".

[131] Costa, Dante. "Alimentação e a raça". *op. cit.* p. 50.

alimentação", através das lições, sendo o restaurante popular o lugar onde se faria "educação pelo exemplo"[132].

Além do espaço físico de laboratórios, dos bandejões (restaurantes) e armazéns, o conceito de mudança social de incutir bons hábitos alimentares dominava variadas frentes de ação dos médicos nutrólogos. O rádio, principal veículo de comunicação de massa à época, foi amplamente utilizado como meio educativo. Acreditando no potencial desse veículo, as emissões de rádio passaram a ser feitas também pela Rádio Mauá, que havia sido criada recentemente pelo ministro Alexandre Marcondes Filho (1892-1974), que assumira o MTIC em dezembro de 1941. A própria indicação de Marcondes Filho para a pasta do Trabalho indicava a importância crescente da indústria e de políticos paulistas na Era Vargas e a rádio Mauá, com o slogan "a emissora do trabalhador", transmitia uma programação especialmente focada nos trabalhadores urbanos, tendo o SAPS contado inclusive com um programa diário[133].

Para elaborar as tais lições, uma seção específica instaurou-se no SAPS para que a frente pela educação alimentar estudasse hábitos classificados como "maléficos" à saúde e quais os caminhos a serem seguidos para erguer o bom costume na hora de comer. A administração persistiu com os objetivos fixados que eram colocar a teoria dos especialistas brasileiros em prática, servindo um cardápio fixo aparentemente sem muita negociação com costumes locais, introduzindo novos hábitos e condenando outros antigos, como o emblemático episódio da recusa em tomar um copo de leite durante os almoços no restaurante da Praça da Bandeira:

> Quando foi aberto o 1º Restaurante Popular no Rio, o cardápio continha invariavelmente 300 gramas de leite e a recusa era grande: alguns operários alegavam não gostar, outros que lhes fazia mal, mas a continuidade da prática

[132] Costa, Dante. "Alimentação e a raça". op. cit. p. 51.

[133] Entre 1942 e 1945 Marcondes Filho acumularia os ministérios do Trabalho com o da Justiça até o fim do Estado Novo. Mais detalhes sobre a trajetória biográfica de Alexandre Marcondes Filho em: Mayer, Jorge Miguel. "Marcondes Filho". In: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil/Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV). Dicionário da Elite Política Republicana (1889-1930). Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/MARCONDES%20FILHO.pdf. Último acesso em 23 de setembro de 2014.

> fez com que a porcentagem de recusa, entre os milhares de frequentadores diários, descesse a zero.[134]

A efetividade de alguns sucessos comemorados nas fontes oficiais é um dado complexo para nossa análise. Sabendo-se que se propagandeava largamente o serviço em curso, temos aqui um fenômeno interessante. O consumo de leite era aconselhado pelos resultados das pesquisas e leituras dos nutrólogos e a recusa do mesmo amplamente criticada no sistema de alto-falantes instalado no salão de refeições e no lavatório, o que fazia parte do perfil das ações que os diretores do Serviço chamaram de "luta contra a ignorância". O crescimento da importância comercial e o advento de novas técnicas de armazenamento de laticínios fizeram com que o leite deixasse de ser tido como alimentação de crianças de peito e passasse a compor alimentação de adultos[135]. Essa ênfase vinha sendo feita nos debates na OSLN e ganhou destaque em periódicos médicos.

O que teria habituado o trabalhador ceder e incorporar o leite ao seu almoço? Segundo números oficial do SAPS chegaram a ser servidas 1.316.735 pessoas no ano de 1944 apenas no restaurante central sem recusa de leite[136]. Certos de estarem fazendo as transformações alimentares que conduziam à boa saúde, as equipes do SAPS persistiram na introdução de gêneros alimentícios considerados incomuns à época, como fica expresso no caso do leite no Rio de Janeiro. Ainda que pouco se possa averiguar sobre resistências e estratégias nesse tipo de intervenção.

Uma ex-funcionária do serviço administrativo do SAPS nos dá uma pista de que muitas vezes as tais lições dos nutrólogos não convenciam para além de uma troca tacitamente negociada entre trabalhadores e cientistas. A trabalhadora da secretaria conta que mesmo entre os servidores do SAPS algumas recomendações permaneciam demasiado distantes da realidade sendo poucas vezes efetivamente implementadas. O consumo de cálcio estabelecido no copo de leite compulsório, por exemplo, só era praticado por ela e seus colegas mais imediatos quando da ocasião de visita de autoridades ou inspeção das instalações

---

[134] Costa, Dante. "Alimentação e a raça". op. cit. p. 52.

[135] Cf. Flandrin, Jean Louis; Montanari, Massimo. *História da alimentação*. op.cit. p. 720

[136] SAPS. "O SAPS (continuação)". op. cit. p. 183.

por alguma destacada autoridade do governo; uma espécie de brinde ao banquete ali servido, ao projeto modernizador em curso[137].

A subjetiva definição dos bons alimentos dava-se de maneira gradual e implicou também em tentativas mais ou menos bem sucedidas de retiradas de alimentos considerados pobres. Contra tudo isso, o SAPS propunha outra forma de escolher os alimentos e prepará-los, o que gerava permanentes conflitos e estranhamentos. Reclamações de que a comida servida era pouca e que "não enche a barriga" foram ouvidas pelos bondes da cidade do Rio de Janeiro. Fato rebatido por Lindomar Bastos Silva alegando que "é preferível comer pouco, mas as substâncias fundamentais", sinalizando que os conhecimentos da educação alimentar, os cardápios e as pesquisas de fato não eram passíveis de negociação com os usuários[138].

A grande vilã nos planos de mudança provocadas pelo SAPS seria a farinha de mandioca, alimento amplamente presente na dieta operária fluminense. As estatísticas indicam que a demanda diária por farinha era quase absoluta entre os frequentadores e foi considerada pelos estudos de nutrólogos e técnicos do SAPS "imoderada":

> Não podiam almoçar sem ela [a farinha de mandioca]. E em que quantidade! O trabalho empreendido pela administração do SAPS foi bem diverso, nesse sentido. Consistiu em mostrar ao operário o seu erro em usar excessiva e diariamente de tal alimento, pois esse, pobre em propriedades alimentícias, deveria ser substituído, em sua maior porção, por outros que contivessem mais calorias e fossem ricos em valores energéticos[139].

A própria referência à farinha como pobre em calorias é sinal dos tempos e concepções científicas em processo de formação. Contemporaneamente a farinha é considerada rica em valor energético sendo pobre em outros nutrientes ou micronutrientes, tais como: proteínas, vitaminas, minerais e gorduras. Dessa maneira, a farinha foi alçada ao

---

[137] Motta, Neli Póvoa. [Depoimento]. Entrevistador: Érico Silva Muniz. 1 CD (40 min). Depoimento concedido ao projeto de pesquisa Alimentação em tempos de desenvolvimento: Uma história das políticas alimentares no Brasil (1940-1960). Rio de Janeiro, 2012.

[138] Cf. Silva, Lindomar Bastos. "Educação Alimentar". op. cit. p. 204

[139] SAPS. "O SAPS (continuação)". op. cit. p. 183.

status de suplemento alimentar dos pobres, tendo o técnico Paulo Seabra concluído que esse seria um comportamento lógico a ser assimilado com o tempo, afirmando que "onde tem como nutrir-se, o brasileiro, nortista ou não, instintivamente ingere pouca farinha"[140]. A farinha no prato nesse contexto indicava também para toda uma rede de migrações internas, um intenso êxodo rural do nordeste e centro-oeste em meio ao modelo de desenvolvimento adotado que valorizava as metrópoles em detrimento do campo.

Muito antes do contexto de modernização do Estado nacional ao longo das décadas de 1940 e 1950 diversos atores como filantropos, médicos, nutricionistas e economistas, marcaram a trajetória da atenção pública ou privada para a escassez de alimentos. Cabe observarmos que os conhecimentos e técnicas em nutrição devem ser entendidos nos domínios da cultura, sendo, portanto, dotados de valores morais, políticos e científicos de sua época, paradigmas definidos por médicos nutrólogos, técnicos, dietistas e visitadoras alimentares, conceitos e valores de uma geração.

Para essa geração de nutrólogos, estabeleceram-se como prioridades a criação de frentes de educação alimentar e estudos sobre o valor nutritivo dos alimentos brasileiros, um dos quais - historicamente presente na dieta do brasileiro – sofreria as considerações principais de estudos e seria vítima preferencial das comunidades científicas: a mandioca. O consumo de mandioca já havia sido notado pela Sociologia e outros campos de estudo no país. O antropólogo americano Charles Wagley pesquisou tribos indígenas brasileiras e averiguou o alto consumo do tubérculo. Wagley discutiu os meios de subsistência e as relações sociais nos trópicos apresentando resultados de pesquisas realizadas na Amazônia[141]. Como destaca Rômulo Andrade, parte do atraso social encontrado no país é explicado por Wagley como um aspecto da monotonia da dieta dos agricultores altamente dependentes da mandioca[142]. A partir da extração da raiz, nativa da América, aproveitava-se de tudo, incluindo o uso da casca do alimento para servir de ração para os animais. Entre os produtos para o consumo humano estavam o tucupi, a tapioca, e principalmente a farofa, todos abundavam nas mesas das famílias brasileiras. Wagley encontrou na cidade de Itá, uma

---

[140] Seabra, Paulo. "Almoço proletário e defesa nacional". In: *Boletim do MTIC*. n. 84. ago 1941. Ano VII. p. 212.

[141] Nos referimos especialmente à seguinte obra: Wagley, Charles. *Uma comunidade amazônica*: estudo do homem nos trópicos. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988. 3.ed.

[142] Cf. Andrade, Rômulo de Paula. *A Amazônia na era do desenvolvimento*.op. cit.

família composta por cinco pessoas que, segundo ele, consumia mais de dois quilos de farinha por dia[143].

Nas considerações de Wagley pode-se inferir que os pesquisadores, intelectuais e cientistas compartilhavam da ideia de que era necessário promover uma mudança nos hábitos alimentares da chamada "civilização da mandioca". Sob o referencial teórico dos estudos de comunidade, Wagley e outros antropólogos dos anos 1940 e 1950 assumiam uma perspectiva culturalista, entendendo os pensamentos, as crenças e ideias tradicionais como uma espécie de "mentalidade atrasada" ou como pensamento de detentores de padrões inadequados à modernidade, obstáculos à mudança. Tabus, crenças, composição química de alimentos, dietas ou as fontes de abastecimento foram foco nos trabalhos sobre consumo alimentar de populações pobres, pesquisas e inquéritos que muitas vezes associavam médicos nutrólogos e cientistas sociais[144].

Josué de Castro também chegou a uma controversa conclusão ao observar que nenhum país do mundo desenvolveu-se baseando sua dieta no consumo da mandioca[145]. O incremento da força do trabalhador viria na opinião de especialistas, por meio de uma associação com a ideia de mudança de hábitos e conhecimento de práticas de higiene. Ficaria claro que os menus propostos pelas comunidades científicas não coincidiam exatamente com os alimentos ou produtos tradicionais e nativos de cada região. Ou seja, a dieta recomendada pelas elites médicas e especialistas em nutrição era distante da realidade de famílias pobres brasileiras com hábitos herdados de tradições indígenas e africanas.

Semelhante condenação dos alimentos nativos junto à consolidação do Estado nacional ganhou versões similares em outros contextos latino-americanos. A formação do Estado Mexicano também promoveu uma versão modernizadora de costumes alimentares. Desde o governo Benito Juaréz, a educação doméstica com ênfase na alimentação das famílias foi utilizada como canal para "civilizar" as massas. Tal processo seria intensificado

---

[143] Cf. Wagley, Charles. *Uma comunidade amazônica. op cit* . p. 84.

[144] Para uma reflexão sobre concepções alimentares de trabalhadores vistas como "mentalidade atrasada" pela antropologia dos anos 1940 e 1950 ver: Canesqui, Ana Maria. "Antropologia e alimentação". In: *Rev. Saúde públ.*, São Paulo vol. 22.1988. pp 207-16.

[145] Cf. Castro, Josué de. *Geografia da Fome.* op. cit.

décadas mais tarde quando as "classes desvalidas" ganharam na década de 1940 novos planos a partir das ações do *Instituto Nacional de Nutrición*, algumas delas financiadas por bolsas das Fundações Kellogg e Rockefeller, com definidos planos de intervenção para possibilitar a modernização econômica. Muitas das vezes elementos da culinária criolla, o consumo de tamales, pimentas ou tortilhas foi também considerado inapropriado para formar a força operária. Ainda que, como demonstrou Jeffrey Pilcher, a comida com influência criolla, com intercâmbio com a cozinha espanhola era à época mais consumida do que aquelas herdadas da tradição asteca[146].

De volta às relações entre tradição e mudança no Brasil, no livro "A Vitória da Feijoada" Almir El-Kareh narra a permanência de hábitos culturais não europeizados como uma histórica resistência cultural. O autor parte de relatos de viajantes sobre o Brasil utilizando tanto relatos positivos quanto negativos sobre hábitos, costumes e considerações sobre a comida. Desde os relatos de viagem do século XIX em que a tradição brasileira de comer caça era reconhecida nas áreas rurais e do litoral[147]. A caça incluía todo tipo de animal que era cozido e comido no interior do país, sem distinção religiosa entre alimentos puros e impuros. El-Kareh cita um sofisticado livro de receitas de cozinha brasileira da época, *O Cozinheiro Nacional*, que ensinava receitas sobre como preparar antas, capivaras, veados, porcos-do-matos, quatis, araras, papagaios e outros animais silvestres.

À época havia resistência a padrões culturais e alimentares europeus porque os hábitos alimentares eram condicionados ao poder aquisitivo das famílias, por conta da própria capacidade do cozinheiro ou cozinheira, em geral escravo e analfabeto, de aprender e executar novas receitas e também pela própria feição dos pratos e paladares tradicionais da cozinha brasileira, que eram mais pastosos e apimentados e onde o salgado se misturava com o doce. Na evolução desse contexto, a feijoada vai aparecer em muitos relatos como um prato bastante popular na mesa da família brasileira, fosse ela rica ou pobre[148]. A partir desse trânsito da feijoada e de sua associação como prato da "cozinha" de elite do Rio de Janeiro assimilou-se a iguaria à etiqueta ou, como define o autor:

---

[146] Pilcher, Jeffrey M. *Que vivan los tamales!* Food and the Making of Mexican identity. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1998.

[147] Cf. El-Kareh, Almir Chaiban. *A vitória da feijoada*. Niterói: Editora da UFF, 2012. p. 49

[148] Ibidem.

> Desta forma, confundindo a cozinha e os hábitos alimentares de todos os brasileiros com a cozinha e os hábitos alimentares dos cariocas, a culinária se tornou um instrumento do projeto político de construção da unidade nacional e da nação brasileira a partir de sua capital, síntese da modernidade e do progresso do país. Era a vitória da feijoada: um prato por excelência ideológico que, por um rapto identitário, se tornara o "prato típico" do Rio de Janeiro, signo de sua supremacia nacional, e maior símbolo gastronômico do Brasil![149]

A feijoada pode não ter conquistado lugar de iguaria requintada de maneira unânime, mas vencia como símbolo de prato nacional. De maneira semelhante, a farinha de mandioca assumiu na história do Brasil a condição de alimento dos pobres mediante sentença do discurso higienista e das comunidades científicas. À parte da condenação ou glorificação dos alimentos consumidos pelos trabalhadores, é importante sublinhar que o SAPS conhecia essa cultura alimentar e, de certa forma, sabia da importância dos mesmos para a população de trabalhadores brasileiros. Os inquéritos alimentares realizados pelos seus pesquisadores como parte integrante das atividades de campo nos cursos técnicos haviam permitido esboçar mapas, gráficos e tabelas com o consumo diário dos alimentos brasileiros e muitas vezes esse conhecimento foi utilizado como moeda de troca ou chamariz para adesão às novas refeições balanceadas e padrões alimentares propostos. Na experiência de J. J. Barbosa em Fortaleza junto aos trabalhadores recrutados pelo Serviço Especial de Saúde Pública (SESP) e pelo Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (SEMTA) para partirem para a Amazônia no trabalho de extração do látex, a rapadura surgiu como um desses alimentos estratégicos:

> Quanto à rapadura, que consta no pedido mas não integra o menu elaborado, achei interessante distribuí-la por ocasião do almoço, embora não fazendo parte desta refeição e sim para que os comensais a ingerissem no momento em que achassem mais oportuno, preferencialmente entre o almoço e o jantar. Daí a razão dela não se encontrar no cardápio[150]

[149] Ibidem. p. 139.

[150] Barbosa, J. J. "Alimentação dos soldados da borracha"... op. cit. p. 141.

Essa concessão indica alguma negociação com a cultura alimentar local, embora mantenha a lógica das medidas orientadas pelo saber científico. Com algumas dessas práticas o SAPS foi capaz de obter maior adesão à sua proposta de mudança, ainda que esse conhecimento popular fosse relegado à condição de má alimentação. Os estudos que eram realizados pela divisão técnica também tinham como motivação o uso posterior em atividades educativas do próprio SAPS. Dessa forma, análises de doces populares, trigos nacionais, enriquecimento de massas alimentícias, refrigerantes e alterações dentárias e ensaios sobre a industrialização da farinha de pinhão e seu aproveitamento culinário e em panificação sempre continham anotações sobre o uso daqueles alimentos na cultura nacional.

Dessa época datam outros estudos sobre composições dos feijões, peixes brasileiros, carne de baleia, soja, pimentões, pimentas e a organização de uma tabela de teores vitamínico e nutricional dos alimentos sempre considerando a dimensão da frequência de seu consumo nas culturas regionais analisadas[151]. Foram organizadas campanhas publicitárias educativas contra as superstições alimentares e a favor do consumo da soja, farinha de casca de ovo, carne de coelho, castanha do Pará, caju, laranja, goiaba, banana, alimentos. Cartazes informativos sobre os cursos de nutrólogos e nutricionistas, estímulo a "alimentação racional" dos atletas e importância das atividades de educação alimentar do SAPS eram outra frente de ação educativa. Esse material por vezes era exposto em espaços público como estações de trem e nos próprios restaurantes do SAPS[152].

2.2) Homens de ciência em ação: perfis de uma geração de nutrólogos

No campo dos estudos sobre o problema alimentar brasileiro, os primeiros trabalhos são as teses defendidas nas escolas de medicina da Bahia e do Rio de Janeiro (então Distrito Federal) a partir da segunda metade do século XIX. Os trabalhos realizados por Manuel da Gama Lobo a partir de 1865 estudaram as mazelas representadas por doenças causadas por

[151] Cunto, Mozart de. "Utilização da soja na alimentação do brasileiro". In: *Boletim do MTIC.* n. 161. jan 1948. ano XIII. p. 135-45. BMTrab/RJ

[152] No ano de 1953 foram montadas as seguintes exposições: "Alimentos ricos em vitaminas", na Estação D. Pedro II; Bases da Alimentação Nacional, na Estação Barão de Mauá; Valor Nutritivo dos Alimentos nos Restaurantes Central, Estiva, Leblon, Klabin e Polícia. Cf. "Expressão e utilidade do SAPS". CPDOC/FGV. Fundo Gustavo Capanema pi SAPS 1953 00.00. Rolo 10 fot. 7099 a 714.

faltas específicas de nutrientes no organismo. Gama Lobo estudou lesões oculares e cutâneas entre escravos e comprovou a alta incidência de casos de beribéri no Brasil, indicando sua relação com a dieta alimentar cotidiana em tempos anteriores à descoberta das vitaminas. No entanto, parte dos estudiosos contemporâneos dos estudos dietéticos no Brasil, consideram a publicação de *Higiene Alimentar* de Eduardo Fernandes de Magalhães em 1908 como marco inicial das investigações sobre alimentação e nutrição[153]. A definição da concepção de higiene alimentar ganhava força à época, associada à ideia de determinismo racial e climático, onde a alimentação ganhava com conhecimentos vindos de campos nascentes como fisiologia, patologia, microbiologia, bioquímica e bromatologia.

O início do século XX coincide com a ação de médicos nutrólogos e nutricionistas que se ocuparam de pensar a necessidade do racionamento alimentar e dos nutrientes necessários para um indivíduo, ideia que surge com força no bojo da Primeira Guerra Mundial e a ameaça da escassez de alimentos. O período entre 1914 e 1918 conheceu ainda a Revolução Russa e a ascensão do bloco de países industrializados, a América Latina ficaria marcada por sua vocação agrícola e forte exportação de matérias-primas[154]. Neste contexto surgem pesquisas coordenadas por ministérios da agricultura das nações europeias e dos Estados Unidos. Ainda nesses quatro anos são criadas as primeiras sociedades científicas na área dietética na França, Inglaterra, Alemanha, Dinamarca, Holanda, Itália, Suécia, Japão, União Soviética, Canadá e Estados Unidos. Consolidação de uma prática profissional que surgiria com força no Brasil na década seguinte, fortemente influenciada por médicos formados nos EUA sob a influência de pesquisas mais "técnicas", e de outro lado, pelos estudos do médico argentino Pedro Escudero, evocando uma visão mais econômico-social do fenômeno. Escudero que havia criado o Instituto Nacional de Nutrição (1926) na Argentina também lecionava na Universidade de Buenos Aires e influenciou uma geração de médicos nutrólogos no Brasil e em outros países da América Latina.

No início do século XX surgiam no país os primeiros acadêmicos que estudaram a fome, que também enfatizaram a Primeira Guerra Mundial como importante marco histórico,

---

[153] Vasconcelos, Francisco. "Tendências históricas dos estudos dietéticos no Brasil". In: *Hist, Cienc, Saúde-Manguinhos* 14(1): 197-219, jan.-mar. 2007.

[154] Vasconcelos, Francisco. *Como nasceram meus anjos brancos: a constituição do campo da nutrição em de saúde pública em Pernambuco*. Recife: Ed. Bagaço, 2002.

dados os seus legados científicos e institucionais. As técnicas utilizadas na Grande Guerra foram vistas pelos médicos nutrólogos brasileiros como parâmetro para a nascente disciplina. Assim, surgem linhas de pensamento específicas compostas por perspectivas clínico-fisiológicas mais preocupadas com a biologia dos alimentos e seu aproveitamento pelo organismo, herdeiras das escolas e centro estrangeiros criados no pós-guerra e, por outro lado, simultaneamente, iniciavam-se os estudos de um coletivo mais identificado com a perspectiva sócio-histórica do fenômeno.

Influenciado pelo pensamento de Vidal de La Blache, Josué de Castro buscou nos domínios da geografia, da sociologia, da higiene e da antropologia a definição das práticas disciplinares do estudo da nutrição ao longo da década de 1940. Travou intensa discussão com estudos clássicos da sociologia brasileira, atuando em espaços universitários de produção de conhecimento, instituições de cooperação internacional, e no congresso nacional. Uma das principais referências do campo dos estudos da alimentação, em diálogo direto com a produção de Castro é Eronides da Silva Lima. Para a autora, Castro é personagem central no processo de definição dos marcos conceituais e disciplinação da nova ciência. Foi com a publicação de "O Problema da Alimentação no Brasil" (1933) que Castro iniciou seus trabalhos que serviram de bases para os estudos em nutrição, outras obras também representaram importante marcos, sendo as mais relevantes "Valor Social da Alimentação", de Coutinho (1937); "Política Alimentar Brasileira", Carmo (1937); "Bases da alimentação racional", Costa (1938); "Os pequenos fundamentos da Boa Alimentação", de Botelho (1938)[155].

Esses intelectuais da fome enfatizaram a Primeira Guerra Mundial como importante marco histórico dados os seus feitos científicos. As técnicas utilizadas na Grande Guerra são vistas por Castro e por esse grupo como novo parâmetro para a Nutrição. Esses estudos lançaram mão de uma explicação da fome no novo momento das ciências que vinha sendo expressado desde os primeiros anos do século XX através de ideias apresentadas pelo Jeca

---

[155]Sobre o problema da desnutrição no Brasil e no mundo Josué de Castro publicou ainda uma série de artigos e outros livros como *O Problema Fisiológico da Alimentação no Brasil* (1932); *O Problema da Alimentação no Brasil* (1933); *Condições de Vida das Classes Operárias do Recife* (1935); *Alimentação e Raça* (1935); *A Alimentação Brasileira à Luz da Geografia Humana* (1937), *La Alimentación em los Tropicos*. (1946), O *Livro Negro da Fome* (1957), *Homens e Caranguejos* (1967), A *Explosão Demográfica e a Fome no Mundo* (1968); e *El Hambre - Problema Universal* (1969). Para a analise de Lima sobre Castro ver : Lima, Eronides da Silva. *Mal de fome e não de Raça*. op.cit.

Tatu de Monteiro Lobato e a viagem científica de Belisário Pena e Arthur Neiva. Ícones no início do século XX que haviam denunciado de alguma forma a miséria e a fome como realidades endêmicas no Brasil[156].

Eronides Lima sugere que entre 1934 e 1939 os estudos especializados na área de nutrição e alimentação estavam em formação. A autora identifica a relevância da produção bibliográfica de pesquisadores como Gilberto Freyre, Josué de Castro, Geraldo Horácio De Paula Souza, Ruy Coutinho e Dante Costa, buscando o conjunto de ideias debatidos pelos mesmos na década de 1930. A partir de 1944, papel destacado na divulgação de ideias coube ao periódico Arquivos Brasileiros de Nutrição, editado pelo Serviço Técnico de Alimentação Nacional (STAN), este último criado em 1942. Entre 1934 e 1939 houve uma produção que buscou criar as bases científicas do campo, procurando modelos, definindo objetos de estudos. Já no intervalo entre 1940 e 1946, vivenciou-se uma reordenação do conhecimento, precisão de marcos teóricos, além do reconhecimento ao grupo fundador dos estudos de nutrição no Brasil, com especial visibilidade aos estudos de Josué de Castro[157].

Importante baliza nos estudos sobre alimentação, a publicação de *Alimentação* (1934) do argentino Pedro Escudero trouxe ainda para os brasileiros o tema da necessidade de se fazer um regime alimentar considerado "racional". As ideias do pesquisador argentino logo ecoaram pelo pensamento de Josué de Castro, autor de *O problema alimentar do brasileiro* (1934) e em seguida de *Alimentação e Raça* (1936). Castro cunhou a tese "mal de fome e não de raça", derrubando premissas eugênicas anteriores sobre o papel do clima no rendimento de trabalhadores e explicação do fenômeno da fome/subalimentação. Na busca das variáveis para o problema, Castro foi interdisciplinar, ainda que a fisiologia fosse um dos princípios básico de seus estudos. Eram sinais da definição de parâmetros de uma disciplina, uma profissão e da definição de uma política social que surgiriam nos anos 1930/1940[158].

---

[156] Para os debates sobre o atraso do Brasil e a campanha de saneamento rural da Primeira República ver: Lima, Nísia Trindade. *Um Sertão chamado Brasil*. op.cit. ; Hochman, Gilberto. *A era do saneamento*: as bases da política de saúde pública no Brasil. São Paulo, Hucitec/Anpocs, 1998.

[157] Lima, Eronides da Silva. *Mal de fome e não de Raça*. op.cit.

[158] Idem.

Esse grupo dos primeiros médicos nutrólogos problematizou o estado de nutrição dos sertanejos, procurando mostrar o valor nutritivo de alimentos brasileiros e estudos de seus hábitos alimentares. Baseados em pesquisas laboratoriais, uma série de artigos publicados inicialmente no periódico *Arquivos Brasileiros de Nutrição* apresentou os valores calóricos, vitamínicos e/ou minerais de óleos, grãos, raízes, sementes e cereais do sertão. Para o grupo representado por Castro, Lima e Parahym, alimentos cotidianos como feijão, farinha, milho, leite e frutas, e mesmo outros mais típicos do sertão como buriti, tucumã, óleo de patauá, pinhão, mucunã, macambira e sururu eram expoentes de riquezas naturais que poderiam inclusive ser aproveitados em nível nacional. Esses estudos experimentais, alguns deles realizados em Recife e em Salvador, contribuíram não somente para o melhor conhecimento dos problemas regionais, mas definiram parâmetros e paradigmas para a nutrição brasileira em período de formação nos anos 1930 e 1940[159].

Francisco Vasconcelos enfatiza o papel dos médicos nutrólogos da Escola de Recife especializada desde o princípio em pensar nutrição aplicada à saúde pública[160]. No caso pernambucano a ação acadêmica e intervenções governamentais constituíram um modelo institucional pioneiro. Lima destaca que no intervalo entre 1940 e 1946, vivenciou-se uma reordenação do conhecimento que se produzia na capital, houve uma maior precisão de marcos teóricos e disciplinares em função do recente acúmulo de produção do nascente campo, foi dado ainda o reconhecimento ao grupo fundador da nutrição no Brasil, com especial visibilidade aos estudos de Josué de Castro[161].

Teríamos então a primeira fase constituidora do campo da ciência da nutrição e educação alimentar. A publicação de O Problema Alimentar do Brasileiro (Josué de Castro, 1934) e de Alimentação (Pedro Escudeiro, 1934), foram marcos do despertar dos estudos sobre alimentação no país. Lima ressalta, no entanto, que não foram esses primeiros médicos

---

[159] Vasconcelos, Francisco. *Como nasceram meus anjos brancos.* op cit.

[160] Vasconcelos, Francisco de Assis G. "Fome, eugenia e constituição do campo da nutrição em Pernambuco: uma análise de Gilberto Freyre, Josué de Castro e Nelson Chaves." In: *Hist, Cienc, Saúde- Manguinhos* 8(2):315-39, jul.-ago. 2001.

[161] Lima, Eronides da Silva. "Quantidade, qualidade, harmonia e adequação: princípios-guia da sociedade sem fome em Josué de Castro.". In: *Hist. ciênc. Saúde-Manguinhos*; 16(1): 171-194, jan.-mar. 2009.

nutrólogos que inventaram a subalimentação como problema histórico no Brasil, as imagens do sertão amplamente difundidas na Primeira República já haviam tracejado a imagem de abandono e condições de vidas precárias do interior.

Outro importante ator na definição das principais ideias para o campo da nutrição no Brasil é Nelson Chaves, que foi criador do Instituto de Nutrição do Nordeste, ligado à Universidade Federal de Pernambuco. Chaves foi professor de Fisiologia tendo produzido nos anos 1940 e 1950 e colocando uma série de preocupações do seu tempo, tais como o baixo nível de reservas de cereais, a alta dos preços dos alimentos e a diminuição da disponibilidade de gêneros alimentícios considerados essenciais nos países mais pobres. Para o autor pernambucano, o abraço à causa da melhoria dos padrões alimentares nordestinos coloca a questão alimentar em duas chaves interdependentes e complementares, onde o processo ambiental e o humano causam o flagelo da fome. Para Nelson Chaves, a definição inicial da alimentação como processo humano da escolha dos alimentos que se pretende comer e a nutrição como o fenômeno decorrente deste. A digestão, utilização e excreção dos nutrientes por sua vez seriam as etapas da nutrição. Para o autor, os problemas de desnutrição explicariam-se essencialmente por fatores econômico-sociais, doenças (deficiências enzimáticas, problemas no metabolismo). O alimento é aquilo que o organismo recebe e consome e que é dotado de nutrientes, substâncias químicas com funções específicas (proteínas, gorduras, hidratos de carbono, minerais, vitaminas, água)[162].

Embora a chamada "história científica" da alimentação seja limitada ao século XX, ao escrever uma história da nutrição e da alimentação, Chaves recorre até a Bíblia Sagrada como referência de alimentos consumidos em tempos antes de Cristo e fonte para pensar os hábitos alimentares de outros tempos e destacar seu impacto nas migrações e estabelecimento de populações. A continuidade do pensamento de Chaves sugere que a alimentação teria norteado as direções da vida humana desde a pré-História através da intuição, homens comiam essencialmente o que era caçado, pescado ou coletado. Ao abandonar o nomadismo, o desenvolvimento da agricultura seria o "início real" da civilização[163].

[162] Chaves, Nelson. Nutrição Básica e Aplicada. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1978.

[163] Ibidem. p .11

Por essa divisão, na história da nutrição haveria uma primeira fase fortemente marcada por tabus alimentares e um segundo período com a predominância de um empirismo (experimentos de Harvey e Spallanzi e a pesquisa da Lind); sendo a era das análises químicas iniciada por Lavoisier, também conhecido como "pai da Nutrição"[164]. O advento da bioenergia, informações foram acumuladas, precisados os valores alimentares das variadas dietas. Iniciavam-se as descobertas das funções das vitaminas, que logo foram seguidas pelos estudos de Mangedie revelando o papel das proteínas, gorduras, e hidratos de carbono. Outros pesquisadores que escreveram seu nome como fundadores da ciência da nutrição foram William Beaumont, Prout, Gmelin, Regnault, Bidder e Schmidt, Claude Bernard. Assim, desenvolvia-se um campo de estudos, preocupado especialmente com as inter-relações entre vitaminas lipossolúveis e hidrossolúveis. Novos aparelhos tecnológicos como o microscópio eletrônico e a ultracentrífuga desempenharam papel fundamental no desenvolvimento do campo.

Em meados do século XX, a agenda do campo da nutrição parecia se definir, dedicando-se os estudiosos a compreender a fisiologia e bioquímica da nutrição (fases energia, azoto, substâncias minerais e vitaminas). Segundo a definição de Waldorf, a fome era drama social, miséria coletiva, podendo ser causada por fenômenos da natureza (secas, enchentes, terremotos, furacões, pragas, etc.) ou fatores artificiais (guerras, fatores econômicos, ação predatória humana). Podendo ser temporária ou periódica, total ou parcial, involuntária ou imposta, a fome assumiu ao longo da história as mais variadas definições e associações. Sendo a fome coletiva, considerada pela maioria dos estudiosos um dos maiores sofrimentos humanos dos quais poucos aglomerados humanos se viram poupados na história da humanidade. Relatos de grandes fomes recorrentes em diversos contextos históricos: 1316, na Irlanda, 1945, em Belsen, 1922 na Rússia, e da grande seca do Ceará (1877 a 1880)[165].

Médicos como Castro e Chaves também exerciam função intelectual e propunham inovação àquele momento em que o problema da fome e da subalimentação era essencialmente um fato social. Apontado para a necessidade de que o nascente campo de estudos da alimentação no Brasil superasse a fase química-analítica dos alimentos, incluindo a dimensão social, empregando um método geográfico e fisiológico.

---

[164] Ibidem. p. 16.

[165] Ibidem.

Para seguirmos na tarefa de identificar os códigos morais, científicos e éticos que se ergueram e nas principais ideias formadas pelos médicos nutrólogos da década de 1940, recorreremos a seguir às trajetórias biográficas de alguns de seus expoentes, estudiosos da nutrição e gestores públicos da assistência alimentar que surgia. Hélion Póvoa, Umberto Peregrino e Dante Costa são alguns dos nomes que ganharam notoriedade nos quadros dirigentes do SAPS ao longo da década de 1940 e que, portanto, impactaram os valores e políticas que nortearam o tipo de assistência alimentar realizada pela agência, exemplares de uma geração.

No caso dos perfis escolhidos, nota-se as distintas motivações para militância pela resolução dos problemas alimentares do país. Ocupando cargos prestigiosos temos o médico Hélion Póvoa que atuando em agências da assistência social inauguradas pelo Estado Novo associava sua identidade profissional da medicina com aspiração cristã de minimizar as mazelas da pobreza. O Major Umberto Peregrino, militar de alta patente e com lemas de ordem e fortalecimento da nação via alimentação, combinou variáveis compatíveis com a intervenção do SAPS. Dante Costa por sua vez foi nutrólogo, intelectual, literato e defensor das explicações socioeconômicas para justificar os fenômenos da nutrição apontando para a educação alimentar como saída para resolução dos problemas no Brasil.

De distintas linhagens, os três nomes ilustram o tipo de intervenção na alimentação que se realizava à época. O medo da fome, da carência de alimentos, da distribuição ineficaz de gêneros reforçava a importância das cátedras sobre nutrologia nas universidades, as políticas do uso racionalizado da comida, o aumento das redes de restaurantes populares e escolas de visitadoras de alimentação, enfim, asseguravam a importância da ação pública na gestão de medidas de assistência social. Três trajetórias e três perfis que encontram na ideia de progresso da ciência e da primazia do desenvolvimento como solução um ponto em comum.

2.2.1) Helion Póvoa: médico e cristão

Helion de Menezes Póvoa nasceu na cidade de Campos, interior do Rio de Janeiro em 1899 e mudou-se para a capital para estudar medicina na então Universidade do Rio de Janeiro. Formou-se em 1923, sendo orador da turma que tinha entre colegas de curso, Ademar de Barros. A turma contou inclusive com Afrânio Peixoto como paraninfo e teve entre os homenageados Miguel Couto[166]. À época, Póvoa dava aulas particulares, e logo começou a lecionar Patologia geral na Universidade do Rio de Janeiro com turmas cheias e populares, época em que se casou e em seguida teve seus quatro filhos[167].

Póvoa nutria uma grande admiração pessoal por Getúlio Vargas, tendo cooperado com uma série de agências do Estado Novo na área de assistência social. Em 1937, a convite do amigo Levi Miranda, assumiu a direção do Abrigo do Cristo Redentor[168]. Uma memória de família dá conta de que Póvoa, que vinha de família espírita teria se convertido ao catolicismo por um episódio específico. Ao chegar tarde em sua casa um dia teria visto um mendigo que o abordara pedindo abrigo, o que foi posteriormente interpretado como sinal divino e que o teria encorajado a assumir a direção do abrigo e delimitado seu perfil junto a assistência social da Era Vargas[169].

A passagem de Hélion Póvoa como presidente e redator dos relatórios oficiais do Abrigo Cristo Redentor deu-se de 1937 até a sua morte, em 1942. O Abrigo foi criado em 1935 e, segundo Mônica Caminha, a ocupação dos abrigados passou a ser uma preocupação na gestão de Póvoa no combate ao "problema da mendicância". Foi no Abrigo que Póvoa converteu-se ao catolicismo e onde realizaria sua primeira comunhão. Para ele, a salvação e recuperação dos mendigos aconteceria pela ocupação em cursos de profissões manuais dedicado para os menores e enfermos com fins de transformá-los em operários para o país,

---

[166] Faculdade de Medicina da Universidade do Rio de Janeiro. *Álbum de formatura*. Rio de Janeiro, 1923. Acervo Família Póvoa.

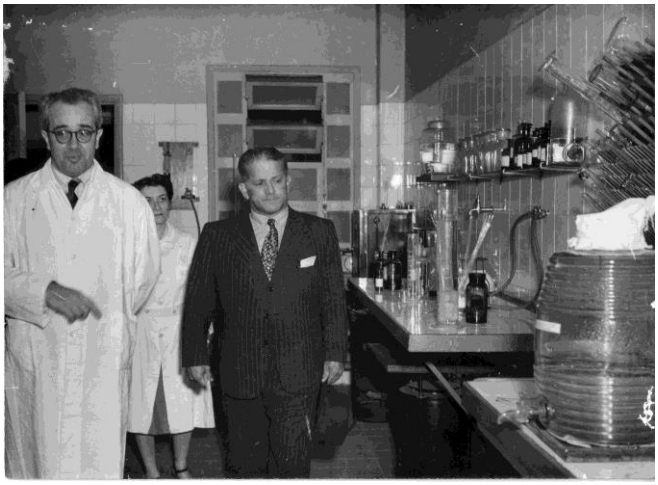
[167] Póvoa Filho, Helion. [Depoimento]. Entrevistador: Érico Silva Muniz. Fortaleza: 1 CD, (29 min). Depoimento concedido ao projeto Alimentação em tempos de desenvolvimento: Uma história das políticas alimentares no Brasil (1940-1960). 19 ago 2012.

[168] SAPS. *Livro de Atos e pareceres do SAPS*. Acervo Família Póvoa.

[169] Póvoa Filho, Helion. [Depoimento]. op. cit.

tendo inclusive os internos trabalhado diretamente em obras públicas da administração de Getúlio Vargas[170].

A alimentação era uma preocupação para crianças e internos do Abrigo e Póvoa firmava-se como um dos médicos especialistas em nutrologia à época. Desde 1939 participou das reuniões e emitiu pareceres favoráveis à instalação das atividades do Serviço Central de Alimentação, unidade que daria origem ao SAPS no ano seguinte. No SAPS, foi o primeiro a assumir o cargo de diretor[171].



Legenda: Helion Póvoa (à esquerda, de branco) nas dependências do SAPS[172]

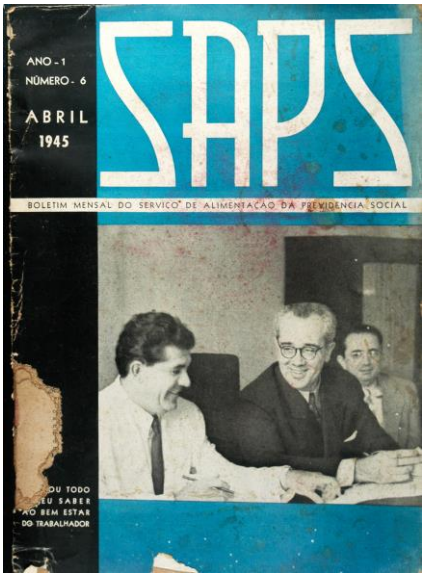
Em 1940 foi a vez de participar do grupo que criou o SAPS. Póvoa participou ativamente dos debates acadêmicos e institucionais que transformaram o Serviço Central de IAPI criando o SAPS, tendo sido o primeiro diretor geral da agência. Ainda em 1940, nomeou sua prima Neli Póvoa como secretária da instituição. Neli enfatiza que a grande paixão de

[170] Caminha, Mônica Cruz. *Abrigo do Cristo Redentor:* estado e assistência social no primeiro Governo Vargas (1936-1945). Mestrado em História das Ciências e da Saúde. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz/Fundação Oswaldo Cruz, 2012. pp. 69, 73.

[171] SAPS. *Livro de Atos e pareceres do SAPS*. Acervo Família Póvoa.

[172] Acervo Póvoa Filho, Helion.

Póvoa, no entanto, parece ter sido a sala de aula, não deixando de lecionar no curso de medicina, conciliando atividades acadêmicas, aulas e cargos públicos[173].



Legenda - Capa da Revista do SAPS em Homenagem a Hélion Póvoa[174]

Nascido no interior do município de Campos, Póvoa manteve o gosto pelo campo tendo chegado a comprar uma chácara na região serrana. Na casa de Petrópolis Póvoa passava seu lazer com a família onde criava animais e montava a cavalo. A chácara ainda estava em obras quando veio a sua prematura morte em abril de 1944. Na ocasião, o presidente Getúlio Vargas teria enviado telegrama à viúva destacando as contribuições de Póvoa à assistência social de Vargas, no Abrigo do Cristo Redentor e no SAPS, enfatizando as contribuições para o projeto de país em curso. Vargas ofereceu à viúva colocação profissional nos quadros do Estado Novo em manifestação à estima por Hélion Póvoa[175].

---

[173] Motta, Neli Póvoa. *Depoimento de Neli Póvoa da Motta Póvoa ao projeto de pesquisa "Alimentação em tempos de desenvolvimento: Uma história das políticas alimentares no Brasil (1940-1960)".* Rio de Janeiro, 2012.

[174] *Revista do SAPS*. Ano 1. n. 6. Abr. 1945. Acervo Bibioteca da Escola de Enfermagem e Nutrição da UNIRIO.

[175] Póvoa Filho, Helion. [Depoimento]. op. cit.

2.2.2) Umberto Peregrino: Um militar no SAPS

Um dos mais destacados diretores do SAPS após os anos Vargas foi o major Peregrino. Umberto Peregrino Seabra Fagundes (1911-2003) nasceu no Rio Grande do Norte. Em Natal fez seus estudos primários e ginasiais quando migrou para o Rio de Janeiro para estudar na Escola Militar de Realengo (Arma de Cavalaria). No Exército especializou-se em Motomecanização e durante a presidência de Eurico Dutra foi ajudante de ordens. Assumiu a direção geral do SAPS em 1947, permanecendo no cargo até 1951. Entre outras funções públicas foi Diretor da Biblioteca do Exército (1954-1960) e durante o regime militar foi Diretor do Instituto Nacional do Livro (1967-1970). Se no SAPS falou em disciplina, criou bibliotecas e uma série de prêmios e concursos; no exército suas gestões foram marcadas pela criação de bibliotecas em quartéis.

Peregrino lecionava História do Brasil no Colégio Militar e Evolução da Administração Pública Brasileira no Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP). Foi professor de cursos no Museu Histórico Nacional, na Escola de Editoração da UERJ e na Escola de Biblioteconomia e documentação da FEFIERJ (atual Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, UNIRIO). Cursou também atualização dos Problemas Brasileiros no Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ. Diplomado jornalista, recebeu prêmios Paula Brito e da Academia Brasileira de Letras e foi sócio benemérito do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e membro de academias de letras e literaturas estaduais e de institutos históricos e geográficos.

O militar de letras publicou obras literárias e memorialísticas por selos civis e militares, com destaque para: *Crônica do Bairro do Catete*: história, vivência. (Rio de Janeiro: Rioarte 1986); *Crônica de uma cidade chamada Natal*. (Natal: Ed. Clima, 1989)*; Imagens do Tocantins e da Amazônia*. (Rio de Janeiro: Bibliex, 1943)*; Vocação de Euclides da Cunha*. (Rio de Janeiro: MEC, 1946)*; Euclides da Cunha historiador militar*. (Rio de Janeiro: H. Velho, 1943)*; À margem do problema alimentar brasileiro*. (Rio de Janeiro, SAPS, 1950. 2 vol); *Literatura de Cordel em discussão*. (Rio de Janeiro: Presença, 1984); *O*

desastre amoroso de Euclides da Cunha. (Rio de Janeiro: Casa de Cultura São Saruê, 1987); entre outros[176].

Apesar de algumas publicações sobre alimentação durante o período à frente do SAPS, pouco se conhece sobre as condições políticas que possam explicar sua nomeação. Segundo Peregrino, o SAPS era à época a principal agência pública para dar as respostas técnicas aos problemas alimentares da nação e teria surgido de uma experiência piloto coordenada por Paulo Seabra no Laboratório Orlando Rangel no bairro do Andaraí, zona norte do Rio de Janeiro no ano de 1935. Desse experimento Seabra teria apresentado ao governo um estudo sobre a inadequada alimentação do operário no local de trabalho. Com apoio de Plinio Catanhede, presidente do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários (IAPI) o plano era a construção de um restaurante destinando aos industriários do Rio de Janeiro, que seria erguido na Praça da Bandeira[177].

O general enfatiza o protagonismo de Josué de Castro no novo órgão e chega a dizer que coube a ele preparar através de um curso de alimentação (em uma casa na rua Paissandu) o pessoal que viria a trabalhar no refeitório. Nesse contexto que o ministro do trabalho, Waldemar Falcão, decidira encampar a iniciativa e transformá-la em SAPS, ocasião em que se formou um conselho tendo como membros Alexandre Moscoso, Helion Póvoa, Edson Cavalcanti, Ulhôa Cintra e Paulo Seabra. Em seguida, Hélion Póvoa e Edson Cavalcanti assumiriam a direção "manejando a alta influência política que desfrutavam junto ao então presidente Getúlio Vargas"[178].

A eleição da Praça da Bandeira para receber o primeiro restaurante não foi em vão. Segundo Peregrino, foram consideradas "indicações estatísticas" para a escolha local. Peregrino buscou marcar oposição às administrações do SAPS que o antecederam. Em 1947 o boletim e periódicos já existentes inclusive mudavam de nome, passando por mudança editorial e gráfica. Segundo Peregrino, trocas de direção ocorriam em função de "movimentos

---

[176] Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. "Peregrino, Umberto". In: *Dicionário Biobibliográfico de historiadores, geógrafos, e antropólogos brasileiros.* Rio de Janeiro: IHGB, 1991. v.1 p. 132-4. Acervo IHGB.

[177] Peregrino, Umberto. *Ideias sobre Assistência e Educação Alimentares no Brasil*. Rio de Janeiro, SAPS: 1950. Acervo IHGB.

[178] Ibidem. p. 7.

internos de sabotagem e campanhas de escândalo pela imprensa", esses diferentes grupos chamavam a "degladiar-se encarniçadamente na disputa de vantagens pessoais"[179].

O major destacava que desde seus primeiros anos o SAPS se caracterizava por pesquisa científica em nutrição com formação de técnicos (médicos nutrólogos e suas auxiliares, as nutricionistas ou dietistas) e um trabalho na área de educação alimentar. A assistência dava-se nos restaurantes e nos Postos de subsistência[180]. Pela preocupação memoralística de Peregrino somos informados que o caráter de cidadania regulada pelo estado em função do emprego e da categoria funcional era de fato uma dimensão importante na assistência prestada pelo serviço. Os desempregados poderiam, apresentando a carteira de trabalho, comer por 10 dias nos restaurantes sem precisar pagar, medida elogiada por Peregrino com uma ressalva para que o trabalhador não ficasse gozando de vida fácil:

> É, como se vê uma 'chance' concedida ao desempregado que, durante 10 dias poderá procurar nova colocação sem passar fome. Compreende-se que o prazo não deve ser dilatado, afim de que o benefício não venha a deformar-se em estímulo à ociosidade[181].

Algo que parece bastante particular na gestão de Peregrino era o trabalho educativo do serviço de alto-faltantes que contava com uma estação central do Rio de Janeiro transmitindo o mesmo programa para todos os restaurantes. Por ali eram emitidos conselhos sobre alimentação, ensinamentos de higiene, de geografia, e de histórias pátrias, além do destaque de uma efeméride nacional e um registro biográfico diário especialmente "focalizando um dos grandes nomes do nosso passado nas letras, nas artes, nas ciências, na guerra, na política, na administração pública"[182]. Segundo ele,

---

[179] Ibidem. op cit. p. 13.

[180] Anotações de Peregrino permitem observar o caráter eminentemente urbano dessa iniciativa. Até o fim do Estado Novo só havia 1 restaurante em Fortaleza e 6 no Rio de Janeiro. Em 1950 o SAPS contava com mais 11 unidades, 1 em Belém, 2 em Recife, 1 em Salvador, 1 em Niterói, 1 em Petrópolis, 1 em Santos, 1 em São Paulo, 1 em Goiânia, 1 em Natal. À época surgiam também as cantinas para as chamadas refeições secundárias (desjejum e merenda) e os postos de subsistência que em 1950 eram 72. Dados de Peregrino, Umberto. *Ideias sobre Assistência e Educação Alimentares no Brasil. op. cit.*

[181] Peregrino, Umberto. *Ideias sobre Assistência e Educação Alimentares no Brasil. op. cit.*. p.18

[182] Ibidem. p. 19.

> Na verdade, por trás das obras do SAPS está em boa parte, o destino do homem brasileiro, de vez que, através da assistência, e da educação alimentares, preservar-se-á a saúde de nossa gente e o futuro da raça em elaboração no Brasil.[183]

Essa empreitada era completada pelas atividades da Escola de Fortaleza que para ele funcionava de maneira exemplar pela ação das visitadoras. A organização compartilhada com a filantropia estadunidense parecia destacar a ação do SAPS na capital cearense, como exclamou Peregrino: "dá gosto ver essa escola"[184]. Entre notas dispersas e atos notificados em boletins, a atuação de Peregrino após 1951 é pouco conhecida. No fim da vida dedicou-se à Casa de Cultura São Saruê, no bairro de Santa Tereza, no Rio de Janeiro. O espaço é hoje ocupado pela Academia Brasileira de Literatura de Cordel. Peregrino morreu no Rio de Janeiro, em 2003, aos 92 anos[185].

2.2.3) Dante Costa: Médico, educador e nutrólogo

Dante Nascimento Costa (1912-1968) foi um dos pioneiros da nutrologia brasileira. Conhecido pelos estudos sobre merenda escolar e experimento sobre rendimento de estudantes que recebiam alimentação balanceada, Costa afirmou-se como importante referência de estudos para médicos nutrólogos de sua geração. Foi responsável pela implementação de serviços de visitadoras de alimentação entre meados da década de 1930 e 1950. Em sua carreira, escreveu seu nome entre os difusores da ideia de "alimentação racional", ou seja, aquela corrente que acreditava que mediante a doutrinação popular e promovendo medidas de mudanças nas escolhas na hora de se alimentar, na agricultura e na

[183] Ibidem. p. 40.

[184] Peregrino, Umberto. *Ideias sobre Assistência e Educação Alimentares no Brasil. op cit.* p. 28.

[185] Parte dos dados biográficos foi organizado por depoimentos de Gonçalo Pereira da Silva e Henrique Veltman. Cf. Silva, Gonçalo Pereira da. [Depoimento]. Entrevistador: Érico Silva Muniz. 1 CD (24 min). Depoimento oral de Gonçalo Pereira da Silva ao projeto de pesquisa Alimentação em tempos de desenvolvimento: Uma história das políticas alimentares no Brasil (1940-1960). Rio de Janeiro, 15 jul. 2012; Veltman, Henrique. [Depoimento]. Entrevistador: Érico Silva Muniz. 1 CD (32 min). Depoimento oral ao projeto de pesquisa Alimentação em tempos de desenvolvimento: Uma história das políticas alimentares no Brasil (1940-1960). São Paulo, 26 jun. 2012.

pecuária, o pauperismo e as questões relacionadas aos quadros de desnutrição seriam resolvidos[186].

Partícipe dos movimentos da gênese dos padrões dietéticos de sua geração, o médico nascido no Pará desenvolveu sua carreira no Rio de Janeiro. Membro dos conselhos do SAPS desde sua criação em 1940, defendia o caráter pedagógico não apenas para operários adultos mas também para crianças e jovens; os escolares, na visão de Costa, estariam mais suscetíveis às adaptações propostas, à assimilação dos novos hábitos saudáveis.

A convite de Helion Póvoa organizou a Seção Técnica do SAPS. Com o objetivo de realizar trabalhos de planejamento dietético, educação alimentar, inspeção da alimentação de coletividades e pesquisas biológicas e químicas no campo da nutrição experimental, Costa consolidava seus interesses pela educação alimentar. O ambiente da escola e os projetos de desjejum e merenda escolar para crianças e jovens foram por ele considerados espaços ideais para o diagnóstico das doenças causadas ou agravadas por carências alimentares[187]. Sobre a importância pedagógica de investir nas crianças em idade escolar para atingir a mudança social, Costa sentenciou:

> O objetivo da educação alimentar é, em ultima análise, o de criar bons hábitos de alimentação, e isto se consegue mais facilmente na criança, uma personalidade sensorial e psíquica ainda em formação, podendo-se também esperar exercer alguma influência benéfica no espírito dos pais, pelos exemplos que a criança, bem orientada na escola, possa introduzir em seu próprio ambiente familiar.[188]

A ênfase na educação marca a trajetória profissional de Costa e tal frente de ação não era entendida apenas para o espaço de colégios e cursos. O entendimento de que a mudança promovida pelos médicos nutrólogos valeria mais pelos exemplos dados do que pelos alimentos consumidos em si fizeram com que as ideias de Costa embasassem os primeiros cursos de formação de visitadoras de alimentação no Rio de Janeiro em 1941. O Serviço de

---

[186] Nossa principal referência para a biografia de Dante Costa é: Frota, Jorge Washington da Silva. *Educação e alimentação*: ideias sociais, políticas e pedagógicas na obra de Dante Costa. Dissertação de mestrado em Educação. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2011.

[187] Ibidem. p. 25.

[188] Costa, Dante. *Alimentação do escolar.* Rio de Janeiro, DF: Ministério da Educação e Saúde, 1949.

Visitação Alimentar (SVA) do SAPS empreenderia desde seus primeiros anos revistas nos lares operários. Inicialmente restritas às cercanias da Praça da Bandeira para averiguar o estado nutricional encontrado entre operários, esposas e filhos tais medidas foram responsáveis ainda por estudos de comportamento e padrões de vida de famílias operárias[189]. A defesa da racionalidade científica para compreender as carências alimentares era na opinião do médico um ponto do qual não se deveria abrir mão, sem ceder espaço para religiosidade, tabus alimentares ou misticismos.

Entre as estratégias defendidas por Costa estavam as chamadas Cruzadas de Educação Alimentar, com esse movimento filiava-se a uma vertente que enfatizava a compreensão social do problema em detrimentos da análise técnica. As publicações do autor são um importante canal de divulgação das teses do campo da "alimentação racional", ideias consolidadas a partir das teses publicadas em *Bases da Alimentação Racional* (1938) e, posteriormente, com o lançamento de *Alimentação e Progresso* (1951), neste último, Costa utiliza-se dos inquéritos e diagnósticos realizados pelo SAPS para traçar planos de mudança na chave explicativa que valorizava os caracteres sociais da desnutrição[190].

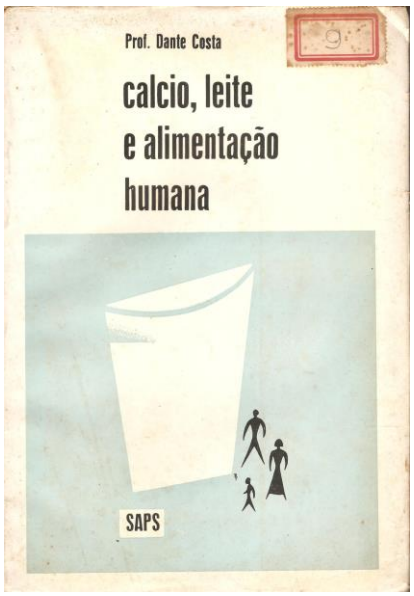
Assim, as obras científicas e produção literária de Dante Costa contribuíam com o caráter educativo das políticas alimentares em curso. Além de Professor de Dietética do SAPS, Costa assumiu outros postos como Chefe da Seção de Alimentação da Policlínica Geral do Rio de Janeiro, Professor do Departamento Nacional de Saúde (DNS), docente de Higiene da Faculdade Nacional de Medicina, docente de Metabologia da Escola Nacional de Educação Física (Universidade do Brasil) e médico do Departamento Nacional da Criança. No exterior fez parte ainda da *Societé Scientifique D'Hygiene Alimentaire de Paris*, da *Societé de Chimie Biologique*, da *American Academy of Pediatrics*, da *Sociedad de Nutricion*

---

[189] Cidrack, Marlene Lopes. *Visitadoras de Alimentação*: legado da Escola Agnes June Leith. Fortaleza: Edições UFC, 2011.

[190] As principais ideias de Dante Costa estão desenvolvidas nos seguintes livros: Costa, Dante. *Alimentação do escolar***.** Rio de Janeiro, DF: Ministério da Educação e Saúde, 1949; Costa, Dante. *Alimentação e Progresso*: O Problema no Brasil – Alguns aspectos sociais da alimentação humana. Rio de Janeiro: Serviço de Alimentação da Previdência Social, 1951. Costa, Dante. *Cálcio, leite e alimentação humana.* Rio de Janeiro: Serviço de Alimentação da Previdência Social-SAPS, 1953. Coleção Estudos e Pesquisa Alimentar – Série gigante. v.1; Costa, Dante. *Merendas Escolares* (Vinte e cinco sugestões de merendas para crianças escolares brasileiras). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943.

y Alimentacion (Colômbia) e foi Diretor do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura-IBECC da Comissão Nacional da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Em todos os cargos, Costa construiu uma prestigiosa carreira relacionando educação e nutrição, sempre advogando a importância da educação alimentar.



Legenda: Capa da publicação Cálcio, leite e alimentação humana (1953).

Em seu livro *Cálcio, Leite e Alimentação Humana* (1953), coloca a questão dos problemas da nutrição humana sob a ótica de suas faces sociais. Assim, a defesa do valor do cálcio na alimentação humana em diversas fases da vida é defendida não apenas pelos resultados dos estudos químicos e fisiológicos, mas sobretudo a preocupação com a dimensão econômica da distribuição de leite que impacta culturalmente o consumo do mesmo, ou, em outras palavras:

> A evidência de uma alta porcentagem de utilidade do cálcio do leite tem a virtude de focalizar mais uma vez o valor deste grande alimento humano, expondo um ângulo dos seus méritos, oferecendo pretexto para que se mantenha interesse e debate em torno dele, e assim contribuindo para o seu conhecimento e o seu uso, o que é, por certo, um dos deveres da higiene e da moderna ciência da nutrição em muitos países[191].

[191] Ibidem. p. 10

Costa afirmava que além de evitar doenças como o raquitismo, o bócio, o escorbuto, o béri-béri, a pelagra, a arriboflavinose e o *kwashiorkor*, o consumo adequado do leite favorecia variados aspectos do desenvolvimento humano. Era bom para o crescimento normal e desenvolvimento das crianças, trazia benefícios para formação óssea e dentária, garantia "músculos fortes", "vitalidade e o prazer de ser ativo". Mais do que isso, os benefícios sociais do leite era incontáveis na visão do nutrólogo, pois faziam com que a população fosse "resistente à fadiga e à doença, apta ao trabalho e capaz de compreender, estimar e realizar o progresso"[192].

Em *Alimentação e Progresso*, Costa debate as condições de vida do povo, e considera a alimentação como o "maior problema de governo"[193]. A pobreza, a educação, a estrutura econômica e a evolução histórica brasileiras, foram consideradas a explicação para prevalência da desnutrição no Brasil. Esses erros de percurso que acarretavam na "maldição da fome" que, segundo os inquéritos alimentares estudados por Costa alcançavam cifras superiores a 25 milhões de desnutridos[194]. Costa referia-se a um estágio nos Estados Unidos que fez com que o pesquisador observasse os norte-americanos como povo com melhor índice de nutrição popular.

Para Costa, além do pioneirismo científico e acadêmico, os Estados Unidos avançaram também no desenvolvimento popular da nutrição constituindo-se como lugar onde se via "a satisfação com que ali se bebe leite e o prazer com que homens, mulheres e crianças comem saladas e mastigam numerosas folhas"[195]. A análise do autor é que os Estados Unidos impunham um modelo por tratar a nutrição em seus principais aspectos: pesquisa acadêmica eficiente, onde a realidade comunitária faz a adequação a premissas teóricas; avanços médicos; e, assimilação da boa alimentação pelo homem americano. Um dos segredos do progresso da civilização *yankee*.

O associativismo com o mundo do trabalho é um traço marcante na trajetória de Costa, Peregrino e Póvoa, assim como algo comum a outros profissionais e médicos nutrólogos dos

---

[192] Costa, Dante. *Alimentação e Progresso*: O Problema no Brasil – Alguns aspectos sociais da alimentação humana. Rio de Janeiro: Serviço de Alimentação da Previdência Social, 1951. p. 13.

[193] Ibidem. p. 16.

[194] Ibidem. p. 26.

[195] Costa, Dante. "Como se alimenta o americano". In: *Boletim do MTIC*. n. 121. set. 1944. Ano XI. BMTrab/RJ.

anos 1940. A influência dos alimentos no desenvolvimento social geralmente justificada pela importância do aumento que acarretava na produção para o trabalho, os temores de epidemia de fome em algumas nações europeias durante a Segunda Guerra Mundial, a fome nos países orientais, os altos índices de desnutrição encontrados no Brasil e na América Latina surgem em textos e planos de ação ao lado de complexos quadros sociológicos de formação da nação.

2.3) Considerações finais

Uma série de elementos compõe a complexidade da formação das comunidades científicas, dos médicos nutrólogos e das necessidades criadas por uma prática profissional que surgia a partir de 1940 para dar respostas aos históricos quadros de desnutrição do país. Preocupações sobre a força e o rendimento do trabalhador brasileiro nas grandes cidades permitiram que médicos e intelectuais organizassem instituições de assistência social na área de alimentação, sendo essa a mesma geração pioneira simultaneamente de técnicas modernas de nutrologia e de gestão pública da assistência alimentar. Através de organização de seminários, publicações, cursos técnicos, restaurantes operários e escolas comunitárias, médicos nutrólogos colocaram em prática seus valores, desenvolvendo um extenso projeto de nação saudável e apta ao desenvolvimento.

Negando hábitos históricos nativos e sugerindo uma dieta importada com alimentos estranhos à mesa das famílias brasileiras, os cientistas formularam o tipo de intervenção social com um foco claro no progresso do país e no fortalecimento do trabalhador que se desejava a partir de 1940. Outra especificidade é a imposição da questão do saneamento social como fator intransponível para entender os processos de formação de categorias científicas e profissões no Brasil. Mirando no contexto fornecido pela história das ideias e do poder político no país, a ação dos médicos nutrólogos ao lado da inclusão da nutrição no campo profissional da saúde convergem como ambiguidades e contradições da sociedade brasileira na segunda metade do século XX.

Outra especificidade à luz da historiografia da ciência na América Latina permite observar que ainda que distintas, as trajetórias biográficas dos principais nutrólogos e gestores envolvidos nesse processo formataram as políticas de assistência alimentar no país com

ênfase quase que exclusiva na alimentação do trabalhador urbano. Uma geração de médicos e intelectuais organizava os parâmetros de uma ciência e as primeiras instituições de assistência social na área de alimentação; a organização de seminários, cursos técnicos, restaurantes e centros de educação popular, fez com que médicos nutrólogos colocassem em prática os seus valores e conceitos em grande projeto material e simbólico de nação. Como na crítica contida na música do tocantinense Juraíldes Cruz, foi negando hábitos nativos históricos e sugerindo uma dieta importada para a mesa de famílias brasileiras, que inicialmente os cientistas formularam o tipo de intervenção social com um foco claro no desenvolvimento do país, no progresso e no fortalecimento do trabalhador.

CAPÍTULO 3

EDUCAR NO RESTAURANTE:
NUTRIÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL NO SERVIÇO DE ALIMENTAÇÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Getúlio Vargas no bandejão do SAPS. Acervo CPDOC/FGV

A imagem da propaganda do governo Vargas em que o presidente posa sorridente com a bandeja do restaurante popular recém-inaugurado na capital federal é uma alegoria dos sentidos que a intervenção em curso simbolizava para a política alimentar criada no Estado Novo. Em compasso com o momento internacional de construção de refeitórios urbanos com refeições cientificamente balanceadas, o SAPS foi criado por Getúlio Vargas em 1940 como parte da política trabalhista, com dotação orçamentária dos Institutos e Caixas de

Aposentadorias e Pensões (IAPs e CAPs). O órgão era parte das grandes inovações do MTIC e representou um direito previdenciário, criando uma espécie de benefício a ser usufruído, inicialmente, apenas por trabalhadores urbanos organizados e sindicalizados.

O SAPS durante seus primeiros anos de atuação foi a grande agência nacional de política alimentar. Desenvolvendo-se rapidamente, administrando atividades além da gestão de seus restaurantes com condições higiênicas de alimentação, foi responsável por medidas educativas, experiências envolvendo projetos piloto de merenda escolar e de assistência em geral às populações urbanas, consolidando-se como um marco fundador na história das políticas de educação alimentar e nutrição no Brasil.

Como destacam Marcela Fogagnoli e Ana Maria Evangelista, o SAPS estruturou suas próprias dependências como uma complexa agência gestora da política alimentar brasileira e um lugar da cultura da classe operária[196]. Se a história do SAPS identifica-se fortemente com o trabalhismo do governo Vargas como Evangelista e Fogagnoli demonstraram, o mesmo também não foi imposto, mas apropriado como um espaço de sociabilidade dos trabalhadores[197]. Fiscalizando refeitórios de empresas e adequando restaurantes de autarquias do governo ao "tipo SAPS", o Serviço tentava atender aos abalos inflacionários dos gêneros alimentícios e preparar-se para as dificuldades de abastecimento interno.

Evangelista através de pesquisa em periódicos, em arquivos e por história oral indica a importância do viés do projeto de educação alimentar e cultural de amplo alcance desempenhado pelo SAPS, o que garantiu às classes trabalhadoras um sentido próprio em meio aos salões e refeitórios da autarquia criada por Vargas. No SAPS os trabalhadores se encontravam, sindicatos se reuniam e os operários adquiriam hábito da leitura e gosto pela música clássica, o que teria garantido, além da assistência alimentar, um processo de aquisição de bens simbólicos eruditos[198].

---

[196] Evangelista, Ana Maria da Costa. "Prato do dia no SAPS: arroz, feijão, discos e livros.". In: Ferreira, Jorge. *O Rio de Janeiro nos jornais*: ideologias, culturas políticas e conflitos sociais (1946-1964). Rio de Janeiro: 7 Letras, 2011. pp. 122-135; Fogagnoli, Marcela Martins. *Almoçar bem é no SAPS! Os trabalhadores e o Serviço de Alimentação da Previdência Social (1940-1950).* Dissertação (Mestrado em História Social – Universidade Federal Fluminense). Rio de Janeiro, 2011.

[197]Fogagnoli. op. cit.; Evangelista. op. cit.

[198] Evangelista. op. cit. p. 134

Fogagnoli também enfatiza a atuação das políticas públicas de alimentação e educação alimentar como parte da obra de construção de uma rede de serviços aos trabalhadores urbanos. Para a autora, o SAPS expressava uma reivindicação proletária que visava complementar as condições econômicas das famílias e diminuir os custos com a alimentação. Assim, esse sentido atribuído garantiu à agência a condição de "centro de sociabilidade", mantendo uma permanente troca de ideias por meio de suas publicações, festas, concursos, concertos musicais e cursos; ou seja, para a autora o SAPS era "uma construção também dos trabalhadores"[199]. Essa construção do aparato estatal, foi material e simbólica, legitimando a política empreendida pelo regime de Getúlio Vargas.

Apesar desse sentido apontado por Fogagnoli e Evangelista, ao mesmo tempo em que o caráter educativo era enfatizado como prioritário, o SAPS também tinha por missão dar conta das reivindicações da primeira geração de médicos nutrólogos, cumprindo função acadêmica e ficando a cargo de realizar pesquisas. Dessa forma, ao longo da década de 1940 fortalecia-se uma agência que ficava atribuída de servir almoços para operários, fazer a divulgação científica na área de nutrição para outros órgãos do governo e desenvolver ações em educação alimentar (produção de cartilhas, folhetos, publicações, projeções de vídeos, emissões radiofônicas, etc.)[200].

O SAPS expandiu-se de forma bastante rápida ao longo da década de 1940 mesmo após o fim do Estado Novo, em 1945. Dos tempos de economia de guerra de seus primeiros anos de atividade, marcados pelas frequentes crises de abastecimento de alimentos, O SAPS ganharia outro sentido principalmente no segundo governo Vargas, nas gestões de Dutra e de Juscelino Kubitschek no que se refere aos direitos dos trabalhadores urbanos. O SAPS existiu até 1967 quando foi extinto no regime militar com a criação do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) na gestão do presidente Castelo Branco[201].

---

[199] Fogagnoli, Marcela Martins. *Almoçar bem é no SAPS.* op. cit.p. 104.

[200] Cf. L'Abbate, Solange. "As políticas de Alimentação e Nutrição no Brasil". op. cit.

[201] D'Araújo, Maria Celina. "Estado, classe trabalhadora e políticas sociais". In: Ferreira, Jorge & Salgado, Lucila de Almeida Neves (orgs.). O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo – do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Livro 2 ; Malloy, James M. *A política da Previdência Social no Brasil.* Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986.

Após alguns estudos já realizados sobre o papel dessa agência, um desafio permanece no âmbito da agenda da pesquisa histórica. Interpretar a existência do SAPS sob uma perspectiva que ultrapasse o limite das ações públicas em assistência alimentar e que considere também as diversas medidas educativas, dialogando com as pesquisas científicas e com o conteúdo dos cursos de formação de técnicos realizados, tentando reconstituir o cotidiano dos postos de subsistência e das medidas de auxílio a trabalhadores desempregados é ainda uma difícil tarefa[202]. O perfil "organizacionista e intervencionista" observado por José Arimatéa Bezerra e o aspecto da incorporação da primeira geração de nutrólogos pelo Estado, visto no trabalho de Solange L'Abbate, evidenciaram o caráter formador e da consolidação dos saberes da nutrição na sociedade brasileira. Um elemento ainda não estudado por Fogagnoli, Evangelista, Bezerra e L'Abbate é como nessa trajetória o SAPS trabalhou para o projeto de assistência social de caráter modernizador desenvolvido por Vargas. A ciência da nutrição ao elaborar cardápios, planos de visitação domiciliar e a consagração de um dado hábito alimentar extravasou sua meta inicial de servir como um benefício para operários tendo praticado medidas de assistência alimentar também de maneira mais universalizada.

Para pensar ainda a história da alimentação no Brasil de maneira mais sistematizada, a criação do SAPS, como L'Abbate propõe, possibilita uma periodização um pouco distinta para a institucionalização de políticas em nível federal. O SAPS criado em 1940 nas estruturas do MTIC marcou o início de programas nacionais para repensar a alimentação no país. Ainda no Estado Novo foi criado o Serviço Técnico de Alimentação Nacional (STAN), que existiu entre 1942 e 1945, sendo sucedido pela Comissão Nacional de Alimentação (CNA), de 1945 a 1972. Esses institutos foram acompanhados de outras importantes medidas como, em 1944 o Instituto de Tecnologia Alimentar, transformado em 1946 no Instituto de Nutrição da Universidade do Brasil. Essas medidas, acompanhadas da CNA que instaurou em 1955 a Campanha Nacional de Merenda Escolar definiram no Ministério da Educação e Cultura (MEC) uma nova configuração para o problema alimentar do Brasil em um relativo curto

[202] Sobre a formação dos técnicos, ficou definido que o SAPS deveria formar os profissionais de que tivesse necessidade através da criação de cursos técnicos e profissionais na área de nutrição, profissionais de copa, cozinha e atividades afins ligadas à alimentação. Cf. Decreto-lei n. 5.443. 30 de abril de 1943. "Modifica a estrutura administrativa do Serviço de Alimentação da Previdência Social". Sobre a trajetória do SAPS ver também L'Abbate, Solange. "As políticas de Alimentação e Nutrição no Brasil". op. cit.; Evangelista, Ana Maria da Costa. "Prato do dia no SAPS: arroz, feijão, discos e livros." op. cit.; Fogagnoli, Marcela Martins. *Almoçar bem é no SAPS! o*p. cit.; Bezarra, José Arimatea B. "O processo de Gênese do saber em alimentação no Ceará". In: Grupos de Estudo em História e Cultura da Alimentação da UFRR. 2009. Disponível em: http://www.historiadaalimentacao.ufpr.br/grupos/textos/Texto%20Arimateia.pdf. Acesso em 20/11/2013.

espaço de tempo. Era a nutrição definindo-se como campo de saber e prática política "sob a égide do populismo" de Vargas e em um outro momento no governo Juscelino Kubitschek[203].

Ainda que a emergência da temática nos anos 1930 e 1940 tenha ocorrido com a criação da escola no Rio de Janeiro, do Instituto de Higiene de São Paulo (atual Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo-USP), e do Instituto de Higiene da Universidade do Recife, tal efervescência de ações dos médicos nutrólogos daria lugar a um certo vazio de políticas públicas para o tema da alimentação pós-1945. Movimento esse que foi retomado apenas em 1955 com os debates sobre a criação da merenda escolar[204].

Maria Lúcia M. Bosi é outra referência clássica para estudar esses discursos e práticas dos parâmetros nutricionais brasileiros. Para a autora as políticas iniciadas nos anos Vargas, de caráter notadamente popular, esfriariam ao longo dos anos 1950. A partir desse período, as políticas nacionais de nutrição e o diálogo com o conhecimento biomédico são analisados pela nutricionista considerando suas bases institucionais sólidas, uma verdadeira política nutricional, com dotação orçamentária, quadros especializados e discurso técnico-científico ganhariam forma apenas nos anos 1970. Assim, a nutrição brasileira é compreendida pela autora em função do estágio do desenvolvimento do capitalismo vivido em meados do século XX, onde essas políticas adquirem efeitos ideológicos e políticos originando uma dominação do tipo persuasiva[205].

Dessa maneira, os discursos do campo nutricional e suas pretensões de sanar o problema alimentar brasileiro são, para a autora, limitados na medida em que manteriam oculta a "dimensão social" do fenômeno em favor de uma dimensão majoritariamente biológica. As obras do discurso científico sobre nutrição encontravam-se repletas de um saber técnico, fundamentalmente biológico. Assim, os padrões nutricionais em voga que definiam desnutrição ou mesmo as doenças carenciais, nitidamente identificadas com a pobreza como avitaminoses ou síndromes como kwaskiorkor eram compreendidas numa listagem de fatores biológicos determinantes. Mesmo as obras que tomaram em conta os chamados fatores sociais

---

[203] L'Abbate, Solange. "As políticas de Alimentação e Nutrição no Brasil". op. cit. p. 88.

[204] Ibidem.

[205] Bosi, Maria Lúcia. *A face oculta da nutrição*: ciência e ideologia. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1988. p. 37.

não lançaram mão desse feito para explicar o problema alimentar brasileiro, mas somente para elencar as causas das desnutrições. Pobreza, custo de alimentos, condições ambientais e trabalhistas apareciam lado a lado de fatores como ignorância dos pobres, ingestão insuficiente de nutriente e enfermidades crônicas ou agudas. Ficando, dessa maneira, a importância da atuação do nutricionista extremamente limitada[206].

A análise do papel do SAPS em meio às políticas alimentares no Brasil carece de estudos sistematizados que considerem sua dimensão histórica, atentando à formação das comunidades científicas e estudando as etapas de formação de uma política nacional de nutrição. Os trabalhos que se ocuparam dos problemas nutricionais brasileiros representam um campo multidisciplinar com profissionais de variadas formações: médicos, economistas, agrônomos, nutricionistas, educadores, sociólogos, psicólogos, antropólogos e administradores. Esses estudos focaram sobretudo nos quadros de inanição (privação quase total de alimentos), desnutrição (consumo insuficiente), de carências específicas (falta relativa de um nutriente determinado), dos desequilíbrios (desproporção entre nutrientes essenciais) e hipernutrição (consumo excessivo, excesso calórico) encontrados pelo país e pouco analisaram a dimensão social da construção dessas políticas públicas, muitas vezes sobrevalorizando a dimensão internalista de reprodução da ciência.

Os estudos históricos sobre o surgimento de uma política alimentar nacional apontam para um caso onde política pública, pesquisa acadêmica e crítica social estiveram juntas na História do Brasil Republicano. Os investigadores do tema têm com frequência chamado a atenção para diversas formas de se interpretar as medidas para minimizar o problema alimentar no Brasil, sendo, no entanto, o Estado um protagonista dessa história[207]. A primazia dos interesses econômicos, o pacto social dos anos Getúlio Vargas, o papel de agências e

---

[206] Idem.

[207] Lima, Eronides da Silva. “Gênese e constituição da educação alimentar: uma síntese”. In: *Physis*: Revista de saúde coletiva;7(2):9-29, Vasconcelos, Francisco de Assis G. "Combate à fome no Brasil: uma análise histórica de Vargas a Lula”. In: *Rev. Nutr.*18(4): 439-457,2005. Aug.; Acuña, Kátia; Cruz, Thomaz. “Surgimento da ciência da nutriçäo e breve histórico das políticas de alimentação no Brasil”. In: *Revista Baiana de Saúde Pública* 27(1/2)(1/2): 114-123, jan.-jul. 2003; Arruda, Bertoldo Kruse Grande de; Arruda, Ilma Kruze Grande de "Marcos referenciais da trajetória das políticas de alimentação e nutrição no Brasil”. In:*Rev. Bras. Saude Mater. Infant.*7(3): 319-326,2007. Sep.; Barros, Maria Sylvia & Tartaglia, José Carlos. “A Política de Alimentação e Nutrição no Brasil: Breve histórico, avaliação e perspectivas.” In: *Alimentos e nutrição.* Ano: 2009 Vol:14 n.1.

organismos internacionais, e a nova apropriação da assistência social nos Brasil foram características que nortearam a história da alimentação e da nutrição[208].

Na nossa concepção, além da existência de uma comunidade científica de nutrólogos em formação, os tempos de conflito internacional repercutiram na política alimentar brasileira possibilitando a criação e o desenvolvimento do SAPS. Cabe lembrar que a geração de nutrólogos além de médicos era composta de intelectuais que tinham na participação com o governo Vargas um dos pilares de suas identidades sociais e de suas atuações profissionais. A seguir apresentaremos aspectos da trajetória do SAPS na ocasião de sua criação no Rio de Janeiro e os caminhos para a sua expansão. A criação do SAPS é aqui compreendida no contexto da ampliação dos direitos dos trabalhadores, junto ao surgimento de uma política de previdência social.

3.1) Vargas e a inflação dos alimentos

Com a definição da Segunda Guerra Mundial, a vida cotidiana nas grandes cidades sofreu alterações no Brasil. O país era à época uma sociedade agrícola e esteve vulnerável às alterações de preços de gêneros alimentícios básicos, elevando a importância de questões relativas à alimentação ao topo das preocupações políticas e sociais. A mobilização econômica para a guerra foi para além das conhecidas preocupações com a produção de minérios, de borracha ou do engajamento na guerra propriamente dita, estendendo-se ao cotidiano do comércio de gêneros de primeira necessidade nas cidades. Ou seja, no Brasil o posicionamento em relação ao conflito dos anos 1940 gerou alteração nos estoques de gêneros alimentícios e um clima de ansiedade e medo da fome. Nesse contexto, o poder de barganha dos médicos nutrólogos foi ressaltado em função da alimentação ter se tornado alvo das preocupações populares.

---

[208] Bezera, José Aqrimatea B. "O processo de Gênese do saber em alimentação no Ceará". In: Grupos de Estudo em História e Cultura da Alimentação da UFRR. 2009. Disponível em: http://www.historiadaalimentacao.ufpr.br/grupos/textos/Texto%20Arimateia.pdf. Acesso em 20/11/2011; Freitas, Maria do Carmo Soares de. *Agonia da Fome.* Salvador: EDUFBA/Editora Fiocruz, 2003; Madeley, John. *O comércio da fome.* Petrópolis: Vozes. 2003; Minayo, Maria Cecilia de Souza & Silva, Alberto Carvalho (orgs.). *Raízes da fome.* Petrópolis: Vozes, 1987.

Durante a Segunda Guerra Mundial, a alta do preço de produtos considerados essenciais como a farinha de trigo havia gerado uma série de preocupações semelhantes aos conflitos do início do século XX. Em uma economia de guerra, o peso do custo da alimentação e da garantia do abastecimento tornaram-se alvos de maior preocupação por parte do Estado Novo. O exemplo do aumento do preço da farinha de trigo praticado no mercado internacional e sua decorrente escassez gerou alta do preço do pão no fim dos anos de 1930, sendo necessárias inclusive o uso de medidas paliativas ou de emergência como a experiência que ficou conhecida como "pão da guerra"[209].

Narrada por Roney Cytrynowicz, nessa iniciativa governamental, substituía-se a farinha de trigo comum por uma outra da qual as sementes e o gérmen não eram descartados, uma alternativa apresentada pelos conhecimentos técnicos da nutrição para garantir o acesso ao item e para que esse símbolo da alimentação não faltasse às mesas brasileiras. Outra opção semelhante ao "pão de guerra" era o doméstico, feito a base de macarrão. Ambas alternativas, ao lado das numerosas filas matinais para comprar pão, denunciavam a deficitária produção de trigo no país[210]. A escassez e a alta do preço dos gêneros alimentícios, geravam protestos operários em diversas cidades.

O pão teve seu preço tabelado pela Comissão Nacional de Preços, um recurso utilizado à época para conter a inflação no preço dos gêneros alimentícios e garantir o abastecimento mínimo do mercado interno. Em 1942, foi criada a Coordenação da Mobilização Econômica (CME), órgão que deveria "garantir a defesa da economia nacional" em tempos de guerra. Um dos episódios que preocupou especialmente a nova agência foi um movimento na cidade de Bicas, Minas Gerais, amplamente noticiado pela imprensa.[211] Naquela cidade onde mais de 300 trabalhadores marcharam em manifestação pacífica até a prefeitura, foi assinado um termo sobre a regulação do aumento do preço dos alimentos. Após a criação da agência para moderar os abalos à economia, diversas foram as consultas à Comissão de Defesa da

[209] Ministérios do Trabalho, Indústria e Comércio. "O trigo". Boletim do MTIC. n. 141. mai 1946. ano XIII. p. 212-6. Biblioteca do Ministério do Trabalho e Emprego no Rio de Janeiro (BMTrab/RJ).

[210] Cf. Cytrynowicz, Roney. *Guerra sem guerra*. op. cit. p. 55.

[211] "Grito contra a carestia! Solidariedade ao protesto contra alto nos preços nos gêneros". In: O Município. 12 out 1941, Bicas Minas Gerais; "Angustioso grito contra a carestia da vida! 300 chefes de família da vizinha cidade de Bicas, reunidos no salão do Paço Municipal, protestam contra a alta dos gêneros de primeira necessidade" In: Diário Mercantil. Ano XXX n. 8683, Lata n. 451. Fundo Gabinete Civil da Presidência da República/ Comissão de Defesa da Economia Nacional. Acervo Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (ANRJ).

Economia Nacional, ao Ministério da Agricultura e a outros órgãos do governo exigindo uma maior ingerência no preço de produtos agrícolas, melhoramentos na eficiência dos transportes e armazenamento dos alimentos. Para tal acabou sendo criada uma Comissão de Abastecimento e Tabelamento que deveria, entre outras atribuições, controlar "a ganância dos atacadistas"[212].

Segundo Cytrynowicz, ao menos no caso de São Paulo, a situação não conduziu à total carência, mas sim a uma escassez relativa de gêneros alimentícios como o que ocorreu com o trigo e com o açúcar refinado[213]. A preocupação, a apreensão e as filas para comprar pão indicam que o estoque de produtos básicos tornava-se questão fundamental durante a Guerra, o que foi alvo de preocupações por parte da Comissão de Abastecimento da Coordenação de Mobilização Econômica. A necessidade de definição de produtos básicos e da previsão do consumo dos gêneros em tempos de conflito, considerando as necessidades de estoque, escoamento, preços, restrições à exportação precisou ser gerida pelo Estado. Assim foram definidos preços também para arroz, banha, batata, cebola, charque, farinha de mandioca, feijões, leite, milho, gorduras vegetais e óleos alimentícios. Esses alimentos deveriam ter seus estoques monitorados pelos serviços de abastecimento dos estados para que as necessidades mínimas fossem mantidas em todo país[214].

A tabela desenvolvida pela Comissão Nacional de Preços recebeu diversas críticas. Os alimentos importados tiveram seu lucro regulado na casa dos 10%, sinal da escassez e do monitoramento devido à crise de transporte de gêneros alimentícios, especialmente os realizados por via marítima[215]. De um lado, os operários reclamavam dos custos de vida elevados das cidades e, do outro, os atacadistas de gêneros alimentícios acusavam o

---

[212] Na Comissão de Mobilização Econômica havia uma subcomissão de Tabelamento de preço de cardápios de restaurante que foi dirigida pelo diretor do SAPS, Edilson Cavalcanti. Cf. "À Comissão de Abastecimento e Tabelamento". n. 18459/1941. Lata n. 451. Fundo Gabinete Civil da Presidência da República/ Comissão de Defesa da Economia Nacional. ANRJ.

[213] Cf. Cytrynowicz, Roney. *Guerra sem guerra.* op. cit. pp. 52-3.

[214] Gabinete do Coordenador da Mobilização Econômica – Atividades. Fundo Gabinete Civil da Presidência da República. ANRJ. Proc. 16691.

[215] Telegrama do Diretor do Instituto Nacional do Sal ao Diretor do Expediente da Secretaria da Presidência da República. Ano 1944. Proc. 12965. Fundo Gabinete Civil da Presidência da República. ANRJ.

tabelamento do governo de “arbitrário, sem estudos prévios, sem consulta aos interessados”, requisitando maior subsídio público para efetivação do tabelamento desejado pelo governo[216.]

Legenda: Visita de Darcy Vargas ao SAPS. Acervo CPDOC/FGV.

A ameaça da escassez durante a Segunda Guerra ou a demanda de melhor alimentação por parte de trabalhadores urbanos associou-se também à expansão da assistência social e da política previdenciária no Brasil. A criação de fundos bancados por empregados para compensações financeiras de acidentes de trabalhos, pensões e aposentadorias (por velhice, invalidez ou tempo de serviço) iniciou-se em 1923 com a promulgação da Lei Eloy Chaves, que criou a Caixa de Aposentadoria e Pensão dos Ferroviários. À parte da existência dos primeiros fundos de pensões datarem dos últimos anos do Império, é com elementos republicanos como a criação dos sindicatos, regulamentações de jornada de trabalho, condições de higiene, seguro contra acidentes e repouso do trabalho que um modelo previdenciário de caráter compensatório se estrutura no Brasil.

Wanderley Guilherme dos Santos demonstra que a concessão de direitos previdenciários tende a disseminar-se por estratos cada vez mais amplos da sociedade, refinando a legislação e gerando permanente conflito entre poder público, detentores do

[216] “A grave situação do problema dos gêneros alimentícios no Rio de Janeiro”. Sindicato do Comércio Atacadista de Gêneros Alimentícios ao Presidente da República dr. Getúlio Vargas. n. 28685/1941. Lata n. 451. Fundo Gabinete Civil da Presidência da República/ Comissão de Defesa da Economia Nacional. ANRJ.

capital e a força de trabalho industrial. O que a análise de Santos propõe é que o desenvolvimento da política previdenciária no Brasil, desde 1933, está vinculada à política social, dada a prioridade governamental na acumulação tentando, no entanto, conter a ameaça da inequidade[217]. O Estado interventor, moldou as estruturas na ordem da acumulação, e medidas como leis de férias, sobre o trabalho infantil e da mulher, sobre higiene e segurança no trabalho foram – gradativamente – criando um sistema ocupacional estratificado, uma "cidadania regulada". Por essa ideia, Santos define que foi o Estado que definiu cidadania exclusivamente para ocupações formais e reconhecidas pela lei, ou seja:

> A cidadania está embutida na profissão e os direitos do cidadão restringem-se aos direitos do lugar que ocupa no processo produtivo tal como reconhecido por lei[218].

Com base no argumento de Santos, podemos considerar a alimentação e a assistência ao trabalhador na Era Vargas como fatores que garantiram a possibilidade de consolidação de uma política pública continuada. No início da década de 1940, a primeira geração de médicos nutrólogos já havia consolidado os paradigmas do campo como dotado de um saber específico com alta relevância social. Outras respostas foram surgindo para compensar a inflação vivida com mais força nas grandes cidades. O incentivo às plantações caseiras, ou "hortas da Vitória" que tinham em si uma frente educativa inspirada no modelo inglês faziam campanha para cultivo de legumes e verduras para consumo próprio garantindo abastecimento das famílias em parceria com a Legião Brasileira de Assistência (LBA).

A LBA foi criada em 1942 e gerida por Darcy Vargas até 1945. O protagonismo de Darcy Vargas à frente da LBA, primeira instituição pública para assistência social foi estudado por Ivana Simili que destacou a atuação de Darcy como esposa, mãe e primeira-dama com destaque para suas formas de participação política e para a participação feminina no projeto de Vargas[219]. Como conta Cytrynowicz, entre algumas das medidas dessa nova assistência, o governo Vargas realizou ainda compra e distribuição de leite pasteurizado e

---

[217] Santos, Wanderley Guilherme. Cidadania e justiça. op. cit.

[218] Ibidem. p. 68

[219] Simili, Ivana Guilherme. *Mulher e Política*: A Trajetória da Primeira Dama Darcy Vargas (1930-1945). São Paulo: Editora UNESP. 2008.

criou um "prato de guerra" experiência de refeição popular que deveria obrigatoriamente constar nos cardápios dos restaurantes[220].

Assim, medidas domésticas conviveram com mudanças na economia, como a liberação parcial do câmbio, redução do frete de cabotagem, definição do percentual da produção passível de abastecer o próprio estado e daquele que poderia ser redistribuído entre os estados vizinhos. Autorizações para que atividades de carga de descarga de alimentos pudessem ocorrer excepcionalmente também em domingos e feriados também foram concedidas, sendo ainda firmados convênios com o Ministério da Agricultura para venda à granel de produtos e geridas ações da Comissão de Defesa da Economia Nacional para minimizar o problema de abastecimento vivenciado[221]. A própria criação do STAN pela Coordenação da Mobilização Econômica (CME) confirmava o peso que a economia dos anos da guerra representou para a inscrição do tema da alimentação no cotidiano da sociedade brasileira.

A regulação estatal do preço dos alimentos entrara na agenda governamental e permaneceu mesmo após o estado de guerra. Anos mais tarde, no governo Dutra, mais precisamente em abril de 1946, foi instituída a Comissão Central de Preços, reduzindo e fixando preços, contendo a inflação gerada pelo custo dos alimentos. Era a consolidação da agenda da política alimentar inaugurada por Vargas, assim como os debates em torno da regulamentação do salário mínimo também fortaleceram a importância do problema alimentar do começo da década de 1940[222]. Quando criado, o salário mínimo instituiu que todo trabalhador adulto deveria receber rendimentos suficientes para satisfazerem suas despesas com alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte[223]. Josué de Castro, havia participado ativamente dos debates sobre o peso das atividades econômicas e sociais para a definição do salário mínimo, tendo sido membro das comissões que se reuniram desde 1936

---

[220] Cf. Cytrynowicz, Roney. *Guerra sem guerra*. op. cit. p. 63.

[221] Cf. Portaria n. 72. 22 dez 1944. "Permite o trabalho nos dias 24, e 31 de dezembro corrente, e 6, 7, 14, 21 e 28 de janeiro e 4, 11 e 18 de fevereiro de 1945, em todos os serviços e atividades necessárias a carga de descarga de gêneros alimentícios".

[222] Souza, Antonio Manoel Braga de. Histórico do MTIC: 3a Parte. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação do MTIC, 1957. p. 17-8. BMTrab/RJ.

[223] Decreto-Lei n. 2.162. 01 mai 1940. "Institui o salário mínimo de dá outras providências".

criadas para o cálculo dos valores do salário mínimo, política que foi criada no decreto-lei de 1940.

As comissões, compostas por no mínimo cinco e no máximo onze membros, trabalhavam junto ao Serviço de Estatística da Presidência e Trabalho para fixar o mínimo da remuneração do trabalhador. Vivia-se por aqui uma realidade semelhante à descrita por Katherine Turner que observou o peso do custo da alimentação na elaboração de políticas no Estados Unidos no início do século XX ; as famílias operárias gastavam por lá mais da metade de sua renda para a alimentação[224]. No plano local, Castro advogou que era necessário conhecer bem a realidade do trabalho agrícola nacional, para só então, a luz do conhecimento estatístico e de dados censitários, definir qual soldo deveria ser pago pelos empregadores conforme o custo de vida de cada região nos estados brasileiros[225]. O custo de vida nas cidades crescia, à época as tabelas e inquéritos apuraram que no Distrito Federal a alimentação era responsável por 50% dos orçamentos familiares[226]. Realidade que, segundo estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), permaneceu sem grandes alterações em todo o cenário urbano ao longo dos anos 1940[227].

Como classificou a Comissão de Defesa Nacional, era a "hora de grande carestia", o que possibilitou ao governo investimentos em uma rede de restaurantes populares e postos de subsistência, estes últimos ficaram incumbidos de comprar alimentos diretamente dos produtores cooperativados para revenda. A partir da experiência do SAPS e da STAN, erguia-se outro patamar da política alimentar nacional[228.]

---

[224] Turner, Katherine L. *How the other half ate*: A history of working-class meals at the turn of the century. Berkeley; Los angeles; London: University of California Press, 2014.

[225] Castro, Josué de. *A questão do salário mínimo.* Rio de Janeiro: Departamento de Estatística e Publicidade (Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio), 1935. BMTrab/RJ

[226] SAPS. "O SAPS". Boletim MTIC. p. 254

[227] No ano de 1939 o IBGE indicou que a média nacional de gastos da população com alimentação comprometia 58% do orçamento familiar. MTIC. "Aumento percentual do custo da vida". *Boletim do MTIC.* p. 187. n. 164 abr. 1948. Ano XIII. BMTrab/RJ.

[228] Comissão de Defesa da Economia Nacional – Rio de Janeiro, D.F. SA/842.51 (41) (42). 04 out 1940. Fundo Gabinete Civil da Presidência da República/ Comissão de Defesa da Economia Nacional. ANRJ. Lata n. 451.; Telegrama do sr. João Moreno, presidente do Círculo Operário Jundiaiense ao sr. Presidente Getúlio Vargas. Ano 1945. Proc. 16188. Gabinete Civil da Presidência da República. ANRJ.

3.2) O papel das agências públicas

O SAPS foi a agência criada com a missão de administrar os problemas da alimentação nacional, chegando a receber regalias semelhantes às que gozavam instituições como o Exército e a Marinha de Guerra, especialmente no que dizia respeito às compras e importações de alimentos e materiais[229]. O SAPS foi ainda chamado a participar diretamente do esforço de Segunda Guerra Mundial de diversas formas, como por exemplo, ao organizar cursos intensivos de cozinheiros para 400 soldados da Força Expedicionária Brasileira (FEB). No começo de 1944, o interventor Agamenon Magalhães e o general Mascarenhas de Moraes solicitaram que fossem ensinadas técnicas culinárias e de manipulação de alimentos desidratados aos combatentes, os soldados que embarcariam para Itália naquele mesmo ano[230].

Na ocasião, os professores, coordenadores e colaboradores do SAPS assumiram a participação da alimentação em tempos de guerra se ocupando da preparação dos soldados e da realização de palestras difundindo a importância das vitaminas e minerais para defesa do organismo. Nos restaurantes do SAPS, em parceria com a LBA, havia inclusive o "Jantar do Combatente", onde uma vez por semana 80 praças do Exército, Marinha e Aeronáutica reuniam-se em clima festivo[231]. Em um momento classificado como de "esforço e sacrifício" a questão alimentar revelava-se como o problema mais importante para a construção da ideia de nação e "uma das mais poderosas armas com que vencer a guerra"[232].

Em outra ocasião, um curso comissionado pelo SESP foi ministrado por José João Barbosa e organizado por Clara Furquim Sambaquy e Maria Luiza de Oliva Costa, técnicas do SAPS, para atuarem em cursos no recrutamento dos trabalhadores nordestinos que seguiriam para Amazônia no esforço que ficou conhecido como "Batalha da Borracha"[233]. O convite do SESP ao SAPS feito em abril de 1943 tinha por objetivo corrigir "a absoluta falta

---

[229] Decreto-lei n. 2988. 27 jan 1941. "Reorganiza o Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS)".

[230] "O SAPS e o esforço de guerra: O trabalhador e o soldado são os dois artífices da vitória". In: *Boletim Mensal do SAPS.* Ano 1. n. 1. nov. 1944. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (doravante BNRJ).

[231] SAPS. "O SAPS – parte 3". op. cit. p. 173.

[232] Silva, Lindomar Bastos. "Educação Alimentar". In: *Boletim do MTIC.* n. 125. jan. 1945. Ano XI. pp. 189-208. BMTrab/RJ

[233] SAPS. "O SAPS (continuação)". op. cit. p. 192.

de educação alimentar" dos "soldados da borracha", bem como instaurar o hábito do desjejum, do consumo de frutas e de opções para substituição de alimentos em períodos de escassez. Após a execução de um plano teórico, uma experiência piloto foi realizada com 10 "soldados da borracha" [234]. No entanto, como veremos no capítulo 4, pouco se produziu para além de projetos e visitas esporádicas; segundo Gabriela Miranda, condições de alimentação deploráveis prevaleciam no descuido com a alimentação dos soldados da borracha[235].

Mesmo após a Segunda Guerra Mundial, observa-se que a questão alimentar havia entrado de maneira definitiva nas discussões e debates em variadas áreas da política nacional, como questão de defesa nacional. Em fevereiro de 1945 foi criada a CNA, órgão que contava com especialistas dos MES e do MTIC, além de militares e membros da indústria de produtos alimentícios. À nova Comissão coube elaborar um plano nacional de alimentação, retirando do SAPS algumas das funções de regulação e fiscalização de empresas. Dividindo as atribuições, o SAPS passou a ficar a cargo da assistência alimentar mais direta e o novo órgão incentivou a importância das recentes descobertas da ciência da nutrição, ficando responsável também por estudar o estado nutricional e os hábitos e costumes dos brasileiros com fins de aplicar estudos sobre desidratação de alimentos[236].

A nova fase de ajuda alimentar deve ser entendida ainda como parte de outro momento político-social. O socorro do governo norte-americano e da filantropia aos países de suas áreas de influência rendeu significativas alterações, com expressiva repercussão no Brasil. Convênios com centro de visitação domiciliar e agronomia surgiram ainda em 1946. Posteriormente, o incentivo para realização de inquéritos e formação de pessoal gerou outros acordos binacionais firmados através do *Agricultural Trade Development Assistance Act*,

---

[234] Barbosa, J. J. "Alimentação dos soldados da borracha". In: *Boletim do MTIC*. n. 141. mai 1946, ano XII. p. 131-44. BMTrab/RJ.

[235] Miranda, Gabriela Alves. *Doutores da Batalha da Borracha*: os médicos do Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (SEMTA) e o recrutamento de trabalhadores para os seringais em tempo de guerra (1942-1943). Rio de Janeiro: Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) Casa de Oswaldo Cruz/Fundação Oswaldo Cruz, 2013. pp. 161-2.

[236] Cf. Decreto-lei n. 7.328. 17 fev. 1945. "Cria no Conselho Federal de Comércio Exterior, a Comissão Nacional de Alimentação e dá outras providências".

editado em 1954, quando o governo estadunidense começou um programa de assistência alimentar com países da América Latina especialmente na área de merenda escolar[237].

A despeito do próprio desenvolvimento do mercado interno de alimentos nos EUA, essa ajuda aos outros países corroborou com o novo papel destinado à nutrição. As soluções que a nova ciência deveria apresentar nos seus estudos financiados por organismos internacionais visavam explicar o fenômeno das deficiências alimentares que passava a ser encarado como fenômeno inerente ou "natural" às sociedades humanas[238]. Entre conflitos e breves períodos de estabilidade, a recente influência da Segunda Guerra Mundial para as ideias e políticas sobre alimentação criou problemas de variados aspectos. Inicial e mais diretamente, a necessidade de suprir os padrões alimentares de soldados no *front* indicava a importância de conhecer e difundir novas técnicas de conservação e preparo de alimentos, condizentes com o esforço físico das atividades de guerra. O consumo dos alimentos pela população civil e questões relacionadas ao abastecimento interno, incremento da produção agrícola e instabilidade do comércio exterior também foram responsáveis pela mobilização e fortalecimento da própria comunidade de nutrólogos e nutricionistas, capitaneando recursos e assegurando a entrada da alimentação na agenda política das áreas de educação, defesa, bem-estar e agricultura de maneira definitiva.

3.3) Uma visita à Praça da Bandeira: por dentro do SAPS

Ao longo dos anos 1930 e 1940 foram regulamentados no Brasil uma série de direitos trabalhistas. Jornada de trabalho, descanso semanal, férias, foi definida a estabilidade no emprego após 10 anos de trabalho, aposentadoria por idade, auxílio invalidez, pensões aos dependentes (viúvas e órfãos), seguros de acidentes de trabalho, regulamentação do trabalho da mulher e do menor, das atividades noturnas, direito de greve e a criação dos sindicatos datam todos da Era Vargas. Essas medidas, junto com a instituição do salário mínimo, a

[237] Edkins, Jenny. *Whose Hunger*? Concepts of Famine, Practices of Aid. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2008; Silva, Claiton Marcio da. *Agricultura e Cooperação Internacional:* a atuação da American International Association for Economic and Social Development (AIA) e os programas de modernização no Brasil (1946-1961). Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2009.

[238] Ibidem. p. 69.

criação dos Institutos da Previdência Social e da Justiça do Trabalho significaram uma ampliação dos benefícios aos trabalhadores formais. No bojo dessas mudanças, enquadra-se a criação do SAPS; inaugurado na gestão do ministro do Marcondes Filho na pasta do Trabalho Indústria e Comércio, justificado como resposta ao problema alimentar trazido com o advento da indústria no Brasil e a concentração das massas nas grandes cidades[239].

Legenda: Alexandre Marcondes Filho, Getúlio Vargas e Edison Cavalcanti. Rio de Janeiro, RJ. CPDOC/FGV.

Inicialmente instalado apenas na Praça da Bandeira, em um prédio vizinho ao corpo dos bombeiros, o SAPS Central impunha já em sua fachada alegorias simbolizando a indústria, o comércio e a refeição, ícones do refeitório operário em funcionamento. Destinado para substituir os almoços improvisados e o "uso pernicioso das marmitas", o primeiro restaurante do SAPS utilizou-se das instalações do extinto Serviço Central de Alimentação do IAPI. O primeiro Conselho consultivo do Serviço Central de Alimentação do IAPI era composto pelos seguintes membros: Drs. Alexandre Boavista Moscoso (Presidente), Prof. Hélion de Menezes

[239] SAPS. "O SAPS". In: *Boletim do MTIC.* n. 131. jul 1945. Ano XI. p. 253. BMTrab/RJ. Sobre a nomeação de Marcondes Filho e sua realçaõ com o aumento do operariado urbano ver: Mayer, Jorge Miguel. "Marcondes Filho". In: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil/Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV). Dicionário da Elite Política Republicana (1889-1930). Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/MARCONDES%20FILHO.pdf. Último acesso em 23 de setembro de 2014.

Póvoa, Antônio Pinheiro de Ulhôa Cintra e Francisco José de Oliveira Viana, tendo o último sido substituído 2 meses depois pelo Dr. Édison Pitombo Cavalcanti[240].

Legenda: Linha de bonde da Praça da Bandeira. Bonde 33.
Acervo Museu Virtual do Transporte Urbano.

Inaugurado em 9 novembro de 1940, surgia um serviço que mais que prover refeições para trabalhadores tinha como meta baratear e diversificar os gêneros que compunham a alimentação nacional. A inauguração aconteceu com toda a pompa e honrarias, contando com a presença de Vargas, ministros de estado e interventores. O Restaurante Central da Praça da Bandeira abria-se ao público propondo um modelo de restaurantes populares, distribuição de refeições a empresas e realização de ensaios e estudos sobre as propriedades dos alimentos que deveria ser posteriormente replicado por Delegacias Regionais.

Além da contribuição dos IAPS e CAPS, que era proporcional ao seu número de segurados ou associados, ao preço dos gêneros alimentícios era acrescida um taxa de 10%, que foi chamada de taxa de administração. Esse lucro, aplicado ao preço das refeições nos restaurantes, somava-se ao aluguel das dependências de suas sedes que não estivessem em

[240] Cf. Portaria Scm 163. 25 out 1939.

utilização, à renda do funcionamento dos cursos técnicos e profissionais e outras entradas eventuais para comporem a fonte de receitas[241]. Em matéria publicada na revista *O Observador* em 1941, o restaurante fora apresentado como "vasto e complexo" realizando estudos das substâncias dos alimentos, experiências sobre o metabolismo do trabalhador, definindo os padrões da boa nutrição dos operários, racionalizando o custo da alimentação no país e fornecendo subsídios para criação de refeitórios populares[242]. No regulamento do SAPS constavam as suas finalidades assim dispostas:

1. Divulgar, nos meios trabalhistas, as vantagens da alimentação racional e, nos meios patronais, a utilidade de garantir ao trabalhador alimentação adequada e conveniente;

2. Fazer a propaganda dos órgãos do SAPS encarregados do fornecimento de refeições aos trabalhadores;

3. Formar, na coletividade, uma consciência familiarizada com os aspectos e problemas na alimentação;

4. Promover a instalação e funcionamento de restaurantes destinados aos trabalhadores;

5. Fornecer gêneros alimentícios selecionados e em condições vantajosas às empresas que mantenham distribuição de refeições aos seus empregados;

6. Promover a transformação, em restaurantes, dos refeitórios estabelecidos pelo decreto-lei n. 2.238, de 2 de maio de 1939;

7. Atender à execução dos dispositivos que, no decreto-lei n. 1.238, de 2 de maio de 1939, se referem à alimentação, e fiscalizar o respectivo cumprimento;

8. Estabelecer, na medida do conveniente, regras de padronização qualitativa e quantitativa nas refeições servidas nos restaurantes de que trata este regulamento;

9. Organizar cursos práticos de alimentação, arte culinária e economia doméstica, com a finalidade exclusiva de educar e proporcionar, ao trabalhador e sua família,

[241] SAPS. "O SAPS" p. 260.

[242] "Alimentação para os Operários" In: *O Observador*. n.64. 1941. p.33-40. Fundo Valdemar Falcão. CPDOC/FGV.

meios e elementos de obter alimentação adequada e em condições econômicas e vantajosas[243].

Observa-se já na sua fundação que o SAPS constituiu-se como órgão de múltiplas ações na área alimentar. Além de praticar assistência, tinha função reguladora das novas obrigações que empregadores passaram a ter a partir de 1940. Entre uma das primeiras atribuições consta a facilitação para empresas instalarem seus refeitórios. Além disso, durante a festa trabalhista do 1º de maio no Campo do Vasco da Gama em 1939, as empresas com mais de 500 funcionários passaram a estar obrigadas por lei a prover almoço e instalar refeitórios para seus trabalhadores[244].

Legenda: Cozinha do SAPS. Acervo CPDOC/FGV

As modernas instalações de cozinha industrial serviam de propaganda às soluções para o problema da alimentação do operário. Segundo o Plinio de Catanhede Almeida, presidente do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários (IAPI), os restaurantes eram também uma demanda de empregadores que, ao se preocuparem com a alimentação dos trabalhadores, mantinham a sua capacidade de trabalho e aumentavam a produção;

[243] Cf. Decreto n. 6.753. 27 jan 1941. "Expede o Regulamento do Serviço de Alimentação da Previdência Social".

[244] Cf. Decreto-lei n. 1238. 1 mai 1939. Ver também Portaria n. 272. 17 de abr 1940.

evidenciando o pacto com o empresariado com a ação social em curso[245]. O IAPI teve grande importância na criação do SAPS, a diretoria do SAPS foi composta por um rearranjo a partir do Conselho Diretor do Serviço Central de Alimentação do IAPI: presidente do Conselho Diretor Dr. Alexandre Boavista Moscoso, diretores das divisões de Administração (engenheiro José Marinho de Andrade) e de Alimentação (Dr. Antonio Ulhôa Cintra) e encarregados das Seções de Estatística, Educação e Propaganda (Dr. Helion de Menezes Póvoa), de Contabilidade e Tesouraria (Dr. Edilson Pitombo Cavalcanti) e de Administração e Inspeção de restaurantes (Dr. Paulo Seabra)[246].

Apesar do caráter técnico e político da alimentação nacional, sua principal atividade em seus primeiros anos de atuação permaneceu sendo o fornecimento de refeições em seus restaurantes. A quantidade de almoços e as filas formadas na Praça da Bandeira indicavam que o SAPS traduzia-se como uma real demanda proletária. A revista governista *O Observador* notou que entre dez da manhã e meio-dia e meia chegava o público "dos bondes, ônibus, trens elétricos, são as centenas os trabalhadores de todas as classes, profissões e lugares"[247]. Após a compra dos vales para as refeições ao custo de 1$400, era-lhes servido o cardápio do dia em bandejas de alumínio em um espaço com capacidade para 900 pessoas[248].

---

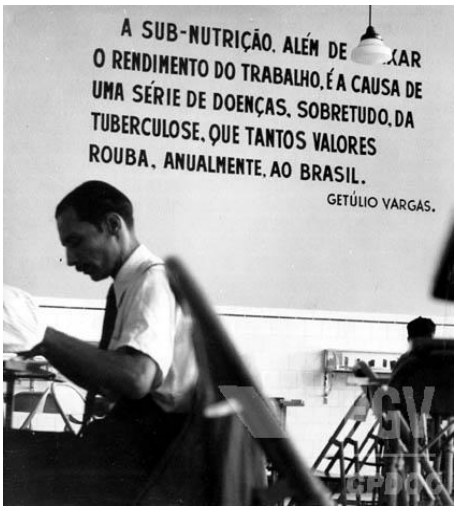
[245] Almeida, Plinio Reis de Catanhede. "Restaurantes para operários". In: *Boletim do MTIC.* n. 98. out 1942. ano IX. BMTrab/RJ

[246] Cf. Portaria Ministerial N. Scm-607-A. 19 fev 1941. "Arbitra gratificações mensais ao pessoal do SAPS no período de sua instalação".

[247] "Alimentação para os Operários" In: *O Observador.* n.64. 1941. p.33-40. Fundo Valdemar Falcão. CPDOC/FGV. p. 36.

[248] Idem.

Legenda: Serviço de Alimentação da Previdência Social. "Flagrante do restaurante central do SAPS na Praça da Bandeira em hora de refeição". In: Boletim do MTIC. N.118. jun. 1944. Acervo BMTrab/RJ.



Legenda: Usuário no restaurante central do SAPS. CPDOC/FGV.

O aparente sucesso inicial trazia usuários de todo Distrito Federal, sendo frequentes a demanda de prefeituras e interventorias pela criação de parceria com o SAPS para levarem às suas cidades as modernas instalações higiências até então desconhecidas no país. Em 1941 o conselheiro Paulo Seabra foi ao município de Campos no norte fluminense e lá avaliou as mudanças feitas pelo SAPS em uma fábrica de tecidos. Para ele, o novo refeitório de banco e mesa de madeira era apropriado para os 200 operários que passariam a receber almoços "tipo

SAPS" e consequentemente, melhorariam seu padrão alimentar, pois, segundo ele, "comer já não será atochar-se de uma coisa sem nome. Confrontar a mixórdia na lata"[249].

Legenda: Usuários do SAPS secam as mãos. Acervo CPDOC/FGV.

Legenda: Funcionárias do SAPS em atividade na cozinha. Acervo CPDOC/FGV.

A partir da análise do material fotográfico encomendado para fazer a propaganda dos novos tempos do SAPS nota-se que sua clientela era majoritariamente masculina, mais de 90% das refeições diárias eram servidas a homens. O culto personalista de Vargas em suas constantes visitas ao restaurante ou à frase estampada nas paredes do refeitório a ele atribuída

[249] Seabra, Paulo. "As condições alimentares do trabalhador em Campos". In: *Boletim do MTIC.* n. 81. mai. 1941 ano VII. BMTrab/RJ.

brindavam ao banquete da modernidade. Da mesma forma, a técnica, a higiene e a disciplina eram sempre frisadas. No restaurante central os trabalhadores eram servidos de arroz, feijão, carne, legumes e verduras, um copo de leite, uma fruta, pão, manteiga e café. Dotado de moderna cozinha com equipamentos importados, o SAPS também fabricava o pão servido, fato que o diferenciava dos "botequins", "bares automáticos" e "casas de pastos", termos pejorativos para designar estabelecimentos que serviam refeições sem o requinte dos restaurantes[250]. Na capital, os limites do restaurante Central foram gradativamente completados pelos caminhões do SAPS em feiras livres e posteriormente com a criação das Delegacias regionais, da Comissão de Estudos Técnicos e da Seção de Subsistência[251].

[250] Cf. "Alimentação para os Operários" op. cit. p. 40.

[251] Cf. Decreto-Lei n. 4.859. 21 out 1942. "Cria uma Secção de Subsistência no Serviço de Alimentação de Previdência Social e dá outras providências".

Tabela: Movimento de refeições preparadas nos Restaurantes Populares do SAPS em seus primeiros anos (1940 - 1945)[252]

Ano	No Restaurante	Em unidade móvel (caminhões térmicos)	Total
1940	55.982	-	55.982
1941	717.796	1.125	718.921
1942	931.892	249.342	1.181.234
1943	1.653.180	500.875	2.154.055
1944	2.660.711	728.727	3.389.438
1945	2.470.505	843.216	3.313.721

Os altos e crescentes números de refeições a cada ano eram servidos na rede que à época foi instalada no Rio de Janeiro, Niterói, Juiz de Fora, Santos, São Paulo e Fortaleza. Surgiram também os chamados "restaurante gregários", aqueles que eram mantidos ou instalados pelo SAPS mediante acordo com outras instituições, tais como: Imprensa Nacional, União Nacional dos Estudantes, na fábrica de cerâmica Klabin e Irmãos (Inhaúma), Sindicato dos Estivadores, Restaurante do MTIC, Polícia, Ministério da Educação e Saúde, Leblon

[252] Informações da Seção Técnica de Propaganda, Estatística e Assistência (SPEA) do SAPS. Cf. Costa, Dante. op. cit. p. 54. Para o ano de 1946 as informações são relativas somente ao primeiro semestre.

Medicina, Universidade Rural, IAPETC, Escola Técnica do Exército, Câmara Federal[253]. Por fim, havia ainda os "restaurantes fiscalizados[254]".

Esses modelos e acordos firmavam parcerias pouco claras que permitiram que o SAPS se instalasse também em prédios cedidos por prefeituras, como o caso do restaurante-escola em funcionamento em uma sala do Teatro Municipal do Rio de Janeiro[255]. Posteriormente, no ano de 1955, o Serviço transferiu da Praça da Bandeira para o Largo São Francisco, no centro do Rio de Janeiro, algumas de suas divisões. Para o novo endereço foram mandados os setores de administração, financeiro, a fiscalização, a procuradoria e os gabinetes dos diretores geral e executivo[256].

Além da rede, no Rio de Janeiro o SAPS entregava refeições no local de trabalho, atendendo a empresas comerciais e industriais. Através de 2 caminhões técnicos doados pelo Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil, empresas públicas e privadas e grandes obras recebiam refeições previamente preparadas no restaurante central, sendo as maiores quantidades de almoço servidas ao Instituto de Resseguros do Brasil (IRB), à Fábrica Nacional de Motores e ao canteiro de obras da ampliação do Túnel Coelho Cintra, em Copacabana. Nessa modalidade o SAPS conseguiu ampliar sensivelmente sua ação na capital federal, fazendo seus almoços chegarem a um grande número de servidores públicos, militares, industriários, comerciantes e profissionais liberais.[257].

---

[253] Serviço de Alimentação da Previdência Social. *Boletim Estatístico do SAPS.* Rio de Janeiro. Ano 1. Maio, 1948. n. ; Serviço de Alimentação da Previdência Social. *Boletim Estatístico do SAPS.* Rio de Janeiro. Ano 2. Maio, 1949. n. 9 e 10.

[254] Decreto-Lei n. 3.709. 14 out 1941. "Reorganiza o Serviço de Alimentação da Previdência Social e dá outras providências".

[255] Em 1944 foi instalado no Teatro Municipal um Restaurante Escola. Cf. Associação dos Artistas Brasileiros pleiteia a concessão de um terreno no centro da cidade, onde possa construir a sua sede, ou a cessão do cômodo onde hoje funciona o restaurante do SAPS, para nele se instalar. Fundo Gabinete Civil da Presidência da República. ANRJ. Ano 1944. Proc. 35277.

[256] Comunicação de Mudança de diversas dependências. Serviço de Comunicação do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. ANRJ. Ano 1955. Of. 2.992 SAPS.

[257] Além desse os caminhões também fizeram entregas nas seguintes localidades: Paul J. Cristoph, City Improvements, Fábrica Peixe, Serviços Hollerith, Laboratório Raul Leite, Escola Nacional de Veterinária, Intendência do Exército, Museu Nacional, Aeroclube do Brasil, Imprensa Nacional, Museu Histórico, Escola Técnica Nacional, Cia. Shering, Serviço de Águas e Esgostos, White Dental, IAPB, Cia. Internacional Seguros, Tinta Sardinha, Febre Amarela, Cia. Condoroil, Galocha Moderna, Cinephon, Cia. Hasenclever, Marnito Cia., Argesnáo Dutra, Souza Aguiar, Faculdade Ciências Médicas, Fábrica Bonsucesso, Serviço Técnico Roncofix,

Nas dependências dos restaurantes havia um espaço com jornais, revistas, livros e discos para empréstimo e leitura local. O acervo das bibliotecas carioca e cearense eram os maiores da rede, com livros classificados nas categorias obras gerais, filosofia, teologia, filologia, sociologia, ciência pura, ciência aplicada, Belas Artes, literatura, história e geografia. No restaurante da Praça da Bandeira os empréstimos mensais ultrapassavam 4000 usuários, o que representava um volume maior que os referentes às bibliotecas Municipal do Rio de Janeiro, do Ministério da Fazenda e do Ministério da Educação, cada uma com menos de 50 empréstimos no mesmo período[258].

Na biblioteca do SAPS trabalhava a equipe de assistência social, que emitia carteira profissional, expedia registro civil, certificado militar e encaminhava os necessitados ao Albergue da Boa Vontade, aos hospitais, creches ou juizado de menores[259]. Operando das dez da manhã às dezoito horas, a biblioteca funcionava ao lado da Sala de Música próximo aos setores de encaminhamento a empregos, ao cinema e às salas de aula dos cursos de nutrólogo e nutricionista. O Concerto Sinfônico do Trabalhador, ocorrido em 1º de maio de 1946, levou pessoal dos Sindicatos dos Músicos Profissionais ao restaurante central para execução de peças nacionais[260]. Uma padaria (o pão estava presente em todas as refeições do SAPS) complementava o espaço.

Nas mesas do refeitório e da biblioteca estavam também as publicações do Serviço. Destaca-se especialmente o Boletim do SAPS, um pequeno tablóide ilustrado, de frequência quinzenal que visava atualizar informes sobre o funcionamento dos restaurantes além de realizar propaganda política. Seguindo o princípio de ser um material educativo, o boletim foi lançado em novembro de 1944, o pequeno jornal realizava concursos entre os frequentadores, publicava piadas, poesias, histórias em quadrinhos e notícias diversas. Frequentes eram as

---

Panair, Cia. Bloch, Cia. Brandão Magalhães, Cia. Manutenção, Vila Militar, Moinho da Luz, Cia. Escola de Intendência, 1ª DIE, Assistência Policial, Departamento da Aeronaútica, Cia. Intendência, Departamento Nacional da Criança, Polícia Militar, Departamento Naval, Cafeteria Brasileira, Obras da 1ª RAAA, Lauro Carvalho, Produtos Krinos, Jornal do Brasil, Serviço Histórico Geográfico do Exército, Casa do Café, Cia. Siderúrgica Nacional, Educandário Ruy Barbosa, Imprensa Nacional Atlético Clube, Fábrica Marvin e Sanson & Vasconcelos. p. 277

[258] Serviço de Alimentação da Previdência Social. *Boletim Estatístico do SAPS.* Rio de Janeiro. Ano 1. Nov. 1948. n. 5. p. 17. BNRJ; Serviço de Alimentação da Previdência Social. *Boletim Estatístico do SAPS.* Rio de Janeiro. Ano 1. Maio, 1948. n. 2. p. 34. BNRJ.

[259] SAPS. "O sentido social do SAPS". op. cit. p. 173.

[260] SAPS. "O SAPS – parte 3". op. cit. p. 173.

mensagens por ocasião de alguma efeméride, carnaval, páscoa, dia do trabalhador, aniversário da Independência. Natal e Ano Novo eram sempre lembrados, por vezes com distribuição de canecas, brindes e livros para filhos dos trabalhadores[261].

No Boletim do SAPS foram divulgados festivais de música, concursos, torneios esportivos, bailes de carnaval e outros eventos organizados. O veículo publicava ainda cartas na seção "Dos trabalhadores à direção do SAPS", e dava dicas de higiene alimentar na tirinha ilustrada "O que não se deve fazer". Nas mensagens dos trabalhadores aos diretores, predominava o tom elogioso da "brilhante tarefa" em curso e da excelência da direção. Em determinadas ocasiões os trabalhadores queixaram-se sobre a disposição dos móveis, problemas nas filas ou denúncia de assédio de homens às poucas mulheres nas filas[262]. Em um dos concursos, um poema que recebeu menção honrosa da comissão julgadora, tratava-se justamente do olhar de um caipira sobre a modernidade e a eficiência dos serviços montados pelo SAPS na "Capitá Federá":

> Cumí bife cum salada
> Bebi leite cum angú.
> Cumí arrôs e feijão
> Mantêga, pão e sagú...
> Enquanto os arto-falante
> Tocava um maracatú[263].

A construção simbólica da nação, do projeto modernizador, seguia nas mesas e espaços de sociabilidade dos restaurantes do SAPS. O Boletim do SAPS funcionava como meio de troca, um instrumento de mediação entre o trabalhador e a instituição, publicando inclusive materiais diversos de autoria dos usuários. Destinada a um perfil de leitores intelectuais e especializados outra importante publicação promovida pelo Serviço era a *Revista de Nutrição*. Periódico de cunho acadêmico publicava artigos internacionais sobre nutrição, textos dos professores e de alguns egressos das Escolas de Fortaleza e do Rio de Janeiro. Editada por Dante Costa, Maria Luiza de Oliva Costa e Mozart de Cunto, o veículo

---

[261] "Independência ou Morte". In: *Boletim do SAPS.* Ano 3. set 1949. n. 39. BNRJ

[262] *Boletim do SAPS.* Ano 2. nov. 1948. n. 23. p. 3; *Boletim do SAPS*. Ano 3. maio. 1949. n. 33. p. 3

[263] Cabral, Claudio da Motta. "O SAPS – Uma Carta do Caipira". In: *Boletim do SAPS.* Ano 3. n. 35 jul. 1949. p. 4. BNRJ. Ver texto completo em Anexo II.

foi, ao lado da coleção Biblioteca Brasileira de Nutrição, importante canal de divulgação dos conhecimentos produzidos por químicos, bioteristas, e nutrólogos do SAPS[264].

Os periódicos também divulgavam oportunidades de trabalho, que por vezes parecem ter funcionado como uma espécie de agência de empregos. Um dos casos foi o da sra. Margarida Galletti que comparecera ao Palácio do Catete para pedir à presidência da República uma colocação no SAPS, reforçando ao pedido o fato de cuidar de quatro netos órfãos. Margarida, com 45 anos, teve seu pedido negado, assim como tantos outros casos de pessoas que alegaram simpatia pelo restaurante e vontade de trabalhar como copeira, garçom, cozinheira ou tarefeira[265].

3.4) Transformando uma cultura política

Apesar da formação exigida para compor o corpo de técnicos do SAPS, tal realidade não pôde ser mantida em nível nacional, sendo por vezes o recrutamento de pessoal feito por indicação, compadrio ou como ato de amparo a desempregados. No ano de 1944 a sra. Andina Nogueira escreveu ao presidente Vargas pedindo emprego no SAPS como forma de ajudar "uma mãe que pede um emprego como forma de ajudar a criar seus filhos"[266]. A colocação no SAPS foi escrita diretamente ao presidente alegando que no restaurante da Praça da Bandeira "a senhora de lá nem meu nome quis tomar"[267].

As cartas da população para o presidente foram incentivadas à época como parte de uma nova comunicação entre o Estado e a sociedade; como uma imediação diferenciada, parte da consolidação da liderança de Vargas. Essas correspondências enviadas diretamente ao presidente da República compõe uma característica peculiar de uma cultura política, especialmente no período do entre 1937 e 1945, fenômeno que José Franco Reis interpretou

---

[264] Revista de Nutrição. Ano II. Rio de Janeiro, Mai. 1955. n. 2.

[265] Margarida Galieti solicita colocação no SAPS. Fundo Gabinete Civil da Presidência da República. ANRJ. Ano 1945. Proc. 14755.

[266] Andina Nogueira solicita colação no SAPS. Fundo Gabinete Civil da Presidência da República. ANRJ. Ano 1944. Proc. 7495.

[267] Idem.

como um ritual de afirmação do regime. Na medida em que a estratégia pensada é de controle político por parte de Vargas, a população, por sua vez, atribui um sentido próprio a essa canal de comunicação sem ter uma postura passiva ou resignada[268].

Um desses pedidos de emprego no SAPS que foi atendido é do sr. Lauro Bastos de Faria Freire, que obteve uma vaga no Serviço como calculista por ter 11 filhos e carecer de renda para sustento dos mesmos[269]. O SAPS por vezes aproveitou funcionários que já trabalhavam nas dependências ou nas imediações de seus restaurantes, assim foi com a instalação do refeitório no Palácio do Trabalho que desempregou trabalhadores de uma antiga cantina que funcionava no Ministério. O SAPS, então, readmitiu o pessoal dispensado em sua cozinha[270].

Cabe ressaltar que a expansão da rede de serviços do SAPS, inicialmente facilitada pela carestia da guerra, não representou uma mera expansão do direito aos trabalhadores. A Presidência da República e o próprio SAPS recebiam pedidos de estudos de viabilidade e clamores para implantação de medidas que barateassem o altíssimo custo das refeições nas grandes cidades, mesmo sem a ligação direta com o mundo do trabalhismo. Assim, prefeituras, sindicatos e a população das mais variadas maneiras demandaram pela criação dos postos de subsistência e dos restaurantes populares[271].

Dado o caráter oficial da maioria das fontes e relatórios, poucos são os ruídos, problemas e denúncias que conseguimos localizar na história do SAPS. Podemos assinalar alguns problemas provenientes de ex-funcionários do Serviço queixando-se em correspondência ao presidente da República e outras críticas quanto ao caráter restrito de sua atuação ao espaço urbano. Além de acusações do pragmatismo de "caráter econômico

---

[268] Reis, José R. Franco. *"Não existem mais intermediários entre o governo e o povo"*: correspondências a Getúlio Vargas – o mito e a versão (1937-1945). Tese (Doutorado em História), Unicamp, Campinas, 2002.

[269] No pedido de emprego constam fotografia em família e cópia da certidão de nascimento dos filhos. Cf. .Lauro Bastos de Faria Freire. Solicita colocação no SAPS. Fundo Gabinete Civil da Presidência da República. ANRJ. Ano 1944. Proc. 8641.

[270] Crispim José de Freitas solicita colocação no SAPS. Fundo Gabinete Civil da Presidência da República. ANRJ. Ano 1944. Proc. 38796.

[271] Telegrama de sindicatos paulistas ao sr. Presidente da República. Fundo Gabinete Civil da Presidência da República. ANRJ. Ano 1944. Proc. 41.245.

financeiro", sob especulações de fechamento de seções técnica-educativa[272]. Outras críticas diziam respeito à contrapartida das autarquias envolvidas. Em um bilhete ao Gabinete Civil da Presidência da República uma das partes queixava-se que a prefeitura do Distrito Federal não havia cumprido os acordos sobre liberação de frigoríficos, fiscalização de feiras entre outras atribuições que cabiam ao governo municipal[273].

Em 1945, Francisco Pereira da Cunha, que havia sido demitido da função de garçom acusou o *maitre* e outros superiores de praticarem "as maiores irregularidades"[274]. Não é possível dimensionar referências a paralisações, greves ou descontentamentos coletivos, uma vez que os processos eram submetidos à presidência da República e geralmente analisavam casos individuais. Em junho de 1945, já na Era pós-Vargas, o prestador de serviço Aristides Gomes reclamou que ele e alguns colegas não teriam recebido o aumento de vencimentos concedido pelo governo aos funcionários das delegacias regionais, tendo a diretoria do SAPS respondido que o reajuste não foi extensivo ao pessoal dos restaurantes e dos postos de subsistência[275]. Casos como esses são fragmentos dos problemas enfrentados no cotidiano de um serviço em expansão, demandando grande mão de obra e habilidade política no equilíbrio de interesses pelos seus serviços.

A irregularidade da dotação orçamentária por vezes afetou os cardápios e continuidade dos serviços prestados. Por vezes o "Fundo Comum da Previdência Social" no Banco do Brasil foi a única verba de custeio das atividades[276]. Ao assumir a diretoria do SAPS em dezembro de 1945, em meio ao clima de mudança de governo, o médico Miguel Martins classificou a gestão anterior como desorganizada, insegura e injusta. Na opinião de Martins, a

---

[272] Carta de Alexandre Boavista Moscoso a Ernani do Amaral Peixoto sobre a reforma do Serviço de Alimentação da Previdência Social. Rio de Janeiro, 1941. Arquivo Ernâni do Amaral Peixoto. CPDOC/FGV. EAP int 1941.09.20

[273] Bilhete sobre as falhas na cooperação entre a Prefeitura [do Distrito Federal] e o SAPS [Serviço de Alimentação da Previdência Social]. Fundo Gabinete Civil da Presidência da República. ANRJ

[274] Francisco Pereira da Cunha reclama contra o desconto de sua falta ao serviço do Restaurante Escola em 23/5/45. Gabinete Civil da Presidência da República. ANRJ. Ano 1945. Proc. 19519.

[275] Aristides Gomes referente a aumento de vencimento. Fundo Gabinete Civil da Presidência da República. ANRJ. Ano 1945. Proc. 17.282.

[276] Bilhete sobre: o projeto do [deputado federal Armando] Falcão de comemorar na Câmara [dos Deputados] o 29 de outubro [29/10/1945 - Deposição do presidente Getúlio Vargas e fim do Estado Novo]; o andamento da prestação de contas na Câmara [dos Deputados]; a falta de recursos do SAPS [Serviço de Alimentação da Previdência Social]. Fundo Gabinete Civil da Presidência da República. ANRJ

criação de sala de leitura, biblioteca popular, salão de música, ensino de corte e costura, seção de empregos e sessões de cinema, fizeram com que o SAPS desvirtuasse suas atribuições na área de assistência alimentar, sendo àquele tempo "nem uma nem outra coisa"[277]. Na opinião do novo diretor, o espaço do restaurante central era muito mais "para impressionar visitantes ilustres" que para promover melhoria da alimentação do trabalhador.

Em 1948 havia delegacias regionais no Rio Grande do Sul, São Paulo, Pernambuco, Pará, Petrópolis, Rio de Janeiro, Natal, Juiz de Fora, Distrito Federal, Espírito Santo e Minas Gerais[278]. Além disso, planejou-se construir estruturas para o Setor de Engenharia e Seção de Material, armazéns no Rio de Janeiro e Frigoríficos no Rio Grande do Sul[279].Mais tarde, em 1953, durante o governo de Eurico Gaspar Dutra, devido à verba proveniente do seu plano econômico, nomeado SALTE (Saúde, Alimentação, Transporte e Energia), foram firmados acordos para construção de 15 restaurantes pelo país e 100 postos de subsistência. Nos postos, a população encontrava alimentos considerados fundamentais a preço baixo. As delegacias e agências costumavam ter seus estoques abastecidos por: açúcar, arroz, óleo, batata, café, carne seca, farinha de mandioca, feijão, banha, macarrão, fubá, maisena, cebola, manteiga, extrato de tomate e lombo, subsidiados pelo MTIC.

Cinquenta e sete dias após o início da gestão de Miguel Martins no governo Dutra, o Boletim do SAPS classificou como uma "revolução" as medidas empreendidas pelo novo diretor. Numa diretoria que se pretendia ser mais popular, houve significativa mudança nos cardápios sendo a mais expressiva, a reintrodução da manteiga, que por mais de dois anos havia sido cortada das refeições. A volta foi bem recebida por usuários que expressaram comentários como "pão seco tem gosto de saco"; afinal de contas "as vacas engordaram"[280].

---

[277] "Novos rumos às atividades do SAPS". In: *Boletim mensal do Serviço de Alimentação da Previdência Social*. Rio de Janeiro. Ano 2. n. 14. p. 16. BNRJ.

[278] Serviço de Alimentação da Previdência Social. *Boletim Estatístico do SAPS.* Rio de Janeiro. Ano 1. jul, 1948. n. 3. p. 13-6.

[279] Cavalcanti, Edison. *Novos rumos do SAPS* (Discurso pronunciado na inauguração das novas instalaçõrs do Restaurante do Ministério do Trabalho, do dia 12-5-53). Fundo Gustavo Capanema. CPDOC/FGV.

[280] "57 dias de revolução no SAPS". In: *Boletim mensal do Serviço de Alimentação da Previdência Social*. Rio de Janeiro. Ano 3. n. 16. p. 15. BNRJ.

A manteiga − um símbolo de distinção social, aliás, era um produto de alto valor à época, sendo boa parte importada para o consumo interno[281].

Problemas na compra e no fornecimento de alimentos são sinais de que as crises e rupturas foram algo aparente nas diferentes gestões de diretores do SAPS. Frequentes também foram as denúncias de compras superfaturadas para o estoque dos postos de subsistência[282]. Alguns casos vieram à tona acusando o SAPS de compra irregular de frigoríficos e granjas para comporem a rede de abastecimento sapsiana[283].

3.5) O SAPS como política de Assistência Social

O SAPS não praticou somente a assistência alimentar aos segurados do nascente sistema previdenciário dos anos 1940. Um perfil assistencial mais universal foi garantido em determinados momentos, especialmente durante o Estado Novo. O crescimento da rede de postos de subsistência, locais que vendiam alimentos a preço de custo para todas as pessoas e mesmo a ação das visitadoras alimentares representavam um outro lado da política alimentar nacional que vinha sendo implementada pelo SAPS. Não obstante, os cursos para as esposas e filhas dos usuários também foram uma frente importante, além dos convênios com outros organismos governamentais e, como vimos, projetos de cooperação internacional foram firmados desde seus primeiros anos.

---

[281] Bilhete sobre os procedimentos para o SAPS [Serviço de Alimentação da Previdência Social] obter isenção de impostos na importação de manteiga. Fundo Gabinete Civil da Presidência da República. ANRJ ; ; Bilhete sobre: as deficiências no serviço de fornecimento de carne; o SAPS [Serviço de Alimentação da Previdência Social]. Fundo Gabinete Civil da Presidência da República. ANRJ. Quanto ao fornecimento de carne, a queixa tratava da irregularidades das remessas e a escassez de cortes nobres.

[282] Bilhete sobre irregularidades no SAPS [Serviço de Alimentação da Previdência Social]. Fundo Gabinete Civil da Presidência da República. ANRJ.

[283] Bilhete sobre: o expediente da COFAP [Comissão Federal de Abastecimento e Preços] relativo à compra de um frigorífico; indagação relativa ao nome de uma pessoa relacionada ao Ministério da Agricultura; notícia do jornal "Correio da Manhã" relativa a uma compra que o SAPS [Serviço de Alimentação da Previdência Social] pretende fazer de uma granja do ministro da Agricultura, [Apolônio Jorge de Farias Salles]; o caso da nomeação do Ministério da Fazenda na Paraíba impugnada pelo Ministério da Viação [e Obras Públicas]. Fundo Gabinete Civil da Presidência da República. ANRJ.

Articulando-se como parte da política de assistência social de Getúlio Vargas, o SAPS foi chamado a cooperar com a política vigente, além de firmar acordos com ministérios e secretarias para fornecer refeições e cursos. O Serviço de Assistência a Menores (SAM), órgão do governo que geria internatos e fiscalizava os chamados educandários onde houvesse menores "desvalidos e transviados" foi objeto de um dos convênios com o Serviço[284]. Visando que as crianças egressas de patronatos educacionais pudessem se recolocar socialmente, o SAM solicitou 20 cartões garantindo alimentação no Restaurante Central do SAPS. Em outros casos, esse tipo de convênio interessou ainda a funcionários públicos, como desejou a Polícia Especial do Distrito Federal que no ano de 1943 solicitou que seus servidores almoçassem nos refeitórios modelo, o que não foi possível, pois a União não podia custear o serviço devido ao Estatuto do Funcionário Público[285].

A escassez e o aumento do preço dos alimentos vividos no país fizeram dos postos de subsistência atividade "não menos importante do que os restaurantes"[286]. As atividades dos pontos de vendas foram classificadas como o "sentido social da obra do SAPS"[287]. Com a criação autorizada pelo Decreto-Lei n. 4.895 de 21 de outubro de 1942, o Posto Central foi inaugurado em 1º de dezembro de 1942 no edifício da Praça da Bandeira com a missão de contornar o transtorno causado pelos tempos de Guerra, buscando a aquisição de gêneros em sua fonte de produção, acrescidos 10% do valor do produto como "taxa de administração". O consumidor munido de seu cartão de frequência comprava nos postos produtos de 20 a 25% mais baratos que o tabelamento oficial do governo.

O preço baixo e a organização dos postos, dotados de complexas tabelas e mostruários na entrada e balanças para conferência dispostas ao longo do balcão de atendimento foram logo reconhecidos pela Coordenação de Mobilização Econômica. A agência inclusive solicitou ao SAPS outras unidades atingindo distintos pontos da capital, criando rapidamente uma rede em outros bairros do Rio de Janeiro. Nos 5 primeiros meses de 1943 foram então

---

[284] Decreto-lei n. 6.865. 11 nov. 1944. "Redefine a competência do Serviço de Assistência a Menores, cria e transforma funções gratificadas e dá outras providências".

[285] Do Diretor do Serviço de Alimentação da Previdência Social, sobre uma possível colaboração entre aquele Serviço e Policia Especial, para fornecimento de refeições aos componentes da referida Corporação, bem como sobre plano de colaboração sugerido pelo Serviço de Assistência aos Menores". Fundo Serviço de Comunicação do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. ANRJ. Ano 1943. Of. 433.

[286] SAPS. "O SAPS (continuação)." *Boletim do MTIC*. n. 132. ago 1945. Ano XI. p. 181. BMTrab/RJ.

[287] SAPS. "O sentido social da obra do SAPS". *Boletim do MTIC*. n. 138. fev. 1946. ano XII. BMTrab/RJ.

instaladas unidades na Gávea, em Copacabana, no Engenho Novo, em Marechal Hermes, em Santa Tereza, na Ilha do Governador, em Madureira, em Bangu, em Inhaúma, em Olaria e em Santa Cruz, neste último houve uma parceria com cooperativa de colonos agrícolas locais[288]. A demanda pela instalação de unidades fora da capital e em outros estados crescia, havendo casos inclusive onde moradores solicitavam à Presidência da República visitas de algum auxiliar do SAPS para avaliar a possibilidade de instalação do mesmo[289:]

> Foi um período realmente dramático. Improvisavam-se instalações construíram-se prateleiras e balcões durante a noite e inauguravam-se Postos onde na véspera nada existia, além de uma mesa desocupada ou dum barracão abandonado[290].

Do improviso à consolidação, a rede de postos seguiu aumentando, e em dezembro de 1944 já eram 11deles em Minas Gerais, 6 no Espírito Santo, 7 no estado do Rio de Janeiro (excetuando-se os 14 da capital) e 1 no Rio Grande do Sul; além dos armazéns distribuidores situados em Vitória, Porto Alegre, Belo Horizonte, Campos, Petrópolis e São Paulo[291]. A rede beneficiou-se do Decreto-lei n. 7249 de 16 de janeiro de 1945, que passou a permitir e incentivar que empresas com mais de 300 funcionários instalassem seus próprios postos de subsistência. O suprimento de alimentos em nível nacional passou a depender em grande parte da administração do SAPS de forma direta ou supervisionando empresas. A venda dos postos instalados nas fábricas e empresas − benefício exclusivo de portadores de carteira de trabalho − também não poderia ter fins lucrativos, tinha o objetivo de complementar o acesso dos trabalhadores a alimentos considerados essenciais (arroz, açúcar, azeite, banha, batata, café, carne seca, cebola, farinha, feijão, macarrão, manteiga, sabão e sal).

A venda de gêneros alimentícios nessa modalidade de armazéns seguia regra semelhante aos demais postos já existentes, podendo ser acrescidos no máximo 10% no preço de custo, para cobrir despesas de instalação e manutenção. A quantidade de comida que o

---

[288] SAPS. "O SAPS (continuação)." op. cit. p. 182.

[289] Jorge de Oliveira Solicita colocação no Posto de Subsistência de Campos. Fundo Gabinete Civil da Presidência da República. ANRJ. Ano 1944. Proc. 21959

[290] SAPS. "O SAPS (continuação)." op. cit. p. 182.

[291] SAPS. "O SAPS (continuação)." op. cit. p. 183.

trabalhador poderia comprar variava conforme o número de dependentes, não podendo exceder mensalmente 50% dos seus rendimentos, que eram descontados como um tipo de adiantamento. Os fornecimentos de alimentos aos trabalhadores feitos diretamente nas empresas eram fiscalizados e assessorados pelo SAPS, objetivando que a elevação dos preços dos alimentos pudesse ser controlada[292].

Os postos sempre figuraram no SAPS como atribuição da divisão de assistência social, sendo algumas unidades, como os postos de Niterói e de Petrópolis, instaladas em parceria com a LBA. Anos mais tarde, em 1953, o diretor Edilson Pitombo Cavalcanti escreveu ao Ministro do trabalho João Goulart sobre as atividades do SAPS na última gestão e enfatizou além do caráter educativo, a importância da assistência social prestada. A expansão dos serviços naquele ano havia sido em grande parte pela atuação dos postos e pela organização de 100.000 refeições servidas aos nordestinos atingidos pela seca[293].

Experiências para além da gestão de seus restaurantes e postos compuseram a assistência promovida diretamente pelo SAPS, a criação do Serviço de Desjejuns Escolares é outro exemplo dessa atuação. No ano de 1943, por exemplo, eram servidos 1000 desjejuns diários e gratuitos no Restaurante Central. A medida foi criada por esforços de Dante Costa que pretendeu utilizar o desjejum para "corrigir" certas deficiências alimentares comuns à população[294]. Costa vinha de uma passagem pelo Departamento Nacional da Criança e acumulava uma produção científica na área alimentar de lactantes e estudantes[295]. Para o pesquisador, a introdução do hábito de comer pela manhã em substituição ao café com pão ou da água com açúcar visava corrigir "um dos maus costumes alimentares do brasileiro"[296]. Os desjejuns do SAPS estavam destinados às crianças filhas de trabalhadores que eram examinadas diariamente, em busca dos sinais de deficiências nutritivas.

---

[292] Cf. Decreto-lei n. 7.249. 16 jan 1945. "Autoriza a manutenção, pelas empresas, de Postos de Abastecimento para seus empregados e respectivos dependentes".

[293] "Expressão e utilidade do SAPS". CPDOC/FGV. Fundo Gustavo Capanema pi SAPS 1953 00.00. Rolo 10 fot. 7099 a 714.

[294] Costa, Dante. *Merendas Escolares* (Vinte e cinco sugestões de merendas para crianças escolares brasileiras). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943. Fundo Gustavo Capanema. CPDOC/FGV.

[295] Costa, Dante. "Deficiências nutritivas de crianças de crianças em idade escolar". *Boletim do MTIC*. n. 135. nov 1945. Ano XII. BMTrab/RJ.

[296] Costa, Dante. "Alimentação e a raça". In: *Boletim do MTIC*. n. 118. jun 1944. Ano X . p. 226. BMTrab/RJ.

Com o SAM, a cooperação foi maior, como indicam contratos e faturas de pagamento acertando contas sobre fornecimento de refeições[297]. Apenas no mês de novembro de 1955 o delegado Regional do SAM contratou do SAPS mais de 3.000 refeições para menores e funcionários[298]. A parceria foi renovada em 1956, quando o SAM saldou uma dívida com o SAPS e acertou que outras 6.739 refeições seriam servidas no Restaurante Central, somados os almoços totalizavam um valor de Cr$ 101.097,00[299].

Entre as medidas assistenciais do SASP também prevaleceu o discurso de formar uma consciência dos benefícios de planejar uma alimentação saudável. Oficialmente, a máxima "é útil assistir, mas ainda é mais útil educar" relegava a assistência ao segundo plano, tornando-se insuficientes, se não complementadas por práticas educativas[300]. Essa concepção, no cotidiano parece ter tido o efeito esperado, sendo medidas de assistência alimentar tão importantes quando as frentes educativas.

3.6) Ação de cursos e escolas

Presentes já nos tempos do Serviço Central de Alimentação do IAPI, a Seção de Cursos do SAPS ocupava lugar de destaque entre as atividades do Serviço. Os cursos oferecidos a partir 1939 desempenhavam funções variadas qualificando médicos para atuarem no campo da nutrição, formando nutricionistas e visitadoras alimentares para trabalhos práticos e preparando cozinheiros, auxiliares e técnicos que viriam a atuar no próprio SAPS. Dessa forma, os cursos e escolas do SAPS foram responsáveis por formar a primeira geração

---

[297] Serviço de Alimentação da Previd. Social do Rio de Janeiro encaminha fatura n. 137 de CR$ 55.680.00 relativa ao fornecimento de refeições durante o mês de junho. OF/7 916 SAM; Remete faturas ref. Ao fornecimento de refeições pelo Serv. Alimentação da Previd. Social. Of/ 4676 SAM; SAPS remete fatura. Of. 5297/54 SAM. Fundo Serviço de Comunicação do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. ANRJ

[298] Fatura 284/54 e 285/54 de fornecimento ao SAM em nov.55. Of. 13848/56 – SAPS. Fundo Serviço de Comunicação do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. ANRJ

[299] Acusa saldo de 101.907,00 em favor do SAM para aproveitamento de 6739 refeições no restaurante Central. Of 1. Serv. Nac. Prev. Social. SAPS. MTIC. Fundo Serviço de Comunicação do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. ANRJ.

[300] Costa, Dante. "Deficiências nutritivas de crianças em idade escolar". *Boletim do MTIC.* n. 135. nov. 1945. Ano XII. p. 187. BMTrab/RJ.

de nutricionistas do Brasil, preparar pessoal para as suas demandas internas e produzir e divulgar conhecimento científico.

Em 1939 foi criado o primeiro curso de "auxiliares de alimentação", com um currículo composto por aulas de Biologia Geral, Higiene, Estatística, Química, Nutrição, Dietética e arte culinária. Esse módulo formou a primeira geração de técnicos e colaboradores do SASP. Posteriormente, em parceria com a LBA foi instituído o curso de "voluntários de alimentação", com turmas no Rio de Janeiro, Niterói e Fortaleza. Durante um mês cursos de técnicas de alimentação e nutrição, demonstrações de cozinha, visitas a casa de trabalhadores, noções de cálculos dietéticos, demonstrações laboratoriais aliados a um estágio na cozinha do SAPS visaram introduzir conceitos da educação alimentar para famílias beneficiadas pela assistência promovida pela LBA[301].

Outros cursos técnicos e profissionais surgiram no Rio de Janeiro em março de 1944. Lá foram criadas turmas de nutrólogos, voltado aos médicos que quisessem especializar-se no nascente campo da nutrição; as turmas de nutricionistas eram para moças com curso secundário completo e enfermeiras; e os cursos profissionais, responsáveis por formar pessoal de sala, copa e cozinha. Nota-se nesse momento inicial da nutrição brasileira e da criação da profissão de nutricionista a distinção entre médicos homens especialistas (nutrólogos) e as mulheres enfermeiras ou diplomadas do curso secundário (nutricionistas).

Apesar da subdivisão, ambos os cursos tinham 2 anos de duração e incluíam conhecimentos de fisiologia da nutrição, da tecnologia de alimentos, da dietética, da arte culinária, da técnica dietética e da bromatologia. As nutricionistas estudavam ainda serviço social, estatística, anatomia, fisiologia e economia doméstica, apesar disso, ocuparam um lugar subalterno na hierarquia profissional das funções administrativas do SAPS. Esses dois profissionais deveriam ser capazes de compreender a alimentação feita em cada região do país, o consumo per capita de alimentos, a composição dos gêneros mais usuais e realizar inquéritos alimentares[302.]

[301] SAPS. "O SAPS (continuação)". op. cit. p. 185.

[302] Idem.

Anualmente era organizada a Semana Nacional de Alimentação como parte do calendário de atividades culturais e educativas. No Ano de 1953, o diretor geral Luiz Corrêa solicitou ao ministro da Justiça e Negócios Interiores que a Imprensa Nacional reproduzisse dez mil cópias de um folheto educativo para ser distribuído no evento. A cartilha chamada "Saúde e Alimentação" completaria o caráter formador de hábitos, a educação alimentar que o SAPS vinha "despertando em todas as classes sociais"[303]. Na década de 1950, instituiu-se ainda o Prêmio SAPS de Literatura Infantil e também um Prêmio Nacional de Alimentação que consistia na publicação de uma tese por ano, mecanismo pelo qual os trabalhos dos professores do curso de nutricionistas divulgavam suas pesquisas.

Um dos prêmios foi conferido ao chamado "Concurso popular do Boletim do SAPS". Desenvolvido pela setor chamado "Turma da propaganda", o concurso elegeu o slogan "SAPS, a casa do trabalhador", que parece ter sido incorporado como bordão frequente. Alguns outros trabalhos destacaram-se fundando bases do pensamento da nutrição no Brasil, entre eles está a publicação de Dante Costa em 1951[304].

[303] Solicitação do sr. Luiz Corrêa, Diretor Geral do SAPS ao Sr. Tancredo Neves, Ministro da Justiça e Negócios Interiores. Of. n.4218/53. Fundo Serviço de Comunicação do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. ANRJ.

[304] Costa, Dante. *Alimentação e Progresso*: O Problema no Brasil – Alguns aspectos sociais da alimentação humana. Rio de Janeiro: Serviço de Alimentação da Previdência Social, 1951.

3.7) Considerações finais

A história do SAPS envolve aspectos do surgimento e expansão da nutrição e da assistência alimentar no Brasil. Criado no trabalhismo varguista e valorizado com a emergência da Segunda Guerra Mundial, o SAPS foi desde os primeiros anos a instituição que deveria gerir as políticas para área de alimentação no país, desempenhando função acadêmica, de formação profissional, assistência social, armazenamento, distribuição e tabelamento do preço de alimentos − sempre norteado pelo princípio da educação como ação que minimizaria as deficiências alimentares encontradas pelo país.

Especialmente no período entre 1940 e 1947 o SAPS obteve grande adesão de técnicos recém-formados na área de nutrição e foi capaz de formar seus próprios quadros, período em que a intelectualidade e os políticos realizaram denúncias do flagelo da fome e da importância da educação no Brasil, mobilizando a sociedade civil ao desenvolvimento e aumento da produção nacional. Os médicos, nutrólogos e intelectuais envolvidos em sua criação e gestão estavam alinhados com a geração fundadora da nutrição no país e em permanente troca com organismos internacionais e comunidades científicas. Através de seus prêmios, publicações e periódicos levou seus estudos ao conhecimento dos principais centros de produção de conhecimento em nutrição[305]. Ao participar de convênio com o governo estadunidense, receber visitas de chefes de estado e dirigentes de organismos como a FAO, o órgão obteve notoriedade e reconhecimento político.

[305] Até agosto de 1945 as publicações do SAPS haviam sido as seguintes: Resenha da organização funcionamento e finalidades do Serviço de Alimentação da Previdência Social; Desjejum escolar no SAPS – 2 padrões comentados de desjejum (1ª refeição do dia) (Duas edições); Merendas Escolares – Dr. Dante Costa; Beneficiamento da Castanha do Pará para fins alimentares – Dr. Dante Costa e Salatiel Corrêa da Mota; Utilização Alimentar do óleo da Castanha do Pará – Dra. Maria Luiza de Oliva Costa; O Estado Nacional e o problema da alimentação – plaquete com 2 discursos do Ministro Marcondes Filho sobre a obra do SAPS; Desidratação dos Alimentos – Dr. Glauco Saldanha; O cultivo das Hortas da Vitória – Contribuição à campanha das hortas domiciliares; Correia – Notícia sobre os métodos mais modernos da desidratação dos alimentos e a sua utilização no tempo de guerra; Sonho de Ana Maria (história infantil) – Maria José Amorim Santos; Maneco no Mundo da Saúde (história infantil); No Reino das vitaminas (Maria Rosa); Folhinha do SAPS 1944 e 1945 (calendários ilustrados); Série de três palestras de Educação Alimentar realizadas para marinheiros no Brasil – Dra. Lindomar Bastos da Silva (conferências proferidas no Quartel Central da Marinha); Enriquecimento Natural do Pão pelo Leite desnatado em pó (Prof. Hélion Póvoa e Dr. Dante Costa; Pesquisas do cálcio utilizável em alimentos vegetais brasileiros (I Carurú) (II Couve) (III Alface) (IV) Bertalha) (V Agrião e Chicória) – Dr. Dante Costa e Dra. Edelweis Taccola; Principais deficiências alimentares da criança em idade escolar no Rio de Janeiro - Dr. Dante Costa; O preparo dos alimentos poupando combustível; Inquérito sobre a incidência de sinais de desnutrição em crianças escolares do Rio de Janeiro; Os primeiros resultados do Desjejum Escolar no SAPS; Os almoços para trabalhadores no SAPS; Pelagra associada a múltiplas desvitaminoses – Dr. Dante Costa. Cf. SAPS. "O SAPS (continuação)". op. cit. 193-4.

Em delegacias regionais, escolas, postos de subsistência, clubes de saúde, atividades recreativas e principalmente em seus almoços e jantares, o SAPS empreendia o que se chamava a sua saga pela “boa alimentação” do trabalhador nacional. Nesses caminhos não abriu mão de suas convicções: inseriu hábitos na cultura alimentar operária, condenou alimentos, relegou os pobres à condição de ignorantes, realizando um empreendimento socioeducativo além da compensação biológica e econômica. A intervenção do SAPS na alimentação desses trabalhadores em tempos de Guerra e ao longo dos anos 1950 e 1960 deu-se de forma semelhante às ações de saúde pública, ações unilaterais, tecnicistas e prescritivas, um benefício outorgado pelo governo às classes trabalhadoras urbanas.

A história do SAPS revela, portanto, aspectos da consolidação da nutrição como ciência aplicada no Brasil, assim como da conformação do que seria a “alimentação racional” na concepção dos médicos nutrólogos. Ao longo da década de 1940, com incremento de sua atuação, foi a principal agência governamental ao atuar na formação dos hábitos alimentares dos brasileiros, preparação de técnicos, fornecimento de refeições em restaurantes populares e ainda medidas de assistência social. De limitado alcance fora das grandes cidades, foi alvo de críticas e acusações ao longo de toda sua existência; a principal delas, o pragmatismo na aplicação das medidas com foco no desenvolvimento e no mundo trabalho.

CAPÍTULO 4

SEUS ESTÔMAGOS NÃO RECEBIAM COMIDAS QUENTES: UM ENCONTRO DE AGENDAS E PROJETOS MODERNIZADORES EM FORTALEZA

"No teu revolucionário crescimento,
Ajudado pela fome do sertão
Ó Fortaleza dos muito pobres
E dos muito ricos
Tu te envenenas com os tóxicos,
Num sonho de metrópole".

Jader Carvalho[306]

Até meados de 1943 as iniciativas públicas do Estado Novo para a alimentação estiveram quase exclusivamente associadas à política trabalhista e à concessão de direitos e benefícios com seu foco principalmente na capital. No entanto, com o acirramento da Segunda Guerra Mundial e suas repercussões em solo brasileiro uma nova realidade se formava. Ao administrar outras medidas e expandir as ações já existentes, a política alimentar nacional passou a unir medidas do trabalhismo às de assistência social para conduzir os planos traçados criando uma série de novas instituições e atividades profissionais pelo país. Uma espécie de saga pela "alimentação racional" tomava conta da agenda pública, ideia que havia formado intelectualmente a primeira geração de nutricionistas, nutrólogos e técnicos. Esse pensamento nortearia a expansão de restaurantes e armazéns garantindo a formação e a atuação de visitadoras de alimentação também em cidades do norte e do nordeste.

A consolidação das novas profissões demandadas gradativamente em maior quantidade pelo governo federal e pelos estados também contribuiu para formação de uma

[306] Carvalho, Jader. *Meu passo na rua alheia*. Fortaleza: Terra do Sol, 1981. p. 89.

rede de serviços públicos como restaurantes populares e escolas técnicas de nutrição. Em 1942, o ritmo dessa expansão era lento e a pretensão nacional de agências e políticas públicas para alimentação não ia muito além da assistência prestada pelos projetos sociais que visavam assegurar boas condições de trabalho à mão de obra, sobretudo os industriários das grandes cidades. Cabe analisar a mudança, o momento histórico em que essa cidadania era outorgada a trabalhados como medida que administrava pobreza, fome e revoltas com foco no sudeste e quando a mesma passou a ganhar outros sentidos pelo país. Um dos exemplos desse deslocamento de sentido foi a ressignificação da Amazônia. Ainda que houvesse variados planos de colonização da região amazônica, uma antiga vontade de Vargas de realizar uma outra ocupação territorial, as condições para essa expansão de serviços públicos ao interior não estavam totalmente asseguradas ao menos até 1942[307].

No panorama internacional, o rompimento definitivo de relações diplomáticas com as forças do Eixo reconfiguraria drasticamente a geopolítica brasileira. A autorização da presença estadunidense em cidades do norte e do nordeste brasileiros, contando inclusive com estabelecimento de bases militares pela costa, trouxe novos tempos para o desenvolvimento das cidades e da ação pública. Posteriormente, com a entrada definitiva do Brasil na Segunda Guerra Mundial a partir do envio de soldados em julho de 1944 para a Europa, o novo momento ficaria ainda mais claro. Se cidades como Belém, Recife, Natal e Fortaleza não se destacam por serem alvos prioritários das políticas públicas até então, a presença de militares estadunidenses nessas cidades ou mesmo a ameaça de invasão estrangeira pelo afundamento de navios e de entrada de tropas pela costa brasileira reordenou o foco das políticas públicas e a atenção da imprensa varguista[308]. Sob a justificativa inicial de prover rotina em saúde nas zonas das bases militares, garantir matérias-primas necessárias para o esforço de guerra, assegurar o abastecimento de alimentos em tempos de escassez e organizar as migrações internas desses novos concertos, institutos nacionais e campanhas (duradouras e temporárias) surgiram nestas cidades[309]. Da mesma forma, planos de

[307] Ver Andrade, Rômulo de Paula; Hochman, Gilberto. "O Plano de Saneamento da Amazônia (1940-1942)". In: *História, Ciências, Saúde – Manguinhos,* Rio de Janeiro, v.14, suplemento, p.257-277, dez. 2007.

[308] Sobre a atuação da imprensa e a gradativa abertura da cobertura durante os anos da Segunda Guerra Mundial ver: Agência O Globo. *O Globo Expedicionário*: O Brasil na Segunda Guerra Mundial. Rio de Janeiro: Agência O Globo, 1985.

[309] Ver Campos, André Luiz Vieira de. *Políticas internacionais de saúde pública na Era Vargas*: o Serviço Especial de Saúde Pública, 1942-1960. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz: 2007.

cooperação internacional, auxílios da filantropia e de governos locais reorientaram as imagens de progresso e atraso de algumas capitais do nordeste.

Uma dessas localidades reuniu condições privilegiadas para execução desse projeto de modernidade, a cidade de Fortaleza. O passado urbano da capital do Ceará era recente, tendo sido elevada à condição de cidade em 1823. Na virada do século XIX para o XX, com a intensificação da atividade do porto do Mucuripe, firmou-se uma via de escoamento da produção agrícola cearense; simultaneamente, Fortaleza adquiriu ares urbanos, fruto do ciclo de exploração e exportação algodoeira. Com esse ciclo econômico, chegaram ferrovias, sistemas de bondes e outros equipamentos urbanos tais como praças, o Passeio Público, cafés, e *boulevards*, além da instalação das primeiras fábricas. Esses espaços, ao ganharem obras de saneamento e fiscalização de higiene típicas da urbanização do início do século XX, firmaram-se, segundo Sebastião Rogério Ponte indica, como espaços de lazer e sociabilidade de uma nascente burguesia local, encontrando na a construção do Teatro José de Alencar um dos ícones do projeto de higienização em curso[310].

Em meio às desigualdades sociais do fenômeno chamado por Ponte de a *Belle Époque* de Fortaleza, processava-se na cidade uma profunda reforma urbana com aspiração francesa; com sobrados, casarões e movimentos intelectuais e um novo perfil firmando-se com a crescente importância econômica da nova elite de comerciantes. A capital ganhava o posto de oitava maior capital do país inaugurando outro momento de seu espaço urbano e do controle social coercitivo durante a Primeira República[311]. Tais processos, como salienta Ponte, não foram hegemônicos, tendo sido frequentes as passeatas, resistências e greves como a revolta urbana de 1912 que levou à deposição em janeiro daquele mesmo ano de Antônio Pinto Nogueira Accioly, um representante de uma influente oligarquia de proprietários rurais[312].

---

[310] Sobre as transformações urbanas e o cotidiano da chamada Fortaleza *Belle Époque* ver Ponte, Sebastião Rogério. *Fortaleza Belle Époque*: Reformas urbanas e controle social (1860-1930). Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1993.

[311] Ver dados de Annuario estatistico do Brazil 1908-1912. Rio de Janeiro: Directoria Geral de Estatistica, v. 1-3, 1916-1927. In: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Estatísticas do Século XX*. Disponível em: Acesso em 27 de julho de 2014.

[312] Ponte, Sebastião Rogério. *Fortaleza Belle Époque*. op. cit. p. 48-51.

Os rumos da modernização levaram a uma intensificação do tráfego urbano nos anos 1930 com abertura de largas avenidas, derrubada de árvores e casario antigo, o que provocou forte reação da intelectualidade local[313]. As crônicas publicadas pelos intelectuais, jornalistas e literatos locais como Otacílio de Azevedo, Gustavo Barroso e João Nogueira em periódicos como *O Povo, A Razão, O Ceará* e *Correio do Ceará* reclamavam de ruas irregulares, de uma cidade não arborizada que envelhecia rapidamente. Junto às demolições, vieram sistema elétrico de iluminação pública (1934) e pavimentação de ruas com paralelepípedos e com concreto nas vias principais (1933) acompanhados do fim dos bondes com tração animal[314]. Em meados dos anos 1930, as crônicas já falavam do abandono de um antigo espaço das elites da cidade, o Passeio Público, trocado pela sociabilidade burguesa de visitas ao Teatro José de Alencar e aos cinemas Majestic e Moderno[315].

O desenvolvimento e as mudanças vivenciadas no tempo provocaram a associação entre o cotidiano e as novas tecnologias observada por Antonio Luiz Macêdo e Silva Filho. O tráfego motorizado, o uso do concreto no calçamento das ruas, os primeiros sinais de trânsito, a iluminação pública elétrica nos postes, o surgimento de um código de posturas municipal marcaram as novas paisagens e moralidades urbanas[316]. O início da construção da rede de água e esgoto e a construção do Excelsior Hotel, primeiro prédio alto da cidade, completavam as mudanças. Entre 1920 e 1940 a capital viveu ainda um crescimento populacional vertiginoso passando de 78 mil habitantes em 1920 para 160 mil em 1940[317].

---

[313] Nogueira, Carlos Eduardo Vasconcelos. *Tempo, progresso, memória*: um olhar para o passado na Fortaleza dos anos trinta. Fortaleza: Dissertação (mestrado) em História Social. Universidade Federal do Ceará, 2006. p. 20.

[314] Ibidem. p. 30-1.

[315] Ibidem. p. 49.

[316] Para um panorama social das transformações nos sons da cidade vividas em Fortaleza ver: Silva Filho, Antonio Luiz Macêdo e *Rumores*: A paisagem sonora de Fortaleza. Fortaleza: Museu do Ceará; Secretaria da Cultura e do Estado do Ceará, 2006.

[317] Cf. Silva Filho, Antonio Luiz Macêdo e. *Paisagens do consumo*: Fortaleza no tempo da Segunda Grande Guerra. Fortaleza: Museu do Ceará; Secretaria da Cultura e Desporto do Ceará, 2002. p. 116.

No começo dos anos 1940, com a Segunda Guerra Mundial, essas transformações passaram a ser muito mais velozes[318]. A partir de 1942 fecharam-se uma série de acordos nacionais e internacionais com direito a visitantes estrangeiros ilustres, bases militares e um consulado dos Estados Unidos. Instituições como o Serviço de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (SEMTA), o Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), o Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS) e a Escola de Visitadoras de Alimentação Agnes June Leith (EVAAJL) foram criadas. Algumas dessas entidades se firmaram como esforços temporários de guerra, outras instituições apenas lançaram suas pedras fundamentais nos tempos de conflito com desenvolvimento nas décadas seguintes. Essas instituições formaram um verdadeiro aparato institucional, um complexo de agências com uma missão em comum, a possibilidade de implementação no plano local de uma série de projetos que favoreceriam interesses modernizadores de uma elite local assim como antigos planos de desenvolvimento de Getúlio Vargas e demandas econômicas e políticas geradas pelo Estado Novo.

Nesse capítulo analisaremos algumas dessas ações projetadas a partir de 1942, o processo de consolidação dos projetos modernizadores em Fortaleza. Observaremos os sentidos dessas novas instituições na história e no desenvolvimento da cidade, veremos o protagonismo que as questões alimentares adquiriram em parte dos planos de transformação social em instituições de variados perfis: das bases de exército aos serviços de saúde; do recrutamento dos "Soldados da borracha" à criação de uma escola para difusão de modernas técnicas de nutrição. O interior das casas dos trabalhadores também foi um espaço da elaboração do planejamento de expandir as novas técnicas alimentares pela cidade moderna e, para isso, a incorporação do trabalho feminino foi fundamental; observaremos esse processo de tomada das mulheres como agentes privilegiados da mudança social programada, da visão da mulher como a principal responsável por alimentar a família e seus desdobramentos. Observaremos ainda a ação do SAPS no Ceará e como algumas de suas ações que buscaram corrigir os desequilíbrios nutricionais das populações pobres, assegurar a saúde e administrar as mazelas das secas e conviveram e interagiram com novos processos de urbanização e industrialização da cidade.

[318] Sobre o desenvolvimento das cidades, um marco estado-novista foi a inauguração da Goiânia em 1943, uma cidade planejada. Para um resgate da historiografia sobre centros e periferias e o papel de iniciativas locais, coloniais ou nacionais ver: Vieira, Tamara Rangel. Médicos do sertão: pesquisa clínica, patologias regionais e institucionalização da medicina em Goiás (1947-1960). Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2012.

4.1) Acordos internacionais, forças locais: O SESP e o Ceará.

A pesquisa científica e as políticas de saúde no Brasil beneficiaram-se amplamente de acordos bilaterais com Estados Unidos na época da Segunda Guerra Mundial, especialmente no que se refere ao combate de endemias rurais. Estudos de história social da saúde têm demonstrado que medidas de suporte a bases militares no nordeste ou de controle da ameaça da malária com distribuição de atebrina fizeram com que serviços pensados para serem temporários, para combater doenças e dar suporte a projetos de desenvolvimento desempenharam um papel fundamental no legado para a atenção primária à saúde e para a pesquisa biomédica[319]. Muitas das vezes essas frentes criadas a partir de 1942 seriam o primeiro contato de populações com a rotina de saúde pública no nordeste brasileiro deixando ainda expressivas experiências para a história das profissões médicas no Brasil.

A presença de sanitaristas, médicos e cientistas norte-americanos em Fortaleza era anterior à assinatura dos Acordos de Washington de 1942. Medidas administradas pelo estado brasileiro especialmente para o combate à malária já contavam com a presença da Fundação Rockefeller como ativa parceira internacional nos trabalhos para erradicação do mosquito *Anopheles gambiae* desde 1939. Os trabalhos, à época coordenados por Fred L. Soper para erradicação dessa forma do vetor da malária no Ceará e no Rio Grande do Norte, foram bem sucedidos tendo sido declarada a erradicação do mosquito no Brasil em 1943. Tal experiência, segundo Packard e Gadelha, foi fundamental para a repercussão positiva da possibilidade de erradicação da malária e para que o intento ganhasse força à época com a exportação do método para o Sudão e para o Egito com relativo sucesso[320]. O próprio conceito de erradicação desenvolvido por Soper e equipe anos mais tarde seria expandido e

---

[319] Ver Campos, André Luiz Vieira de. *Políticas internacionais de saúde pública na Era Vargas.* op. cit.; Fonseca, Cristina Maria O. *Saúde no governo Vargas (1930-1945)*: Dualidade de um bem público. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

[320] Packard M. Packard & Paulo Gadelha. *A land filled with mosquitoes*: Fred L. Soper, the Rockefeller foundation, and the Anopheles Gambiae Invasion of Brazil, Medical Anthropology: Cross-Cultural Studies in Health and Illness, 17:3, 1997, pp. 215-238.

altamente defendido para diversas outras doenças rurais como principal forma de profilaxia na visão de governos e organismos de saúde internacional[321].

De volta ao caso cearense, os acordos internacionais ganharam outra dimensão com a criação do Serviço Especial de Saúde Pública (SESP). Fundado em 17 de julho de 1942, como desdobramento dos Acordos de Washington firmados no Rio de Janeiro em março daquele mesmo ano, o SESP tinha por finalidade inicial amparar os esforços de guerra provendo rotina de saúde para soldados das bases militares estadunidenses e para as regiões de extração de matéria-prima estratégica de guerra, notadamente borracha e minério de ferro. Oficialmente os projetos foram nominados de saneamento do Vale do Amazonas e de Preparação Profissional. Desenhados para atuar principalmente na exploração de borracha na Amazônia, na extração de minérios de ferro na região do Vale do Rio Doce e nas bases militares no Amapá, em Salvador, Belém, Natal, Recife, Fernando de Noronha e Fortaleza, o SESP trouxe ao longo dos anos um complexo modelo de ação em saúde com atribuições compartilhadas entre os governos dos Estados Unidos e do Brasil[322].

As medidas inicialmente restritas ultrapassaram desde os seus primeiros anos os limites da assistência médica pontual ou uma concepção com ênfase na medicina curativa. O SESP, financiado pelo Ministério da Educação e da Saúde e pelo Instituto de Assuntos Interamericanos (IAIA), operava quase que obrigatoriamente uma grande mudança na concepção de saúde das localidades em que trabalhava, sobretudo na escassez dos serviços de saúde prevalecentes nos interiores. Apenas no Programa da Amazônia foram construídos dezenas de postos, unidades de recrutamento, hospedarias, além dos serviços de visitação de guardas, escolas, cursos de enfermagem, centros de saúde e até hospitais que representaram grande inovação. Assim, o SESP ergueu uma densa rede de formação de mão de obra, antiga aspiração do ministro Gustavo Capanema, que garantiu o

[321] Para compreender a ênfase no tratamento às endemias rurais e mensurar a força da ideia de erradicação no Brasil ver: Muniz, Érico Silva. *Basta aplicar uma injeção?* Desafios e contradições da saúde pública nos tempos de JK (1956-1961). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Fino Traço/EDUEPB, 2013.

[322] Ver Campos, André Luiz Vieira de. *Políticas internacionais de saúde pública na Era Vargas.* op. cit.

aperfeiçoamento de médicos e definiu funções em campo a partir da ação de diversos profissionais como enfermeiras e engenheiros sanitaristas[323].

O SESP destacou ainda usos possíveis e limites alcançados por políticas internacionais de saúde nos anos 1940. Se, por um lado, o Serviço era emergencial e parte do esforço de Guerra, por outro, em poucos anos a continuidade dos trabalhos começados nas bases como as de Natal e Fortaleza viram multiplicar o modelo de atenção à saúde adotado na localidade, uma inovação para cidade. A sobrevida do SESP como agência internacional, mesmo após o fim da Segunda Guerra Mundial, é uma demonstração de como o mesmo uniu interesses nacionais desenvolvimentistas e os planos locais de modernização. Como destacou André Campos, a política implementada pelo SESP tornou-se uma "via de mão dupla", um equilíbrio de poderes e ideias em que apenas o sentido local poderia ou não ratificar vontades da cooperação estadunidense[324].

Além desse sentido de mudança de médio e longo prazo e de formação de pessoal, as ações do SESP reorganizaram importantes esforços que impactaram a cidade na curta duração. Em Fortaleza, os americanos montaram em 1943 uma base militar no bairro do Pici, além da construção da base aérea do Alto do Balanço, também conhecida como Base do Cocorote; construção que deu origem ao atual Aeroporto Internacional de Fortaleza – Pinto Martins[325]. As mudanças eram profundas: o trânsito de aviões, a ameaça de bombardeio de submarinos na costa, os novos traçados de ruas e praças. Todos passaram a conviver com a presença de norte-americanos nas ruas, com a chegada da Coca-cola aos mercados[326]. Além disso, no Ceará, o SESP recrutou moças para seus programas de enfermagem e para cursos técnicos de visitação domiciliar. Entre outras atividades, elas

---

[323] Sobre a atuação de Gustavo Capanema frente ao Ministério da Educação e Saúde ver Hochman, Gilberto & Fonseca, Cristina M.O. "O que há de novo? Políticas de saúde pública e previdência, 1937 – 45". In: Pandolfi, Dulce (org). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999. p.73-93.

[324] Ibidem. p. 173-4.

[325] Paula, Reverson Nascimento. *Sopros de um conflito*: escritos e memórias sobre um cotidiano de guerra em Fortaleza (1942-1945). Monografia (Graduação) – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Humanidades, Curso de História, Fortaleza, 2013.

[326] Paula, Reverson. Fortaleza em cotidiano: "A instalação da base militar norte-americana e a alteração da rotina em terras alencarianas (1943-1945)". In: Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História – Conhecimento histórico e diálogo social, 2013.

atuavam como educadoras sanitárias, uma profissão ainda pouco difundida nas estruturas de saúde vigentes na cidade[327].

Em agosto de 1942, quando foi traçado o Programa de Migração, o grande destaque da atuação do SESP era justamente o Ceará. Esse movimento reuniu também membros da *Rubber Reserve Corporation* (RDC), indicados pelo Secretário de Estado norte-americano, pelo Departamento Nacional de Imigração (DNI), pelo governo do Ceará e pelo IAIA para recrutamento de seringueiros para o vale amazônico. Na logística traçada, o SESP cuidaria nos estados do Ceará, Maranhão, Rio Grande do Norte, Pará, Piauí e Amazonas de parte da seleção e da assistência médica dos migrantes para os seringais, trabalhadores que ficariam conhecidos como "soldados da borracha". A seleção dos perfis aptos, o papel dos médicos em atividades do recrutamento e do acompanhamento de pessoal nos deslocamentos até a Amazônia e a distribuição de atebrina para os seringeiros eram algumas das atribuições do SESP, ainda que, a partir de novembro de 1942, a função de organizar o deslocamento dos soldados tenha ficado a cargo de uma nova agência, o Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (SEMTA) que geria o recrutamento com a Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico (SAVA), esta última criada em dezembro de 1942, tendo o SESP assinado convênios com ambas as instituições[328].

Uma rede de postos foi construída entre Fortaleza e São Luís para viabilizar os deslocamentos dos migrantes a caminho da Amazônia. Pelos contratos, o SESP cuidava da assistência médica dos migrantes e das condições sanitárias dos alojamentos por onde passariam os comboios, ainda que médicos efetivamente não acompanhassem os comboios, apenas guardas sanitários faziam a dura viagem[329]. A comida não diferia muito das condições deploráveis de vida e deslocamentos. Apesar da elaboração de planos alimentares balanceados vindos de estudos de nutrólogos do SAPS no Rio de Janeiro, na

---

[327] Ver Renovato, Rogério Davis & Bagnato, Maria Helena Salgado. "As contribuições do Serviço Especial de Saúde Pública para a formação profissional de Enfermagem no Brasil (1942-1960)." In: *Res. Bras. Enferm.* 2008. v. 61. n. 6. pp. 909-915.

[328] Cf. Campos, André Luiz Vieira de. *Políticas internacionais de saúde pública na Era Vargas.* op. cit. p. 140-1.

[329] Ibidem. p. 151.

prática os migrantes parecem ter recebido apenas pequenas porções compostas por farinha da mandioca, rapadura e carne seca[330].

O movimento do SESP nesse sentido fez parte dos planos de viabilizar antigos anseios de integração nacional, reforçados em tempos de guerra. A missão urgente, ou "especial", garantia a visibilidade desejada por Vargas, interventores estaduais e prefeitos. Dessa forma, entendemos a atuação do SESP em Fortaleza entre os anos 1942 e 1946 como um órgão acessório aos planos de desenvolvimento diretos, assim como o trabalho tocado pelo SEMTA e o representado nos nas bases militares.

4.2) Migrações, borracha e seleção

Planejar a ocupação da Amazônia era parte do tipo de desenvolvimento proposto por Getúlio Vargas. Ainda na década de 1930 o presidente já havia se pronunciado sobre a necessidade de colonização da região e da planificação do povoamento em regiões pouco habitadas no interior do país. Rômulo Andrade demonstrou que as propostas para a Amazônia fizeram parte de um movimento maior de integração, classificado de "Marcha para o Oeste", ou como definiu Vargas, em 1940 durante uma notória visita aos estados do Pará e do Amazonas, "a bandeira do século XX"[331]. Esse movimento entendido como ato mais no plano simbólico pouco produziu em ocupação familiar e planejada sendo anterior às migrações organizadas a partir da capital cearense no esforço de guerra; falava-se à época de um modelo de ocupação baseado na vastidão do território despovoado, não totalmente comprometido com a face extrativista de caráter temporário.

As fontes históricas e os periódicos, assim como parte da bibliografia que aborda o tema da migração de cearenses ao longo da história sugerem que a possibilidade de abandonar a terra era antiga conhecida dos nativos daquele estado. Muitas vezes grande

---

[330] "Relação de gêneros alimentícios para um homem na base de 3 refeições por dia". Doc. 48. Caixa 5. Fundo Paulo de Assis Ribeiro. ANRJ.

[331] Andrade, Rômulo de Paula. *A Amazônia vai ressurgir!* Saúde e saneamento na Amazônia no primeiro governo Vargas (1930-1945). Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado em História das Ciências e da Saúde – Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, 2007. pp. 45-7.

era a esperança de alguma oferta da passagem subvencionada para ondas de migração para Amazônia ou para o sudeste, preferencialmente para São Paulo; anseio justificado pela vontade de fuga do fenômeno social da miséria agravado em tempos de seca. Desde fins do século XIX, especialmente desde as secas do triênio 1877-1879 e depois em 1888 e 1889, o aceite do incerto, da migração desordenada para grandes centros, o abandono da terra, o ato de arriscar e projetar a vida no futuro desconhecido parecia significar um novo e talvez único momento na esperança do cearense[332].

As imagens da severidade das secas, aliás, fazem parte do pensamento social sobre o Ceará. A estiagem de 1915, talvez seja a mais conhecida pela publicação do romance *O Quinze*, de Rachel de Queiroz, narrativa publicada em 1930 que tematiza o drama da migração para a capital e para o sudeste em períodos de seca, no contexto de valorização da borracha[333]. A perda da primazia do ouro branco nos primeiros anos do século XX deu-se com a rápida adequação da borracha na Ásia e só seria intensamente retomada quando os norte-americanos deixaram de ter acesso ao látex asiático em 1942. Para citarmos outro clássico, *Vidas secas*, de Graciliano Ramos, também ergue seu realismo sob uma paisagem do fenômeno natural e social da seca[334]. Publicado em 1938, o romance de Graciliano Ramos dimensiona no imaginário coletivo brasileiro a tragédia humana confirmada por dados que dão conta que apenas nas secas de 1915 e 1916, mais de 30 mil homens e mulheres migraram para a Amazônia e quase 10 mil para o sul e o sudeste do país[335].

Para María Verónica Secreto, que estudou o *modus operandi* dessas migrações cearenses ao longo da história, os planos de colonização e povoamento do Brasil rural e da Amazônia anunciados por Vargas desde a década de 1930, ao encontrarem-se com a conjuntura internacional da Segunda Guerra Mundial ganharam um sentido renovado. Somando a centralidade getulista às iniciativas já existente de realizar uma maior ocupação territorial, a entrada dos Estados Unidos na guerra produziu um alinhamento que traria

---

[332] Secreto, María Verónica. *Soldados da borracha:* Trabalhadores entre o sertão e a Amazônia no governo Vargas. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007. p. 46

[333] Queiroz, Rachel de. *O Quinze*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1971. 13. ed.

[334] Ramos, Graciliano. *Vidas Secas.* Rio de Janeiro: Record, 1991. 60 ed.

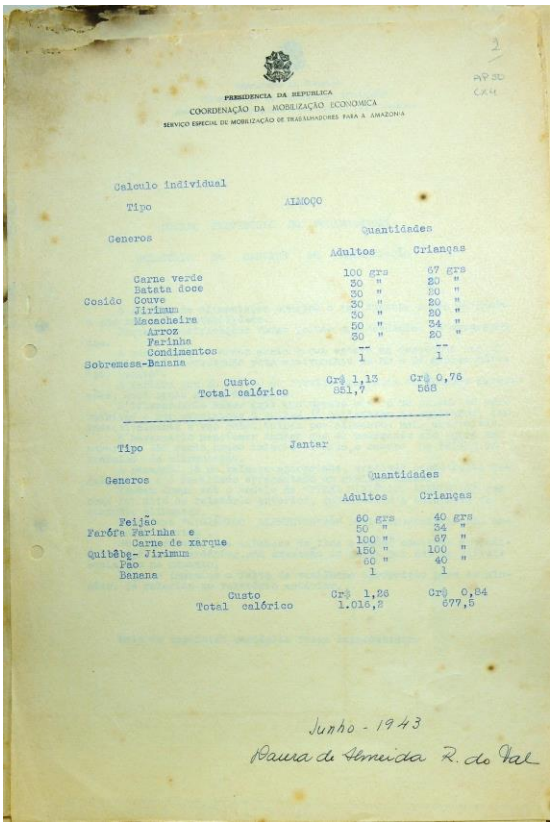
[335] Secreto, María Verónica. *Soldados da borracha* . op. cit. p. 50.

profundas transformações na política migratória e na ocupação da Amazônia. Junto dos Acordos de Washington, regressava o extrativismo tradicional tirando lugar dos planos de assentamentos e formação de núcleos familiares ao longo da floresta.

Aliás, o próprio ano de 1942 foi de intensa seca, beneficiando o resultado do programa de recrutamento para o movimento que tinha como *slogan* "mais borracha em menos tempo". Vargas erguia um programa que destinava àqueles migrantes um sentido na ocupação dos seringais amazônicos: era o retorno ao extrativismo que de modernizador parecia ter somente a retórica da propaganda oficial; o que se viu foi regresso das figuras do seringalista e do sistema de aviamento. A "Batalha da borracha", o movimento governamental de recrutar trabalhadores para os seringais amazônicos por meio do SEMTA, DNI e SESP mostrava, assim, uma face tradicionalista[336].

Sediado em Fortaleza, o serviço era inicialmente subordinado à Comissão de Mobilização Econômica, até a criação, em setembro de 1943, da Comissão Administrativa de Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia (CAETA). A promessa de socorro aos flagelados impulsionou a apresentação de candidatos à saga amazônica. Pelo contrato firmado, o SEMTA proveria o encaminhamento de homens para os seringais responsabilizando-se também pela assistência médica e alimentação até a chegada à floresta. Apesar da propaganda na imprensa de todo país e dos órgãos oficiais do governo e seus objetivos de selecionar apenas homens fortes e aptos para a aventura amazônica, Gabriela Miranda destaca que, à revelia do que se estampava no material gráfico e no discurso, os médicos e os recrutadores não podiam ser muito exigentes em meio ao quadro de miséria em que se apresentavam alguns dos dispostos em fazer a viagem.

[336] Miranda, Gabriela Alves. *Doutores da Borracha*: os médicos do Serviço Especial de Mobilização para a Amazônia (SEMTA) e o recrutamento de trabalhadores para os seringais em tempos de guerra (1942-1943). Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado em História das Ciências e da Saúde – Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, 2013.



PRESIDENCIA DA REPUBLICA
COORDENAÇÃO DA MOBILIZAÇÃO ECONOMICA
SERVIÇO ESPECIAL DE MOBILIZAÇÃO DE TRABALHADORES PARA A AMAZONIA

Calculo individual

Tipo — ALMOÇO

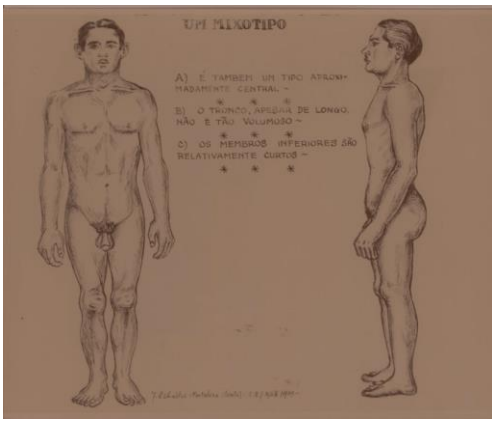
Generos		Quantidades Adultos	Quantidades Crianças
Cosido	Carne verde	100 grs	67 grs
	Batata doce	30 "	20 "
	Couve	30 "	20 "
	Jirimum	30 "	20 "
	Macacheira	30 "	20 "
	Arroz	50 "	34 "
	Farinha	30 "	20 "
	Condimentos	--	--
Sobremesa-Banana		1	1
	Custo	Cr$ 1,13	Cr$ 0,76
	Total calórico	881,7	568

Tipo — Jantar

Generos		Quantidades Adultos	Quantidades Crianças
Faróra	Feijão	60 grs	40 grs
	Farinha e	50 "	34 "
	Carne de xarque	100 "	67 "
Quitôbe-	Jirimum	150 "	100 "
	Pão	60 "	40 "
	Banana	1	1
	Custo	Cr$ 1,26	Cr$ 0,84
	Total calórico	1.016,2	677,5

Junho - 1943
Paura de Almeida R. do Val

Legenda: Modelo de ficha como cálculo individual de alimentos diárias do SEMTA produzido pelo SAPS[337]



Legenda: Gravura oficial dos biótipos nordestinos produzido para seleção do SEMTA[338]

[337] Relação de material indispensável de alimentação do Núcleo de Porangabussú. ANRJ, Fundo Paulo Assis Ribeiro, AP 50. Caixa 4.

[338] Chabloz, Jean Pierre. 1943. Coleção J. P. Chabloz. Acervo do Museu de Arte da Universidade Federal do Ceará (MUAC).

A falta de rigidez na seleção pode ser compreendida pelo fato que o recrutamento de trabalhadores e posterior envio para a floresta pareciam resolver também outro anseio da elite local. Os ciclos de secas e os desdobramentos sociais das estiagens traziam quase sempre ondas de migração do interior para a capital. Essas "classes perigosas" espalhadas pelas ruas não combinavam com a cidade que se modernizava, com a elite se deslocando para próximo do mar, (principalmente os novos bairros do Benfica, Aldeota e Praia de Iracema), além disso, o afastamento daqueles homens era também uma vontade no plano local.

Todas essas preocupações da cidade nova que relacionavam ociosidade e violência à presença dos migrantes comunicavam-se no seio da Fortaleza moderna e industrial. A consolidação e a institucionalização das preocupações com a alimentação de migrantes e trabalhadores estruturou ainda carreira nas novas instituições que surgiam à época. Nesses trabalhos, as mulheres eram vistas como parte fundamental do desenho de mudança social promovido pelo Estado, estruturando carreiras técnicas predominantemente femininas. Tal assertiva não era exclusiva de Fortaleza sob a égide das divisões de gênero herdadas do século XIX, as profissões em saúde e no campo da nutrição hierarquizavam-se na década de 1940 tendo as trabalhadoras desempenhado inicialmente funções mais técnicas, de autonomia limitada.

4.3) Uma conquista feminina: O trabalho de mulheres e a profissionalização da nutrição

A consolidação das políticas públicas de educação alimentar no Brasil contou com ativo papel das mulheres na estruturação das carreiras do campo da nutrição. Com ação de destaque na alimentação da família, a mulher foi vista como parte fundamental do projeto interventor estatal, especialmente com a criação da profissão de visitadora em alimentação e, posteriormente, com a regulamentação e o exercício da atividade profissional das nutricionistas, estruturando em poucos anos carreiras predominantemente femininas.

Historicamente, mulheres da classe média urbana tiveram sua atuação profissional no serviço social ligada à filantropia inicialmente relacionada às tradições católicas e posteriormente secularizada ao longo da década de 1920. As primeiras mulheres que

participaram dos projetos filantrópicos no Brasil na área de saúde de maneira geral atuavam publicamente como parte de uma extensão da projeção social de seus pais e maridos. Simultaneamente e, em perspectiva oposta, como Maria Martha Freire indica a participação nestas atividades da esfera pública garantia o exercício de uma cidadania diferenciada. Esse tipo de intervenção nos conflitos sociais servia ainda para organizar a ação pública regulando a pobreza típica do aumento da industrialização e da urbanização[339].

A casa e o papel da mulher serão então a partir da década de 1920 amplamente considerados por médicos e parcelas dos movimentos feministas, como parte das atividades técnicas das donas de casa. Neste período surgem os primeiros cursos de economia doméstica, que pretendiam formar "boas esposas", com seu currículo de técnicas para gestão científica do lar. Limpeza, cuidados com o corpo e noções sobre o aumento do uso de inseticidas e desinfetantes estavam na lista de habilidades necessárias para as "mães científicas"[340]. Por essa perspectiva, a mulher nas primeiras décadas do século XX deveria ser uma nutricionista na família e usar a cozinha como seu laboratório, porque essa seria considerada a fonte primária de saúde. Esse perfil unindo higiene e nutrição à maternidade foi chamado de "mãe higiênica" por Jurandir Costa, ou a "maternidade científica" de que fala Freire.

Com o crescimento da alfabetização e da escolaridade laica entre as mulheres, cresceu também a profissionalização e a entrada no mercado de trabalho, ainda que inicialmente ocupando espaços como de funções sociais esperadas da maternidade. Compondo parte do discurso sobre a redefinição do papel da mulher na sociedade, no período em que Brasil viveu grande incremento em sua produção agrícola e quando a indústria publicitária de alimentos lançava seus primeiros anúncios em jornais e revistas[341].

Para Nara Azevedo e Luiz Otávio Ferreira, a hierarquia de gênero é elemento marcante na sociedade brasileira, nas divisões de conteúdo dos sistemas gênero, de meninas e meninos e no fato de que mesmo as mulheres obtendo melhor desempenho escolar,

---

[339] Freire, Maria Martha L. *Mulheres, mães e médicos*: discurso maternalista no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. p. 67.

[340] Ibidem. p. 89.

[341] Ver Costa, Jurandir F. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

historicamente elas se concentram em determinadas carreiras específicas. Para os autores, ao não fomentar a emancipação intelectual, econômica e social feminina a sociedade ratifica os papéis sociais das mulheres para promover a saúde física, a prosperidade econômica nacional e a estabilidade social e política. No início do século XX, a instrução desejada e as habilidades esperadas são para atuação no processo civilizatório, de elevação e redenção do mundo. Essa divisão de gênero do trabalho aos poucos migraria para profissões científicas. As grandes cidades passaram a ser para além da coerção, um importante espaço de controle onde a ação das mulheres no higienismo desempenha um destacado papel[342].

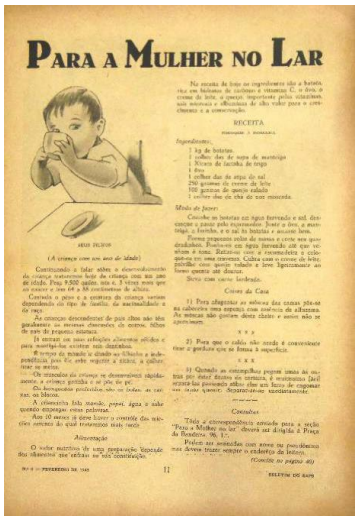
Um dos ícones do feminismo brasileiro, Bertha Lutz, era justamente uma mulher do campo das ciências. A bióloga que fundou em 1922 a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino liderava o movimento pela ação pública das mulheres. O ativismo de Lutz e do movimento feminino por ela representado foi um dos responsáveis por obter nos anos 1930 a conquista do voto às mulheres, contribuindo para a vitória feminina pela regulamentação do trabalho e dos direitos cidadãos[343].

Anos mais tarde, o SAPS teria em seu boletim de distribuição gratuita em todas as suas unidades uma seção chamada "Para a mulher no lar", onde receitas culinárias e noções de conceitos de higiene eram transcritas para donas de casa. Uma preocupação com o desenvolvimento de serviços e cursos específicos para mulheres tinha como justificativa corrigir a “ignorância” historicamente transmitida aos filhos. Se inicialmente esses cursos têm uma nítida manutenção de aspectos da cultura patriarcal, a participação das mulheres pode, no entanto, demonstrar diferentes apropriações e significados contraditórios.

---

[342] Azevedo, Nara; Ferreira, Luiz Otávio. Modernização, políticas públicas e sistema de gênero no Brasil: educação e profissionalização feminina entre as décadas de 1920-1940. *Cadernos Pagu*, Campinas, n.27, p.217-254. jul.-dez. 2006. p. 224.

[343] Alves, Branca Moreira. *Ideologia e Feminismo*: A luta da mulher pelo voto no Brasil. Petrópolis: Ed. Vozes, 1980. p. 14.



PARA A MULHER NO LAR

RECEITA

Legenda: Página da coluna "Para a Mulher no lar", do Boletim do SAPS[344]

Os cursos de visitadoras de alimentação, por exemplo, rapidamente teria provocado interesse de mulheres casadas de classe média para o que seria uma melhor gestão da casa. Essa demanda não necessariamente objetivava inserção profissional, aproximando-se mais dos interesses de formação de "boas esposas". Este foi o caso da EVAAJL localizada na cidade de Fortaleza[345]. O nome escolhido para a Escola homenageia a nutricionista Agnes June Leith, norte-americana que ministrou os primeiros cursos de especialização instalados pelo SAPS no Distrito Federal. Na Escola cearense, houve uma demanda de mulheres considerada "excessiva" que queria participar dos cursos de técnicas de nutrição sem buscar profissionalização, fato que fez com que a diretoria da EVAAJL incluísse uma

[344] "Para a mulher no lar". In: *Boletim mensal do Serviço de Alimentação da Previdência Social.* Rio de Janeiro, Ano 1. n. 1.nov. 1944. p. 3 BNRJ

[345] "No dia 20 a inauguração do SAPS. 500 convidados especiais almoçarão domingo, gratuitamente, no Restaurante de Jacarecanga. Autoridades, jornalistas, presidentes de Sindicatos Trabalhistas, industriais e representações; operários reunidos no amplo salão da Avenida Francisco Sá – Missa campal e Benção das instalações – Somente segunda-feira começará a funcionar o serviço de fornecimento de almoços a 2 cruzeiros." In: *Gazeta de Notícias,* Sábado, 19 de Janeiro de 1946, p. 6 (Ano XIX, N°. 5.776). Acervo BPGMP.

cláusula em que todas as candidatas ao curso deveriam ser e permanecer solteiras por um período de até três anos após o término do curso[346].

A questão da entrada das mulheres no mercado de trabalho, aliás, não é exclusiva do campo emergente da nutrição e tem sido amplamente estudada pela historiografia das ciências brasileira. A própria institucionalização da saúde pública está diretamente relacionada com a educação em saúde de forma direta estruturada como uma profissão majoritariamente feminina para a articulação de conhecimentos em higiene escolar e dos cuidados das crianças nos lares proletários. Ainda que tenhamos mais referências sobre a experiência paulista, sabemos que desde 1920, o Estado abandonou as antigas inspeções de saúde de caráter de controle policializado, em substituição à visita com a presença da mulher. As novas profissionais, as visitadoras sanitárias, atuavam como agentes políticos (contendo epidemias, no combate à pobreza extrema e à fome), atuando como auxiliares fundamentais de um modelo de saúde pública[347].

Educadoras e visitadoras de saúde surgiram também como um paliativo para a escassez de enfermeiras profissionais. À época, a única e limitada instituição no país em que as enfermeiras recebiam formação era a Escola Anna Nery que foi fundada em 1923 no Rio de Janeiro[348]. A nutrição não é muito diferente da enfermagem, duas disciplinas estruturadas inicialmente, como um campo de conhecimento de homens médicos. No caso da nutrição, homens controlavam a área de conhecimento e a formação das mulheres para funções consideradas mais técnicas e que tinham, inicialmente, autonomia limitada. Ao mesmo tempo, isso pode indicar que a subordinação inicial de mulheres na profissão a outras categorias controladas principalmente pelos homens indica diferenças entre os significados de cuidar que existiam ao lado da inclusão das mulheres no mercado de trabalho formal e da

---

[346] Cidrack, Marlene Lopes. *Visitadoras de alimentação:* legado da escola Agnes June Leith. Fortaleza: Edições UFC, 2011.

[347] Rocha, Heloísa Helena P. R. A educação sanitária como profissão feminina. In: *Cadernos Pagu* (24) jan-jun. 2005. p.69-104.

[348] Faria, Lina. Educadoras Sanitárias e Enfermeiras de Saúde Pública: identidades profissionais em construção. In: *Cadernos Pagu*. jul-dez. 2006. pp. 173-212.

organização de uma carreira profissional que logo se estabeleceria autônoma, com suas próprias agendas e sindicalização autônoma[349].

A participação das mulheres na medicina também era muito limitada, embora permitida por lei desde 1881. Mesmo campos especializados no corpo feminino como a obstetrícia e a ginecologia modernas foram inaugurados por homens[350]. Na segunda metade do século XX, no entanto, o aumento dos projetos de urbanização e modernização das cidades, como o vivido na *Belle Époque* de Fortaleza, transformaria as profissões em saúde em um privilegiado campo para o trabalho das mulheres. A inclusão das mulheres em vários campos da saúde pública pode ser interpretada, portanto, de várias maneiras. Inicialmente, as carreiras femininas são organizadas como funções auxiliares às profissões masculinas que por sua vez controlavam o campo. Ao mesmo tempo, estes espaços serviram para uma geração de mulheres como oportunidade de exercício de outra cidadania na sociedade brasileira, ainda que herdando aspectos de uma sociedade colonial "patriarcal".

Se levarmos em conta que essas mulheres estavam trabalhando para os sistemas dominantes do período como recomenda Sylvia Winter, devemos também ter em mente que muitas são as variáveis que limitavam a ação dos feminismos em suas condições locais específicas, tais como classe e raça[351]. A profissionalização, que não se deu para todas, em poucos anos viveu um crescimento extraordinário, o que garantiu a entrada de mulheres em várias profissões de saúde no Brasil. E no plano local, tal processo teria semelhanças e equivalências no contexto da modernização da capital cearense.

---

[349] Idem.

[350] Ibidem. p. 179.

[351] Wynter, Sylvia. "Afterword: 'Beyond Miranda's Meanings: Un/silencing the 'Demonic Ground' of Caliban's 'Woman.'" In Out of the Kumbla: Caribbean Women and Literature, ed. Carole Boyce Davies and Elaine Savory Fido. Trenton, N.J.: Africa World Press, 1990. pp. 355-372.

4.4) Escola, restaurante, creche e clubes: Um SAPS para o Ceará.

A chegada de uma unidade do SAPS a Fortaleza era resultado da centralidade adquirida pela capital cearense nos anos da Segunda Guerra Mundial. O caráter internacionalista do projeto do SAPS, aliás, esteve colocado desde seus primeiros anos na ocasião de elaboração de planejamentos de atividades a serem desenvolvidas no Ceará. Em tempos de guerra, os restaurantes do SAPS pelo Brasil recebiam uma série de visitas de chefes de estado estrangeiros e serviam de propaganda exemplar do projeto de modernidade do Estado Novo; o que pavimentou o caminho para assinatura de acordos internacionais. Getúlio Vargas foi um *habitué* da instituição, participando de diversas inaugurações de unidades, estando presente em datas comemorativas as mais variadas. Em uma ocasião, no restaurante central carioca convidou Nelson Rockefeller para uma visita. Em 1942, o então Coordenador dos Assuntos Interamericanos apreciou o modelo destacando a higiene, a moderna técnica da nutrição empregada e o espaço de sociabilidade erguido para trabalhadores urbanos[352]. Rockefeller observou o funcionamento do restaurante confraternizando-se com os trabalhadores em evento divulgado pela propaganda do SAPS, como tendo sido correspondido pelos operários "que se ergueram para ovacioná-lo com calorosas palmas"[353].

Da cooperação internacional feita pela agência surgiram bolsas de aperfeiçoamento para técnicos e alunas do SAPS nos Estados Unidos, financiados especialmente pela Comissão Brasileira-Americana da Produção de Gêneros Alimentícios (CBA)[354]. A CBA dirigida pelo brasileiro Oscar Espínola Guedes e pelo norte-americano Kenneth Kadow foi criada com objetivo de fomentar o desenvolvimento da agricultura e da pecuária intensiva no Brasil durante a Segunda Guerra Mundial. Uma das metas era fundar escolas no Brasil para planejamento alimenta e cursos de administração e economia doméstica, fazendo aproveitamento de alimentos, difundindo princípios da higiene e educação alimentar via visitação domiciliar. A ideia de visitar as casas para ensinar e combater os hábitos classificados como ruins os chamados tabus alimentares ganhou força, firmando a parceria da

---

[352] Cavalcanti, Édison. *O SAPS e as Américas.* Rio de Janeiro: Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio/Serviço de Alimentação da Previdência Social, 1945. Fundo AMF. CPDOC/FGV.

[353] Cavalcanti, Édison. *O SAPS e as Américas.* op. cit. p. 192

[354] Idem.

CBA com o SAPS para financiar cursos de auxiliares de alimentação no Rio de Janeiro, para criar o Serviço de Visitação Alimentar (SVA) e a EVAAJL em Fortaleza, o que ganhou apoio e viabilidade em poucos meses[355].

4.4.1) Quem vai nomear, gerir e demitir? A criação da EVAAJL

Estudos sobre a dinâmica da ação da filantropia estadunidense no exterior têm demonstrado que na maioria das vezes a disputa interna de poder, os debates científicos e as tomadas de decisões técnicas são complexas e atendem a uma dinâmica de mão-dupla entre os entes envolvidos. Em um estudo sobre a Fundação Rockefeller e a negociação envolvida em seus programas Steven Palmer relativizou o peso das diretrizes dos financiadores como um ato imperialista arbitrário. Desde os primeiros anos da Fundação, antes mesmo da criação de sua Divisão de Saúde Internacional, a atuação foi marcada pela interação com instituições e cientistas locais em países latino-americanos[356].

Ainda no estudo de Palmer, a ação da Fundação Rockefeller passou por diversas adaptações e reorientações locais na Guiana, em Trinidad, na Costa Rica, na Guatemala, na Nicaragua e no Panamá no que diz respeito às concepções sanitárias em questão. No caso do combate à ancilostomíase, por exemplo, médicos, guardas sanitários e administradores dos serviços locais contestaram diretrizes com frequência promovendo adaptações a convenções sociais, culturais e políticas locais[357]. O viés economicista da atuação da Rockefeller ou do AIA são bastante claros pela escolha das locais e projetos a serem financiados.

Ainda que assimétricas e desiguais essa disputa na América Central, no Caribe ou no Ceará possibilitou a organização de atores locais, em parte pela própria opção de parceria que com um viés pensando na retirada do financiamento estrangeiro em curto prazo possibilitou que esse projetos compusessem objetivos e correspondessem a anseios científicos e políticos

---

[355] Peregrino, Major Umberto. *A Escola de Visitadores Agnes June Leith.* Rio de Janeiro: Serviço de Alimentação da Previdência Social, 1950. p. 9. BNRJ.

[356] Palmer, Steven. *Launching Global Health*: The Caribbean Odyssey of the Rockefeller Foundation. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2010.

[357] Idem.

nacionais bastante claros. Palmer destacou ainda que apenas o estudo das dinâmicas nacionais e locais podem explicar a popularização das inovações sanitárias ocidentais. As disputas, tensões e parcerias entre países revelam dimensões imperialistas, negociações assimétricas e por vezes rivalidades envolvidas em ações da saúde internacional[358].

Em Fortaleza, antes mesma da instalação definitiva da EVAAJL, a parceria com os vizinhos do norte já parecia frutífera à época. Ainda em 1942, o químico do SAPS, Salatiel Corrêa da Mota, especializou-se em química biológica e da nutrição em Nova York e a bioquímica Ruth Leslie veio da *University of Texas at Austin* integrando-se a um estágio no Rio de Janeiro sobre alimentos regionais brasileiros e um programa de formação de técnicos nacionais[359]. A meta de uma unidade no Ceará com inserção da nova unidade do SAPS no meio acadêmico e da política de cooperação com a América Latina reforçou-se após a viagem aos EUA de Edilson Cavalcanti e da pesquisadora Clara Sambaquy a convite oficial de Nelson Rockefeller. Cavalcanti regressou da viagem de campo demonstrando grande entusiasmo com os estudos e com o tamanho do desafio e com o que poderia ser feito em Fortaleza:

> Instituiremos, por exemplo, em Fortaleza, na delegacia Regional do SAPS, a ser instalada em breve, uma Escola de Formação de Visitadoras de Alimentação, cujas alunas serão moças procedentes da Bahia até o Acre. Para tanto, o SAPS construirá um prédio apropriado onde as alunas terão moradia, alimentação, ensino, livros e uma ajuda mensal de Cr$ 150,00[360].

A concepção de que as visitadoras migrariam para estudar e regressariam aos seus estados veio da vivência de Cavalcanti e Sambaquy nos Estados Unidos. Ao longo da viagem, os dois estudaram modelos de organização dos chamados *Home Economics*

---

[358] Ver Palmer, Steven. *Launching Global Health*: The Caribbean Odyssey of the Rockefeller Foundation. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2010.

[359]" Interview given by Sr. Edison Cavalcanti. Director of Alimentation Service". RG 59. General Records of the Department of State. Decimal File 1940-1944. Box n. 4543. NARA.

[360] "Lutando contra a sub-nutrição" In: Folha Carioca. 10 de Maio de 1944. RG 59. General Records of the Department of State. Decimal File 1940-1944. Box n. 4543. NARA.

Extension Service e avaliaram programas de auxílio aos mais pobres e para as regiões de clima mais árido[361]. Ao fim da estada do diretor do SAPS, Clara Sambaquy permaneceu mais um semestre estudando a forma como as norte-americanas estruturavam a visitação alimentar domiciliar para posteriormente ser uma das responsáveis por implantá-la na unidade de Fortaleza. A parceria com a filantropia estadunidense criaria em pouco tempo uma escola com ênfase no planejamento, na supervisão e na implementação de projetos de desenvolvimento via intervenções nos hábitos de famílias operárias. O SAPS e a EVAAJL se somavam e, de alguma forma, se complementavam, relacionando o trabalho e a formação profissional de mulheres com concepções sobre mudança social, economia doméstica, modernização, maternidade e alimentação proletária.

Os intercâmbios de cientistas e técnicos da época muitas vezes se deram na base de convites, do prestígio de pessoas e de personalidades específicas, nem sempre por meio de convênios e acordos entre agências, universidades e governos de países. Algumas vezes, a própria formação profissional de quadros do SAPS já havia se dado anos antes nos EUA, como foi o caso do médico Alexandre Boavista Moscoso, membro dos conselhos diretivos do SAPS no Rio de Janeiro desde os primeiros anos de operação e que havia estudado na *Johns Hopkins School of Hygiene and Public Health* com bolsa da Fundação Rockefeller, ocasião em que investigou aspectos das principais doenças gastrointestinais[362].

Auxílio de pessoal do SAPS em esforços de cooperação internacional já havia sido prestado em outras situações como aos estudos das condições e problemas alimentares na construção da estrada de ferro Brasil-Bolívia, na cooperação acadêmica que se fortaleceu durante os anos da guerra garantindo o caráter de assistência social da agência, das preocupações com a conceituação da fome e com os níveis de desnutrição no mundo. A Conferência de Hot Springs, aliás, listou, entre as ações recomendadas para os países peresentes, a construção de restaurantes populares para operários, a criação de serviços de desjejum escolar como parte das medidas que os países-membros deveriam seguir na área

[361] Cavalcanti, Édison. *O SAPS e as Américas.* op. cit. p. 193.

[362] Collection Rockefeller Foundation. RG 10.2 – Fellowship cars. Box MNS Brazil. Moscoso, Alexandre Boavista. RAC.

de defesa alimentar; a maioria delas já praticada pelo SAPS ainda que forma experimental desde 1940[363].

Se, por um lado, a importância da inserção internacional de Fortaleza não é a responsável por criar a principal instituição para a política alimentar e nem mesmo suas diretrizes no Brasil, por outro lado, o contexto vindo de fora parece ter antecipado e acelerado iniciativas como a EVAAJL. O que o novo enquadramento produziu foi o respaldo internacional de sua ação, possibilitando o crescimento do SAPS como agência gestora da política alimentar de pretensão nacional. Nos anos seguintes a 1942, observa-se, por exemplo, um grande crescimento do número de postos de subsistência que passaram a crescer mais do que a própria rede de restaurantes[364].

No Rio de Janeiro, desde a criação do SAPS, Dante Costa coordenava o curso de auxiliares de alimentação como parte das atividades da seção técnica. Dessa escola partiram a maioria das professoras que lecionariam em Fortaleza, na EVAAJL[365]. Criada em 17 de outubro de 1944, a escola recebeu o nome da nutricionista estadunidense que já havia trabalhado no SAPS no Rio de Janeiro e que foi uma das principais responsáveis pela concretização do convênio SAPS-CBA. Inicialmente instalada em uma sala isolada, a EVAAJL transferiu-se para um novo edifício quando restaurante e escola se reuniram com a inauguração da Delegacia Regional do SAPS-CE.

A criação e o financiamento da EVAAJL não foram, no entanto, firmadas sem problemas e desentendimentos entre as partes envolvidas. Terminada a Segunda Guerra Mundial, a *American International Association for Economic and Social Development* (AIA), agência de reconstrução criada por Rockefeller para atuar na América Latina, destinou recursos ao SAPS no Ceará, colocando-o como um de seus primeiros projetos. O governo cearense participou cedendo um terreno de 10 mil metros quadrados, o governo brasileiro criaria a estrutura do SAPS semelhante a que estava em operação no Rio de

---

[363] Kafuri, Jorge. "Aspectos nacionais e internacionais do problema da alimentação". *Boletim do MTIC.* n.110. out. 1943. ano X. pp.223-42. BMTrab/RJ.

[364] No fim dos anos 1950 poucas são as informações sobre criação de novos restaurantes, tendo os postos, no entanto, seguido em permanente expansão. Cf. Decreto n. 48.714. 4 ago 1960. Cria postos de subsistência do Serviço de Alimentação da Previdência Social nas localidades que menciona.

[365] Peregrino, Major Umberto. A Escola... op cit. p. 10.

Janeiro, a CBA por sua vez orientaria as atividades em seu primeiro ano, e o AIA contribuiria com doação em dinheiro para a construção de Escola de visitadoras, uma creche-modelo, posto de subsistência, departamento administrativo, Delegacia Regional e o restaurante popular[366].

O contrato assinado entre o governo do Brasil e o AIA em 19 de agosto de 1946, sofrendo emendas em 26 de novembro de 1946, nunca chegaria a ser plenamente implementado. Na troca de correspondência entre Dee W. Jackson, representante do AIA no Brasil, com outros executivos em Nova York e com a diretoria do SAPS e com a o MTIC observa-se que diversos foram os desentendimentos para que essa cooperação ocorresse de fato. Inicialmente o contrato previa que funcionários americanos pudessem livremente nomear, afastar e demitir pessoal, exigindo maior autonomia para a operação do SVA, pedido que, apesar de constar no acordo, foi negado pela diretoria do SAPS e pelo Ministro do Trabalho Morvan Dias de Figueiredo. Com essa negação, a doação de US$ 250.000,00 previstos para os próximos 10 anos ficou cancelada no ano de 1947[367].

O emissário Jackson foi encarregado de averiguar as possibilidades de novo formato de acordo com o SAPS ou a retirada completa do AIA daquele projeto. As decisões de Jackson foram fortemente baseadas no relato de viagem de Louise Stanley, diretora dos serviços nutricionais do *U.S. Department of Agriculture* desde 1923. A nutricionista visitou diversas instituições no Rio de Janeiro, em São Paulo e em Fortaleza, com destaque para o encontro com as principais autoridades de nutrição brasileira à época, como Josué de Castro. Em suas considerações sobre as agências de nutrição visitadas, Stanley dedicou especial atenção ao que viu em Fortaleza, destacando mudanças que eram necessárias ao projeto pedagógico, científico, e de caridade do trabalho em curso[368].

---

[366] "Lutando contra a sub-nutrição" In: *Folha Carioca.* 10 de Maio de 1944. RG 59. General Records of the Department of State. Decimal File 1940-1944. Box n. 4543. NARA.

[367] American International Association for Economic & Social Development. Project N. Brazil 1. Revised. Home Demonstration Service. Rockefeller Family Papers. RG 4. Series B. Box 13. Folder 35. p. 4. RAC.

[368] Corn Products Refining Company's, AIA Contribution". AIA Home Demonstration Project. June 11,.1947. Rockefeller Family Papers. RG 4. Series B. Box 13. Folder 35. RAC.

Legenda: Louise Stanley e Josué de Castro durante visita ao Rio de Janeiro[369]

Para Louise Stanley, as aulas no curso de visitadoras eram demasiadamente formais, valorizando em excesso aspectos históricos e acadêmicos, o que não garantiria a entrada no lar eficiente com confiança por parte das donas de casa[370]. Além disso, no restaurante a distribuição de refeições foi considerada inadequada fazendo com que longas e demoradas filas se formassem nas imediações do restaurante; a agricultura nas dependências do SAPS-CE também foi considerada insuficiente, assim como o pequeno espaço de participação dado às mulheres nos clubes de mães[371]. Como destacou Otis B. Bosworth, com a condução da EVAAL à revelia do contrato antigo, o AIA teria autoridade "só sobre a indicação do diretor e do orçamento anual" e não sobre as demonstrações domiciliares, os conteúdos dos currículos e outros temas específicos e cotidianos do projeto[372].

A reconciliação de interesses foi habilmente negociada pelo Major Umberto Peregrino logo que o mesmo assumiu a diretoria do SAPS no começo de 1947. Entendendo que o AIA

---

[369] AIA Photo Collection. Series 2, Brazil. Box 5. Folder 129. RAC.

[370] American International Association for Economic & Social Development. Project N. Brazil 1. Revised. Home Demonstration Service. Rockefeller Family Papers. RG 4. Series B. Box 13. Folder 35. p. 2. RAC.

[371] "Recomendation for a Nutrition Program in Brazil" by Dr. Louise Stanley. Rockefeller Family Papers. RG 4. NAR Personal Series B-AIA/IBEC. Box 13. Folder 35. RAC.

[372] Letter from Otis B. Bosworth to Dee w. Jackson. 2 jul. 1947. Rockefeller Family Papers. RG 4. NAR Personal Series B-AIA/IBEC. Box 13. Folder 35. RAC.

havia retirado a doação em dinheiro por não se sentir parte integral nos planos e execução do SVA, o militar propôs um plano alternativo. Saía o formato de contrato formal e entrava um "pedido de assistência". Pelo novo arranjo, norte-americanos participariam com a indicação de uma nutricionista americana para participar da escola, e garantiam cobertura de despesas até US$ 10.000,00 por ano com bolsas de estudos, um tipo de intercâmbio para minimizar o inconformismo de Dee W. Jackson[373].

Apesar das divergências entre as partes, a relevância da EVAAJL no cenário político e social local tinha sido grifada pela meticulosa análise da visita da Dra. Stanley. Na ocasião da formatura de 6 alunas, a americana observou a presença da Igreja Católica, de oficiais do governo local e das forças armadas sentenciando que a escola tinha "um lugar para ela mesma na comunidade"[374]. Tal sentido garantiu o desenvolvimento da Escola desde seus primeiros anos mantendo relativa independência de acordos.

4.4.2) Visitando o sentido local

Da assinatura dos acordos ao funcionamento da EVAAJL, houve grande repercussão dos novos tempos que se inauguravam para a política alimentar também na imprensa local. Os principais jornais locais como *Gazeta de Notícias*, *O Nordeste* e *O Povo* divulgaram diversas notícias sobre a chegada do restaurante e de uma escola do SAPS ao Ceará[375]. Desde 1944, a coalizão de forças que permitia aquele momento ganhou manchetes, com ares de propaganda dos feitos da gestão do prefeito Henrique Dodsworth e de Marcondes Filho à frente da pasta do trabalho; negociações que levaram à assinatura de convênios e inauguração da nova unidade.

---

[373] Carta de Umberto Peregrino para Snr. Dee W. Jacksom. jul. 1947. Rockefeller Family Papers. RG 4. NAR Personal Series B-AIA/IBEC. Box 13. Folder 35. RAC.

[374] Recomendations for Fortaleza in: "Recomendation for a Nutrition Program in Brazil" by Dr. Louise Stanley. Rockefeller Family Papers. RG 4. NAR Personal Series B-AIA/IBEC. Box 13. Folder 35. RAC.

[375] Acompanharemos aqui de forma mais sistemática o jornal *Gazeta de Notícias* em função de ser esse um dos mais relevantes jornais locais à época contando com uma coleção praticamente completa no acervo da Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel localizada em Fortaleza. Os outros jornais consultados acompanham o traço de divulgação de atos públicos em tom celebrativo, fruto da política implementada pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) varguista.

Em março de 1944, *A Gazeta de Notícias* noticiou que a inauguração prevista para o mês seguinte prometia serviços de almoço, jantar e lanche de bar, sempre com refeição "estandardizada dentro do número de calorias, sais minerais e vitaminas aconselhadas pelos seus técnicos de alimentação"[376]. Destacando a importância da iniciativa privada através do apoio da Federação dos Empregados no Comércio Hoteleiro, o jornal enfatizou iniciativas de profissionalização de cozinheiros, copeiros e garçons, serviços inéditos na cidade e que inicialmente aconteceriam de maneira improvisada nas dependências do prédio do Teatro Municipal.

A visita de uma "comitiva de técnicos americanos" foi alvo de nota em setembro de 1944. Os representantes William Brister, diretor da Divisão de Alimentação e Nutrição da Coordenação dos Negócios Inter-Americanos; Gary Louis Brush, adido da Agricultura à Embaixada dos Estados Unidos; Kenneth J. Kadow, chefe geral no Brasil da CBA; e o fotógrafo Alan Fisher estiveram na cidade, constituindo o que a imprensa local classificou curiosamente como "prova evidente das relações que mantêm, na atualidade, os dois maiores países do continente americano"[377].

Sete meses após a inauguração do restaurante, o começo do funcionamento da EVAAJL também ganhava repercussão. No início, em limitadas instalações na Rua Guilherme Rocha, no centro da capital, não havia aulas ou sequer alunas. A inauguração, apesar da pompa, parece ter sido um ato, sobretudo, simbólico, que contou com presenças de autoridades civis e militares, entre eles, Menezes Pimentel, Interventor Federal. As autoridades reunidas celebravam em 17 de novembro de 1944 a inauguração da EVAAJL sob a direção da médica nutróloga Clara Sambaquy, contando ainda com a presença dos cônsules dos Estados Unidos e da Inglaterra e do monsenhor Otávio de Castro, representante do Arcebispo Metropolitano. À época noticiou-se para março de 1945 o começo das aulas para a primeira turma[378].

---

[376] "O Assírio é restaurante popular". In: *Gazeta de Notícias,* Quinta-feira, 16 de Março de 1944. (Ano XVII, nº. 5.205). Acervo Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel - Fortaleza/CE (BPGMP).

[377] "Técnicos Americanos esperados, hoje, nesta capital – Inspecionarão os trabalhos da C.B.A.G.A.". In: Gazeta de Notícias, 23 de setembro de 1944. (Ano XVII). Acervo BPGMP.

[378] "Inauguração da 'Escola Agnes June Leith'". In: Gazeta de Notícias, Quinta-feira, 18 de novembro de 1944, (Ano XVII). Acervo BPGMP.

Paulista, diplomada pela Faculdade de Medicina da Universidade do Brasil, Sambaquy esteve à frente da Escola desde seus primeiros anos e com frequência discursava sobre as possibilidades de mudança que a visitação alimentar poderia trazer. Por iniciativa de Sambaquy, apoiada pela cooperação com a CBA e pelo município, suas propostas foram diversas vezes destaque na mídia local. Em julho de 1945, a imprensa noticiou que a EVAAJL organizaria um arraial "em benefício da merenda escolar a ser instituída nos diversos grupos desta capital"[379]. Na véspera da festa a *Gazeta de Notícias* informou que crescia a "adesão do comércio e da alta sociedade desta capital" ao evento para angariar fundos para o projeto piloto de merenda escola, vontade pessoal de Sambaquy[380].

Visitadoras de Alimentação

A turma que acaba de concluir o curso na Escola de Nutrição «Agnes June Leith», desta capital. Ao lado, a oradora oficial — Elba Varão Monteiro, do Maranhão. Ao centro — Zeucilda Camoes de Vasconcelos, Anna Barreto Coelho e Irismar Lourenço de Melo, todas do Ceará. Finalmente, embaixo — Marcia Freire, do Maranhão, e Alice Moura e Silva e Nahyde Ribeiro, do Pará.

Legenda: As formandas da turma de 1946 nas páginas da Gazeta de Notícias [381]

[379] "Em benefício da merenda escolar". In: Gazeta de Notícias, Quarta-feira, 25 de Julho de 1945, p. 4. (Ano XIX, N° 5.629). Acervo BPGMP.

[380] "Grande festa de "Arraial" em benefício da Merenda Escolar." In: Gazeta de Notícias, Terça-feira, 31 de Julho de 1945 (Ano XIX, N° 5.634). Acervo BPGMP. Detalhes sobre a festividade e os diálogos do SAPS com a refeitura em : "Festa inédita em Fortaleza Com cenários, trajes e comidas típicas." In: *Gazeta de Notícias*, Sábado, 11 de Agosto de 1945, p. 1. (Ano XIX, N° 5.644). Acervo BPGMP

[381] "Visitadoras de Alimentação". In: Gazeta de Notícias. Sábado, 04 de janeiro de 1947. (Ano XX, N° 6.068). Acervo BPGMP.

O cotidiano da EVAAJL estampava capas e manchetes dos jornais, como no caso das formadas que em janeiro de 1947 ganharam matéria de destaque com fotografias. A obra no bairro do Jacarecanga que abrigaria no mesmo lugar restaurante, posto de subsistência, creche e escola de visitadoras foi também alvo de divulgação maciça dos novos tempos que Fortaleza vivia. Centenas de operários sindicalizados, que contribuiriam com o SAPS, visitaram a obra em agosto de 1945 para acompanhar o andamento das obras[382]. No mesmo mês os jornais divulgavam amplamente que atividades pareciam ser definitivas, destacando o edital de um concurso que convocaria para 15 funções técnicas e administrativas assim classificadas: Técnico de Propaganda; Escriturário; Visitadora; Classificador de Gêneros; Almoxarife; Datilógrafo; Contínuo; Contabilista – auxiliar e correntista; Serviçal; Vendedor de balcão; Empacotador; Caixa; Servente de Armazém; Mensageiro; Faturista[383].

Com o fim do Estado Novo e a troca da direção nacional do SAPS, os serviços em Fortaleza se viram fortemente abalados. Clara Sambaquy que acumulava a direção da EVAAJL com a chefia da Delegacia Regional pediu demissão de seus cargos em fins de dezembro de 1945 por "não concordar com a atual orientação imprimida ao SAPS", implementada pelo novo diretor Miguel Martins. O gesto da médica foi acompanhado por professoras e alguns colegas da unidade que também pediram demissão. A EVAAJL que ficou apenas com 2 professoras, teve a direção assumida por Ellerisa Ellery, filha do fazendeiro cearense Eduardo Ellery e sobrinha do General Silva Junior, ministro presidente do Supremo Tribunal Militar. Ellery havia chegado recentemente de "especialização em nutricionismo" nos EUA a convite do IAIA[384].

Em 20 de janeiro de 1946 ocorreu a inauguração da sede definitiva do SAPS no Ceará no local em que permaneceria até o fim do funcionamento de suas atividades. O espaço escolhido, o Jacarecanga, era considerado um bairro operário, fábricas se instalavam

---

[382] "Visita às construções do SAPS pelos sindicatos locais." In: Gazeta de Notícias, Terça-feira, 28 de Agosto de 1945, p. 4. (Ano XIX, N°. 5.658). Acervo BPGMP.

[383] "Concurso do SAPS": In: *Gazeta de Notícias.* Sábado, 06 de Outubro de 1945, p. 4 (Ano XIX, N° 5.692). Acervo BPGMP.

[384] "As professoras e funcionários do SAPS acompanham o pedido de demissão da dra. Clara Sambaquy: Recebido com pesar o afastamento da ilustre nutricionista da Escola de Nutrição Agnes June Leith." *Gazeta de Notícias,* Terça-feira, 01 de Janeiro de 1946, p. 2. (Ano XIX, N°. 5.761). Acervo BPGMP.

na região que, até os anos 1930, ainda era majoritariamente habitada pela elite. O local contava inclusive com uma histórica representação de instituições militares[385]. Para o evento no oeste fortalezense veio do Rio de Janeiro o diretor do SAPS, em um ato que a *Gazeta de Notícias* chamou de "início de uma nova era para o trabalhador cearense"[386]. O jornal destacou que a grande procura dos trabalhadores sindicalizados que fazia suas inscrições para comerem no SAPS. Em meio às notícias das crises de abastecimento e o problema do aumento de preços de gêneros alimentícios no Ceará, a importância do restaurante para o operariado urbano foi assim destacada pela imprensa:

> Para muitos deles, semanas a fio, os seus estômagos não recebiam comidas quentes. Eram bananas com farinha de mandioca, rapadura com pão, garapa com tapioca e quando muito comiam carne assada com farinha. Pois, em qualquer restaurante comum da capital, o prato, por mais simples que seja não custa menos de 4, 5, 6, 7 cruzeiros. E o trabalhador com 6, 7, 8 filhos menores, uma esposa e uma mãe já velha que não fosse possível ir fazer refeições em casa, não podia comer em tais restaurantes. Faltaria, por certo, pão para sua família.[387]

Diferentemente da ênfase educativa dada no Rio de Janeiro, a celebração e a propaganda destacavam com mais frequência a obra de assistência social em curso e inauguração de ainda instalações desconhecidas no Ceará. No restaurante de Fortaleza, havia "um amplo *living* com repousantes poltronas", sendo o espaço decorado ainda com um piano. Atrás do prédio foram construídas quadras de vôlei e basquete, balanços, aparelhos de

---

[385] "No dia 20 a inauguração do SAPS. 500 convidados especiais almoçarão domingo, gratuitamente, no Restaurante de Jacarecanga. Autoridades, jornalistas, presidentes de Sindicatos Trabalhistas, industriais e representações; operários reunidos no amplo salão da Avenida Francisco Sá – Missa campal e Benção das instalações – Somente segunda-feira começará a funcionar o serviço de fornecimento de almoços a 2 cruzeiros." In: *Gazeta de Notícias*, Sábado, 19 de Janeiro de 1946, p. 6 (Ano XIX, N°. 5.776). Acervo BPGMP.

[386] "Início de uma nova era para o trabalhador cearense. Será inaugurado, hoje, o Edifício da Delegacia do SAPS, em Jacarecanga, com o Restaurante Central e as novas instalações da Escola de Nutrição." In: Gazeta de Notícias, Terça-feira, 22 de Janeiro de 1946, p. 7. (Ano XIX, N°. 5.778). Acervo BPGMP.

[387] Idem.

ginástica e biblioteca[388]. Além da recreação, havia um pavilhão para aulas de canto orfeônico e reuniões das crianças[47]. Sob princípios como "amor ao estudo" e "dedicação às tarefas filantrópicas" surgiu uma extensão significativa dos cursos iniciados no Rio de Janeiro que, beneficiando-se do intercâmbio com o governo dos EUA, visou retificar os hábitos alimentares dos brasileiros. Formado exclusivamente por moças solteiras entre 18 e 30 anos, o curso de visitadoras contava com aulas de nutrição, dietética, higiene, assistência social, arte culinária e economia doméstica. Além de noções de bacteriologia e epidemiologia, o curso importou ideias como a do clube de crianças norte-americanas conhecido como dos "4 H" (Heart, Head, Hand, Health), que por aqui se chamou "Clube dos 4E" (Espírito, Educação, Esforço, Êxito)[389].

Legenda: Almoço na creche de Fortaleza[390]

[388] "Biblioteca para os trabalhadores na Delegacia Regional do SAPS: Uma tarefa que requer a cooperação de todos." In: Gazeta de Notícias, Terça-feira, 05 de Fevereiro de 1946, p. 9 (Ano XIX, N°. 5.790). Acervo BPGMP.

[389] Peregrino, Major Umberto. *A Escola de Visitadores Agnes June Leith*. op. cit. p. 14

[390] Almoço na creche de Fortaleza. 30 crianças entre 3 e 6 anos. AIA Photograph Collection. Series 2, Brazil. Box 5. Folder 129. RAC.

Legenda: Encontro do clube de meninas de Fortaleza[391]

As alunas precisavam ter mais de 20 anos e menos de 35 anos de idade, apresentar certificado de conclusão do curso ginasial ou normal e atestados de idoneidade e de vacinação antivariólica[392]. Estudavam em regime de internato e recebiam uma bolsa mensal. Eram admitidas no máximo 24 por ano e ao concluir o curso deveriam preferencialmente retornar às suas cidades de origem – a maioria vinha das capitais do norte e nordeste – onde deveriam "conquistar a simpatia e a confiança de uma meia dúzia de donas de casa", no processo inicial de convencimento que ficou conhecido pelas alunas como "catequese". Sem muita negociação, a visitadora deveria aos poucos inteirar-se sobre os problemas do lar, as doenças das crianças e os hábitos alimentares para, depois, orientar a construção de uma pequena horta doméstica e incentivar a formação de um Clube de donas de casa para variar a dieta sem grandes recursos, mostrando que:

[391] AIA Photo Collection, Series 2, Brazil. Box 5. Folder 129. RAC.

[392] Peregrino, Major Umberto. *A Escola de Visitadores Agnes June Leith*. op. cit. p. 11.

> é possível fazer 20, 50 vezes mais em prol da felicidade da família sem ser preciso um tostão a mais para a aquisição de alimentos caros. Nada de latas de conserva dentro da dispensa modesta. Ficam convencidas as donas de casa que o segredo da boa alimentação, da alimentação saborosa e nutritiva, está na variedade dos elementos que a integram, nos cardápios e na sua hábil preparação[393]

No Ceará, havia também aulas de corte e costura para as filhas dos trabalhadores e outras com lições para saberes considerados "femininos", ou seja, para noções com objetivos formadores de mulheres na criação e educação dos filhos, da "maternidade científica". Esses cuidados foram registrados na Seção "Para a mulher no lar", publicada periodicamente no Boletim Mensal do SAPS[394]. Nessa coluna, cartas de leitoras eram respondidas com dicas para limpeza do lar, receitas culinárias e informações sobre nascimento e desenvolvimento das crianças.

Na imprensa, nos veículos internos de comunicação do SAPS nacional e local e nas estruturas da EVAAJL as atividades recém-chegadas a Fortaleza chamavam atenção pela inovação que representava. O encontro das agendas modernizadoras da agência norte-americana, dos planos de Getúlio Vargas e das elites locais finalmente conseguiam se encontrar. Assim como Marcos Cueto observou na Campanha de Erradicação da Malária no México, uma demanda internacional e ação de agentes privados associados a governos nacionais e lideranças locais viabilizou um projeto com sentido próprio também para a comunidade envolvida[395].

Ao mesmo tempo em que um legião de moças eram recrutadas para ensinar o país a como "comer bem", operários conviviam em um espaço totalmente diferente das

---

[393] "Funcionará em Março o curso de Visitação Alimentar: Inscrições, até 2ª feira, na Escola de Nutrição."In: Gazeta de Notícias, Quinta-feira, 28 de Fevereiro de 1945 (Ano XVIII, N°. 5.505). Acervo BPGMP.

[394] "Para a mulher no lar";. In: Boletim mensal do Serviço de Alimentação da Previdência Social. Rio de Janeiro, Ano 1. n. 1.nov. 1944. p. 3 BNRJ; "O SAPS em legendas". In Boletim mensal do Serviço de Alimentação da Previdência Social. Rio de Janeiro, Ano 1. n. 2. dez. 1944. p. 20-1. BNRJ

[395] Cueto, Marcos. *La salud internacional y la Guerra Fria*: Erradicación de la malaria en México, 1956-1971. México, DF: UNAM, Instituto de Investigaciones Históricas, 2013.

opções de marmitas e almoços da cidade velha. Tais transformações seriam bastante impactantes nas vidas e trajetórias de uma série de mulheres e homens que dedicaram anos de suas vidas participando desse ambicioso projeto modernizador.

4.5) Entre saudosismos e ambiguidades: memórias de trabalhadores do SAPS-CE

Em poucos anos de atividades o SAPS-CE construiu burocracia pública, fundou uma escola, fez um restaurante, ergueu um creche, criou um programa de visitadoras domiciliares de alimentação e uma rede de postos de venda de alimentos. Impactou a vida cotidiana da capital cearense e de algumas outras cidades no interior (no caso dos postos) na relação com o espaço urbano, na oferta de serviços e na provisão pública de alimentos em um estado antigo conhecido pelo flagelo da fome que ganhava formas mais severas em ciclos de seca. A obra erguida em um contexto político determinado envolveu dezenas de pessoas e seu desaparecimento institucional provocou como veremos a seguir, sentimentos de nostalgia diversos, memórias plenas da ausência que o projeto social do SAPS fazia, em alimentação e em assistência social.

O único estudo dedicado à EVAAJL, realizado por Marlene Cidrack, é contribuição fundamental para desvendar em que medidas as visitadoras de alimentação viam-se como partícipes do projeto modernizador em curso. Para Cidrack, à despeito do caráter higienista, da tentativa de mudar o padrão alimentar da sociedade e da tradução do discurso modernizador dos médicos nutrólogos, a EVAAJL preencheu a identidade profissional de uma legião de mulheres fundando uma escola com prestígio nacional e internacional. Havia muita convicção entre as jovens da Escola que as noções de puericultura, sociologia, psicologia, enfermagem, horticultura, economia doméstica, corte e costura, artes, assistência social, estatística e visitação domiciliar eram fortemente ratificada pelas moças mesmo após a conclusão do curso[396].

[396] Cidrack, Marlene Lopes. *Visitadoras de Alimentação*: legado da Escola Agnes June Leith. Fortaleza: Edições UFC, 2011. p. 80.

Nos depoimentos de ex-funcionárias, técnicos de serviços administrativos, da creche e visitadoras da EVAAJL de fato observamos uma nostalgia de quem anos depois lembra-se da obra iniciada em 1943. Seguramente precisamos observar as entrevistas realizadas quase 70 anos depois das atividades do SAPS-CE atentando para variadas possibilidades de identidades profissionais e construção de narrativas e memórias ao longo de todos esses anos. Esquecimentos, exemplos, subjetividades e ênfases falam de uma particularidade rememorada de forma emotiva e geralmente heroica do trabalho realizado. Alguns usos e especificidades da história oral demonstraram as armadilhas que a tarefa de buscar em entrevistas as respostas desse tipo passado vivido e posteriormente celebrado. No entanto, as tais subjetividades não invalidam tais lembranças, pelo contrário, reforçam os diálogos do passado e do presente, da história vivida e da história contada *a posteriori*. Por fim, é interessante analisar o legado material em intrínseca relação com o passado. Releituras posteriores com ausências e surpresas, com novidades interpretativas para além das fontes escritas são uma unidade em quase todos.

Em depoimentos realizados em outubro de 2013, nota-se que o sentido local da agência como responsável pela transformação nos quadros de pobreza, miséria e fome são recorrentes ideias na memória de uma geração de cearenses que ergueram suas trajetórias profissionais na agência, muitas vezes relacionando trabalho, concepções humanistas e religiosidade. Noções de um modelo de ordenação da família, de uma nova moralidade associada com a prática de comer são recorrentes nas entrevistas das mulheres que compuseram o SAPS-CE. Em um estudo sobre a ação de guardas e visitadoras sanitárias do SEPS nos anos 1940, Carla Teixeira observou as conexões entre tecnologias sanitárias e caracteres humanos na prática desses formadores de hábitos eram ambíguas no processo de disciplinarização de corpos e pessoas nas regiões de atuação do SESP. Para Teixeira, sobretudo as visitadoras atuavam entre a informação, o adestramento, a inspeção e a coerção como agentes de um modelo do SESP de processo "político sanitário" [397].

Tal concepção de corrigir hábitos sem diálogo com uma concepção mais comunitária, além de ter sido um traço marcante na formação da geração do SAPS, é ainda elemento central na identidade contemporânea de ex-funcionários do SAPS-CE. O projeto da EVAAJL

[397] Cf. Teixeira, Carla Costa. "Interrompendo rotas, higienizando pessoas: técnicas sanitárias e seres humanos na ação de guardas e visitadoras sanitárias." In: *Ciência & Saúde Coletiva*, 13(3):965-974, 2008. p. 973

teve grande repercussão nacional, sendo comum que as formandas conseguissem se empregar nas unidades do próprio SAPS e nos quadros da saúde pública. Anos depois, em 1950, seria criada uma escola similar em Belo Horizonte também com a missão de "assistir as famílias dos trabalhadores em suas próprias casas, num amplo trabalho de educação alimentar e de combate aos desajustamentos sociais em geral"[398].

A ausência quase que total da presença americana na memória das pessoas entrevistadas é um dos pontos iniciais do processo de formação dessas memórias e narrativas. As entrevistadas contam que ao ingressarem na EVAAJL após seus primeiros anos não se lembram de nutricionistas, políticos ou técnicos estadunidenses visitando a unidade com frequência. Maria do Socorro Monteiro Vasconcelos, ex-aluna que foi também visitadora e trabalhou na creche da instituição lembra-se apenas da bolsa para a aluna formanda com a maior nota que era assegurada para estágio nos EUA. Oportunidade essa que ela recusou por não saber inglês e por preferir ficar no Ceará e em seguida fazer um estágio no Rio de Janeiro antes de assumir suas funções entre os quadros cearenses de maneira definitiva[399].

Ao invés disso, a clientela de moças vinha em sua maioria das capitais nordestinas, estados para onde elas geralmente retornavam. Casos como a realidade de pobreza extrema encontradas pelas visitadoras em suas cidades natais e em Fortaleza retornam com frequência às memórias de uma geração de saspianos. Em um desses casos Maria do Socorro narra uma ocasião em que uma mãe que vivia na perifeira de Fortaleza havia acabado de dar a luz a um bebê:

> Eu me lembro que eu cheguei em um casebre, uma tristeza. Uma senhora tinha tido nenê, tava uma esteira no chão ela deitadinha na esteira e a criancinha também no chão, na esteira e eu me lembro que nessa época era mais ou menos 2 e meia, 3 horas da tarde e ela me disse: '- Minha filha, eu estou morrendo de fome porque até uma hora dessas eu ainda não comi nada!'. E amamentando! Ave Maria, pense como eu fiquei...[400]

---

[398] Seção 1. Diário Oficial da União (DOU) de 24/01/1951. p. 14.

[399] Vasconcelos, Maria do Socorro Monteiro. [Depoimento]. Entrevistador: Érico Silva Muniz. Fortaleza: 1 CD, (44 min). Depoimento concedido ao projeto Alimentação em tempos de desenvolvimento: Uma história das políticas alimentares no Brasil (1940-1960). 21 out. 201.

[400]Ibidem.

A situação de fome endêmica encontrada, para utilizarmos uma categoria de Josué de Castro, denota para uma forma de atuação das visitadoras para além da frente pedagógica, uma iniciativa que partiu do trabalho de campo no contexto dos quadros de fome encontrados. No caso da mulher e do bebê a decisão de Maria do Socorro foi solicitar ao administrador do restaurante que levasse comida para aquela família, contrariando as funções meramente normatizadoras previstas.

Marcos Cueto demonstrou que a atenção básica à saúde na América Latina correspondeu a medidas emergenciais que se associaram às políticas de saúde como uma questão de bem-estar social especialmente em tempos de Guerra Fria. A "boa alimentação" adquiria caráter preventivo no controle de doenças expandido serviços públicos e alcances da cooperação internacional em saúde. Esse fenômeno, entendido como o advento da atenção primária à saúde dá muita ênfase aos profissionais de saúde, ao papel que coube a visitadoras e técnicos – inseridos num conceito de saúde pública. Esse fenômeno do qual a EVAAJL faz parte, ainda que sob essa lógica de melhoria das condições de vida, estava submetido a disputas ideológicas e à contensão de conflitos sociais oriundos do mundo do trabalho[401]. Esse é um dos motivos que atribuímos aos lamentos do fim do SAPS por quase todas ex-funcionárias e visitadoras de Fortaleza. Maria Carmem Campelo, que havia trabalhado como faturista e caixa dos postos de revenda de alimentos entre outras funções administrativas, reclama do fim do serviço da seguinte forma:

> Eu acho que foi uma maldade terem encerrado aquilo. Servia muito à população, ao comerciário, ao estudante, trabalhadores. Até famílias iam almoçar lá[402].

Francisco Sizenando Marques, atualmente com mais 90 anos de idade, conta que em duas passagens pelo SAPS acumulou os cargos de administrador e chefe de posto de revenda ao longo das décadas de 1940 e 1960. Para ele, a instituição era perfeita. Sizenando menciona

---

[401] Marcos Cueto. *O valor da saúde*: história da Organização Pan-Americana da Saúde, Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2007.

[402] Campelo, Maria Carmem. [Depoimento]. Entrevistador: Érico Silva Muniz. Fortaleza: 1 CD, (50 min). Depoimento concedido ao projeto Alimentação em tempos de desenvolvimento: Uma história das políticas alimentares no Brasil (1940-1960). 19 out. 2013.

a técnica, o rigor, as estruturas e a hierarquia sem deixar de notar que desde sempre a corrupção tenha sido endêmica no SAPS com desvios de toda natureza, atingindo as compras, as entregas e até mesmo o processo de empacotar macarrão produzido na unidade:

> O pacote de macarrão tinha que ser cada um pacote de meio quilo, o sujeito fazia de 450 gramas e ia juntando as 50 gramas para depois revender separado"[403].

A visão de Sizenando que culpa a corrupção pelo fim da instituição parece ser pouco factível. Apesar das saudades, é recorrente no depoimento dele e dos outros que o desmantelamento da instituição seria quase inevitável. Com o esfriamento da instituição ao longo dos anos, o SAPS foi perdendo força e prestígio, sendo incorporado à Companhia Brasileira de Alimentação (Cobal), em 1968. Uma vez desmantelada a instituição, a EVAAJL continuou existindo, mas eram outros tempos, a cadeia estava quebrada. O sumiço do SAPS do arcabouço estrutural produziu um enfraquecimento institucional forte. Ainda que o ganho simbólico e material sejam inegáveis, a perenidade do SAPS e das instituições construídas em Fortaleza nos anos 1940 mostram um face dessas políticas públicas que seria reforçada com a Guerra Fria, o caráter utilitário e propagandista das políticas sociais.

4.6) Considerações Finais

Ao não replicar a geopolítica contemporânea para a unidade da cartografia do passado estabelecemos – sem sobrevalorização dos centros e periferias clássicos erguidos pela História e pela cultura – outra possibilidade interpretativa. Estudar o caso fortalezense não nos parece que seja mirar algo específico ou na possível exceção. As políticas públicas e projetos aqui estudados independente do seu sucesso maior ou menor permitem vislumbrar a plenitude de um projeto de modernidade e desenvolvimento em formação, ideias que ganhavam força para além de fronteiras de estados ou municípios, com um legado material de instituições de longa duração.

---

[403] Marques, Francisco Sizenando. [Depoimento]. Entrevistador: Érico Silva Muniz. Fortaleza: 1 CD, (33min).Depoimento concedido ao projeto Alimentação em tempos de desenvolvimento: Uma história das políticas alimentares no Brasil (1940-1960). 22 out. 2013.

Assim como nos versos do escritor cearense Jader Carvalho, em 1942 a cidade de Fortaleza transformou-se “num sonho de metrópole”, de repente, em um rearranjo interno e externo, em uma nova coesão de forças, a capital nordestina ganhou outro papel na cultura política nacional. O fenômeno vivido é ao mesmo tempo material e simbólico. Vemos surgir em espaços de poucos meses uma nova burocracia pública que constrói prédios, institutos e campanhas duradouros ou temporários. Erguem-se bases militares, representações diplomáticas, um aeroporto. Medidas emergenciais tocadas em curto espaço de tempo metamorfoseando a cidade que se modernizava.

Migrações de soldados da borracha, presença de cônsules, militares norte-americanos rapidamente viraram rotina em Fortaleza. Médicos, nutricionistas, visitadoras de alimentação chegavam; postos de saúde, restaurantes populares e escolas e clubes de alimentação haviam surgido. Além de chegarem prédios, carros e equipamentos, vieram órgãos de pretensão nacional e internacional, com fins de representar o país moderno e em aliança com as forças democráticas estrangeiras, afastando as possibilidades de ideias comunistas. Simbolicamente temos um emaranhado de instituições, convocam-se forças políticas antes desconhecidas para administrarem as mais corriqueiras demandas da cidade como, por exemplo, onde fazer suas refeições, onde comprar arroz, ou feijão; como se proteger de um bombardeio ou como se organizar para tentar a vida nos seringais da Amazônia prometida.

Essa história é também uma história de desilusão de milhares de homens e mulheres que, sob a promessa do progresso, da ciência e da soberania, depositaram esforços e desmantelaram famílias em migrações forçadas; fosse aquela migração para em regime de internato estudar numa escola com soldo pequeno em nome de um projeto de país e de assistência social ou naquele engajamento de subir em um comboio rumo ao desconhecido sem a certeza do retorno. Os ganhos do Complexo de Fortaleza projetaram a capital cearense no mapa mundi, mas não foram capazes de arrefecer o triste sentido das migrações desse país.

CONCLUSÃO

Se a fome e a desnutrição eram fenômenos historicamente conhecidos no Brasil, apenas um contexto político e social específico foi capaz de viabilizar políticas públicas para lidarem com esses problemas. O desenvolvimento de pesquisas sobre componentes químicos da alimentação e as preocupações com o abastecimento como questão de defesa nacional foram internacionalmente beneficiados pelo clima de conflito vivido no entre guerras. As transformações vividas ao longo das décadas de 1920 e 1930 marcavam um novo momento da saúde internacional. Com a criação da OPAS em 1902, do *Office International de Hygiene Publique,* em 1907 e a da OSLN, em 1921 firmavam-se novos espaços intergovernamentais de debate sobre saúde das populações para além das medidas de controle de migrações, de fronteiras e de doenças em esporádicos encontros que marcaram o início do século XX e a nutrição esteve no centro de alguns desses debates científicos.

No período entre guerras era a vez da ciência e da especialização, da valorização de técnicas do campo da nutrição. A crise no concerto das nações transformava-se em oportunidade. A OSLN consolidava-se como órgão técnico da Liga das Nações realizando levantamento estatístico em saúde, padronizando conceitos no campo da biologia e orientando as reformas dos sistemas de Saúde de seus países membros. A direção de Ludwik Rajchman (1921-1939) trabalhou na definição de escolas de pensamentos, encaminhando debates que levariam aos parâmetros da nutrição em escala global.

Com a Segunda Guerra Mundial, a propaganda varguista enfatizou o "esforço de guerra" como uma questão de todos, utilizando-se do conflito como mecanismo para barganhar políticas públicas para alimentação popular e assistência social. Além disso, nos anos da Guerra antigos planos de desenvolvimento sairiam do papel. O auxílio alimentar para trabalhadores passou a ser justificado também pela alta da inflação, a instabilidade de abastecimento interno e a necessidade da continuidade dos serviços da indústria. A educação alimentar nos espaços dos restaurantes do SAPS e nos bairros operários passou a significar um elemento importante dd política pública alimentar que se formava. A questão da alimentação como matéria de defesa nacional viabilizou ainda o desenvolvimento de uma rede de postos de revenda de gêneros alimentícios com subsídio estatal.

Os Acordos de Washington e convênios firmados após 1942 foram, relevantes para o desenvolvimento da nutrição como ciência e para definição dos campos de atuação profissional de médicos nutrólogos e visitadoras de alimentação nas cidades brasileiras mais afetadas pela Segunda Guerra Mundial. Após agosto de 1942, para além dos fóruns internacionais, as preocupações com a política social para alimentação chegava aos Estados nacionais. Estudos sobre o desenvolvimento da assistência social em países latino-americanos como Uruguai, Peru, Argentina, México e Brasil mostram que a alimentação adquiria um papel central nos processos de industrialização e urbanização das capitais e grandes cidades. Restaurantes populares, venda de alimentos subsidiados em armazéns públicos e programas de merenda escolar foram medidas recorrentes em meio aos processos de modernização da região.

Muitas vezes a modernização que chegaria também à agricultura com o desenvolvimento da agronomia contava com significativos investimentos privados. Nos casos estadunidense e canadense vemos surgir uma proteção social e o desenvolvimento da ciência da nutrição em um modelo híbrido com participação de entes públicos e privados atuando na definição de padrões científicos e de ação social. Investimentos em pesquisa do National Research Council a partir de 1940, consultas para alimentação originadas de órgãos como escolas, fábricas e presídios marcaram o período. A cooperação com as universidades, a visitação domiciliar de caráter pedagógico e a criação de bolsas de repasse de renda como os *cash relief*, *family allowances* e *baby bonus* foram as principais medidas no campo da alimentação no esforço de reconstrução da Segunda Guerra Mundial na América do Norte que serviriam de modelos para algumas ações de visitação domiciliar implementadas pelo SAPS no Brasil.

Além das fundações privadas, modelos liderados parcialmente pelo governo e pela sociedade civil como o AIA e o IBEC sob a coordenação de Nelson Rockefeller, John Camp e Wallace Harrison foram destacados partícipes em projetos de nutrição no Brasil. Através de um modo de operação consagrado pela Fundação Rockefeller, convênios de 2 ou 3 anos eram firmados onde os norte-americanos ocupavam cargos diretores e definiam o projeto político-pedagógico das instituições, as diretrizes para intervenção em projetos de nutrição na América Latina eram delineadas. A partir de projetos como o da EVAAJL, as áreas de nutrição e agronomia no Brasil e na Venezuela contaram com sólidos convênios estadunidenses entre 1940 e 1961.

No Brasil, as ideias modernizadoras e as técnicas de nutrição se materializaram em um debate sobre a alimentação operária com espaço para estudos sobre conteúdo dos alimentos, pesquisas laboratoriais, e projetos que alçavam a alimentação ao topo das preocupações. Uma comunidade formada por médicos nutrólogos, nutricionistas e visitadoras de alimentação contribuiu para difusão dos padrões erguidos internacionalmente e referendados pela ciência nacional. Esses estudos chegavam a conclusões muitas vezes conflitantes com os hábitos alimentares nacionais mais tradicionais. A condenação da mandioca, alimento altamente presente sobretudo nas mesas das regiões com maiores índices de subnutrição é um exemplo de que tipo de mudança se prescrevia; planos pedagógicos muitas vezes arbitrários minimizando a importância de especificidades locais.

Os modos higiênicos recomendados pelos nutrólogos do SAPS eram divulgados em seus periódicos científicos, difundidos em emissões radiofônicas e publicados em livros. Era a ênfase na "educação alimentar", a mesma forma de pensamento capaz de condenar a mandioca pela pobreza de seus componentes e recomendar, por exemplo, o hábito pouco comum entre trabalhadores de consumir um copo de leite durante o almoço em nome da ingestão de maiores quantidades diárias de cálcio. A farinha de mandioca na cultura alimentar de diferentes regiões do país era amplamente conhecida à época. Nomes como o do antropólogo norte-americano Charles Wagley já haviam estudado a monotonia alimentar de alguns grupos populacionais pelo consumo excessivo do tubérculo, a ponto de considerar que o Brasil poderia ser a "civilização da mandioca", em parte um dos motivos de suas próprias carências alimentares.

Outros estudos como os levantamentos de teores vitamínicos e nutricionais de feijões, soja, pimentas e peixes eram conduzidos desde o início do século XX por médicos nutrólogos. Josué de Castro, personagem central dos marcos conceituais desse processo, ao lado de nomes como Jamesson de Lima, Nelson Chaves e Orlando Parahym foi um dos primeiros a problematizar os quadros de desnutrição encontrados pelo Brasil. Além da Universidade do Brasil, a Escola de Recife também desempenhou importante papel na incorporação dos saberes da nutrologia para a saúde pública, especialmente no âmbito do Instituto de Nutrição do Nordeste. Chaves e Castro que desempenhavam destacada função intelectual à época e, além deles, outros nomes assumiram a gestão de instituições públicas de política social para alimentação, indicando que existiam perfis profissionais distintos na agenda pública, relacionada à questão da alimentação.

Um desses homens foi Helion Póvoa, médico formado na então Universidade do Rio de Janeiro, onde também atuou em pesquisa aplicada às mazelas do país. Admirador de Vargas, participou ativamente das instituições públicas de assistência social criadas durante o Estado Novo. Como Presidente do Abrigo Cristo Redentor, Póvoa transformou sua identidade profissional como missão humanitária associando-se a tradições católicas. Na ocasião de criação do SAPS, Póvoa pôde atuar como professor, acadêmico e gestor público com destaque para as políticas de alimentação popular como questão de solidariedade com a pobreza.

Dante Costa destaca-se especialmente pela sua vasta produção acadêmica. Ao longo dos mais de 30 anos exercendo a profissão médica trabalhou para difundir os conceitos da "alimentação racional", para criar frentes pedagógicas no ensinamento de modernas técnicas e maneiras de preparar os alimentos para mães e donas-de-casa. Costa organizou o primeiro projeto piloto de merenda escolar para filhos de trabalhadores do SAPS. Coordenando as turmas do serviço de visitação domiciliar no Rio de Janeiro foi um dos principais responsáveis pela defesa da mudança social pela qual as famílias operárias deveriam passar, com a realização de inquéritos e publicação de livros sobre as possíveis associações entre alimentação, saúde e progresso econômico. Os cursos de formação de visitadora de alimentação coordenados por Dante Costa no Rio de Janeiro desempenharam a partir de 1943 a frente pedagógica de forma mais direta. Ao adentrar o lar de mães e famílias operárias, as visitadoras do Rio de Janeiro e da Escola criada em Fortaleza alargaram o entendimento da cobertura do SAPS para além de seus refeitórios. A chegada da visitadora no lar representava um novo momento político ideológico do SAPS onde mais do que noções educativas de higiene e nutrição, lições era pregadas em visitação domiciliar em tom quase coercitivo. Concepções sobre ignorância e desnutrição caminhavam em uma linha tênue definindo um ciclo de responsabilização pela fome e negligenciando aspectos da produção e distribuição de alimentos, das migrações, do alto custo de vida nas cidades e dos malefícios da industrialização.

Dando sequência a esse projeto, Umberto Peregrino foi o primeiro diretor do SAPS sem formação médica. Formado pela Escola Militar de Realengo, o major assumiu o Serviço logo após o Estado Novo, tendo sido um dos principais responsáveis em 1947 pelo convênio com o AIA, o que lhe rendeu importantes parcerias como a conturbada negociação para criação da EVAAJL em Fortaleza. Benemérito do IHGB, publicou obras literárias e de crítica social; escreveu uma biografia de Euclides da Cunha e livretos sobre a importância da

assistência e da educação alimentar no Brasil como medidas de saúde. Entre Peregrino, Costa e Póvoa, um traço comum: três perfis profissionais que associavam alimentação balanceada a uma maior produtividade, ou seja, a uma necessidade oriunda sobretudo do mundo do trabalho. Essas ideias e seus decorrentes projetos tiveram na cena urbana das grandes cidades sua viabilidade em sintonia ainda com as recomendações internacionais, com os planos da política trabalhista de Vargas e com a definição de uma política alimentar de aspiração nacional.

Financiado por contribuições previdenciárias oriundas dos IAPs e CAPs, o SAPS nascia atrelado ao trabalhismo dos anos 1940. Viabilizando uma vontade dos médicos nutrólogos, contendo crises de abastecimento e altas de preço de gêneros alimentícios nas grandes cidades, esse tipo de assistência alimentar esteve a maior parte das vezes atrelada à condição de emprego, uma cidadania regulada que era outorgada apenas aos detentores de carteira de trabalho assinada. O SAPS também fez parte da política de assistência social varguista, ao estabelecer parceria para refeições gratuitas para desempregados e menores infratores, assinando convênios com o SEMTA, e cooperando com a LBA garantindo o "sentido social" da obra em curso.

O SAPS obteve legitimidade de operários de diversas formas. Suas sedes eram dotadas de um espaço de convivência, tinham biblioteca, discotecas e concursos culturais. Ao lado da CME e do STAN, o SAPS foi capaz de criar uma cultura de convivência e lazer para homens operários, suas esposas e filhos. Em seus refeitórios com funcionários uniformizados, roletas, tickets, secadores de mãos, bandejas, cartazes, panfletos e anúncios sonoros dava conta de ambientar o modelo do restaurante higiênico. As cifras na casa dos milhões de refeições por ano confirmam a materialidade do projeto e o crescimento da rede ainda em seus primeiros anos.

O encontro dessas ideias e políticas para alimentação de trabalhadores não teria sua plenitude na capital federal. Foi na cidade de Fortaleza que essa política social teria todas as condições reunidas para um atuação ampla e diversificada. O envolvimento do Brasil na Segunda Guerra Mundial em 1943, o acúmulo de experiências em nutrição e a modernização urbana vivida regionalmente deslocaram anseios políticos e econômicos internacionais, nacionais e locais para a capital do Ceará. Dessa forma, promovendo rotina em alimentação e saúde na base militar estadunidense instalada na cidade através do convênio com o SESP,

destacando a importância da nutrição nos deslocamentos dos “Soldados da Borracha” recrutados pelo SEMTA, DNI e *Rubber Development Coorporation* Fortaleza atendia a uma demanda de urbanização contando ainda com a instalação de uma Delegacia Regional do SAPS no Ceará. A aprovação das elites locais veio rapidamente com apoio da nova classe industriária.

No caso do SAPS-CE, o contexto de sua criação viabilizaria ainda um plano financiado pelo AIA e o IBEC, a EVAAJL. Tal projeto representou ainda uma possibilidade de profissionalização para uma geração de mulheres que vindas de todas as regiões do Brasil e de países vizinhos tinham na formação como visitadoras de alimentação a oportunidade de sua entrada no mercado de trabalho ainda que atuassem como agentes da mudança social programada que trocava o poder coercitivo por uma frente pedagógica plena de conceitos de nutrição e higiene em uma concepção da maternidade científica. Um dos motivos da sobrevida da EVAAJL em distintos contextos políticos pós-Vargas é que além do apoio internacional e nacional a Escola tinha um lugar para si em sua comunidade. O projeto iniciado em virtude da filantropia estadunidense logo adquiriu sentido local nas representações urbanas e na demanda por investimentos em que eram referendados pela Igreja e pelos militares, interventores, imprensa e elite locais.

Esse legado material, em Fortaleza, no Rio de Janeiro e em outras localidades estudadas, é visível. Instituições públicas e privadas, agências nacionais e internacionais, especializações médicas, uma nova ciência, novas profissões técnicas, inclusão de mulheres no mercado de trabalho e expansão de políticas pelo território nacional são alguns dos elementos desse novo momento de preocupação com as questões alimentares. A inclusão do Brasil nas redes de tradições científicas em nutrição, a formação de escolas e instituições duradouras viveram um notório crescimento em menos de uma década de políticas públicas organizadas pelo Estado. Ainda que as ideias e a ação pública e privada tenham produzido ganhos quanto ao aprimoramento de técnicas de conservação, lições domésticas de uso e conteúdo nutricional de alimentos, tais medidas no plano regional tiveram em si um caráter nitidamente regulador da pobreza e das desigualdades e do medo trazido pelas migrações do interior em busca de melhores condições de vida na cidade.

Seguindo essa perspectiva e mudando a escala vemos na regionalização do SAPS um fenômeno onde o sentido local associado ao projeto de nação em curso evidencia as

possibilidades de associação entre ciência, economia, política pública, filantropia e assistência social. Localizamos na cidade de Fortaleza a plenitude da execução desse projeto modernizador que tem na alimentação uma de suas principais frentes de atuação. O discurso modernizador interno, da Marcha para o Oeste, da ocupação da Amazônia, aliava-se às motivações diretas do esforço de guerra com instalação de bases militares estadunidenses, questões de defesa nacional costeira contra invasões nazistas construíram aparato público e com financiamento da cooperação internacional para lidar com questões como rotina em saúde pública e alimentação. O encontro desses ideiais com a ascensão de uma burguesia industrial local fez com que a capital do Ceará pudesse ser mais do que um estudo de caso como possível exceção, mas o encontro de propostas e políticas típicas de uma geração em um dado espaço inicialmente pensado como periférico.

A industrialização brasileira parecia a essa altura ir para um caminho sem retrocesso e as respostas das políticas sociais para os fenômenos de desigualdades urbanas criavam uma infraestrutura permanente ou temporária que permitiu variadas respostas para antigos problemas. O próprio desenvolvimento utilitário da ciência e da pesquisa nas universidades colaborou com a ideia de formar uma classe operária produtiva e bem alimentada para a tarefa de desenvolver o país. Ao organizar uma densa rede de instituições de assistência social para gerir a política alimentar, a assistência ao operariado das grandes cidades era delineada. Com fins de conter greves, revoltas e insurreições frutos da concentração fundiária, da produção irregular de alimentos, da opção pelo latifúndio e do crescente custo de vida, restaurantes e visitação domiciliar revelaram-se ainda poderosos instrumentos de controle social.

Em outubro de 1945, com o fim do Estado Novo, o SAPS e os outros órgãos governamentais já estavam estruturados e atendendo a demandas proletárias em várias cidades do país. Os anos do governo Dutra mantiveram o crescimento da agência ainda impulsionado pelo sentido preventivo assegurado com a Segunda Guerra Mundial. Foram anos de consolidação de parcerias já existentes com a filantropia estadunidense e com a política externa do governo dos EUA. Nessa missão civilizatória, a política alimentar com foco no mundo do trabalho suavizou tensões, socorreu mendigos, crianças e trabalhadores de quadros de desnutrição e da oferta precária de serviços de restaurantes operários ou de desjejum escolares. Os primeiros sete anos dessa experiência de uma política alimentar nacional fechavam seu ciclo dando origem ainda a uma série de novas profissões médicas. As filiações da nutrologia com a química, a higiene, e o serviço social desenvolveram categorias e

identidades profissionais variadas. Técnicos, médicos nutrólogos, visitadoras de alimentação e nutricionistas formavam-se enquanto trabalhavam para a construção da assistência pública aos trabalhadores formalizados.

O encerramento dessas diretrizes ocorreu em 1967 durante os anos da ditadura militar, o que fez com que a memória do SAPS se limitasse aos colaboradores e aos beneficiários remanescentes. Se o caráter coercitivo do Estado em processo de modernização é importante para entender o aspecto centralizado dos serviços, os debates acadêmicos e a mobilização social foram também fundamentais para os rumos do SAPS e de outras políticas públicas para a alimentação nacional. Como vimos ao longo da tese, serviços de pretensão nacional muitas vezes não tiveram alcance muito além da forma de leis e decretos ou de redes de delegacias regionais que pouco produziram. Dessa forma, a conjuntura externa da Segunda Guerra Mundial foi determinante também nos rumos internos da regionalização das medidas que administraram as questões alimentares. O envolvimento gradativo e hesitante do Brasil no conflito possibilitou barganhas para além de compras de produtos estratégicos e reequipamento de arsenal bélico ou reconfiguração dos contingentes militares.

Algumas dessas ideias e propostas, hoje obsoletas ou no mínimo controversas, refletem bem o fazer da ciência como um constructo social localizado no tempo e no espaço. Experimentos dos médicos nutrólogos tiveram pouco diálogo com a cultura alimentar operária, pois ao partirem de pressupostos que relacionavam um ciclo de ignorância, pobreza e fome como responsabilidade das famílias brasileiras. Para eles, tratava-se de um povo que crescia à base de farinha de mandioca sem se beneficiar das vantagens das gorduras, ovos e leites. A condenação da dieta praticada pelas classes operárias é um traço marcante na ação de comunidades científicas nos anos 1940 em nível internacional e nacional. A negação de costumes alimentares e a prescrição de dietas com alimentos importados ou estranhos da maioria das famílias operárias brasileiras caracterizou a ação social de nutrólogos e visitadoras de alimentação. Assim, uma dada concepção de saneamento social impunha-se com a gênese de uma política para alimentação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes primárias publicadas

Carvalho, Jader. *Meu passo na rua alheia*. Fortaleza: Terra do Sol, 1981.

Castro, Josué de. *Geografia da Fome*: O Dilema Brasileiro, pão ou aço. Rio de Janeiro: Edição Antares, 1984. 10.ed.

_____. *Geopolítica da Fome*: Ensaio sobre os problemas de alimentação e de população no mundo. Rio de Janeiro: Editora da Casa do Estudante do Brasil, 1955. 3.ed.

_____. *A questão do salário mínimo.* Rio de Janeiro: Departamento de Estatística e Publicidade (Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio), 1935.

_____. O Problema da Alimentação no Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933.

_____. *Alimentação e Raça.* Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1935.

_____. *O Problema Fisiológico da Alimentação no Brasil*. *Recife:* Editora Imprensa Industrial, 1932.

_____. Condições de Vida das Classes Operárias do Recife. Recife: Departamento de Saúde Pública, 1935.

_____. Alimentação e Raça. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1935.

_____. A Alimentação Brasileira à Luz da Geografia Humana. Rio de Janeiro: Livraria do Globo, 1937.

Chaves, Nelson. Carvalho, Jader. *Meu passo na rua alheia*. Fortaleza: Terra do Sol, 1981.

Costa, Dante. *Alimentação do escolar***.** Rio de Janeiro, DF: Ministério da Educação e Saúde, 1949.

_____. *Alimentação e Progresso*: O Problema no Brasil – Alguns aspectos sociais da alimentação humana. Rio de Janeiro: Serviço de Alimentação da Previdência Social, 1951.

_____. *Cálcio, leite e alimentação humana.* Rio de Janeiro: Serviço de Alimentação da Previdência Social-SAPS, 1953. Coleção Estudos e Pesquisa Alimentar – Série gigante. v.1

_____. *Merendas Escolares* (Vinte e cinco sugestões de merendas para crianças escolares brasileiras). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943.

Dalrymple, Martha. The AIA Story: Two Decades of International Cooperation. American International Association for Economic and Social Development, 1968.

Peregrino, Umberto. *Ideias sobre Assistência e Educação Alimentares no Brasil*. Rio de Janeiro, SAPS: 1950.

Queiroz, Rachel de. *O Quinze.* Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1971. 13. ed.

Ramos, Graciliano. *Vidas Secas.* Rio de Janeiro: Record, 1991. 60 ed.

Wagley, Charles. *Uma comunidade amazônica*: estudo do homem nos trópicos. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988. 3.ed.

Livros, artigos e teses

Acuña, Kátia; Cruz, Thomaz. “Surgimento da ciência da nutriçäo e breve histórico das políticas de alimentaçäo no Brasil”. In: *Revista Baiana de Saúde Pública* 27(1/2)(1/2): 114-123, jan.-jul. 2003.

Alves, Branca Moreira. *Ideologia e Feminismo*: A luta da mulher pelo voto no Brasil. Petrópolis: Ed. Vozes, 1980.

Alves, Vágner Camilo. *O Brasil e a Segunda Guerra Mundial*: história de um envolvimento forçado. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2002.

Amado, Janaína & Ferreira, Marieta de Moraes (coords.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

Andrade, Rômulo de Paula. *A Amazônia na era do desenvolvimento*: saúde, alimentação e meio ambiente (1946-1966). Rio de Janeiro: Tese de Doutorado em História das Ciências e da Saúde – Casa de Oswaldo Cruz/Fundação Oswaldo Cruz, 2012.

_____. *A Amazônia vai ressurgir!* Saúde e saneamento na Amazônia no primeiro governo Vargas (1930-1945). Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado em História das Ciências e da Saúde – Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, 2007

Andrade, Rômulo de Paula; Hochman, Gilberto. "O Plano de Saneamento da Amazônia (1940-1942)". In: *História, Ciências, Saúde – Manguinhos,* Rio de Janeiro, v.14, suplemento, p.257-277, dez. 2007.

Arruda, Bertoldo Kruse Grande de; Arruda, Ilma Kruze Grande de "Marcos referenciais da trajetória das políticas de alimentação e nutrição no Brasil". In:*Rev. Bras. Saude Mater. Infant.*7(3): 319-326,2007. Sep.

Azevedo, Nara; Ferreira, Luiz Otávio. "Modernização, políticas públicas e sistema de gênero no Brasil: educação e profissionalização feminina entre as décadas de 1920-1940.". In: *Cadernos Pagu*, Campinas, n.27, p.217-254. jul.-dez. 2006.

Barona, Josep L. "Nutrition and Health. The International Context During the Inter-war Crisis." In: Social History of Medicine Vol. 21, n, 1 pp. 87–105.

Barros, Maria Sylvia & Tartaglia, José Carlos. "A Política de Alimentação e Nutrição no Brasil: Breve histórico, avaliação e perspectivas." In: *Alimentos e nutrição.* Ano: 2009 Vol:14 n.1.

Belik, Walter; Silva, José Graziano da; Takagi, Maya. *Políticas de Combate à Fome*. São Paulo: Perspectiva. v. 15. n. 4, 2001, p. 119-129.

Bezerra, José Arimatea B. “Do Programa Nacional de Merenda Escolar (1954) ao Programa Fome Zero (2003): rastros do itinerário da política de alimentação escolar no Brasil”. In: José Arimatea Barros Bezerra; Maria Juraci Maia Cavalcante. (Org.). *Biografias, instituições, idéias, experiências e políticas educacionais.* Fortaleza: Editora UFC, 2003, v. 1, p. 449-467.

_____. “O processo de Gênese do saber em alimentação no Ceará”. In: Grupos de Estudo em História e Cultura da Alimentação da UFRR. 2009. Disponível em: http://www.historiadaalimentacao.ufpr.br/grupos/textos/Texto%20Arimateia.pdf. Acesso em 20/11/2011.

Birn, Anne-Emanuelle. “Doctors on Record: Uruguay’s Infant Mortality Stagnation and Its Remedies, 1895–1945”. In: *Bull. Hist. Med.,* 2008, *82* : 311–354.

_____. “The stages of international (global health): Histories of success or successes of history?” In: *Global Public Health*, 4: 1. pp. 50-68.

_____. “O nexo nacional-internacional na saúde pública: o Uruguai e a circulação das políticas e ideologias de saúde infantil, 1890-1940.” In: *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 13, n. 3, p. 675-708, jul.-set. 2006.

Birn, Anne-Emanuelle & Hochman, Gilberto. Communication, Control, and Co-operation: (Latin) American Interchanges in the History of International Health. In: *Canadian Bulletin of Medical History*. 25(1). 2008. pp. 7-16.

Bizzo, Maria Letícia Galluzzi. “Ação política e pensamento social em Josué de Castro”. In: *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi.* 4(3): 401-420, 2009 Dec.

_____. *Agências internacionais e agenda local*: atores e idéias na interlocução entre nutrição e país (1932-1964). Rio de Janeiro: Tese de Doutorado em História das Ciências e da Saúde – Casa de Oswaldo Cruz/Fundação Oswaldo Cruz, 2012.

Borrero, Mauricio. “Food and Politics of Scrcity in Urban Soviet Russia, 1917-19411”. In: Belasco, Warren & Scranton, Philip (eds.). *Food Nations*: Selling Taste in Consumer Societies. New York and London: Routledge, 2002. pp. 258-76.

Bosi, Maria Lúcia. *A face oculta da nutrição*: ciência e ideologia. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1988.

Brown, Theodore, Cueto, Marcos e Fee, Elizabeth. "The World Health Organization and the Transition from 'International' to 'Global' Public Health". In: *American Journal of Public Health*, 96, 1, 2006. pp. 62-72.

_____. A transição de saúde pública 'internacional' para 'global' e a Organização Mundial da Saúde. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 13, n. 3, p. 623-47, jul.-set. 2006.

Borowy, Iris. *Coming to Terms with World Health*: The League of Nations Health Organization 1921-1946. Frankfurt am Main: Peter Lang, 2009.

Caminha, Mônica Cruz. *Abrigo do Cristo Redentor:* estado e assistência social no primeiro Governo Vargas (1936-1945). Mestrado em História das Ciências e da Saúde. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz/Fundação Oswaldo Cruz, 2012.

Campos, André Luiz V. de. *Políticas internacionais de saúde na Era Vargas:* o Serviço Especial de Saúde Pública, 1942-1960. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

Canesqui, Ana Maria. "Antropologia e alimentação". In: *Rev. Saúde públ.,* São Paulo vol. 22.1988. pp 207-16.

Cidrack, Marlene Lopes. *Visitadoras de Alimentação*: legado da Escola Agnes June Leith. Fortaleza: Edições UFC, 2011.

Costa, Jurandir F. *Ordem médica e norma familiar.* Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

Cueto, Marcos. *Excelencia científica en la periferia: actividades científicas e investigación biomédica en el Perú – 1890-1950*. Lima: GRADE. Concytec, 1989.

_____. *La salud internacional y la Guerra Fria*: Erradicación de la malaria en México, 1956-1971. México, DF: UNAM, Instituto de Investigaciones Históricas, 2013.

_____. *The Value of Health*: a History of the Pan American. Health Organization. Washington, D. C.: Pan American Health Organization.

Cullather, Nick. The Hungry World: America's Cold War Battle against poverty in Asia. Cambridge; London: Harvard University Press, 2010.

Cytrynowicz, Roney. *Guerra sem guerra*: A mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial. São Paulo: Geração Editorial: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

D'Araújo, Maria Celina. "Estado, classe trabalhadora e políticas sociais". In: Ferreira, Jorge & Salgado, Lucila de Almeida Neves (orgs.). O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo – do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Livro 2.

Dalrymple, Martha. *The AIA Story*: Two Decades of International Cooperation. American International Association for Economic and Social Development, 1968.

Douglas, Mary. "Deciphering a Meal". In*: Daedalus*, Vol. 101, No. 1, Myth, Symbol, and Culture (Winter, 1972), pp. 61-81.

Drinot, Paulo. "*Food, Race, and Working-Class Identity*: Populism and Restaurantes Populares in Peru". In: *The Americas* 62:2 October, pp. 245-270.

Edkins, Jenny. *Whose Hunger*? Concepts of Famine, Practices of Aid. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2008

El-Kareh, Almir Chaiban. *A vitória da feijoada*. Niterói: Editora da UFF, 2012.

Elias, Norbert. *O processo civilizador:* Uma história dos Costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

Evangelista, Ana Maria da Costa. "Prato do dia no SAPS: arroz, feijão, discos e livros.". In: Ferreira, Jorge. *O Rio de Janeiro nos jornais*: ideologias, culturas políticas e conflitos sociais (1946-1964). Rio de Janeiro: 7 Letras, 2011. pp. 122-135.

_____. *Arroz e feijão, discos e livros*: História do Serviço de Alimentação da Previdência Social (1840-1967). Rio de Janeiro: 7 Letras/Faperj, 2014.

Faria, Lina. "Educadoras Sanitárias e Enfermeiras de Saúde Pública: identidades profissionais em construção." In: *Cadernos Pagu*. jul-dez. 2006. pp. 173-212.

Ferreira, Jorge. *Trabalhadores do Brasil*: o imaginário trabalhista. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1997.

Ferreira, Luiz Otávio. "Negócio, política, ciência e vice-versa: uma história institucional do jornalismo médico brasileiro entre 1827 e 1843."In: *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, vol. 11 (suplemento 1): 93-107, 2004.

Flandrin, Jean Louis; Montanari, Massimo. *História da alimentação.* São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

Fleck, Ludwik. *Gênese e desenvolvimento de um fato científico.* Belo Horizonte: Fabrefactum. 2010.

Fogagnoli, Marcela Martins. *Almoçar bem é no SAPS! Os trabalhadores e o Serviço de Alimentação da Previdência Social (1940-1950).* Dissertação (Mestrado em História Social – Universidade Federal Fluminense). Rio de Janeiro, 2011.

Figuerôa, Silvia F. de M. "Para Pensar as vidas de nossos cientistas tropicais". In: Heizer, Alda & Vieira, Antonio Augusto Passos. *Ciência, civilização e império nos trópicos*. Rio de Janeiro: Access, 2001.

Freire, Maria Martha L. *Mulheres, mães e médicos*: discurso maternalista no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

Freitas, Maria do Carmo Soares de. *Agonia da Fome.* Salvador: EDUFBA/Editora Fiocruz, 2003.

Fonseca, Cristina M. Oliveira. *Saúde no Governo Vargas (1930-1945):*dualidade institucional de um bem público. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.

Frota, Jorge Washington da Silva. *Educação e alimentação*: ideias sociais, políticas e pedagógicas na obra de Dante Costa. Dissertação de mestrado em Educação. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2011.

Garcia, Monica. "Mortality rates or sociomedical indicators? The work of the League of Nations on standardizing the effects of the Great Depression on health". In: *Health Policy and Planning* 2014; 29. pp. 1–11.

Garcia, Nicole Régine. PRORURAL: uma política previdenciária para o campo no Governo Medici (1969-1973). Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2010.

George, Susan. *O Mercado da Fome.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

Gomes, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. 3.ed.

Heck, Marina de Camargo. "Comer como Atividade de Lazer ". In: *Estudos Históricos*. nº. 33, 2004. pp. 136-146.

Hochman, Gilberto. *A era do saneamento*: as bases da política de saúde pública no Brasil. São Paulo, Hucitec/Anpocs, 1998.

_____. “Reformas, instituições e políticas de saúde no Brasil (1930-1945).”. In: *Educar.* Curitiba, n. 25, p. 127-141, 2005. Editora UFPR.

Hochman, Gilberto; Fonseca, Cristina M. O. “A I Conferência Nacional de Saúde: Reformas, Políticas e Saúde Pública em debate no Estado Novo.” In: Gomes, Ângela de Castro. (org.). *Capanema*: o Ministro e seu Ministério. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000. p. 173-193;

Howard, Leathers & Foster, Phillips. *The World Food Problem*: Tackling the Causes of Undernutrition in the Third World. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 2004.

Howard-Jones, Norman. *The scientific background of the International Sanitary Conferences*, 1851-1938. Genebra: World Health Organization, 1975.

Hurbituse, R. “Aide alimentaire et pauvreté : vers de nouvelles formes de priorisation des clientèles et des interventions”. In: Laberge, D. (Dir.), *L'errance urbaine*, Sainte-Foy: Les Éditions MultiMondes, 2000; p. 347-359.

Jensen, Richard. “Nationalism and Civic Duty in Wartime: Comparing World War in Canada and America”. In: Canadian Issues. December 2004. pp. 9-10

Kuhn, Thomas S. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. São Paulo: Perspectiva, 2003. 7 ed.

L'Abbate, Solange. “As políticas de alimentação e nutrição no Brasil: Período de 1940 a 1964”. In: *Revista de Nutrição da PUCCAMP*, v. 1, p. 87-138, 1988.

Latour, Bruno. *Jamais fomos modernos*. Rio de Janeiro: editora 34, 1994.

Lafuente, Antonio. La ciencia periférica y su especialidad historiográfica. In: Saldanã, J.J. (ed.). *El perfil de la ciencia en América*. Ciudad de México: Sociedad Latinoamericana de Historia de las Ciencias y la Tecnología, 1986.

Le Goff, Jacques. “Introdução”, “Nota da Introdução”. In: *São Luís*: Biografia. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2007. pp. 19-30; 31-32.

Levi, Giovanni. “Usos da biografia”. In: Amado, Janaína & Ferreira, Marieta de Moraes. (coords.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. 8. ed. pp. 167-182.

Lima, Nísia Trindade. *Um Sertão chamado Brasil*. Rio de Janeiro: IUPERJ/REVAN, 1999.

Lima, Eronides da Silva. *Mal de fome e não de Raça:* Gênese, constituição e ação política da educação alimentar: Brasil – 1934-1946. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000.

_____. “Quantidade, qualidade, harmonia e adequação: princípios-guia da sociedade sem fome em Josué de Castro.”. In: *Hist. ciênc. Saúde-Manguinhos*; 16(1): 171-194, jan.-mar. 2009.

_____. “Gênese e constituição da educação alimentar: uma síntese”. In: *Physis*: Revista de saúde coletiva;7(2):9-29, 1997.

_____. “Gênese e constituição da educação alimentar: a instauração da norma.” In: *Hist, Cienc, Saúde- Manguinhos* 5(1):57-83, mar.-jun. 1998.

Loriga, Sabina. “A biografia como problema”. In: Revel, Jacques (org.). *Jogos de Escalas*: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998. pp. 225-249.

Maciel, Maria Eunice. “Cultura e Alimentação ou o que tem a ver os Macaquinhos de Koshima com Brillat-Savarin?”. In: *Horizontes antropológicos*. Porto Alegre, ano 7, n.16, p. 146-156, Dezembro de 2001.

Madeley, John. *O comércio da fome.* Petrópolis: Vozes. 2003.

Maio, Marcos Chor; Santos, Ricardo Ventura (orgs.). *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/CCBB, 1996.

Magalhães, R. *Fome*: uma (re)leitura de Josué de Castro [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1997. Disponível em SciELO Books: <http://books.scielo.org>. Último acesso em 20/09/2014.

Malloy, James M. *A política da Previdência Social no Brasil.* Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986.

Mayer, Jorge Miguel. “Marcondes Filho”. In: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil/Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV). Dicionário da Elite Política Republicana (1889-1930). Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/MARCONDES%20FILHO.pdf. Último acesso em 23 de setembro de 2014.

McKeown, Thomas. The Modern Rise of Population. New York, NY: Academic Press, 1976.

Milanesio, Natalia. “Food Politics and Consumption in Peronist Argentina”. In: *Hispanic American Historical Review*. February 2010 90(1): 75-108.

Minayo, Maria Cecilia de Souza & Silva, Alberto Carvalho (orgs.). *Raízes da fome.* Petrópolis: Vozes, 1987.

Mintz, Sidney W. "Comida e antropologia: uma breve revisão". In: *Rev. Bras. Ci. Soc.* 2001, vol.16, n.47, pp. 31-42.

Miranda, Gabriela Alves. *Doutores da Batalha da Borracha*: os médicos do Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (SEMTA) e o recrutamento de trabalhadores para os seringais em tempo de guerra (1942-1943). Rio de Janeiro: Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) Casa de Oswaldo Cruz/Fundação Oswaldo Cruz, 2013.

Muniz, Érico Silva. *Basta aplicar uma injeção?* Desafios e contradições da saúde pública nos tempos de JK (1956-1961). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Fino Traço Editora/EDUEPB, 2013.

Nogueira, Carlos Eduardo Vasconcelos. *Tempo, progresso, memória*: um olhar para o passado na Fortaleza dos anos trinta. Fortaleza: Dissertação (mestrado) em História Social. Universidade Federal do Ceará, 2006.

Ochoa, Enrique C. *Feeding Mexico*: the political uses of food since 1910. Wilmington, Del.: Scholarly Resources, 2000.

Oliveira, Nemuel da Silva; Maio, Marcos Chor. "Estudos de Comunidade e ciências sociais no Brasil". In: *Soc. estado.* 2011, vol.26, n.3, p. 522.

Packard, Randall M. & Paulo Gadelha. *A land filled with mosquitoes*: Fred L. Soper, the Rockefeller foundation, and the Anopheles Gambiae Invasion of Brazil, Medical Anthropology: Cross-Cultural Studies in Health and Illness, 17:3, 1997, pp. 215-238.

Palmer, Steven. *Launching Global Health*: The Caribbean Odyssey of the Rockefeller Foundation. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2010.

Paula, Reverson Nascimento. *Sopros de um conflito*: escritos e memórias sobre um cotidiano de guerra em Fortaleza (1942-1945). Monografia (Graduação) – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Humanidades, Curso de História, Fortaleza, 2013.

_____. Fortaleza em cotidiano: "A instalação da base militar norte-americana e a alteração da rotina em terras alencarianas (1943-1945)". In: Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História – Conhecimento histórico e diálogo social, 2013.

Pilcher, Jeffrey. *Que Vivan Los Tamales*! Food and the Making of Mexican Identity. Albuquerque, New Mexico: University of New Mexico Press, 1998.

Ponte, Sebastião Rogério. *Fortaleza Belle Époque*: Reformas urbanas e controle social (1860-1930). Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1993.

Reis, José R. Franco. *"Não existem mais intermediários entre o governo e o povo":* correspondências a Getúlio Vargas – o mito e a versão (1937-1945). Tese (Doutorado em História), Unicamp, Campinas, 2002.

Renovato, Rogério Davis & Bagnato, Maria Helena Salgado. "As contribuições do Serviço Especial de Saúde Pública para a formação profissional de Enfermagem no Brasil (1942-1960)." In: *Res. Bras. Enferm.* 2008. v. 61. n. 6. pp. 909-915.

Rocha, Heloísa Helena P. R. A educação sanitária como profissão feminina. In: *Cadernos Pagu* (24) jan-jun. 2005. p.69-104.

Rodrigues, Jaime. *Alimentação, vida material e privacidade*: Uma história social de trabalhadores em São Paulo nas décadas de 1920 a 1960. São Paulo: Alameda, 2011.

Rodríguez-Ocaña, Esteban & Zylberman, Patrick."Improving public health amidst crises. Introduction". In: *Dynamis.* 2008; 28. pp. 19-27.

Ruxin, Joshua Nalibow. *Hunger, science and politics*: FAO, WHO and Unicef nutrition policies, 1945-1978. Tese de doutorado: University of London. London, 1996.

Sá, Dominichi Miranda de. *A Ciência como Profissão*: médicos, bacharéis e cientistas no Brasil (1895-1935). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

Saldaña, Juan José. Ciência e identidade cultural: a história da ciência na América Latina. In: Figuerôa, Silvia (org.). *Um olhar sobre o passado: história das ciências na América Latina*. Campinas: UNICAMP, 2000.

Santos, Wanderley Guilherme. *Cidadania e justiça:* a política social na ordem brasileira. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

Schwarcz, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças:* cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

Scrimshaw, Nevin S. "History and early development of INCAP". In: *The Journal of Nutrition*, v. 140 (2), 02/2010, pp. 394-6.

Secreto, María Verónica. *Soldados da borracha:* Trabalhadores entre o sertão e a Amazônia no governo Vargas. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.

Seteinfus, Ricardo. *O Brasil vai à guerra:* o processo do envolvimento brasileiro na Segunda Guerra Mundial. Barueri, SP: Manole, 2003. 3.ed.

Silva, Claiton Marcio da Silva. Silva, Claiton Marcio da. *Agricultura e Cooperação Internacional:* a atuação da American International Association for Economic and Social Development (AIA) e os programas de modernização no Brasil (1946-1961). Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2009.

_____. "Nelson Rockefeller e a atuação da American International Association for Economic and Social Development: debates sobre missão e imperialismo no Brasil, 1946-1961". In: *História, Ciências, Saúde –Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.20, n.4, out.-dez. 2013, p.1695-1711.

Silva Filho, Antonio Luiz Macêdo e. *Paisagens do consumo*: Fortaleza no tempo da Segunda Grande Guerra. Fortaleza: Museu do Ceará; Secretaria da Cultura e Desporto do Ceará, 2002.

_____. *Rumores*: A paisagem sonora de Fortaleza. Fortaleza: Museu do Ceará; Secretaria da Cultura e do Estado do Ceará, 2006.

Simili, Ivana Guilherme. *Mulher e Política*: A Trajetória da Primeira Dama Darcy Vargas (1930-1945). São Paulo: Editora UNESP. 2008.

Staples, Amy L. S. *The Birth of Development*: How the World Bank, Food and Agriculture Organization, and the World Health Organization Changed the World, 1945–1965. Kent, OH: Kent State University Press, 2006.

Teixeira, Carla Costa. "Interrompendo rotas, higienizando pessoas: técnicas sanitárias e seres humanos na ação de guardas e visitadoras sanitárias." In: *Ciência & Saúde Coletiva*, 13(3):965-974, 2008.

Turner, Katherine L. *How the other half ate*: A history of working-class meals at the turn of the century. Berkeley; Los angeles; London: University of California Press, 2014.

Vasconcelos, Francisco de Assis G. "Os Arquivos Brasileiros de Nutrição: uma revisão sobre produção científica em nutrição no Brasil (1944 a 1968)". In: *Cad. Saúde Pública.* Rio de Janeiro: 15 (2): 303-16, abr-jun, 1999.

_____. "Fome, eugenia e constituição do campo da nutrição em Pernambuco: uma análise de Gilberto Freyre, Josué de Castro e Nelson Chaves." In: *Hist, Cienc, Saúde-Manguinhos* 8(2):315-39, jul.-ago. 2001.

_____. "Do homem-caranguejo ao homem-garibu: uma interpretaçäo da trajetória da fome no Brasil". In: *Saúde em Debate* 44:9-13, set. 1994.

_____. "Tendências históricas dos estudos dietéticos no Brasil". In: *Hist, Cienc, Saúde-Manguinhos* 14(1): 197-219, jan.-mar. 2007.

_____. *Como nasceram meus anjos brancos: a constituição do campo da nutrição em de saúde pública em Pernambuco.* Recife: Ed. Bagaço, 2002.

_____. "Combate à fome no Brasil: uma análise histórica de Vargas a Lula". In: *Rev. Nutr.*18(4): 439-457,2005. Aug.

_____. & Batista Filho, Malaquias. "História do campo da Alimentação e Nutrição em Saúde Coletiva no Brasil." In: *Ciência & Saúde Coletiva*, 16(1):81-90, 2011.

Vernon, James. *Hunger*: A Modern History. Cambridge, Massachusetts, London: The Belknap Press of Harvard University Press, 2007.

Vieira, Tamara Rangel. Médicos do sertão: pesquisa clínica, patologias regionais e institucionalização da medicina em Goiás (1947-1960). Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2012.

Weindling, Paul. "As origens da participação da América Latina na Organização de Saúde da Liga das Nações, 1920 a 1940.". In: *Hist. cienc. saude-Manguinhos*. 2006, vol.13, n.3, pp. 555-570.

_____. "The Role of International Organizations in Setting Nutritional Standards in the 1920s and 1930s." In: *The Science and Culture of Nutrition, 1840-1940*, edited by Harmke Kaamminga and Andrew Cunningham. Clio Medica, The Wellcome Institute Series in the History of Medicine. Amsterdam and Atlanta: Editions Rodopi B.V. 1995. pp. 319-332.

Wynter, Sylvia. "Afterword: 'Beyond Miranda's Meanings: Un/silencing the 'Demonic Ground' of Caliban's 'Woman.'" In Out of the Kumbla: Caribbean Women and Literature, ed. Carole Boyce Davies and Elaine Savory Fido. Trenton, N.J.: Africa World Press, 1990. pp. 355-372.

ANEXOS

Anexo I

Lista de Depoimentos orais

1) MARIA CARMEM CAMPELO – Ex-faturista do SAPS-CE.

   Campelo, Maria Carmem. [Depoimento]. Entrevistador: Érico Silva Muniz. Fortaleza: 1 CD, (50 min). Depoimento concedido ao projeto Alimentação em tempos de desenvolvimento: Uma história das políticas alimentares no Brasil (1940-1960). 19 out. 2013.

2) FRANCISCO SIZENANDO MARQUES – Ex-chefe de compras do Restaurante do SAPS-CE.

   Marques, Francisco Sizenando. [Depoimento]. Entrevistador: Érico Silva Muniz. Fortaleza: 1 CD, (33min). Depoimento concedido ao projeto Alimentação em tempos de desenvolvimento: Uma história das políticas alimentares no Brasil (1940-1960). 22 out. 2013.

3) NELI PÓVOA DA MOTTA – Ex-secretária da Delegacia Regional do SAPS/RJ e prima de Hélion Póvoa, ex-diretor do SAPS/RJ.

   Motta, Neli Póvoa. [Depoimento]. Entrevistador: Érico Silva Muniz. 1 CD (40 min). Depoimento concedido ao projeto de pesquisa Alimentação em tempos de desenvolvimento: Uma história das políticas alimentares no Brasil (1940-1960). Rio de Janeiro, 2012.

4) HÉLION PÓVOA FILHO – Médico e Filho de Hélion Póvoa, ex-diretor do SAPS/RJ.

   Póvoa Filho, Helion. [Depoimento]. Entrevistador: Érico Silva Muniz. Fortaleza: 1 CD, (29 min). Depoimento concedido ao projeto Alimentação em tempos de desenvolvimento: Uma história das políticas alimentares no Brasil (1940-1960). 19 ago 2012.

5) GONÇALO PEREIRA DA SILVA – Presidente da Academia Brasileira de Literatura de Cordel, Ex-usuário do SAPS e amigo de Umberto Peregrino, ex-diretor do SAPS/RJ.

Silva, Gonçalo Pereira da. [Depoimento]. Entrevistador: Érico Silva Muniz. 1 CD (24 min). Depoimento oral de Gonçalo Pereira da Silva ao projeto de pesquisa Alimentação em tempos de desenvolvimento: Uma história das políticas alimentares no Brasil (1940-1960). Rio de Janeiro, 15 jul. 2012;

6) MARIA DO SOCORRO MONTEIRO VASCONCELOS - Ex-visitadora de alimentação e ex-diretora da Creche do SAPS/CE.

Vasconcelos, Maria do Socorro Monteiro. [Depoimento]. Entrevistador: Érico Silva Muniz. Fortaleza: 1 CD, (44 min). Depoimento concedido ao projeto Alimentação em tempos de desenvolvimento: Uma história das políticas alimentares no Brasil (1940-1960). 21 out. 2013.

7) HENRIQUE VELTMAN. Jornalista e ex-usuário do restaurante do SAPS na Praça da Bandeira.

Veltman, Henrique. [Depoimento]. Entrevistador: Érico Silva Muniz. 1 CD (32 min). Depoimento oral ao projeto de pesquisa Alimentação em tempos de desenvolvimento: Uma história das políticas alimentares no Brasil (1940-1960). São Paulo, 26 jun. 2012

Anexo II

Música: Nois é Jeca Mais é Joia
Compositor: Juraildes Da Cruz

Se farinha fosse americana

mandioca importada

banquete de bacana

era farinhada

Andam falando qui nóis é caipira

qui a nossa onda é montar a cavalo

qui a nossa calça é amarrada com imbira

qui a nossa valsa é briga de galo

Andam falando que nóis é butina

mais nóis num gosta de tramóia

nóis gosta é das menina

nóis é jéca mais é jóia

mais nóis num gosta de jibóia

nóis gosta é das menina

nóis é jéca mais é jóia

Se farinha fosse...

Andam falando qui nóis é caipira

qui nóis tem cara de milho de pipoca

qui o nosso roque é dançar catira

qui nossa flauta é feita de tabóca

nóis gosta de pescar traíra

ver as bichinha gemendo na vara

nóis num gosta de mentira

nóis tem vergonha na cara

ver as bichinha chorando na vara

nóis num gosta de mentira

nóis tem vergonha na cara

Se farinha fosse...

Andam falando que nóis é caipora

qui nóis tem qui aprender ingrês

qui nóis tem qui fazê xuxéxu fóra

deixe de bestáge

nóis nem sabe o portuguêis

nóis somo é caipira pop

nóis entra na chuva e nem móia

meu ailóviú

nóis é jéca mais é jóia

Tiro Bicho de pé com canivete

mais já tô na internet

nóis é jeca mais é jóia

se farinha fosse...

Anexo II

Poema: "O SAPS – Uma Carta do Caipira"[404]

Compositor: Claudio da Motta Cabral, frequentador do Restaurante Central, publicado pela comissão julgadora do concurso "O que é o SAPS para você".

Cumpadre: Chico da Silva

Ti escrevo mode contá

Eu tou cumendo no SAPS

Qui coisa fenomená

Cumê cum pouco dinheiro

Na Capitá Federá!

Uvia o povo dizê.

O SAPS tá miorando:

Já tem granja... tem cantina,

Cinema, musga tocando;

Bribrioteca pra lê.

Concurso de quando em quando.

Os preço parece incrive,

Lhe conto já no momento:

[404] *Boletim do SAPS.* Ano 3. n. 35 jul. 1949. p. 4. BNRJ.

Dois mirreis, quatro mirreis.

E pru milequatrocento!

Si come inté sem dinheiro...

Si tivé consentimento.

A pois bem, tirei um dia

Pra vê de perto a verdade

Entrei logo na Cantina

Nem ti conto as nuvidade!

Barbêro quase de graça

E outras variedades.

Ingraxei minha butina

Qui ficou logo ispeiando.

Bebí uma vitamina.

A moça ficou me oiando...

Cheguei lambê os bigode

Siná qui eu tava gostando.

Aí assubí pra riba

Num tá de alevadô

Sartei do tercerô andá.

Fui lê jorná, sim senhô

Mas a tá da ispusição

Foi qui mas me admirou.

Vi quado de todo jeito

Vi um bando de pintura...

2. O hôme do Rialêjo

Vi tambem caricatura.

Na entrada um belo quando:

Segá e suas verdura!

Na hora de i armuçá.

Quage deu trapaiação.

Mas a moça me ispricou

Pruquê se pide o “cartão”

Cumo eu tinha o “pruvisorio”.

Foi fazê refeição.

De posse duma chapinha.

Tudo bem organizado.

Subí atras duma fila

Dispois das mão tê lavado

Garrei a minha bandeja.

E fui cumê sucegado.

Cumí bife cum salada

Bebi leite cum angú.

Cumí arrôs e feijão

Mantêga, pão e sagú...

Enquanto os arto-falante

Tocava um maracatú.

Dispós ôiei nas parede.

Vi o nosso Prisidente.

Apertando a mão dum preto.

O preto todo contente!

Imbaixo quatro torneira

Butando o café pra gente

Ante porem de saí,

Passei notra brabuleta.

Vi o recrame da granja

Numa grande tabuleta

E um operario falando

Mais arto que uma trombeta:

2.

Pra nós os trabaiadô.

O SAPS é a sarvação.

E agora graças a Deus.

Tem a mió direção

Esse Majó Pirigrino

Cum licença da expressão

É cabra macho do norte

Resorve quarqué questão.

Uns trinta desse quilate

Cunsertava essa Nação!

Pra terminá, um abraço

do cumpadre Bastião.